

Conexão Letras

11 A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS



INSTITUTO
DE LETRAS
UFRGS



Conexão Letras

11 A noção de arquivo em
Análise do Discurso:
relações e desdobramentos

REVISTA CONEXÃO LETRAS

**Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Volume 9, Número 11, 2014



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS

Porto Alegre, 2014

Copyright © 2014 PPG-Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vol. 9, n. 11, 2014.

TÍTULO ORIGINAL: Conexão Letras 11 - A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos

CTP: Núcleo de Editoração Eletrônica do Instituto de Letras da UFRGS.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Gráfica da UFRGS

COORDENADORA EDITORIAL: Jane Fraga Tutikian

COMISSÃO EDITORIAL: Ana Zandwais, Jane Tutikian

EDITORIAÇÃO: Leandro Bierhals Bezerra

REVISÃO: Jane Tutikian, Ana Zandwais

CAPA: Adaptação sobre capa de Dirlene Possani

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

C747 Conexão Letras. A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos / Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - Vol. 9, n. 11. - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. 16x23cm, 156p.
Semestral Início: 2005
ISSN 1980-332x

1. Linguística. 2. Literatura. 3. Tradução.

I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras

CDU 81'1(05) 81'37(05) 801(05) 801.54(05)

Bibliotecária Responsável: Denise Pazetto CRB-10/1216

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, copiada, transcrita ou mesmo transmitida por meios eletrônicos ou gravações, assim como traduzida, sem a permissão, por escrito, do autor. Os infratores serão punidos pela Lei n° 9.610/98.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

CONSELHO EDITORIAL - CONEXÃO LETRAS

PRESIDENTE DO CONSELHO

Ingrid Finger (Coordenadora PPG - LET, UFRGS)

MEMBROS

Arnaud Laster (Un de Paris III) | Carlos Reis (Un. de Coimbra)
Eduardo Guimarães (UNICAMP) | Françoise Gadet (Sourbonne Nouvelle)
Freda Indursky (UFRGS) | Gilda Campos (UFRJ)
Henri Béhar (Un de Paris III) | Jean-Jacques Courtine (Un de Paris III - Sourbonne Nouvelle)
Jorge Campos (PUCRS) | Juraci Saraiva (UNISINOS)
Luiz Dias (UFMG) | Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)
Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS) | Maria Lúcia Dalfarra (UFSE) |
Maria Marta Negroni (Un. de Buenos Aires) | Maria Marta Furlanetto (UNISUL-SC)
Mônica Graciela Zoppi-Fontana (UNICAMP) | Nelly Carvalho (UFPE)
Pedro Brum Santos (USFM) | Rita Terezinha Schmidt (UFRGS)
Robert Ponge (UFRGS) | Simone Schmidt (UFSC)
Vânia Chaves (Universidade de Lisboa) | Zilá Bernd (UFRGS)

INSTITUTO DE LETRAS

DIRETORA

Jane Fraga Tutikian

VICE-DIRETORA

Maria Lúcia Machado de Lorenci

COORDENADOR DO PPG-LETRAS

Ingrid Finger

VICE-COORDENADORA DO PPG-LETRAS

Márcia Ivana de Lima e Silva

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Zandwais (UFRGS)

Jane Tutikian (UFRGS) - (Coordenadora)



SUMÁRIO

Apresentação	7
A dialética do arquivo: ‘pensar para trás’, entender o presente e mudar o futuro <i>Maria Virgínia Borges Amaral</i>	11
O arquivo e a circulação de sentidos <i>Vanice Maria Oliveira Sargentini</i>	23
Formação discursiva e autoria na produção e circulação de arquivos <i>Solange Mittmann</i>	31
E o Twitter criou...Deus! Arquivo, gênero e humor em redes sociais <i>Janaina Cardoso Brum e Aracy Ernst-Pereira</i>	41
Esse e outros campos: a construção do arquivo visual dos campos de concentração nazistas <i>Carolina Fernandes</i>	55
Arquivos urbanos: meio ambiente entre nomeações e imagens <i>Telma Domingues da Silva</i>	69
Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço <i>Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Sousa</i>	83
Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação <i>Caroline Mallmann Schneiders.</i>	99
A mídia e o golpe de 1964: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares <i>Ercília Ana Cazarin e Eduardo Silveira de Menezes</i>	111
Práticas sociais, discurso e arquivo: a mídia e os gestos de leitura subjacentes <i>Belmira Magalhães e Helson F. da Silva Sobrinho</i>	123
E o casamento acabou: uma análise do arquivo de Veja sobre o imaginário da mulher divorciada <i>Silmara Dela Silva e Fernanda Luzia Lunkes</i>	135
Resenha: Vivendo no fim dos tempos, de Slavoj Zizek <i>Rodrigo Oliveira Fonseca</i>	149

A PRESENTAÇÃO

O número 11 da revista *Conexão Letras* traz como tema “A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos” e constitui-se de um conjunto de artigos que discutem tanto aspectos teóricos quanto metodológicos acerca dessa noção. Esses artigos formam um quadro teórico de definições da noção de arquivo, situando-a como “um nó em uma rede” formada por outras noções fundamentais para a Análise do Discurso, como formação discursiva, memória e autoria. E fundamentados nessa perspectiva teórica, apresentam um leque de possibilidades de análise sobre a circulação e a leitura de objetos de arquivo em diferentes materialidades, mostrando gestos de recorte, articulação, deslocamento, retorno...

Iniciando os trabalhos, o artigo de Maria Virgínia Borges Amaral “A dialética do arquivo: ‘pensar para trás’, entender o presente e mudar o futuro” faz uma retomada, procurando mapear o domínio de memória da noção de arquivo. A autora visita autores da História, colocando-os em diálogo com o modo como os autores da Análise do Discurso revisita(ra)m a História das Mentalidades. Para tanto, toma como objeto de estudo o discurso do arquivo e suas relações interdiscursivas com a história e a memória. E conclui que a capacidade de interpretar a dialética do arquivo nos escapa, já que as informações que fazem a história do presente, do passado e do futuro nos chegam de forma muito veloz e, com a mesma velocidade, elas se modificam, (re)atualizam, transformam-se.

Também propondo uma revisão teórica acerca da noção de arquivo, Vanice Maria Oliveira Sargentini, em “O arquivo e a circulação de sentidos”, analisa, a partir de um conjunto de regras propostas por Foucault (1968) para a produção e transformação dos enunciados – a dizibilidade, a conservação, a memória, a reativação e a apropriação –, como os meios e processos de circulação dos discursos atravessam esse conjunto de regras que definem o arquivo e produzem sentidos. Questionando-se sobre como trabalhar a dispersão fragmentada dos discursos que circulam na política do excesso e como considerar a produção do visível e do não visível na composição do arquivo, a autora conclui que ler o arquivo hoje significa “ler a circulação de sentidos”, articulando os princípios propostos por Foucault àquele de circulação no qual estão envolvidos o gênero e o tipo de suporte, a quantidade, a intensidade, a velocidade, a materialidade.

Já a articulação da noção de arquivo com as noções de formação discursiva e autoria é o gesto teórico-analítico realizado por Solange Mittmann no artigo “Formação Discursiva e autoria na produção e circulação de arquivos”. Problematizando questões de arquivos digitais, a autora observa o funcionamento da autoria na construção e no movimento do arquivo em relação à formação discursiva. Para tanto, traz três exemplos de obras de artistas contemporâneos – de Erik Kessels, de Eva e Franco Mattes, e de Hasan Elali – que circulam no ciberespaço e se inscrevem na formação discursiva artística, a qual está atravessada, nessas obras, por saberes das formações discursivas jornalística e tecnológica. A autora mostra que o modo de circulação faz significar de maneira particular os documentos do arquivo, o qual é pensado “no jogo de forças entre posições-sujeito de uma mesma formação discursiva ou entre formações discursivas, a partir da intervenção de uma memória”. Assim, diferentes processos podem ser identificados na leitura de arquivos, os quais, sobretudo

quando circulam no ciberespaço, são atravessados de “(im)precisões de tempo e espaço, em (des)limites de realidade e virtualidade, em derivas, direcionamentos e escapes.”

A relação entre arquivo e memória é acionada em “E o Twitter criou...Deus! Arquivo, gênero e humor em redes sociais”, de Janaina Cardoso Brum e Aracy Ernst-Pereira. Tomando como corpus micro-histórias postadas no perfil humorístico “Deus” (@OCriador) no Twitter, as autoras analisam o discurso humorístico sobre gênero – marcado pela polarização entre masculino e feminino – que faz referência ao religioso. E mostram que se trata de um espaço de repetição das relações de produção (dos sentidos) e de perpetuação de estereótipos.

Tomando diferentes arquivos de imagens visuais dos campos de concentração nazistas – o documentário *Memória dos campos*, o arquivo virtual de imagens gerado pelo site de buscas *Google.com*, uma reportagem do Jornal *O Globo* e o acervo do Museu do Holocausto em Washington – Carolina Fernandes, em “Esse e outros campos: a construção do arquivo visual dos campos de concentração nazistas”, propõe-se a analisar os efeitos do trabalho da memória discursiva na leitura desse arquivo visual. Ao tomar essas diferentes materialidades, a autora mostra, por um lado, como a formação discursiva exerce regulação sobre as leituras de arquivo e, por outro, como a memória discursiva pode levar à produção de uma leitura dos arquivos não prevista por uma memória histórica oficial.

Tocando ainda na relação entre arquivo e memória, Telma Domingues da Silva, em “Sobre o meio ambiente no curso da construção da cidade”, reflete sobre a relação da cidade com o meio ambiente, no processo de urbanização de Pouso Alegre – MG, tomando como ponto de partida narrativas, imagens e depoimentos sobre o Rio Mandu, em cujas margens se funda a cidade. Analisa, em documentos históricos, o processo de nomeação do Rio Mandu e sua relação com o nome da cidade, e observa que tanto a origem do nome Mandu quanto a relação com o nome Pouso Alegre têm versões diferentes. A autoria analisa, ainda, acervos fotográficos sobre o Rio Mandu e sobre o Rio Pinheiros, em SP, mostrando que há uma regularidade nesses acervos em que “o rio entra como elemento de um *discurso fotográfico sobre a cidade* a partir do acontecimento das enchentes e de inúmeras intervenções urbanas.” Por fim, analisa o depoimento de um ex-barqueiro na obra de retificação do Rio Pinheiros, explorando a relação entre a memória de seu Peralta, do Rio e da própria construção da cidade de São Paulo.

Refletir sobre os percursos de leitura do/no arquivo digital é a proposta de Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Sousa em “Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e o ciberespaço”. Após efetuar uma revisão teórica sobre a sociedade em rede e o ciberespaço, as autoras analisam as páginas do Facebook da Marcha das Vadias de diferentes estados brasileiros, apontando como as páginas se organizam e como selecionam dizeres acerca da mulher e do feminismo, mostrando, enfim, a heterogeneidade presente na rede, as alianças e os antagonismos.

Em “Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação”, Caroline Mallmann Schneiders discute como o arquivo e o corpus são perpassados pelo funcionamento da ideologia, por gestos de interpretação, e condicionados pelas inquietações do analista. A fim de mostrar o movimento entre arquivo e corpus, a autora descreve os próprios movimentos de seleção, delimitação, descrição e interpretação envolvidos no desenvolvimento de sua pesquisa a respeito da articulação entre os saberes da Filologia e os da Linguística.

Ercília Ana Cazarin e Eduardo Silveira de Menezes, em “A mídia e o golpe de 1964: revista *O Cruzeiro* como aliada do discurso das forças militares”, tomam como arquivo uma edição especial da referida revista, publicada naquele ano e denominada “Edição

Histórica da Revolução”, a fim de observar como construiu a narrativa do golpe militar. Trabalhando sobre dois recortes analíticos – o discurso de legitimação do golpe e o de afirmação das ideias anticomunistas –, os autores mostram a reprodução de sentidos a respeito do capitalismo e do comunismo.

O retorno da mídia ao próprio arquivo é o tema que Belmira Magalhães e Helson F. da Silva Sobrinho apresentam no artigo “Práticas sociais, discurso e arquivo: a mídia e os gestos de leitura subjacentes”. Os autores analisam os discursos veiculados no *site* da Rede Globo “memoriaglobo.globo.com”, em que há, no momento histórico em que a empresa depara-se com fortes denúncias de manipulação, um retorno aos próprios arquivos do passado. As análises denunciam movimentos de silenciamento (censura) e de justificativa de possíveis “erros” da emissora, que, nos momentos históricos em que foram cometidos (no movimento pelas Diretas Já e no debate entre Collor e Lula), teriam funcionado, na perspectiva da empresa, como meros deslizamentos técnicos em prol de “acertos” maiores.

Também tratam do retorno da mídia ao próprio arquivo Silmara Dela Silva e Fernanda Luzia Lunkes em “E o casamento acabou: uma análise do arquivo de *Veja* sobre o imaginário da mulher divorciada”, no qual analisam duas reportagens produzidas em momentos distintos: em 1979, quando a publicação dedicou a sua capa a um seriado de TV que tinha como protagonista uma mulher “descasada”, e em 2013, quando essa primeira reportagem é retomada em uma das matérias que compõem a edição comemorativa aos 45 anos de *Veja*. As autoras mostram que, na primeira reportagem, a mulher divorciada é projetada como uma mulher a quem falta o casamento (“descasada”), “solitária” em sua jornada e que “sofre” social e emocionalmente. Já, na segunda, a expressão que comparece é “sem marido”, marcando, outra vez, algo que falta à mulher na condição de divorciada. Ocorre, portanto, segundo as autoras, uma ressignificação que “reinscreve o dizer da revista em um já-dito sobre a imagem da mulher que a associa à emoção e à fragilidade.” E, ao constituir uma memória de arquivo, produzindo um gesto de leitura sobre o seu próprio arquivo, *Veja* inscreve “o seu dizer em uma memória discursiva, atualizando certos efeitos de sentidos sobre a mulher, ao mesmo tempo em que impede que outros compareçam.”

Na seção Resenha, Rodrigo Oliveira Fonseca nos apresenta *Vivendo no fim dos tempos* de Slavoj Žižek. Em uma estruturação com base em cinco estágios de luto – negação, raiva, barganha, depressão e aceitação –, o livro aborda questões contemporâneas e “alerta para a necessidade de passarmos pelo ritual do luto, encarando os seus traumas e o seu vazio substancial como oportunidades que não devem ser perdidas”.

Como é possível observar, o conjunto dos trabalhos que compõem o presente número da revista *Conexão Letras*, além de trazer uma diversidade de objetos de análise, explora questões comuns que circundam o arquivo – seja como noção, seja como objeto sobre o qual debruçar-se. Agradecemos a participação dos pesquisadores envolvidos na confecção desse tecido de muitos fios e esperamos poder contribuir para futuras reflexões a respeito do arquivo.

Solange Mittmann
Evandra Grigoletto
Organizadoras

A dialética do arquivo: “pensar para trás”, entender o presente e mudar o futuro

Maria Virgínia Borges Amaral¹

Abstract: This article presents a gesture of reading that intends to understand “dialectics of the archive” from their contradictory connections substantiated in relation to history. The questions elucidated here come from theoretical foundations constructed in the path of Discourse Analysis in its dialogue with other fields of knowledge. We observed that the notion of archive, as well as memory and document occurs in close connection with effects of the movement that produced the critique of traditional history. This resulted in different philosophical and theoretical positions, building complex and controversial ways of reading the archive nowadays.

Keywords: Archive; history; collective memory; discourse analysis.

Resumo: Este artigo apresenta um gesto de leitura que procura entender “a dialética do arquivo” a partir das suas conexões contraditórias consubstanciadas na relação com a história. As questões aqui elucidadas advêm de fundamentações teóricas construídas no percurso da Análise do Discurso em sua interlocução com outros campos do saber. Verificamos que a noção de arquivo, assim como as de memória e de documento, ocorre em íntima conexão com efeitos do movimento que produziram a crítica à história tradicional. Daí resultaram posicionamentos teóricos e filosóficos diferentes, construindo formas complexas e polêmicas de leitura do arquivo nos dias atuais.

Palavras-chave: Arquivo; história; memória coletiva; análise de discurso.

Quando nos detemos a pensar sobre a natureza, ou sobre a história humana, ou sobre nossa própria atividade espiritual, deparamo-nos, em primeiro plano, com a imagem de uma trama infinita de concatenações e influências recíprocas, em que nada permanece o que era, nem como e onde era, mas tudo se move e se transforma, nasce e morre.
(ENGELS, 1987, P. 314)

Introdução

Temos prestado atenção ao debate acerca do tema arquivo no campo da Análise do Discurso. Retomamos os textos produzidos na área, iniciando por Pêcheux, evidentemente; revimos Guilhaumou e Maldidier, e fomos atualizando o processo de leitura e escrita sobre arquivo em artigos que circulam no Brasil. Supusemos que algo estaria silenciado nesse debate, embora houvesse inúmeras pistas para responder a muitas inquietações. Uma delas

¹ Doutora em Linguística, professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisadora do CNPq.

foi a referência que Pêcheux faz à *historia social das mentalidades* e aos métodos da “Nova História” em seu artigo de 1984, com publicação brasileira de 2011. Em seguida, encontramos Guilhaumou e Maldidier assumindo em sua prática de análise de discurso a retomada das preocupações dos historiadores das mentalidades, confrontando objetos de caráter mais abstrato, como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, com a instalação de arquivos, leitura e textos. Referiam-se, também, ao texto de Pêcheux que mencionamos.

Em autores brasileiros encontramos propósitos, bastante procedentes, de apresentar uma leitura atual de arquivo, e com essa noção, a de história, memória e documentos. As definições advêm de fundamentação teórica construída no percurso da Análise do Discurso e sua interlocução com outros pensadores, como Foucault, como o faz Nunes (2008), por exemplo. Verificamos que a noção de história, assim como a de arquivo, de memória e de documento, não ocorre desgarrada dos fundamentos teóricos e filosóficos que foram produzidos como resultados de muitas pesquisas. Continuamos inquieta e com a curiosidade aguçada, procurando entender “a dialética do arquivo”, visto que desde Engels (1987, p. 316) sabe-se que a dialética “focaliza as coisas e suas imagens conceituais substancialmente em suas conexões, em sua concatenação, em sua dinâmica, em seu processo de nascimento e caducidade”.

Um dos livros recentes de Slavoj Žižek (2012) tem um título curioso: *Vivendo no fim dos tempos*. A apresentação do livro por Emir Sader² também nos despertou para o cerne da questão que apresentamos neste texto. Diz ele: “*Vivendo no fim dos tempos* faz uma descrição implacável das catástrofes que nos ameaçam, e ao mesmo tempo, critica o catastrofismo, buscando sempre o lugar onde a história pode ser revertida”. É isso. Pensamos que, nestes tempos, os meios utilizados para se conhecer a realidade parecem atingidos pela catástrofe que põe em risco a sociedade. cremos que o debate atual sobre arquivo, documentos, memória coletiva e história não se esgota com a definição e a classificação dos conceitos. Parece que há muito a fazer, pois nem tudo ainda foi dito ou suficientemente explicado.

Mobilizada pela necessidade de saber um pouco mais e encontrar a base teórica do que está se dizendo sobre a noção de arquivo, começamos a “pensar para trás”³, não no sentido de encontrar fantasmas históricos que assombam o presente, ameaçando clarear a escuridão produzida pelos fetiches da sociedade moderna. A alusão à expressão “pensar para trás” implica o sentido político revolucionário empregado por Žižek, mas, sobretudo, traz a necessidade de se conhecer as contradições e condições de produção do conjunto de saber acerca dos conceitos (arquivo, documento, memória, história) que são postos em debate no campo da Análise do Discurso. Supomos, pois, para darmos prosseguimento a nossa pesquisa, que a necessidade de se “reler o arquivo hoje” ocorre em virtude da suspeita de que as bases teóricas e filosóficas que originaram esse conceito também desestabilizam o saber aparentemente sedimentado. É isso que mobiliza o debate, no sentido de se retomar as noções de história, de memória e de arquivo, procurando a *memória discursiva*⁴ dessas expressões conceituais. Evidentemente, jamais poderíamos pretender responder a todas as questões que se nos puseram durante a nossa pesquisa. Nossa proposta é expor algumas reflexões, correndo os riscos peculiares aos processos de exposição do pensamento e reconhecendo a possibilidade de continuar o processo investigativo sobre a noção de arquivo e dos conceitos a ela relacionados.

2 Orelha do livro de Slavoj Žižek (2012).

3 Um desses *flashes* que uma leitura de Žižek proporciona.

4 Memória discursiva tratada como interdiscurso, como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2002, p. 31).

1 Domínio de memória da noção de arquivo: uma revisão da história

Ao pretendermos entender a dialética do arquivo, consideramos que nesta análise é importante a noção de *domínio de memória*. Ela representa um interdiscurso como instância de constituição de um discurso transverso (seria o caso do discurso da história das mentalidades, produzindo sentido na noção de arquivo no campo da Análise do Discurso, como procuraremos mostrar neste texto). Esse domínio de memória não aniquila a presença dos outros dois domínios (domínio de atualidade e o domínio de antecipação) que constituem a tríade conceitual, considerados por Courtine (2009) elementos operacionais da análise de discursos.

No domínio de memória está a possibilidade de delimitar um domínio das formulações-origem. “O domínio das *formulações-origem* não atribui, de modo algum, um ‘começo’ ao processo discursivo, mas constitui o lugar onde se pode determinar, no desenvolvimento do processo discursivo, o surgimento de enunciados que figuram como elementos de saber próprio a uma FD [Formação Discursiva]” (IDEM, p. 112). Toma-se, pois, o discurso do arquivo e suas relações interdiscursivas com a história e a memória como objeto de estudo deste artigo. A partir do domínio de memória deste discurso pretende-se chegar ao lugar em que se encontra a base do desenvolvimento do processo discursivo configurado pelos elementos de saber do espaço de significação ou *formação discursiva* na qual se inscreve o discurso do arquivo e outros conceitos correlacionados.

Começamos pela crítica à “história tradicional” realizada por muitos pensadores e acatada por Pêcheux para formular uma teoria do discurso em que se encontrassem articuladas língua e história. Muitos historiadores analisaram o movimento que deu origem à crítica da história tradicional. Reconhecendo que grandes nomes ficarão sem menção neste texto, recorremos à crítica dos seguintes pensadores: na Inglaterra, Peter Burke (1992) e Eric Hobsbawm, (1998); na França, François Dosse (1992); nos Estados Unidos, Fredric Jameson (1996); no Brasil, Ciro Flamarion Cardoso (1988) ao lado do porto-riquenho Héctor Pérez Brignoli (1983).

Parece não haver controvérsia quanto ao entendimento de que o movimento crítico da história conhecido como *Annales*, originado na França no início do século XX, marcou época e se espalhou por diversas partes do mundo. Marc Bloch⁵ e Lucien Febvre são os nomes de referência da fundação da *Escola dos Annales* a partir do lançamento da revista *Annales* em 1929. Desse movimento, ou corrente filosófica de crítica à história, conforme demonstram os estudiosos do assunto na atualidade, persistem hoje em diversos campos de saber das Ciências Sociais alguns dos seus aspectos teóricos e metodológicos.

Os historiadores costumam classificar o movimento dos *Annales* em fases, e isso sugere que muitos dos estudos realizados na década de 1980 no campo da Análise do Discurso sejam legatários desse movimento. Para fornecer uma visão panorâmica das fases dos *Annales*, sintetizamos uma nota de Barros (2012, p. 217) que nos foi muito conveniente: a primeira fase corresponderia ao período de 1929 a 1945, marcada pela cooperação mais intensa entre Bloch e Febvre, quando o movimento dos *Annales* era ainda marginal às instituições historiográficas francesas⁶. A segunda fase inicia-se em 1946, quando Febvre

5 Marc Bloch deixou inacabado em seus papéis um trabalho de metodologia histórica composto no final de sua vida, intitulado *Apologie de Histoire*, o qual foi publicado em 1949 por Lucien Febvre sob o título *Apologie de Histoire ou Métier d'historien*, traduzido e publicado no Brasil pela Editora Zahar em 1997. Para este estudo utilizou-se a edição de 2001.

6 Segundo Barros (2012, p. 217), “alguns autores também ressaltam uma subfase a partir de 1941, quando

institucionaliza o movimento, integrando-se à *École des Hautes Études*, e a Revista dos *Annales* torna-se mais conhecida. É nesta fase que aparece Fernando Braudel como segundo dirigente do movimento. A partir de 1956⁷ torna-se primeiro dirigente dos *Annales*, em virtude da morte de Febvre. A partir de 1969 inicia-se a terceira fase; Braudel perde a direção do movimento, que passa a ser partilhado por um grupo de novos historiadores, entre os quais, Le Goff e Pierre Nora. Nesta fase emergem as obras de *história das mentalidades* e da antropologia histórica, declinando o projeto de História Total perseguido nas fases anteriores.

A escola dos *Annales* metamorfoseou-se com a sua enorme capacidade de adaptação às mudanças da sociedade e do pensamento. Cada geração do movimento que “pensava a história” fazia “escolhas” no universo das ideias literárias e científicas. A história, enquanto ciência, deveria estar articulada às outras disciplinas das ciências sociais (a Linguística, a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, a Economia, a Psicologia) e fazer valer a *história vinda de baixo*⁸, uma *história social* que, sob vários protestos, alguns chamam de “história popular” por ter em pauta estudos sobre os conflitos sociais, a interação e estreita proximidade das massas, os estudos da história urbana como paradigma das mudanças sociais (HOBBSAWM, 1998).

A crítica à história tradicional comumente focaliza dois pontos fundamentais: o objeto da história e o papel do historiador. Em relação ao primeiro ponto, a crítica recai sobre o aspecto nodal de a história tratar o fato de forma linear – critica-se a *história linear*. Quanto ao segundo ponto, na abordagem tradicional o historiador “limita-se” a “estabelecer – a partir dos documentos – os ‘fatos históricos’, coordená-los, e finalmente expô-los coerentemente. Os ‘fatos históricos’ seriam aqueles fatos singulares, individuais, que ‘não se repetem’; o historiador deveria recolhê-los todos, objetivamente, sem optar entre eles” (CARDOSO, 1983, p. 21). Como sugere Burke (1992, p. 12), os leitores seriam incapazes de duvidar das informações históricas, e isso ocorre porque “a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história”.

Sabemos, contudo, que não é possível declinar dos procedimentos técnicos para a seleção e classificação dos fatos/dados documentados, mas é necessário contextualizar o fato aparentemente inerte em um documento. Conforme Cardoso (IDEM, p. 23), é necessário “situar os documentos no tempo e no espaço, classificá-los, criticá-los quanto a sua autenticidade e credibilidade”. E, acrescente-se a essa questão metodológica, que essa atividade classificatória de documentos já não é uma atividade exclusiva nem única do historiador, como o era na vertente positivista da história.

Verifica-se a presença de fortes traços positivistas nos estudos históricos atuais, apesar dos avanços das pesquisas que tratam da linguagem ao lado da história, tidas como pontos centrais da *Escola dos Annales*. Dosse (1992) reconhece que a visão positivista de história perdura como “crônica de acontecimentos”, o que nos leva a pensar nas posturas “conservadoras” que persistem nos estudos atuais sobre história, arquivo, documentos etc.

Marc Bloch cai na clandestinidade em função da ocupação nazista da França e Febvre passa a dirigir a Revista dos *Annales* sozinho”.

7 A entrada de Braudel como dirigente dos *Annales* em 1959 caracterizaria uma subfase deste período de 1946 a 1969, quando predomina um modelo historiográfico sob a égide da História Econômica e do modelo estrutural (IDEM).

8 Refere-se à tentativa de muitos historiadores escreverem a história de pessoas das classes inferiores. É um conceito que tem suas bases filosóficas de inspiração marxista britânica do século XIX, mas que ganha maior repercussão a partir do século XX com os historiadores dos *Annales* (SHARPE, 1992, p. 39).

Por isso tudo, é interessante registrar que o movimento dos *Annales* avançou por caminhos diversos, resultando em muitas contradições, inclusive com fragilidades teóricas que caracterizavam suas propostas de revisão do sentido de história. Segundo Dosse, o sentido de história desembocou no sentido de uma história “quase imóvel”⁹, contradizendo princípios filosóficos que originaram os *Annales*, destituindo a relação dialética entre passado, presente e futuro, e desfigurando a essência da história numa perspectiva de totalidade para torná-la fragmentada – uma “história em migalhas”¹⁰ – marcada pela contradição:

A história da escola dos Anales não é uma história imóvel. Bem ao contrário, ela se adapta com sucesso às mutações sucessivas de nossa sociedade no decorrer do século XX e resiste com a mesma vitalidade aos assaltos das ciências sociais vizinhas e concorrentes. [...] Entre os Annales dos anos 30 e os dos anos 80, pode-se localizar certo número de continuidades e de descontinuidades. A mesma negação do aspecto político dos Annales desde seu nascimento, o mesmo procedimento de captação das ciências sociais, de tudo que aparece como novo, a mesma terceira via entre a história tradicional historicista e o marxismo ossificado, no qual os Annales preencherão os vazios ao investir em domínios inexplorados, e, ao mesmo tempo, quebra-mares de resistência ao marxismo e substituto desse último: não ideologia, mas mentalidade, não materialismo, mas materialidade, não dialética, mas estrutura... (DOSSE, 1992, p. 250). (grifo nosso).

Para Dosse, a combinação de história econômica e história das instituições políticas seria uma estratégia do mundo herdeiro das mudanças que marcaram a sociedade da década de 1960: “a história é, nesse momento, mistura de demografia, de curvas econômicas e de análise das relações sociais”¹¹. O triunfo foi do economicismo que privilegiou ainda mais o mecanicismo dos dados, “chega a minorar o papel do homem, sua capacidade de fazer história, de ser nela o sujeito ativo e consciente” (DOSSE, 1992, p. 104). Dosse, diferentemente do Hobsbawm, como poderemos ver a seguir, não reconhece nenhuma aproximação das ideias da história social com as ideias marxistas. Para ele houve uma substituição de termos, que não é inconsequente: “*não ideologia, mas mentalidade, não materialismo, mas materialidade, não dialética, mas estrutura...*” Isso também nos é familiar!

2 O marxismo nos *Annales* e a história das mentalidades

Alguns críticos do movimento dos *Annales* acreditam que a aproximação do marxismo no início do movimento nas décadas que precederam a “Nova História”¹² perdeu-se no

9 De onde procede a crítica de Foucault à história e à análise da função do arquivo: da ressurreição do enunciado inerte, o que descaracterizaria essa imobilidade da história. “É o arquivo que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa” (1987, p. 149).

10 Título do livro de Dosse (1992): “*A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*”.

11 Dosse (1992, p.104) lembra que “a valorização da demografia responde à possibilidade de integração dos dados em uma quantificação maciça, corresponde a um quadro de conceituação que se tornou possível por uma técnica, a do computador”. Entende-se, pois, a menção de Pêcheux (1997) à permanência desses critérios da informática nas práticas dos historiadores, seja valorizando a quantidade, seja valorizando a qualidade dos dados.

12 Na década de 1970, novos seguidores das ideias originadas nos *Annales* apresentaram-se como continuadores de Marc Bloch e Lucien Lebrve, agora acrescentando as ideias de Braudel, a Nova História. Essa fase dos *Annales*, no final na década de 1970, teve entre as suas lideranças o nome J. Le Goff. Na Nova História, a história das mentalidades ocupou um espaço bastante significativo, logrando êxito maior ao se estabelecer a interlocução com as ideias de Foucault.

momento em que Braudel¹³ assumiu a “escola”, dando-lhe novos direcionamentos. Seria interessante identificar o que de fato restou da interlocução dos *Annales* com o marxismo, bem como o que afetou a Análise do Discurso que pode restabelecer uma perspectiva crítica do discurso documental e do arquivo hoje. Talvez possamos discutir essa questão em outra oportunidade, não neste artigo. Para o momento, vale a pena rever alguns pontos dos estudos de Hobsbawm (1992) sobre a História, as mudanças ocorridas a partir da crítica à história tradicional, de onde podemos abstrair elementos significativos para compreender a discussão que se faz hoje em Análise do Discurso.

Hobsbawm viveu a experiência da aproximação do marxismo ao movimento dos *Annales* na Inglaterra dos anos de 1930. Declarando-se marxista, acrescenta que foi no terreno da história econômica e social que ele e os pensadores dos *Annales* se encontraram: “Os jovens marxistas daqueles tempos descobriram que a única parte da história oficial que fazia algum sentido para eles, ou pelo menos que podiam utilizar, era a história econômica, ou a história econômica e social. Dessa forma, foi por meio dela que a junção foi feita” (HOBSBAWM, 1992, p. 194). Para Hobsbawm, era evidente a curiosa confluência, via história econômica, entre o marxismo e a escola francesa até a década de 1950, quando Fernand Braudel influenciou o redirecionamento dos *Annales*.

As crises pelas quais passou a escola dos *Annales*, na década de 1950, fê-la tomar novos rumos; as ideias difundidas por grupos diferentes de historiadores fizeram surgir novas possibilidades, inclusive o movimento conhecido como *história das mentalidades*, que, ainda, segundo Hobsbawm, ganhou na Inglaterra uma conotação diferente da francesa. Nesse processo, pensadores como Peter Burke e Edward Thompson tentaram mostrar a diversidade de sentidos que a história teria adquirido nos vários grupos que a criticavam. Hobsbawm se declara um pensador preocupado em entender a *história das mentalidades*

como um problema não de empatia histórica ou arqueológica, ou se preferirem, de psicologia social, mas da descoberta da coesão lógica interna de sistemas de pensamento e comportamento que se ajustem ao modo pelo qual as pessoas vivem em sociedade em sua classe particular e em sua situação particular da luta de classes, contra aqueles de cima, ou, se preferirem, de baixo (IDEM, p. 200).

Segundo esse autor (IDEM, p. 95), nos últimos dez anos agruparam-se algumas questões em torno do trabalho do historiador social. Ele se refere, provavelmente, ao período de 1988 a 1998, mas acreditamos que persista até nossos dias. É esse o complexo de questões: 1. demografia e parentesco; 2. estudos urbanos; 3. classes e grupos sociais; 4. a história das “mentalidades” ou consciência coletiva ou da cultura na acepção dos antropólogos; 5. a transformação das sociedades (por exemplo, modernização ou industrialização); 6. movimentos sociais e fenômenos de protestos sociais.

Para Hobsbawm, os dois primeiros grupos se institucionalizaram como campos de saber, assim como a história urbana, que possui unidade tecnologicamente determinada, muitas vezes com sua documentação específica. Os outros grupos de questões estão em desenvolvimento com a premissa de que nenhum estudo da sociedade é possível sem levar em conta todos os aspectos da existência social. Essas temáticas ecoam nas pesquisas de Análise do Discurso. Todas nos são muito familiares. Diríamos que no tópico 4 poderíamos

13 Hobsbawm (1998, p. 196) escreve: “[...] e espero que Fernand Braudel me perdoe por sublinhar o fato de que ele não é marxista”, levando a crer que na aproximação entre os ingleses e os pensadores franceses se deu numa conexão com as ideias de Bloch e Lebrve que indicavam uma certa tendência marxista de fazer a História Social.

amos lembrar o conceito de “memória coletiva”, numa combinação com “história das mentalidades” e cultura.

Hoje, os propósitos da primeira fase dos *Annales* reaparecem mesclados por outras abordagens ditas modernas, com o intuito de reconstituir a história social, de retomar o sentido de história, memória e arquivo. Reaparecem em pesquisas atuais da Análise do Discurso, atestando a evolução da concepção clássica de arquivo. Do “recorte de séries textuais”, numa abordagem de *história serial*, às vezes confundidas com *história quantitativa*¹⁴, a noção de arquivo expande-se. Encontra acento na revitalizada *história das mentalidades*, que hoje se acha num campo de inúmeras preocupações conceituais, dada a complexidade que encerra a noção de arquivo quando relacionada à história.

3 A história das mentalidades revista na Análise do Discurso

Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 164) indicaram, em um dos seus textos datado da década de 1980, a retomada de questões da história das mentalidades: “Nossa prática de análise do discurso retoma as preocupações dos *historiadores de mentalidade*, que na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de *séries arquivistas*, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto” (grifo nosso). Para Guilhaumou (2009), os anos 1980 marcam uma virada – “virada interpretativa” (IDEM, p. 32) – na prática da análise de discursos realizada ao lado da história, tornando a Análise do Discurso uma disciplina interpretativa. O discurso passa a ser visto não somente como aquele que anuncia a ação relatada, mas como, também, aquele que produz a ação. Isso afeta sobremaneira a noção de arquivo. A incorporação do arquivo na prática de análise de discurso tornou mais complexa a investigação do “historiador do discurso”¹⁵.

Pêcheux, em 1984, referia-se a essas abordagens discursivas incorporando a discursividade do arquivo e dos documentos na linha da história das mentalidades; apontava, então, para a superação da tradicional perspectiva de *enunciado documental*. Esse procedimento significaria “juntar e interpretar *séries textuais*¹⁶ em que se inscrevem discursivamente as figuras da infância, da loucura, da morte ou da sexualidade, próprias a esta ou àquela época, e supunha abandonar as certezas associadas ao enunciado documental” (PÊCHEUX, 2011, p. 285)¹⁷. (Grifo nosso).

14 Sobre os elementos conceituais História Serial e História Quantitativa no movimento dos *Annales*, ver o trabalho de Barros (2012).

15 Expressão usada por Guilhaumou (2009).

16 Perguntamo-nos se “séries textuais” teria alguma relação com os encaminhamentos de história serial, uma proposta que indica uma mudança na concepção clássica de arquivo. A esse respeito, indicamos o estudo de Barros (2012).

17 Pêcheux trata sobre essa questão em seu artigo, publicado na revista *Mots*, 9, de 1984, traduzido para o português com o título “Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso”, incluído na coletânea de textos de Pêcheux organizada por Eni Orlandi em 2011, pela editora Pontes. Esse trabalho de Pêcheux resulta da produção do Projeto de Pesquisa Cooperativa do Programa – RCP / ADELA – Análise de Discurso e Leitura de Arquivo –, um programa criado em janeiro de 1982 que visava o desenvolvimento dos trabalhos de análise de discurso “com uma ligação estreita e coerente com as preocupações sócio-históricas, a pesquisa linguística e o desenvolvimento da informática textual”. A RCP era estruturada em três grandes áreas: Arquivo sócio-histórico, Pesquisas linguísticas sobre discursividade, Informática em análise do discurso (MALDIDIER, 2003, p. 79). Desta época também provém a discussão em torno do texto de 1982, “Lire l’archive aujourd’hui”, *Archives et documents de la Société d’histoire et d’épistémologie des sciences du langage* (Saint-Cloud), 2, 1982, p. 35-45. Publicado em português: Orlandi, Eni. *Gestos de leitura: da história no discurso*, 1997.

Anuncia-se na experiência investigativa dos analistas de discurso outro *gesto* de leitura de arquivo. Uma abordagem discursiva dessa atitude interpretativa exigiria algumas atitudes que conduzissem à superação do enfoque tradicional para se constituir, conforme escreve Pêcheux (1997, p. 57) “um *espaço polêmico das maneiras de ler o arquivo*, uma descrição do trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma”. Esse gesto de leitura, a nosso ver, considera a dialética do arquivo que, em sua condição de aparente inércia, age e gera mudanças no processo de produção/reprodução sócio-histórica. Trata-se, pois, de uma “leitura com aderências históricas”. De uma “leitura literal” que configuraria a “apreensão-do-documento” passa-se a uma leitura interpretativa de arquivo. A leitura de arquivo implica um “trabalho anônimo, fastigioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades geram a *memória coletiva*” (Pêcheux, 1997, p. 57)¹⁸. (Grifo nosso). Com esse gesto de leitura, o arquivo extrapola a sua condição de banco de dados, de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, como indica Pêcheux (Idem).

Os estudos acerca do arquivo circulam em basicamente duas direções: para demonstrar sua procedência e para contestar as perspectivas inovadoras em torno de sua utilização nos procedimentos de elaboração da *memória coletiva*. Aqui, a nosso ver, dá-se o encontro da noção de arquivo derivada das perspectivas da *história social das mentalidades* e, portanto, pagando algum tributo aos *Annales* da primeira fase, em sua crítica à história inerte, com a Análise do Discurso. Pêcheux (2011, p. 284) aproxima a história das mentalidades da análise do discurso. Assim, “[...] a história social das mentalidades, dos sistemas de pensamentos ou das ideologias constitui uma abertura que, por múltiplos caminhos, desenvolveu-se consideravelmente no último período: esta abertura supõe trabalhar sobre os textos de outra maneira, colocando em causa a transparência da língua”.

Verificamos a necessidade de se retomar criticamente a *história das mentalidades* em relação às suas fontes teóricas e filosóficas. O conceito de mentalidades (*mentalité*) foi de suma importância para os historiadores que tentaram construir uma história do “mundo mental” das pessoas de classe inferior; isso configura o princípio de se fazer “história vinda de baixo” e a interlocução com a psicologia, com a etnologia e, mais abrangentemente, com a antropologia. Daí dizer-se que a história das mentalidades agregava-se a uma área de saber advinda de disciplinas “estranhas à história”. A mudança de direção dos historiadores rumo às mentalidades prefigura, segundo constata Dosse (1992, p. 84), “as evoluções futuras e o avanço irresistível dos anos 60”.

4 Arquivo e documentos na história revisitada

Na década de 1960, as abordagens discursivas do arquivo configuravam-se como uma historiografia¹⁹ documental, tratada, sobremaneira, do ponto de vista de uma prática “literária” requerida pela profissão de historiadores. Pêcheux (2011, p. 284), ao analisar

18 A noção de memória coletiva passou por muitas transformações desde que foi cunhada por Maurice Halbwachs na primeira metade do século XX, no livro intitulado *Memória Coletiva*, com publicação no Brasil na década de 1960. Superando a concepção tradicionalista de memória coletiva advinda de Halbwachs, Bloch, com o espírito dos *Annales*, entende que “os estudos da memória coletiva deveriam estar voltados às causalidades inerentes às ações sociais, não podendo ser derivadas de estudos empíricos sobre padrões de comportamentos” (CASA DEI, 2010, p. 158).

19 Um termo muitas vezes usado pelos pensadores franceses, no sentido de “história da história” (RICOEUR, 2007, p. 413). Ver essa concepção de historicidade em Le Goff (1990).

essa questão, sugere que tais abordagens persistiam na década de 1980: “combinando, por exemplo, a história econômica e a das instituições políticas, permanecem, marxistas ou não, qualitativas ou quantitativas, inscritas na mesma tradição”.

A “mesma tradição” da qual emerge uma historiografia documental teria sido questionada, e a história social das mentalidades, dos sistemas de pensamentos ou das ideologias teria dado abertura a novas possibilidades de se trabalhar os arquivos discursivamente. Comumente, trata-se a noção de arquivo associada às de documento, memória e história. Cada um desses conceitos tem particularidades que distinguem um do outro, entretanto em cada um deles também estão relacionados os conteúdos dos demais. Nesse sentido, será quase impossível, em uma abordagem discursiva, interpretar um desses conceitos sem que seja, essa interpretação, atravessada pela memória discursiva dos outros. Todas essas noções – de arquivo, de documento, de memória e de história –, retomadas pela Análise do Discurso, são problematizadas, questionando-se o sentido literal dessas expressões. Esse debate tem recuperado a historicidade desses conceitos, contribuindo para avançar no conhecimento da história dos discursos constituintes da memória coletiva na contemporaneidade.

A noção de documento, por exemplo, passa por várias transformações. Da expressão *titres et documents* (títulos e documentos), difundida no século XVII no vocábulo legislativo francês, o termo *documento* associa-se à expressão moderna de *testemunho histórico*, no século XX. No final do século XIX e início do século XX, o documento passa a ser visto como o fundamento do fato histórico, uma prova objetiva da história, forma científica da memória coletiva, a quem serviam os dois tipos de materiais: *o documento* e *o monumento* (LE GOFF, 1990). Por isso tem-se em Foucault, como lembra Pêcheux (2011, p. 285), um tratamento explícito de documento como monumento. “Isto é, como um vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede” (IDEM).

Mas na evolução do conhecimento histórico, o documento (que seria material escolhido pelo pesquisador/historiador) triunfa sobre o *monumento* (considerado como herança do passado. Em Le Goff (1990, p. 462) verificamos que “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. Esta concepção de documentos se resume no que foi pensado por Bloch: os “documentos são vestígios” de uma história; “o vocabulário dos documentos não é, a seu modo, nada mais que um testemunho: precioso, sem dúvida, entre todos; mas, como todos os testemunhos, imperfeito; portanto, sujeito à crítica” (BLOCH, 2001, p. 141)²⁰.

Ainda nessa evolução conceitual, a concepção de *enunciado documental*, por exemplo, que estaria associada à de *enunciado inerte*, fechado em si mesmo, teria sido superada pela concepção de *discurso documental*, *documento de arquivo*, conforme esclarece Nunes (2008, p. 82): “Ler os documentos de arquivo conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem à sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção”. Disso decorre a perspectiva de uma leitura interpretativa de discursos documentais e arquivos requisitada pela Análise do Discurso hoje, como se vê nos debates atuais.

Nessa linha de pensamento, o documento é tido como uma materialidade da história, não uma materialidade inerte, mas uma materialidade móvel, dinâmica, dialética, sustentada

20 Aqui se tem a noção de *testemunho*, o que mereceria uma discussão mais aprofundada.

em sua própria contradição – partindo-se do presente, “pensa-se para trás” e se volta ao momento atual, para compreender e explicar o presente. O arquivo, pensado em relação ao documento, pode ser entendido como concebe Foucault (1987, p. 149): “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. E os “acontecimentos singulares” seriam, em nosso entendimento, transformados em documentos.

Ainda conforme Foucault (IDEM), o arquivo não é o que recolhe a poeira dos enunciados [documentos] que novamente se tornaram inertes e aguardam o milagre da ressurreição. O arquivo define o modo da enuncialidade do documento. “Longe de ser o que unifica tudo que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso [...], é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria” (IDEM).

Guilhaumou (2009, p. 125), ao considerar a perspectiva de arquivo aberta por Foucault, retoma a discussão de sujeito, objeto e conceitos como funções derivadas do enunciado e trata de uma “dispersão arquivística” no interior de um “dispositivo acontecimental”. Escreve: “o arquivo não é um simples material de onde se extraem fatos de maneira referencial; ele participa, sobretudo, de um gesto de leitura no qual se atualizam as configurações significantes, os dispositivos de significações de enunciados atestados” (IDEM). Acrescenta que a descrição de um arquivo, mesmo que marcado por uma época, é sempre aberta, “ainda que a frase historiográfica se esforce em fechá-lo”.

Com essas particularidades que distinguem o arquivo do documento, e ao mesmo tempo os aproximam, unindo-os no “sistema da discursividade”, avançamos no complexo das questões atestadas. Intentamos entender o arquivo como aquilo que “a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” – uma *formação discursiva* (PECHEUX, 1988, p. 160). Espaço discursivo que é um *sítio de significância*²¹ em que são articulados os enunciados que produzem sentidos; no caso específico da função social do arquivo, tem-se a produção da memória coletiva.

Concluindo

É evidente que o desenvolvimento das ciências sociais hoje requer o conhecimento de indicadores fornecidos pelos organismos dotados de meios eficazes, alimentados pelo desenvolvimento de novas tecnologias. A estatística e a demografia tornam-se áreas específicas auxiliares do poder político. Este também seria o caminho que levaria à identificação da vertente de leitura de arquivo que serve aos interesses dos aparelhos do poder para gerar a memória coletiva. Com isto tem-se na sociedade uma *divisão social do trabalho de leitura* para o tratamento dos textos e controle da memória de um povo. A leitura de arquivos, assim como a *história como ciência*, apresenta um discurso correspondente à sociedade. Os discursos históricos articulam-se às diferentes fases da sociedade, períodos de adaptação ao desdobramento do dispositivo social (DOSSE, 1992, p. 253). Na Idade Média, por exemplo, os clérigos dominavam a sociedade impondo sua visão de mundo²²,

21 Para usar um termo empregado por Orlandi (1998, p. 13) na discussão sobre Formação Discursiva.

22 Pêcheux (1997, p. 57) lembra o processo de divisão de leitura que se origina na Idade Média; alguns clérigos eram autorizados a ler, a falar e escrever em seus nomes; eram portadores de leitura e obra própria; todos os outros eram escrivães, copistas e “contínuos” (moços de recado, *office-boys*, profissionais que trabalham em escritórios, transportando correspondências, documentos, objetos dentro e fora das instituições) particulares e públicos, constituídos de uma prática de leitura que impunham ao sujeito o seu apagamento na instituição que o emprega. Isso ainda podemos ver nos nossos dias.

mas nos períodos seguintes o discurso histórico adapta-se às mudanças: do poder do mosteiro à cidade, do castelo ao Estado, a história vai se modificando para melhor corresponder ao poder dominante (IDEM). Assim como na ficção de Orwell, a história contribui para a reprodução da condição de dominantes e dominados na sociedade, e ao povo cabe um naco de conhecimentos furtivos: “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (ORWELL, 1984, p. 36).

Muitas abordagens de arquivo vinculadas à história tendem a obscurecer o processo contraditório constituinte da natureza do arquivo, aniquilando a dialética entre passado, presente e futuro. Muitas vezes a história – e o arquivo também – é destituída dessa contradição e torna o presente “desmemoriado”, apagando o sentido que os acontecimentos poderiam dar à vida. O arquivo, numa perspectiva de historicidade, não implica uma representação do passado, nem uma representação do futuro, visto que a historicidade, como entende Jameson (1996, p. 290), pode ser definida como “uma percepção do presente como história”.

A negação de uma historiografia dialética parece um paradoxo: como fazer história que não seja de fatos passados? Esse era o desafio para os historiadores críticos que deram origem aos *Annales*: fazer “uma história que se acelera ao mesmo tempo que nos escapa”, como diz Dosse (1992, p. 14). O desafio, hoje, estaria em lidar com a velocidade das informações e fazer a história do presente, assim como do passado, para um futuro diferente. Isso porque “a informação renova-se a cada dia, e um conjunto de acontecimentos ao mesmo tempo rápido e urgente desenvolve-se sobre a vasta cena mundial” (Idem, ibidem). Em virtude desse aceleração dos acontecimentos é que nos escapa a capacidade de interpretar a dialética do arquivo, pois a vida acontece à margem da história, e “nós mais a sofremos do que a vivemos” (DOSSE, Idem, ibidem).

Referências

- BARROS, José D’Assunção. A história serial e a história quantitativa no movimento dos *Annales*. *História Revista*. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v. 17, n. 1 <http://www.revistas.ufg.br>. 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico* nº 108, março de 2010. p. 153-161. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br>. Acesso em fevereiro de 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCar, 2009.
- BURKE, Peter. Abertura: A Nova História seu passado e seu futuro. In. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7-37.
- BLOCH, Marc *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, volume 2, s/d. p. 281-336.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GUILHAUMOU, J. e MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. Análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-188.
- GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- NUNES, José Horta. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*, São Paulo, 52, 2008. p. 81-100. Disponível em seer.fclar.unesp.br/alfa/article. Acesso em fevereiro de 2014.
- ORLANDI, Eni P. Introdução. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 4. ed., 2002.
- ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Ed. Nacional. 1984.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 55-66.
- _____. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. In: ORLANDI, E. (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011. p. 283-294.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 39-62.
- ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

O arquivo e a circulação de sentidos

Vanice Maria Oliveira Sargentini¹

Résumé: Cet article est basé sur l'affirmation que le sens vient de la matérialité du langage et d'archive et tente de répondre aux questions suivantes: Comment travailler avec la dispersion fragmenté de la parole quand il est plongé dans l'excès de mouvement du discours politique? Comment envisager la production du visible et non visible dans la composition d'archive et du corpus de l'analyse? Ces questions nous amènent à considérer la forte présence et l'ingérence des moyens et des processus de circulation des discours dans la production de sens. Quelques réflexions sur cette question nous amène à M. Foucault, en particulier l'article « Répondre à une question » (1968), tandis que dans sa réflexion sur la description d'archive, qui est soumis à la loi de l'existence d'énoncés et leurs conditions d'urgence, l'auteur indique que la production et le traitement d'énoncé est définie par les limites et les formes de (i) la disibilité, (ii) la conservation, (iii) la mémoire, (iv) la réactivation et (v) l'appropriation.

Mots-clé: Archive; média; discours politique; énoncé.

Resumo: Este artigo pauta-se na afirmação de que o sentido procede da materialidade da língua e do arquivo e procura responder as seguintes questões: Como trabalhar com a dispersão fragmentada dos discursos quando se está mergulhado na política do excesso de circulação dos discursos? Como considerar a produção do visível e do não visível na composição do arquivo e, conseqüentemente, do corpus de análise? Tais questionamentos levam-nos a considerar a forte presença e interferência dos meios e processos de circulação dos discursos na produção dos sentidos. Algumas reflexões sobre essa problemática conduzem-nos a M. Foucault, em especial no artigo 'Resposta a uma questão' (1968), quando em sua reflexão sobre a descrição do arquivo que está submetido à lei da existência dos enunciados e a suas condições de emergência, o autor indica que a produção e a transformação dos enunciados é definida pelos limites e formas (i) da dizibilidade, (ii) da conservação, (iii) da memória, (iv) da reativação e (v) da apropriação.

Palavras-chave: Arquivo; mídia; discurso político; enunciado.

1 Da análise das sequências discursivas à leitura do arquivo.

Ao afirmar que o sentido não é dado a priori, mas sim procede da materialidade da língua e do arquivo, Maldider e Guilhaumou (1994) indicam que a Análise do discurso (AD) funda-se sobre a investigação desses dois suportes materiais. Pautados em uma discussão teórica sobre arquivo, propomo-nos revisar a atribuição que se deu à noção de arquivo na AD e avaliar como o desenvolvimento desta teoria motivou e justificou as inflexões dessa noção.

1 Professora Doutora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar - SP

Em artigo publicado por Pêcheux e seu grupo na revista *Buscila*, em 1984 (Pêcheux, 2011), observa-se como se tornava inevitável a discussão sobre a problemática da tomada do objeto de análise para a AD. J. Guilhaumou e D. Maldidier, ao ponderarem sobre a ‘configuração metodológica inicial’ da AD, apontam mudanças na constituição da teoria. A AD passa de uma disciplina de programas e métodos para uma disciplina interpretativa, e nisso está envolvida, conseqüentemente, a mudança no tratamento do objeto de análise – passa-se da análise das seqüências discursivas presentes em um corpus para a operação de leitura do arquivo. Guilhaumou e Maldidier (1984 [2011, p.98]), ao refletirem sobre a constituição dos corpora em AD, indicam que “uma nova reflexão sobre a noção de *corpus* se impunha” à AD desenvolvida nos anos de 1980.

Parece atualmente que as constituições dos corpora em AD, tais como elas foram praticadas nos anos de 1970, resultam, na maior parte dos casos de uma “operação de extração” que recorta dos enunciados as suas condições de produção, o tempo da análise linguística. Por um lado, a seleção das palavras-pivô recorre ao já-lá, às formas de saber já constituídas; ela repousa sobre julgamentos de saber de tipo referencial. Por outro lado, os quadros e domínios semânticos constituídos pelas séries de frases transformadas eliminam a linearidade do discurso, nele substituem uma ordem sobre o modelo de constituição do corpus das frases na teoria gramatical. O perigo do artefato estava bastante próximo. Uma nova reflexão sobre a noção de corpus se impunha. (Guilhaumou e Maldidier, 1984 [2011, p.98])

Essa preocupação também é expressa por Pêcheux (1984 [2011]) no artigo “*Especificidade de uma disciplina de interpretação*”, que se segue ao artigo de Guilhaumou e Maldidier (1984 [2011]) na *Revista Buscila*. Ele explicita que a AD especifica-se por sua relação com a língua, mas não se reduz a ela, uma vez que interage com outras tradições e perspectivas.

Ela (a AD) partilha com a tradição lexicométrica a prática de construção de corpus e o recurso eventual a algoritmos informatizados, mas ela não se interdita de supor estruturas sintáticas sob a sucessão das unidades lexicais.

Ela partilha, por outro lado, com as tradições semiológicas e semióticas (que, aliás, designam seus trabalhos como análises de discurso) o cuidado de apreender e de descrever as condições estruturais de existência do sentido, mas sem autorizar a supor estruturas lógico-semânticas subjacentes às seqüências discursivas.

Ela partilha, enfim, com a perspectiva arqueológica foucaultiana o cuidado de considerar as condições históricas de existência dos discursos na sua heterogeneidade, mas ela visa a re-introduzir explicitamente no campo a problemática da língua. (PÊCHEUX, 1984 [2011, p. 100])

A essa tripla especificidade, a AD fará sempre intervir a especificidade da língua, compreendendo-a, não como puro sistema, mas como “um real específico que forma o espaço contraditório do desdobramento das discursividades” (PÊCHEUX 1984 [2011, p. 101]). Para atender ao desenvolvimento dessa especificidade, já não será suficiente à AD promover metodologicamente o confronto de seqüências discursivas, ou o trajeto de palavras-pivô. Será, então, a leitura do arquivo, com o objetivo de analisar a irrupção de um acontecimento em detrimento da localização de uma formação discursiva, a preocupação para a qual as pesquisas da AD se voltam na terceira época.

Maldidier (1993 [2011]), ao traçar um trajeto na história da AD, a partir do trabalho de M. Pêcheux, afirma que uma nova formulação da AD se faz quando na teoria dispõe-se a

enfrentar as imprevisibilidades da história, as histórias singulares, o acontecimento. Esse é, portanto, um movimento central que irá desestabilizar o procedimento por etapas antes desenvolvido pela análise do corpus, sua descrição e sua interpretação, por um procedimento em forma espiral e cumulativa que flagrará momentos de corpus, trajetos nas redes que constituem o enunciado.

Segundo Maldidier (1993[2011, p. 61), “por um estranho percurso, M. Pêcheux reencontra finalmente o Foucault que ele não pôde antes encontrar”. E os conceitos de arquivo, acontecimento são incorporados na construção de *maquinas paradoxais* (como aquele sistema de programação DEREK) que observam os objetos discursivos nesta tensão existente entre a sistematicidade da língua, a historicidade e a interdiscursividade.

Firma-se, então, nas reflexões dos anos 80, a AD como uma disciplina de interpretação, voltada para a leitura do arquivo. Com isso novos desafios são impostos e dentre eles a preocupação de “Como ler o arquivo hoje” – exposta no artigo de Pêcheux (1982), que flagra o divórcio cultural existente entre a vertente da leitura do arquivo da perspectiva dos literatos e a vertente dos cientistas que conduzem, assim, a uma perigosa divisão social do trabalho de leitura.

(Aos literatos), o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas ‘interpretações’. (Pêcheux 1982, p.58)

Pêcheux (1982, p. 60), neste momento, ciente dos riscos que esse modo de leitura pode desencadear – dentre eles “o policiamento dos enunciados, uma normalização asséptica da leitura e do pensamento e um apagamento seletivo da memória” – propõe que se volte para a análise da materialidade da língua na discursividade do arquivo. É neste ponto que a noção de arquivo, a meu ver muito se aproxima daquela pensada por Foucault. Um arquivo não é (ou não é somente, se preferirmos) um conjunto de dados guardados, ele é, por sua prática de leitura, revelador de interesses históricos, políticos e culturais.

2 Limites e formas da produção e transformação de enunciados

O arquivo compreendido na perspectiva que Foucault (1968) atribuiu ao termo (o arquivo não é nem conjunto de documentos que uma cultura recolhe como memória e testemunho do seu passado, nem a instituição que se ocupa de conservá-los, o arquivo é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares), exibe um sentido determinado, cada dispositivo de arquivo estabelece sua própria organização, respeitando a especificidade de um tema, de um acontecimento, de um percurso. Tal compreensão da noção de arquivo, se por um lado sustenta a forma de recorte de um corpus discursivo, por outro, apresenta algumas questões aos estudos da Análise do discurso na atualidade: Como trabalhar com a dispersão fragmentada dos discursos no campo de uma visada quando se está mergulhado na política do excesso de circulação dos discursos? Como considerar essa produção do visível e do não visível na composição do arquivo e, consequentemente, do corpus de análise? Essas questões levam-nos a considerar a forte presença e interferência dos meios e processos de circulação dos discursos na produção dos sentidos. Algumas reflexões sobre essa problemática conduzem-nos de retorno a Foucault, em especial no artigo ‘Resposta a uma questão’ (1968 [2010]), quando em sua reflexão sobre a descrição do arquivo que está submetido à lei da existência dos enunciados e a suas condições de emergência, o

autor indica que a produção e a transformação dos enunciados é definida pelos limites e formas (i) da dizibilidade (sobre o que é possível falar? O que se inscreve como domínio discursivo?), (ii) da conservação (quais enunciados são destinados a passar sem deixar vestígios e quais se cristalizam em nossa memória seja pela recitação, pelo ensino ou pela pedagogia?), (iii) da memória (como a inscrição dos discursos nas formações discursivas os tornam válidos, discutíveis ou definitivamente invalidados?), (iv) da reativação (quais são os discursos produzidos em outras épocas que tentamos reconstituir e como?) e (v) da apropriação (como se dá a luta pelo domínio dos discursos?). Neste artigo pretendemos, portanto, avaliar como os meios e processos de circulação dos discursos atravessam esse conjunto de regras que definem o arquivo e produzem sentidos.

Partiremos, então, de dois princípios. O primeiro é o de que os arquivos nunca estão dados, portanto é preciso considerar o problema de sua construção. O segundo é o de que, na esteira de Foucault, o arquivo pode ser definido como o sistema geral da formação e transformação dos enunciados. Articulando esses dois princípios, temos que a construção do arquivo não se dá independente desse sistema de produção e transformação dos enunciados que, por sua vez, responde a um conjunto de regras que, em dada época, e por uma determinada sociedade, definem limites e formas de *dizibilidade*. Para ficar no domínio dos trabalhos aos quais temos nos dedicado, tomemos como exemplo o discurso político produzido em campanha eleitoral que compõe o arquivo do Labor². Na contemporaneidade, o limite da dizibilidade esbarra nas questões jurídicas que regem possíveis processos de ofensa moral, de difamação, entre outros. Assim em resposta à questão sobre ‘o que é possível falar’, pode-se dizer que a forma e o limite da dizibilidade é inerente ao arquivo, uma vez que só se formarão e se transformarão enunciados dizíveis diante das relações de poder que se instalam na sociedade.

Há também o conjunto de regras que, em dada época e sociedade, define limites e formas de *conservação* dos enunciados. A recitação, o ensino e a pedagogia atuarão como forma de conservação dos enunciados expressos na materialidade linguística em uma perspectiva que não se reduz ao linguístico. Estende-se a outras semiologias - imagens, gestos. Entretanto, a novidade não está na análise da imagem, mas em considerá-la como objeto de análise. Na historiografia, uma imagem só teria lugar como enunciado se ela tivesse se transformado em “arquivo de alguma coisa” (Salomon 2011, p.33). Um enunciado-imagem deve ser alçado de sua simples figuração para se tornar arquivo. Durante o longo período em que a imagem era tomada apenas como ilustração, e somente o texto escrito impunha a materialidade do arquivo, a imagem era negligenciada no arquivo e deixada de lado no momento da análise. Isso nos faz observar que os arquivos não foram (ou ainda não são), portanto, um justo espaço de preservação e conservação, pois ele é suscetível ao que se reconhece em cada tempo como materialidade que deve compor um arquivo. A própria história da AD quanto ao trato do discurso político é um exemplo de como a transformação do discurso político passa a exigir que o estatuto da imagem (fixa ou em movimento – por exemplo, em tv ou em sites) passe a ocupar lugar central no arquivo.

Há, portanto, uma ordem do discurso (Foucault 1996), regida por procedimentos externos (o tabu, a segregação e a vontade de verdade) e procedimentos internos (comentários, autoria e disciplina), do qual a conservação do arquivo não se separa. O efeito multiplicador e coercitivo inerente ao comentário, a autoria e à disciplina, estará intrinsecamente envolvido neste processo do que será conservado e do que será descartado. A forma da conservação se dará por um processo da pedagogia e do ensino, por um processo de remissões a enunciados anteriores.

2 Laboratório de estudos do discurso - UFSCar

Os limites e as formas da *memória* são agenciados também por relações de saber e poder. A memória que se edifica e se organiza diferentemente em distintas formações discursivas definirá o que cada arquivo reconhece como válido ou discutível. As diferentes formas como estão compostos os arquivos sobre a ditadura na América Latina mostra-nos que a memória dos discursos está firmemente atrelada às formações discursivas nas quais os enunciados estão inseridos.

A sociedade, a partir de um conjunto de regras e não alheia às relações de poder, define os limites e as formas de *reativação* dos enunciados, selecionando, dentre os discursos de épocas anteriores ou das culturas estrangeiras, quais quer reter, valorizar e reconstruir. Restituídos, esses discursos recebem papéis a desempenhar. São organizados em arquivos que passam a ser redistribuídos. A web tornou-se uma ferramenta democrática e eficaz na redistribuição dos arquivos. Tantos institucionais como pessoais, arquivos conteúdo documentos (escritos e imagéticos) de uma dada época, ao serem reativados produzem na sociedade efeitos diversos. No discurso político a reativação pode produzir efeito paradoxal. São utilizados tanto para qualificar quanto para desqualificar o homem político.

Muitas vezes de uma forma narcisista ou como um instrumento de resistência (quanto ao direito de redistribuir, reproduzir, manifestar-se), a sociedade define os limites e as formas da *apropriação* dos discursos. Com o objetivo de chegar mais perto de si, os internautas constroem na web homepages produzindo arquivo que permitirá que se promova a apropriação do autor com o domínio dos seus discursos. Os arquivos *on-line* passaram de uma simples junção de dados de uma família – de uma forma distinta de guardar fotos, dados familiares, ou seja de uma forma de reacondicionamento - para um reagenciamento (Artières 2011, p. 107) dos dados, que passam então a ter grande visibilidade.

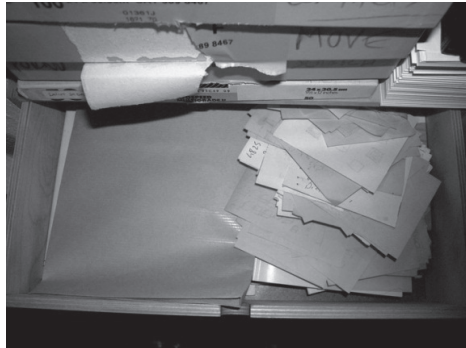
Um exemplo indicado por Artières (2011, p.105) oferece-nos uma indicação do extremo de como a internet torna-se uma ferramenta para mostrar os arquivos. Trata-se do site www.desordre.net de Philippe de Jonckheere, que por acumulação e multiplicação de links, organiza uma forma inusitada de escrita e de arquivamento de si. A partir da imagem de sua garagem, que é ocupada por seus arquivos, é possível abrir gavetas e folhear documentos que ali estão guardados, abrir livros, consultar vídeos etc. As imagens a seguir foram extraídas do site. Ao se clicar com o mouse em uma das caixas-gaveta ao fundo encontram-se os papéis e com novo clique pode-se ler o que está no interior do envelope. O mesmo ocorre com alguns vídeos e livros.



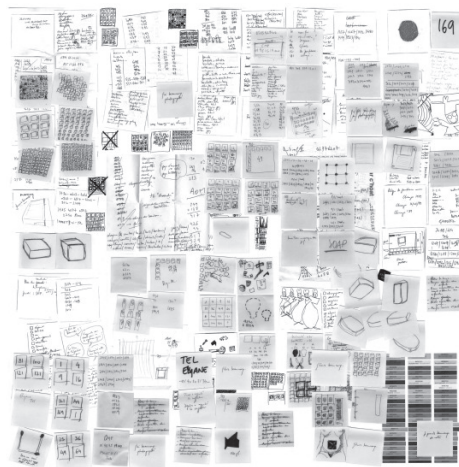
<http://www.desordre.net/labyrinth/garage/photos/017.htm>



<http://www.desordre.net/labyrinthe/garage/photos/020.htm>



<http://www.desordre.net/labyrinthe/garage/photos/tiroirs/035.htm>



http://www.desordre.net/photographie/numerique/autoportrait_carre/images/grandes/015_notes.htm
<http://www.desordre.net/labyrinthe/garage/photos/vignettes/index.htm>

A web produz ainda uma economia dos arquivos privados. O acesso a arquivos se era prioritariamente organizado, mantido e cedido por instituições de Estado, hoje, em muitos casos, esse acesso é comercializado. Compra-se o arquivo de programas televisionados, desde palestras a CDs com gravações do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, por exemplo.

3 Como trabalhar com a dispersão fragmentada dos discursos no campo de uma visada quando se está mergulhado na política do excesso de circulação dos discursos? Algumas conclusões.

Em AD, metodologicamente, os trabalhos de pesquisa exigem do pesquisador que ele próprio construa seu arquivo de pesquisa. A noção de arquivo que sustenta nossas reflexões é feita à esteira das proposições de M. Foucault, da Nova História, e das preocupações da AD da terceira época.

Há, entretanto, na contemporaneidade um excesso do arquivo, mas essa característica, por um lado pode contribuir para a consolidação das sociedades democráticas, já que se torna impossível o controle da circulação dos dados, mas, por outro, o excesso do arquivo induz à repetição e isso pode propiciar o controle da sociedade.

São muitos os arquivos que merecem ser analisados. Em nossas pesquisas temos privilegiado a análise do discurso político considerando suas formas de arquivamento. Como se produz o discurso eleitoral presidencial em campanhas políticas no Brasil? Para responder a essa questão, temos de investigar a organização dos enunciados em diferentes formas de circulação: sites de candidatos³, Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral ⁴ (Garcia e Sargentini, 2010), twitter de eleitoráveis⁵, debates entre candidatos, folhetos de campanha, matérias de jornais e revistas (Carvalho e Sargentini, 2009). Para análise deste arquivo temos que considerar o suporte e as coerções genéricas, por exemplo, o HGPE atribui tempos de apresentação distintos a cada partido, o twitter limita o número de caracteres a serem digitados, os debates têm regras rígidas de participação que envolvem até mesmo a tomada da câmera; a quantidade de informação hoje está marcada mais pela repetição do que pela diversidade, repete-se o dizer, em geral em formas breves, em distintos suportes e em várias materialidades (enunciados escritos, orais, imagéticos); e para a análise é preciso destacar, enfim, a velocidade da informação em relação ao ritmo, que pode ser acelerado, observa-se que há uma sequência muito rápida de imagens (para uma frase curta, apresentam-se 4 ou 5 imagens) que, por vezes, alternam-se com imagens que transcorrem lentamente a fim de marcar traços de docilidade (Sargentini, 2011), paz e harmonia.

Portanto, ler o arquivo hoje significa ‘ler a circulação de sentidos’, articulando os princípios de dizibilidade, conservação, memória, reativação e apropriação àquele de circulação no qual estão envolvidos o gênero e o tipo de suporte, a quantidade, a intensidade, a velocidade, a materialidade.

3 Geovana Chiari. Propaganda eleitoral na internet: o funcionamento dos sites dos candidatos. 2010. Iniciação científica - Universidade Federal de São Carlos, Apoio CNPq – orientação Vanice M. O. Sargentini.

4 Luciana Carmona Garcia. O discurso político eleitoral contra a corrupção no HGPE/2006: memória e construção de identidade.. 2010. Dissertação de Mestrado em Linguística - Universidade Federal de São Carlos. Apoio Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. *Orientador*: Vanice Maria Oliveira Sargentini..

5 Livia Maria Falconi Pires. A política se renova: as novas tecnologias na construção do discurso político.. 2012. Dissertação de Mestrado em Linguística - Universidade Federal de São Carlos. Apoio Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Orientador*: Vanice M.O. Sargentini.

Referências

- ARTIÈRES, P. (2011) Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos. *in: SALOMON, M (org.) O saber dos arquivos*. Goiânia – GO: Edições Ricochete.
- CARVALHO, P.H.V. e SARGENTINI, V. (2009) “O papel da imagem em “Uma revista para quem gosta de ler”: Piauí.” *Revista da ANPOLL – multimodalidade e intermedialidade: abordagens linguísticas e literárias*. Vol 27. Belo Horizonte – MG, Jan/ Jun.
- FOUCAULT, M. (1968) Resposta a uma questão. *In: Ditos e escritos VI*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp.1-24. Original 1968.
- FOUCAULT, M. (1996) *A ordem do Discurso*. Rio de Janeiro: Edições Loyola.
- GARCIA, L. C ; SARGENTINI, V. M. O. . O discurso político no horário eleitoral gratuito: em direção a uma semiologia da política. *In: Gama-Khalil, M; Stafuzza, G.; França, T.M.. (Org.). Análise do Discurso: Sujeito e subjetividade*. 1 ed. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008, v. 1, p. 493-502.
- GUILHAUMOU, J. e MALDIDIER, D. (1984) La configuration méthodologique initial. *Buscila* (Paris), nº 1. Tradução brasileira de Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. A configuração metodológica inicial, pp. 95-98 *In: PIOVEZANI, C. e SARGENTINI, V. (orgs.) Legados de Michel Pêcheux.: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011
- PÊCHEUX, M. (1984) Spécificité d’une discipline d’interpretation. *Buscila* (Paris), nº 1, pp.56-58. Tradução brasileira de Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. Especificidade de uma disciplina de interpretação, pp. 99-103 *In: PIOVEZANI, C. e SARGENTINI, V. (orgs.) Legados de Michel Pêcheux.: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.
- PÊCHEUX, M. (1982) Lire l’archive aujourd’hui. *in: Archives et Documentos de la Société d’Histoire et épistemologie des sciences du Langage*. nº 2, p. 35-45. Trad. brasileira Ler o arquivo hoje. *In: Orlandi, E. (org.) Gestos de Leitura: da História no Discurso*. Ed. da Unicamp, 1994, p. 55-64
- SALOMON, M. (2011) A danação do arquivo: ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais, *in: SALOMON, M (org.) O saber dos arquivos*. Goiânia – GO: Edições Ricochete.
- SARGENTINI, V. (2011) Discurso e História em diferentes materialidades do discurso político. *in: INDURSKY, F, MITTMANN, S. e FERREIRA, M.C. L. Memória e História na/ da análise do discurso*. Campinas – SP: Mercado de Letras.

Formação discursiva e autoria na produção e na circulação de arquivos

Solange Mittmann¹

Abstract: I discuss *archive* from two points of view in this article: the first one considering the meanings which are already-there, as an already-known object, composed whether of physical material or bits, and then as a theoretical and methodological notion based on Derrida, Foucault and Pêcheux. As an object, I discuss it based on its presence in the everyday life, emphasizing issues which are imposed by the advent of cyberspace. As a notion, I relate it with two other notions: discursive formation and authorship. In order to illustrate the discussion, I present three contemporary artworks by Erik Kessels, Eva and Franco Mattes, and Hasan Elali. The aim is to observe the way the authorship works in the construction and in the movement of the archive, as a slip or a displacement in relation to the discursive formation.

Keywords: archive; authorship; discursive formation; cyberspace.

Resumo: Neste artigo, discuto *arquivo* sob dois olhares: primeiramente, sob sentidos já-lá, como *objeto* já-conhecido, seja ele composto de matéria física ou de bits; a seguir, como *noção* teórico-metodológica, a partir de Derrida, Foucault e Pêcheux. Como objeto, discuto-o em sua presença no cotidiano, ressaltando questões que se impõem pelo advento do ciberespaço. Como noção, coloco-o em relação com outras duas noções: a de formação discursiva e a de autoria. A fim de ilustrar a discussão, cito três obras artísticas contemporâneas – de Erik Kessels, de Eva e Franco Mattes, e de Hasan Elali. O objetivo é observar o funcionamento da autoria na construção e no movimento do arquivo em relação à formação discursiva.

Palavras-chave: arquivo; autoria; formação discursiva; ciberespaço.

Introdução

A noção de arquivo tem sido acionada com frequência no âmbito da Análise do Discurso, sobretudo nas discussões sobre as novas tecnologias. O incômodo diante da potencialização da produção e circulação de textos na sociedade em rede (além da ruptura de limites antes tão definidos e acatados) tem motivado debates que, se em uma direção, convocam os analistas do discurso a trazerem seu aporte teórico-metodológico para a interpretação desse acontecimento histórico, por outra, instigam os analistas a pensarem algumas questões teóricas. E é uma noção que se mostra produtiva na medida em que provoca abordagens a respeito do contato solidário entre elementos pares, da circulação de objetos dentro de um arquivo ou de um arquivo para outro, das delimitações de fronteiras e das relações em rede com outros arquivos.

1 Doutora em Letras. Professora do PPG-Letras da UFRGS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – GEPAD-RS.

Neste artigo, proponho acionar, inicialmente, arquivo como *objeto* já-conhecido, seja ele composto de matéria física ou de bits, para em seguida abordá-lo como *noção* teórico-metodológica, a partir de Derrida (2001), Foucault (2002) e Pêcheux (1997). Na primeira perspectiva, embora trazendo diversos exemplos de arquivos de matéria física, o foco é o ciberespaço, considerados aí os suportes, a internet, mas também os internautas, as condições de produção, os discursos e suas formas de circulação. Na segunda, coloco-o em relação com outras duas noções: a de *formação discursiva* – em Foucault (2002) e em Pêcheux (1995) – e a de *autoria* – a função-autor de Foucault (1992) e a distinção entre função-autor e efeito autor conforme Gallo (2008).

Arquivos sob o efeito de evidência

Alguns arquivos estão presentes em nosso cotidiano como algo já-lá, já conhecido, e sobre eles lançamos gestos já esperados de busca, leitura, seleção, organização etc. É o caso de arquivos domésticos (de fotos, telefones, receitas, objetos colecionados, contas pagas), de trabalho (bibliografias, cadastros, planilhas) ou sociais/institucionais (videotecas, museus, locadoras). Para uma reforma na casa, buscamos a planta hidráulica num órgão municipal; para o traçado da árvore genealógica, recorremos aos arquivos de cartórios e igrejas; para a compra de um carro, ao arquivo de infrações. Percorrendo arquivos oficiais – tantos deles hoje disponíveis na internet – descobrimos um pouco de nós à disposição de qualquer interessado: lá estamos expostos, com nossos números de registro e catalogação, e informações de nossa vida que julgávamos privadas. A um gesto, qualquer internauta pode ter acesso ao nosso endereço, CPF, multas de trânsito, local de trabalho, amigos comuns nas redes sociais, pesquisas, publicações... Na rede de arquivos que constui a internet, um pouco de nossa vida está à disposição de qualquer interessado.

De aço ou madeira, com divisões em pastas e gavetas – essa imagem visual que temos de arquivo é tão presente na memória, que forma os ícones na tela do computador para representar “abrir” (resgatar, sacar) um documento já arquivado, ou “salvar” (guardar, arquivar) em uma pasta de cd, dvd, pen drive, cartão de memória etc. Em nossa vida com os excessos e com a possibilidade de perda, o arquivo digital e o arquivo impresso competem constantemente pelo maior espaço de armazenamento no menor espaço no ambiente. E, ainda, temos o chamado arquivo morto, com a função de guardar o que já não circula, não se utiliza, mas que ainda pode significar na eventualidade de ser buscado, ou seja, traz em si a virtualidade do ressuscitar. Como naquela historinha do estagiário que sugeriu ao chefe se desfazer do arquivo morto, digitalizando todos os documentos, e o chefe aceitou, desde que antes, o estagiário “xerocasse” tudo. A anedota revela que o arquivo está ligado ao receio de perder – mesmo que os documentos estejam esquecidos. Já nos museus e acervos, o arquivo tem sua existência pela necessidade de manter a memória “viva”, para que não se esqueça a história.

Há ainda um outro aspecto sobre alguns arquivos que cabe trazer, que é o desejo de acumulação de um (im)possível no formato de um todo. É o caso das enciclopédias. Recentemente, deparei com uma Enciclopédia da História Universal, que trazia na capa personagens históricos, como Gandhi, Einstein e Madre Teresa. E fiquei a me perguntar quão pequeno é preciso ser o recorte de uma história universal para caber em uma enciclopédia, e quanto é preciso esquecer (interditar) dessa história para que se ouse fazer uma enciclopédia com tal título.

Esse impasse sobre o que pode/deve entrar e o que deve ficar de fora já estava presente nos arquivos renascentistas descritos por Chartier (2007, p.2), cujos editores procuravam “fazer *ready-mades* de lugares comuns, ou seja, reunir de maneira impressa tudo o que se necessitava saber sobre um determinado tema”. Tais arquivos tinham a função de servir como bancos de dados que alimentariam novos discursos. Ou, observando-se na via inversa, novos discursos deveriam sustentar-se, nutrir-se, constituir-se de discursos previamente selecionados, autorizados, legitimados e organizados em arquivo.

Assim, o enunciado descritivo de Chartier “tudo o que se necessitava saber sobre” nos serve para delinear uma série de ilusões não só dos bancos de dados do passado, mas também dos arquivos e arquivamentos atuais:

- *Tudo*: a ilusão de que os sujeitos dominam suas escolhas diante das ofertas desde sempre já-lá;
- *o que*: a ilusão de saber do que se fala e, ainda, de que o rechaçado não está presente;
- *se*: a ilusão de uma homogeneidade social, onde todos sofrem as mesmas determinações e da mesma forma;
- *necessitava*: a ilusão de naturalidade, de que as coisas e os fatos são como/porque são;
- *saber*: a ilusão de universalidade e transparência dos sentidos;
- *sobre*: a ilusão de que os limites estariam desde sempre estabelecidos.

“Tudo o que se necessitava saber sobre” seria, então, uma parte de um suposto “todo” (in)disponível, (im)possível de ser discursivizado, contido e apreendido. O que nos leva a perguntar: o que não se necessitaria ou não se deveria saber? Limites e formas de articulação do/no arquivo seriam determinados e impostos por quem? Talvez o permanente burlar dessas imposições seja umas das questões mais discutidas hoje quando se aborda o impacto do advento do ciberespaço na sociedade contemporânea. Afinal, os efeitos de naturalidade, transparência e universalidade são postos, frequentemente, em suspenso, diante dos movimentos dos internautas, a partir da formulação e circulação de novos discursos, antes não previstos.

A esse respeito, cabe trazer a distinção apontada por Orlandi (2001, p.9) entre os três momentos envolvidos nos processos de produção do discurso: a constituição, a formulação e a circulação. O primeiro se dá a partir da memória do dizer e está ligado ao eixo vertical da produção; o segundo é onde essa memória se atualiza, através do eixo horizontal. Quanto à circulação, importa, segundo a autora, considerar que “os ‘meios’ não são nunca neutros”, cabendo-nos analisar, portanto, “como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc.)”. (Ibid., p.11-12)

Sem dúvida, o modo de circulação faz significar de maneira particular os documentos de arquivo. E é importante ressaltar que os documentos de arquivo são tomados aqui como objetos discursivos, ou seja, em sua opacidade, constituídos na tensão das condições de produção². É o que tentarei mostrar a partir das provocações que artistas contemporâneos têm efetuado quando discutem a circulação no ciberespaço. Para isso, cito brevemente – e não como corpus de análise, mas como gatilho para a discussão sobre arquivo – três obras que provocam discussões sobre a circulação de documentos e os movimentos de arquivo.

2 Por isso, *documento*, neste artigo, é considerado a partir de seu tratamento como *monumento*, isto é, não tomado isoladamente como comprovação da história, mas posto em relação, articulado, conforme Foucault (2002).

Arquivos em questão pela Arte

O *Museu do Futuro da Fotografia*³, do holandês Erik Kessels, apresenta as postagens na internet como uma espécie de soterramento. A instalação foi montada em 2011 no Museu da Fotografia de Amsterdam e constitui-se de todas as fotos postadas no Flickr⁴ durante um período de 24 horas. O resultado foram 6 milhões de fotos formando montanhas de papéis que ocuparam uma sala do museu. Ali se misturavam fotos públicas, privadas, sociais, individuais etc.

Pode-se dizer que foram postos em discussão na obra tanto o excesso como o acesso, dois fatores presentes entre nossas preocupações cotidianas a respeito do impacto da internet sobre a vida individual ou coletiva. O excesso é revelado e discutido quando os bits tomam forma de matéria física e tem-se certa dimensão do volume do arquivo da rede: um dia de produção de documentos imagéticos em bits e seu arquivamento em um site criado para essa finalidade corresponderia a uma sala física de museu lotada. E a tendência do volume, obviamente, é aumentar. Já no que se refere ao acesso, pode-se afirmar que quando as fotos são transportadas da internet para uma sala lotada de museu e recebem visitas, tem-se também certa dimensão do não-limite entre o público e o privado, assim como entre o individual e o coletivo, não só no novo local de acesso, mas na própria internet. Em resumo, a obra de Kessels constrói certa visualização de volume e de trânsito que é impactante, mas ainda é ínfima diante do volume e do trânsito presentes no ciberespaço.

A formulação e a circulação de documentos de arquivo também é o mote da obra de Eva e Franco Mattes, que em 1998, criaram o personagem Darko Maver⁵, um artista iugoslavo que produziria esculturas realistas de vítimas de assassinato em prédios abandonados e quartos de hotel. Eva e Franco Mattes tomaram fotos de notícias que circulavam na internet e apresentaram como se fossem imagens das esculturas do suposto artista. No ano seguinte, colocaram em ampla circulação uma foto da morte de Darko Maver, situando-a numa prisão durante um bombardeio da OTAN, e montaram uma seqüência de mostras póstumas. Depois das exposições e dos debates suscitados, os artistas, revelaram que Darko Maver era uma invenção.

A particular forma de circulação dos documentos fez com que fossem ressignificados. Num primeiro momento, documentos comprovadores de notícias diversas são tomados do âmbito do jornalismo e passam, então, a ser reunidos no âmbito da arte. Ou seja, cada documento já-situado em arquivos específicos (jornais) é deslocado para um arquivo novo e único (o conjunto de imagens) construído por Eva e Franco Mattes e recatalogado como um novo documento. No novo arquivo, os “novos” documentos são identificados como se viessem de uma mesma “fonte”, a obra de Darko Maver. Neste primeiro momento, a reunião, na forma de arquivamento-catalogação de peças de uma obra, tornou os documentos instigadores de debate a partir da provocação da obra.

No momento posterior, depois de desfeita a farsa, os mesmos documentos (que já são outros, pois foram novamente ressignificados) passam a ser instigadores de um novo debate, agora sobre a própria construção ficcional daquele primeiro movimento de arquivamento-catalogação. Quer dizer, não é apenas o documento que é questionado (como comprovação

3 Uma notícia sobre a instalação pode ser encontrada em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111116_fotos_exposicao_pu.shtml

4 www.flickr.com

5 A obra pode ser encontrada em: <http://0100101110101101.org/home/darkomaver/index.html>

de uma verdade), mas a sua condição de documento em circulação, a interpretação que se efetua sobre ele a cada movimento. Afinal, como afirma Nunes (2007, p.374), “o material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de ‘comprovação’, onde se suporia uma interpretação unívoca”.

A discussão sobre/a partir da circulação de documentos de arquivo também é levantada pela obra de Hasan Elahi, que coloca em circulação na internet imagens de seu próprio cotidiano. Certa feita, o artista foi confundido com um terrorista pela CIA e, com receio de ser preso, começou a filmar e postar na internet seu cotidiano e sua localização. Criou o site *Trânsito Rastreado*⁶ (<http://trackingtransience.net/>), onde posta, com atualizações de hora em hora, um mapa indicando onde ele está (o artista anda sempre com um GPS) e as imagens que estão diante de si. Seu rosto não aparece, mas sim o que ele vê, o que faz, onde está, o que há no seu entorno etc.

Elahi joga com o movimento de arquivo de um cenário para outro: do espaço onde está seu corpo para o espaço da internet, e deste para os espaços de exposição em galerias. Cada um desses movimentos de arquivo faz com que os documentos (as imagens) e o próprio arquivo (o gesto de arquivamento) sejam ressignificados. Afinal, um prato sobre uma mesa não recebe os mesmos efeitos de sentido quando está diante do artista, diante da câmera, na tela do computador ao lado de um mapa, no telão de um museu de arte...

A descrição das três obras citadas acima permite notar que as mesmas questões são postas em discussão. Quem se depara com essas obras (e tantas mais que vêm discutindo os mesmos temas que envolvem o ciberespaço) é instigado a pensar sobre (des)limites diversos. O (des)limite entre o público e o privado é acionado como problema a discutir pelo fato de que tanto os visitantes da obra de Kessels como os da obra de Elahi em museus ou galerias tiveram acesso a documentos de arquivos da vida privada, da mesma forma que qualquer internauta ao acessar o Flickr ou o site Trackingtransience. Já o (des)limite entre a vida vivida e a vida narrada é trazido à reflexão pelo recontar das histórias, quando uma foto entra em contato com outras em uma montanha de fotos, ou quando há um recorte da narrativa pela câmera e pelo GPS, ou através da construção do personagem fictício a partir de documentos de outras narrativas.

Também questionamentos são levantados a respeito do jogo excesso/falta, deriva/contenção. O excesso de documentos (imagens) e de arquivos denunciaria uma tentativa insistente e provisória de desviar da falta constitutiva e permanente? O controle dos arquivos pela distribuição, exposição e acesso, seriam recursos igualmente insistentes e provisórios de conter a deriva? São questões que a arte tem lançado à sociedade sobre as relações que esta tem estabelecido com seus arquivos, principalmente os digitais.

Três definições de arquivo

Então, como diz Derrida (2001, p.11), não comecemos pelo arquivo, mas pela palavra *arquivo*: “*Arkhe*, lembremos, designa ao mesmo tempo o começo e o comando”. Esses dois aspectos estão presentes em nossa reflexão: o arquivo como lugar de onde se parte, efeito de origem de outros discursos, e o arquivo como estabelecimento de diretrizes, normas para novos discursos. Mas, como afirmam Romão et al. (2010, p.124), “tais princípios parecem ser muitas vezes da ordem da ilusão, da impossibilidade”. Poderíamos dizer,

6 A notícia está em: http://obviousmag.org/archives/2012/02/hasan_elahi_-_o_foragido_que_todos_sabem_ounde_esta.html

ainda, que se trata de um desejo e de um efeito de origem e de comando calcados sobre a própria impossibilidade de resgate e de controle. Ou seja, porque não podem resgatar as origens nem ter pleno controle ou comando sobre os documentos e os sentidos, os sujeitos precisam contentar-se com as ilusões de que, sim, é possível.

A necessidade de controle sobre a ordem do discurso e do arquivo pode ser descrita a partir da definição de arquivo em Foucault (2002, p.149) como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”, ou ainda o que “diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria”, fornecendo aos discursos “seus modos de aparecimento, suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento”. Para chegar a essa definição, Foucault precisa negar, é claro, as perspectivas que apontamos quando tratamos do arquivo a partir do efeito de evidência: totalidade, memória, eventualidade de ressurreição etc.

Já Pêcheux (1997, p.56), ao abordar as leituras de arquivo (assinalando as científicas e as literárias), afirma que “há fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo, contraditórias, de *ler o arquivo* (entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’)”. O autor alerta para o fato de que a maneira de abordar a língua é que sustenta as maneiras de ler o arquivo. Por isso, no trabalho de leitura de arquivo, é preciso considerar a relação entre “língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história”. (Ibid., p. 62)

Materialidade histórica e materialidade linguística e imagética (entre outras) constituem os documentos de arquivo. Por isso, ali encontramos o jogo de forças que ocorre tanto na borda, selecionando o que pode entrar e excluindo o que não pode, como na articulação interna através de desnivelamentos, sobreposições, mas também reacomodações. Por outro lado, o próprio arquivo traz em si os efeitos de estabilidade e de naturalização – efeitos ideológicos fundamentais.

Arquivo e formação discursiva

Quando Foucault traz o tema do arquivo, alerta que não está se referindo nem à soma de textos guardados em uma cultura, nem às instituições responsáveis pela guarda. Refere-se ao que regula o surgimento de discursos, a sua não aleatoriedade, ou seja, ao fato de que esses discursos “tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo”. (FOUCAULT, 2002, p.149) Daí a definição de arquivo como lei e como sistema de regência.

Assim é que o autor relaciona a noção de arquivo à de enunciado, não pelo que ele é, não é, ou poderia ser (no sentido de o que poderia estar substituindo), mas por sua particularidade. Ou ainda, a condição de sua raridade: “o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos de significantes que foram enunciados”. (Ibid, p. 138)

E a questão da raridade do enunciado e do seu isolamento em meio à dispersão faz com que a noção de arquivo se relacione também com a noção de formação discursiva, no sentido foucaultiano de uma dispersão/regularidade presente em um certo número de enunciados: “uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações”. (Ibid., p. 43) Essa aproximação se deve ao fato de que a análise dos enunciados, a partir da perspectiva do arquivo, “situa-se, de fato, no nível do diz-se”, não como opinião individual,

nem imposição coletiva, nem de voz anônima, “mas como o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas”. (Ibid., p.141)

Partindo desse princípio de que o arquivo funciona como lei que regula ou transforma o enunciado estabelecendo sua raridade, propomos aqui considerá-lo também na relação com uma outra perspectiva de formação discursiva, já não pela definição foucaultina, mas efetuando um movimento que permita pensar o papel da ideologia na sua constituição e no seu funcionamento. Para isso, acionamos a noção pêcheutiana de formação discursiva, já que nessa perspectiva teórica ela está diretamente relacionada à de formação ideológica, pois a formação discursiva é a própria forma de discursivização das determinações da formação ideológica: “as formações discursivas representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. (PÊCHEUX, 1995, p. 161) É a partir de uma relação de “intrincação” (expressão de Pêcheux) com a formação ideológica, que o autor define a formação discursiva como “o que determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)”. (Ibid., p. 160)

Nesta mesma perspectiva, Romão et al. (2011, p.12) afirmam que o arquivo opera “na tensão entre o que pode e deve ser dito e o que pode e deve ser arquivado para circular em público ou para dele se esconder”.

Assim, considerando-se tanto a determinação do que pode e deve ser dito, como a possibilidade de transformação (por exemplo, pela contra-identificação de uma posição-sujeito), pode-se pensar o arquivo no jogo de forças entre posições-sujeito de uma mesma formação discursiva ou entre formações discursivas, a partir da intervenção de uma memória⁷.

Voltando às três obras artísticas descritas acima, podemos observar a tensão presente/proposta a partir dos movimentos dos documentos tomados de formações discursivas como a tecnológica, a jornalística, a da vida privada, a das redes sociais e apropriados pela formação discursiva artística para aí serem ressignificados. Afinal, é na formação discursiva que os documentos recebem sentidos, que passam a ser tomados como sempre-já-lá. Este movimento de atribuição de sentidos de uma formação discursiva para outra nos leva à questão da autoria.

Arquivo e autoria

Para esta reflexão, tomarei a noção de autoria a partir da formulação de Foucault (1992) sobre a função-autor e da distinção estabelecida por Gallo (2008) entre função-autor e efeito-autor. Esse percurso terá sempre presente a relação com a formação discursiva, na perspectiva pêcheutiana.

Para Foucault (Ibid., p.46), a função-autor é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade”. E aqui me atenho particularmente à circulação, pois me permite pensar sobre o funcionamento da função-autor nos movimentos de arquivo. Para isso, retorno à provocação de Eva e Franco Mattes: quando alguns documentos de arquivo formulados e significados a partir da formação discursiva jornalística passam por um gesto de reapropriação e ressignificação a partir da formação discursiva artística, formando um novo arquivo, temos aí um gesto de autoria, que envolve recorte, movimento, reapropriação e ressignificação.

Considero que um movimento de ressignificação pode ocorrer de duas formas: pode ser caracterizado como um *deslocamento* de uma formação discursiva para outra, ou como

7 Remeto aqui a outro texto (MITTMANN, 2008), em que abordei proximidades e distâncias entre arquivo e memória.

um *deslizamento* entre posições-sujeito no âmbito de uma mesma formação discursiva. Na obra de Eva e Franco Mattes, primeiramente há um deslocamento de documentos de arquivo da formação discursiva jornalística para a formação discursiva artística, onde esses objetos são ressignificados; a seguir, num novo movimento, ocorre um deslizamento de uma posição-sujeito para outra no âmbito da mesma formação discursiva artística, com uma nova ressignificação desses objetos.

Além disso, uma característica da função-autor, ainda segundo Foucault, é que pode dar lugar, simultaneamente, a “eus” diversos, ou seja, a diferentes posições-sujeito, abarcando a dispersão. E é o que acontece quando as fotos produzidas no âmbito do fotojornalismo policial são atribuídas à produção artística de Darko Maver. Posteriormente, quando desfeita a farsa, novamente, um gesto de autoria revela a dispersão: Darko Maver nunca existiu. Para, em seguida, circundar essa dispersão formando um novo efeito de unidade: Darko Maver é uma obra de Eva e Franco Mattes.

Considerando a diferença entre as concepções de formação discursiva (de Foucault, como busca de uma regularidade, e de Pêcheux, na relação com a formação ideológica) descrita acima, cabe trazer aqui a diferença entre as duas concepções de posição-sujeito. Para Foucault, a posição-sujeito é um lugar vazio que pode ser ocupado por qualquer indivíduo. Já na perspectiva dos analistas do discurso que seguem os preceitos de Pêcheux, a posição-sujeito é pensada a partir das relações identificação ou contra-identificação com uma formação discursiva (o que Pêcheux chama de tomada de posição), o que leva a concluir que a posição-sujeito é já ocupada pelos saberes de uma formação ideológica.

Como consequência, temos uma dispersão de posições-sujeito na obra de Eva e Franco Mattes, que trazem em si uma memória de saberes de diferentes formações discursivas: a formação discursiva jornalística e a formação discursiva tecnológica, onde os documentos receberam sentidos, e, finalmente, a formação discursiva artística, onde os documentos passam a constituir uma obra, sofrendo a determinação de sentidos a partir não só da apropriação (no primeiro movimento, o da construção da farsa), mas também da contestação de saberes daquelas outras duas (no segundo movimento, da revelação da farsa).

Gallo (2008, p.213) afirma que “‘dispersão’ e ‘fechamento’ convivem e se intercambiam todo o tempo, ambas produzindo seus efeitos (o efeito de ‘fim’ e o efeito de ‘inacabado’)” na prática da textualização. Com as análises das três obras artísticas, podemos afirmar que esses dois efeitos ocorrem na textualização das obras a partir da circulação de documentos de um arquivo para outro, através da formulação de novos arquivos e, mesmo, com o questionamento às leituras de arquivo, sempre sob a determinação da formação discursiva artística.

Mas há ainda uma outra noção trazida por Gallo que pode nos ajudar a ler os arquivos das três obras, bem como a ler as leituras de arquivo propostas/provocadas pelos artistas. Trata-se da noção de efeito-autor, que “diz respeito ao confronto de formações discursivas com nova dominante em um acontecimento discursivo”. (*Ibid.*, p.211) E a autora cita como exemplo “o evento discursivo que constitui a rede internet, que põe em confronto o discurso da mídia digital com incontáveis discursos dominantes, fazendo surgir daí novos efeitos de autoria”. (*Ibid.*, p.214)

Nas três obras analisadas, não encontramos, precisamente, o surgimento de uma nova formação discursiva. A formação discursiva tecnológica (com a internet) se apresenta como já-lá, bem como a formação discursiva artística. O contato das duas formações discursivas na forma de tensão, nessas três obras, não chega a caracterizar o surgimento de uma nova formação discursiva, nem mesmo de uma nova posição-sujeito, pois a ciberarte e arte digital também se apresentam como já-lá. O que temos com as obras é o questionamento, pelo discurso artístico, à produção, circulação e leitura dos documentos dos arquivos tecnoló-

gicos. Ou seja, o que ocorre é a apropriação e a ressignificação de documentos de arquivo já-significados por uma formação discursiva (seja ela a jornalística, a tecnológica, a da vida privada, das redes sociais etc.) por sujeitos identificados, cada um de forma particular, com outra formação discursiva (a artística), através da construção de novos arquivos.

Cabe, porém, destacar que a obra de Hasan Elahi, que é produzida a partir da posição-sujeito da arte digital, efetua movimentos que poderiam caracterizar um efeito-autor: o deslimate entre sua vida (um fragmento de narrativa ficcional, que, porém, se apresenta como se fosse uma realidade plena) e a obra digital, na medida em que o artista carrega consigo sempre a câmera e o GPS, alterando sua rotina a partir da obra, ficcionalando-se e marcando deslimites de tempo e espaço da formulação, da enunciação, da circulação e do acesso. É como um gesto de constante retorno-transformação na produção das imagens que compõem o arquivo. Embora a formação discursiva ainda seja a artística, não se trata apenas de apropriação e ressignificação a partir desta, mas de um impacto sobre o modo de relacionar-se com a formação discursiva tecnológica, o que parece caracterizar um efeito-autor.

Considerações finais

É com a conhecida afirmação de Pêcheux (1990, p.53) que inicio o encerramento desta reflexão: “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro...” Se os sentidos são considerados em sua deriva, e os documentos são tomados como monumentos, em sua opacidade, não poderia ser diferente com o arquivo.

No recorte que aqui fiz, foi possível observar arquivos construídos, transformados ou reconstruídos por gestos de leitura, de recorte, de apropriação, de produção e de circulação de documentos a partir da identificação com uma formação discursiva. Tais gestos confirmam que os documentos não são elementos de comprovação de fatos – ao contrário: eles são tomados justamente para o questionamento dessa ilusão. São tratados, como diria Foucault, como monumentos. São tomados, na perspectiva pècheuxtiana, em sua opacidade, no jogo de tensão e deriva entre posições-sujeito de uma formação discursiva e entre formações discursivas, o que produz o movimento de sentidos, seja na forma de deslizamento, seja na de deslocamento.

Tais gestos de autoria, sempre determinados pela identificação com uma formação discursiva, colocam em questionamento os modos de circulação de arquivo no ciberespaço presentes em nosso cotidiano. Trata-se de uma autoria que se apropria, ressignifica e coloca em nova circulação arquivos e documentos de arquivo que serão novamente ressignificados.

Diferentes processos podem ser identificados na leitura de arquivo: o da formulação, da enunciação, da circulação e do acesso. E quanto se trata de arquivos que circulam no ciberespaço e, ainda, de um questionamento sobre as formas de circulação nesse meio, esses processos são envolvidos em (im)precisões de tempo e espaço, em (des)limites de realidade e virtualidade, em derivas, direcionamentos e escapes.

Referências

CHARTIER, Roger. Entrevista a Carlos Alfieri. *El País Cultural*, año XVIII, n. 917, Montevideo, 01/06/2007, p.1-3.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Trad. de Cláudia de Moraes Rego.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*: 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Trad. de Luiz F.B. Neves.

_____. O que é um autor? In: *O que é um autor?* 3.ed. Portugal: Vega, 1992. p.29-87. Trad. de Antonio Fernandes Cascais e Eduardo Cordeiro.

GALLO, Solange Leda. Autoria: função do sujeito e efeito do discurso. In: TASSO, Ismara. *Estudos do texto e do discurso*: interfaces entre língua(gens), identidade e memória. São Carlos: Claraluz, 2008.

MITTMANN, Solange. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: ROMÃO, Lucília de Souza, GASPAR, Nádea. (Orgs.). *Discurso midiático*: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro e João, 2008, v. , p. 113-130.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.) *Análise do Discurso no Brasil*: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1995. Trad. de Eni P. Orlandi et al.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P.(org.) *Gestos de leitura*: da história no discurso. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1997. p.55-66. Trad. de Maria das Graças do Amaral.

_____. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990. Trad. de Eni P. Orlandi.

ROMÃO, Lucília M. S.; GALLI, Fernanda C.S.; PATTI, Ane R. Arquivo em cena: “impressões” de leitura sobre o tema. *Desenredo*, Passo Fundo, v.6, n.1, p. 123-134, jan./jun 2010.

ROMÃO, Lucília M. S.; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; DELA SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Bethania [et al.] *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

E o Twitter criou...Deus! Arquivo, gênero e humor em redes sociais

*Janaina Cardoso Brum¹
Aracy Ernst-Pereira²*

Abstract: The text deals with the discursive configuration of humoristic statements about gender in the social network Twitter, by considering the play of relationships that characterize the stating (im)possibilities “fore-seen” in the file, taken as the law of what can be said, and consequently, of what cannot be said. Such a regularization of the statements that shape the humoristic discursive process many times presents itself as transgression, as discontinuity of the meanings that form a specific region of the file, that is, a discursive formation that, according to Pêcheux, could be a symptom of the understanding of the significant process of the ideological interpellation. Nevertheless, one deals in this article with the humor that authenticates statements that conjure the “sortilege”, present in the ideological ritual, of maintenance of a specific social order in which androcentrism prevails.

Keywords: Discourse; humor; gender.

Resumo: O texto trata da configuração discursiva de enunciados humorísticos sobre gênero na rede social Twitter, considerando o jogo de relações que caracterizam as (im)possibilidades enunciativas, “previstas” no arquivo, visto como a lei do que pode ser dito e, conseqüentemente, do que não pode ser dito. Essa regularização dos enunciados que define o processo discursivo humorístico, muitas vezes, apresenta-se como transgressão, como descontinuidade dos sentidos que formam uma determinada região do arquivo, ou seja, uma formação discursiva, o que, em termos pecheuxianos, poderia ser sintoma da apreensão do processo significante da interpeleção ideológica. Todavia, trabalha-se, neste artigo, o humor autenticando enunciados que conjuram o “sortilégio”, presente no ritual ideológico, de manutenção de uma determinada ordem social em que prevalece o androcentrismo.

Palavras-chave: Discurso; humor; gênero.

Considerações Iniciais

Propõe-se, neste artigo, a reflexão de como se estabelece a relação entre o discurso humorístico midiático na rede social Twitter e a construção e manutenção de uma memória produzida pela circulação de um dado arquivo, ligado a saberes do senso comum

1 Doutoranda em Letras na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq Prisma e do Laboratório de Estudos em Análise do Discurso (LEAD) Centro de Educação Aberta e a Distância, Pelotas, RS.

2 Professora do PPG-Letras da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq Prisma e do Laboratório em Análise do Discurso (LEAD), Pelotas, RS.

que se atualizam a partir da referência ao discurso religioso. Para isso, empreende-se uma reflexão sobre arquivo em sua relação com uma memória que perdura através de materialidades, cujos enunciados repetíveis têm assegurado a permanência do modelo androcêntrico e mimético de simbolização e reprodução do gênero, ainda prevalente na sociedade contemporânea.

O termo “arquivo” origina-se do latim “archívum”, lugar em que se guardam documentos, sendo sua acepção mais corrente a que o concebe como conjunto de documentos (papéis oficiais, manuscritos, cartas, fotografias, etc.), referentes a um determinado evento ou período histórico. Nessa acepção, privilegia-se o aspecto físico, material, concreto e técnico, marcado pela positividade e por uma concepção “científica” de história que visa à transcrição sistemática das fontes com vistas à descrição dos fatos ou momentos históricos. Pode assim ser compreendido como um lugar institucional de armazenamento e acesso de dados e fatos, tendo como finalidade a preservação da memória.

Não é nesse sentido que se conduzirá esta reflexão. Diferentemente, com base em Foucault, considera-se a noção de arquivo não como um mero conjunto de documentos chancelados institucionalmente, mas como “sistemas de enunciados³”. Opondo-se à visão que o concebe, de forma estática e totalizante, como depositário ou testemunho de todos os textos de uma cultura produzidos no passado, diz o autor:

O arquivo é [...] a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; [...] O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua *enunciabilidade*. O arquivo não é, tampouco, o que recolhe a poeira dos enunciados que novamente se tornam inertes e permite o milagre eventual de sua ressurreição; é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o *sistema de seu funcionamento*. (1987, p. 147) [grifo do autor]

Nessa citação, percebe-se um deslocamento conceptual considerável entre a visão tradicional de arquivo e a que é proposta e, portanto, entre o amorfo e o dinâmico, entre o passado inerte e o passado-presente vivo das enunciações, entre uma linearidade sem falhas e uma linearidade sujeita ao equívoco, enfim, entre o registro unificado da diversidade e o funcionamento dos discursos em sua multiplicidade, mas também regularidade. O que opera esse deslocamento é, pois, sua concepção como “sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”, em oposição à concepção corrente de depósito memorial de fatos e dados históricos. Dissociada da atualidade dos processos discursivos, a visão tradicional procede a um corte entre o passado (a memória) e o presente dos enunciados. Esse sistema, segundo Foucault, permite o aparecimento das regras de uma prática e

3 Entenda-se “enunciado” na acepção foucaultiana, ou seja, “ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades passíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 1987, p. 99). Contrapondo-se à formulação que é tomada no tempo curto da atualidade de uma enunciação, o enunciado existe no tempo longo de uma memória. (cf. COURTINE, 2009, p. 106)

a subsistência e modificação dos enunciados de um arquivo, os quais não são apreensíveis em sua totalidade, porque se organizam por níveis, regiões, fragmentos. Isso permite pensar que, embora não completamente apreensíveis no trabalho de descrição, os enunciados e suas possíveis relações encontram-se em estado virtual, latentes (pressupostos) no nível do interdiscurso, tornando possível sua (re)configuração nas formações discursivas, essas sim passíveis de uma descrição que, embora sem alcançar integralmente o arquivo, atua a partir de seu horizonte. O arquivo relaciona-se assim ao nível de um sistema de formação dos enunciados, que estão aquém da coerência, visibilidade e horizontalidade do que se constrói no plano terminal da formulação (cf. COURTINE, 2009). Esse sistema é também o que determina a possibilidade de agrupamento em rede dos enunciados ou o seu desfazimento. Para a análise das formações discursivas, trata-se, pois, de recuperar os elementos do arquivo em suas relações interdiscursivas, identificando os já-ditos em suas funções enunciativas e no nível de sua existência histórica, sua filiação e relação com o sistema geral de que faz parte e o tipo de relação que mantém com o dito, trabalhando a alteridade e a contradição envolvidas na relação entre os enunciados pretéritos, que dominam a formação discursiva, e a atualidade da enunciação.

No exercício de análise aqui desenvolvido, pretende-se, considerando tais aspectos teóricos, trabalhar a construção dos efeitos de sentido humorísticos a partir da questão básica: “que tipo de relação entre enunciados de um determinado sistema de formação e a linearidade significativa é responsável pelo efeito humorístico?” que se desdobra nas seguintes hipóteses: 1) os enunciados que constituem os saberes colocados em jogo na formulação das micro-histórias humorísticas no Twitter atuam aparentemente no âmbito do inconsistente, do imponderável, do non-sens; no entanto, mantêm-se no âmbito dos saberes institucionalizados; 2) a temática do gênero, quando discursivizada no campo do humor, funda-se em representações imaginárias que expõem o caráter desigual da contradição, da irreversibilidade de papéis e da assimetria referentes à dualidade feminino/masculino construída historicamente.

Para a Análise de Discurso (Pêcheux, 1990; Pêcheux e Gadet, 2010), em sua terceira fase, é possível subverter a ordem ideológica estabelecida. Segundo os autores, são dois os campos discursivos em que a transformação da ordem é mais evidente: o discurso poético e o discurso humorístico. O entendimento de que o discurso humorístico coloca-se no eixo da polissemia, da multiplicidade e da ruptura com os sentidos estabelecidos é bastante corrente. Todavia, o discurso humorístico, tal como se apresenta hoje, parece, por vezes, reforçar o discurso do senso comum e, como tal, da(s) ideologia(s) dominante(s). Para Ernst-Pereira (1994), a heterogeneidade constitutiva de todo discurso e de toda formação social faz-se sentir também no discurso humorístico, o qual pode voltar-se para o eixo polissêmico tanto quanto para o eixo parafrástico. Considerando, então, seu caráter plural e heterogêneo, pode-se dizer que o discurso humorístico é um lugar de enfrentamento ideológico, mas não necessariamente com enunciados que fundam e mantêm práticas discursivas hegemônicas. Ao contrário, pode confrontar-se com a possibilidade de transformação, de reconfiguração das redes de enunciados, mais ou menos estabilizados, num processo de identificação e continuidade de sentidos que acolhe não o diferente, mas o semelhante.

É isso que se pretende examinar em formulações presentes na rede social Twitter. As redes sociais, nascidas com o advento da Web 2.0, constituem-se num amplo campo para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Na área do discurso especificamente, podem ser consideradas campos de confronto ideológico da chamada “pós-modernidade” ou “modernidade tardia”. Tratar o discurso humorístico em redes sociais – mais especifi-

camente no microblog Twitter – possibilita, ao analista de discurso, compreender pontos de emergência, junção ou separação de enunciados num espaço virtual que se caracteriza pela multiplicidade de enunciados e heterogeneidade de posições. A meta deste estudo é identificar, considerando a noção de arquivo, o tipo de relação estabelecida entre os enunciados que provoca o efeito de sentido humorístico. Tomando o microblog Twitter não como “suporte” do discurso, mas como um espaço em que as condições de produção são diferenciadas, analisa-se, neste artigo, a produção de sentidos no discurso humorístico sobre gênero no perfil “Deus (@OCriador)”.

1 Contemporaneidade e Twitter

Definir a “contemporaneidade” é tarefa difícil, dada a sua extrema complexidade. Todavia, o que se pretende é caracterizá-la de uma certa maneira, a partir de alguns conceitos referentes ao sujeito, ao momento atual, às tecnologias da informação e da comunicação, de modo a prefigurar um quadro que torne possível situar a reflexão aqui empreendida.

Para Orlandi (2007), pensar o sujeito discursivo implica considerar a articulação entre a língua e a ideologia. Para a autora, a interpelação do indivíduo em sujeito ideológico – e, portanto, histórico – faz-se pelo simbólico. Dessa interpelação, resulta uma forma-sujeito histórica, no caso da contemporaneidade, a forma-sujeito capitalista, com a qual os indivíduos vão se identificar-desidentificar-contraindificar. A figura da interpelação ideológica implica pensar que o sujeito não é livre e tampouco sua constituição, unívoca. A um só tempo, o sujeito submete-se à ordem da língua e à ordem da ideologia, ambas constituindo a ordem do discurso (cf. Orlandi, 2007).

Dizer que o sujeito contemporâneo é o sujeito capitalista implica uma mudança dada na História: o processo de assujeitamento ideológico produz-se *ad infinitum*, vinculado, entretanto, às condições sociais existentes. São essas condições que atuam na configuração da forma-sujeito. Nas palavras de Orlandi, “A forma-sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia é uma forma-sujeito histórica com sua materialidade” (2007, p. 12). Dessa forma, o sujeito da contemporaneidade difere do sujeito da modernidade.

Para o psicanalista Joel Birman (2007), o sujeito atual é incapaz de desejar e de fantasiar. Segundo o autor, estamos expostos a um “excesso intensivo” que leva à precarização dos processos de simbolização, a qual lança o sujeito para a descarga direta desse excesso intensivo. Essa descarga pode ser feita de forma psicossomática (implosão para o corpo) ou através da ação (explosão para o outro). Esta última, para Birman, desdobra-se na violência e na compulsão crescentes na contemporaneidade: “Pode-se afirmar então que o sujeito realiza uma passagem ao ato sobre o corpo, sob a forma de produção de sintomas psicossomáticos, e sobre o mundo, sob a forma da passagem ao ato e as compulsões” (Birman, 2007, p. 30), portanto, sem passar pela fantasia e/ou simbolização.

Esse empobrecimento da fantasia e dos processos de simbolização, aliado à incorporação dos discursos da ciência e da tecnologia, levam a uma experiência psíquica e social degradada, na qual o sujeito impossibilita a experiência intersubjetiva. Assim, chega-se à cultura do narcisismo atual que procede à exclusão do outro, mesmo o outro de si. A alteridade, indesejada e descartável, destitui o sujeito de sua substância (cf. ŽIŽEK, 2010; 2011).

Esse sujeito contemporâneo, segundo Dufour (2005), é, conforme os ensinamentos de Jacques Lacan, reduzido ao estado de produto a ser consumido pelos outros. Para o autor, o duplo sujeito moderno (o sujeito crítico – Kant – e o sujeito neurótico – Freud) está sendo destruído e dando lugar a uma nova forma-sujeito, fruto do desenvolvimento ca-

pitalista. Essa nova forma-sujeito emerge da mudança substancial da concepção de troca mercadológica; esta se destitui de seus valores transcendentais e morais e passa a valorizar unicamente a mercadoria como tal. Com isso, o valor monetário sobrepõe-se ao valor simbólico, do qual sujeitos e objetos são esvaziados. A isso Dufour chama “dessimbolização do mundo”, em consonância com o que diz Birman (2007); “Os homens não devem mais entrar em acordo com os valores simbólicos transcendentais, simplesmente devem se dobrar ao jogo da circulação infinita e expandida da mercadoria” (Dufour, 2005, p. 13).

A forma-sujeito predominante na contemporaneidade é, pois, a de um sujeito aberto aos fluxos incessantes, às contínuas mudanças identitárias e, assim, conveniente à ideologia de mercado. Dufour pergunta-se se o Mercado não constituiria o Grande Sujeito atual. De fato, a ideologia de mercado consiste em pôr diante do sujeito objetos que satisfaçam todo e qualquer desejo: “A narrativa da mercadoria apresenta os objetos como garantia de nossa felicidade e, ademais, de uma felicidade realizada aqui e agora. (Dufour, 2005, p. 76). Essa busca pela satisfação imediata dos desejos pelos objetos é sempre frustrada, de modo que o sujeito busca objetos capazes de satisfazer novos desejos infinitamente. Assim, a ideologia de mercado permanece e se renova, de modo que o ciclo nunca acaba.

Essa fluidez da sociedade de mercado traz, para Haroche (2008), consequências para as personalidades. Como dito anteriormente, a exigência atual é a de que os sujeitos mudem constantemente. Essa exigência de fluidez faz com que um individualismo extremo, o qual caracteriza as sociedades narcísicas (Lasch *apud* Haroche, 2008), seja predominante. Haroche fala de um “desengajamento” dos sujeitos nas sociedades contemporâneas. Esse desengajamento é resultado das contínuas sensações exercidas sobre os sujeitos, o que modifica a própria constituição subjetiva e as relações intersubjetivas na “hipermodernidade”. Imerso na fluidez, o sujeito é destituído da própria capacidade de ter sentimentos, já que estes exigiriam a durabilidade no tempo, ausente nas sociedades líquidas.

Para Haroche, essa personalidade móvel e fluida, que não conhece engajamento e faz de si e dos outros instrumentos, objetos, elege a flexibilidade como maior qualidade social, em detrimento da estabilidade, valorizada na modernidade. Esse estar sempre pronto e aberto para a mudança é característico da personalidade contemporânea. Para Marcel Gauchet (*apud* Haroche, 2008), “ser eu mesmo” não significa mais saber o que leva o sujeito a agir com liberdade, mas ser capaz de movimentar-se, de aderir ao fluxo contínuo. Nas palavras de Haroche (2008, p. 128): “Dessa forma, a personalidade hipermoderna se caracterizaria pela ausência de engajamento, com a qual o indivíduo está ‘ligado, porém distante’. Ele experimenta ‘a necessidade da presença dos outros, mas afastado deles’, que permanecem abstratos, inconsistentes, permutáveis ou inexistentes.”

Em outro texto, Haroche (2009) fala da inexistência de limites entre exterior e interior causada pela ideologia de mercado e pelas tecnologias. Para a autora, o sujeito contemporâneo não encontra limites no virtual e no narcisismo, o que acarreta a perda da capacidade de imaginar o outro. A quantidade de “informações” a que os sujeitos estão expostos nas sociedades de mercado exige uma rapidez, uma competência técnica para assimilá-las que, em contrapartida, não exige atividade mental e capacidade de imaginar (Haroche, 2009).

Com isso, podemos voltar ao que diz Joel Birman (2007). O sujeito contemporâneo, reduzido em sua capacidade de imaginação e simbolização, imerso que está nos fluxos contínuos e na descontinuidade temporal, é impelido a descarregar o excesso intensivo, como já se falou, no próprio corpo ou pela ação. Considerando-se a descarga pela ação e a indiferença e objetificação do outro nas sociedades narcísicas, pode-se dizer que a violência e a agressividade – sejam elas simbólicas ou físicas – são características da contemporaneidade.

As redes sociais na Internet são particularmente interessantes para se pensar a o sujeito contemporâneo. Segundo Recuero (2011), cada sujeito que se conecta às redes é, ao mesmo tempo, receptor e produtor potencial de informações. O microblog Twitter, no qual é possível compartilhar mensagens curtas (140 caracteres), vem se disseminando tanto como “veículo de informação” quanto como rede social. Nesse espaço, os sujeitos podem exprimir suas opiniões, criar máscaras sociais, forjar personalidades, etc.

As personalidades contemporâneas são, ao mesmo tempo, causa e efeito das redes de informação que se disseminam pela Internet. Mittmann (2008) afirma que o “ciberespaço” modifica a relação dos sujeitos com o conhecimento, as relações intersubjetivas etc., operando-se uma mudança radical nas discursividades. Assim, o computador não é mais apenas “suporte”, tampouco a Internet “meio” de interação. A rapidez, o grande fluxo de trocas e a instabilidade gerados pelas novas mídias modificam as ideologias e, em decorrência, as discursividades.

A emergência do ciberespaço como lugar em que os sujeitos podem se expressar e produzir informação poderia levar à concepção errônea de uma liberdade sem fim na contemporaneidade, cuja decorrência seria a morte da ideologia. Segundo Žižek (2011), a era “pós-ideológica” de que alguns teóricos falam é, ao contrário, um novo funcionamento ideológico bastante mais eficiente: sob a aparência da não-ideologia, a ideologia de mercado age e avança satisfatoriamente, de forma naturalizada. A própria tecnologia informática naturaliza-se como uma fonte neutra de informações e produtos, quando na verdade, constitui-se também como infraestrutura controlada por poucas empresas e invisível aos usuários.

Assim, seguindo o modelo da “computação em nuvem”, as identidades fragmentadas e descontínuas características da contemporaneidade, bem como o “amplo” acesso a bens culturais e a ilusória liberdade incondicional a que os sujeitos estão continuamente expostos não são neutros e aleatórios, mas produzidos pela própria ideologia de mercado.

2 Gênero e discurso

Segundo Funck (1994), gênero pode ser concebido como uma categoria gramatical que tem como forma universal o masculino, enquanto o feminino constitui a variante. Todavia, essa não é sua posição. Para a autora, *gênero* indica uma construção social, cultural e psicológica, o que vem sendo confundido por muitos com a oposição biológica macho/fêmea (sexo). O gênero (masculino/feminino) é antes uma identidade cultural e social, construída historicamente, muito mais relacionada a aspectos subjetivos do que a aspectos objetivos, como a oposição macho/fêmea.

Sendo assim, as práticas de gênero, como manifestações culturais e sociais, constroem diferentes formas de significação, nas quais diferentes modos de representação são reproduzidos e/ou transformados (cf. SABAT, 2005). Essas representações são da ordem do ideológico. As imagens de gêneros são, muitas vezes, naturalizadas em uma sociedade, sendo que o paradigma masculino é predominante, e isso é refletido nas ordens discursivas. O fato é que o feminino é visto (e representado) geralmente sob a ótica masculina, de forma hegemônica.

Na contemporaneidade, a questão do gênero parece estar resolvida. As mulheres⁴ “tomaram” seu lugar na sociedade e hoje estão em posição de igualdade; todavia, essa afirmação

4 Não se discutirá aqui a definição do termo “mulher”. Todavia, parte-se da consideração de que não existe nada de universal nele; pelo contrário, considera-se que a ilusória universalidade atribuída socialmente ao termo é errônea e parte de generalizações que, em si, engendram sexismo. Para uma discussão maior acerca do tema, ver Butler, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, Unicamp, V. 8, 1998. P. 11-42.

deve ser relativizada, principalmente em função do imaginário que as cerca. Com efeito, pode-se dizer que ocorreram modificações, pois se a ideologia dominante na atualidade é a ideologia de mercado, isso altera as questões relativas ao gênero, mas concomitantemente permanecem pressuposições fundamentais do paradigma patriarcal dominante.

Historicamente, à mulher sempre foi atribuído um papel passivo e subserviente, sendo considerada propriedade do homem (Butler, 1998); na sociedade contemporânea, ela torna-se produto a ser consumido por ele. Obviamente, opera-se aqui um deslocamento: se antes a mulher era “doada”, por seu pai, ao homem com quem se casaria, hoje ela própria se constroi como produto a ser consumido ou descartado, segundo a lógica de mercado, numa armadilha que lhe dá a ilusão de autonomia. Agindo sem perceber as injunções históricas que a determinam, muitas vezes, afirma sua independência em relação ao homem, embora sucumba à força do imaginário que lhe impinge, à revelia, o lugar de dependência psíquica ou financeira.

Essa “independência”, reduzindo-se à liberdade de consumo e respondendo às exigências do capitalismo, é um imperativo. A mulher atual, tanto quanto o homem, é livre para escolher: escolhe sua carreira, escolhe seu carro, seu marido, suas roupas e seus sapatos. O mercado oferece todos os produtos para que goze de sua liberdade. O que explica então que ainda se insista em falar em sexismo? A sociedade contemporânea, ao menos no Ocidente, ainda é patriarcal. Isso significa dizer que os aparelhos ideológicos continuam exercendo sua dominância sob a lógica masculina; e mais: as ideologias cotidianas seguem polarizando o masculino e o feminino, mesmo que de forma sutil – e eficiente –, privilegiando o polo masculino. Isso explica, por exemplo, a grande popularidade de um meme⁵ na rede social Facebook que afirma que as mulheres não tomaram o poder ainda porque não escolheram com que roupa iriam ao evento. Mais surpreendente ainda é o fato de a maior parte das pessoas que compartilham esse meme serem mulheres.

Esse fato implica o que tem sido chamado de violência simbólica: os que estão sob dominação interiorizam o discurso dos dominadores e o reproduzem (cf. Sohiet, 1997). Falar, pois, em violência simbólica significa supor que essa violência se dá pela via do discurso. Entendendo-se aqui o discurso como o lugar em que a base linguística e os processos ideológicos têm sua materialização, pode-se dizer que essa violência é material e produz seus efeitos na ordem social.

3 E o Twitter criou... Deus!

O discurso dominante sobre gênero, com base em uma concepção biologicista/cientificista, apresenta universais sobre o que é ser homem ou o que é ser mulher. Esses universais, sob a forma do discurso científico, apresentam-se como verdadeiros. Aparentemente fora do domínio da ideologia, enunciados como “mulheres são sensíveis”, “homens são corajosos” não possuem sujeito identificável e, por isso, constituem-se como evidências. Tomando-se ilusoriamente como origem de tais proposições, o sujeito que enuncia faz agir, no interior de seu discurso, o sempre-já-aí do interdiscurso, sob as modalidades do *pré-construído* e do *discurso transversal* (Pêcheux, 1988).

Parte-se da ideia exposta anteriormente de que é possível identificar, nos discursos sobre gênero, uma polarização entre feminino e masculino, com a preponderância desse

5 A palavra foi cunhada por Richard Dawkins em 1976, designando originalmente uma unidade mínima de memória destinada a autopropagar-se. Atualmente, está bastante ligada ao funcionamento de redes sociais na Internet e designa principalmente textos verbo-imagéticos curtos que se propagam rapidamente.

último. Nesse sentido, é lícito perguntar em que medida as micro-histórias, presentes no perfil humorístico “Deus” (@OCriador) no Twitter, lidam com as evidências de sentido decorrentes dessa polarização.

Esse perfil apresenta inúmeras micro-histórias sobre gênero, normalmente tematizando o mito bíblico da criação do mundo a partir das personagens Adão e Eva. Seria possível, então, pensar que as causas do humor, concebido como forma de transgressão, incidiriam ou sobre a questão de gênero ou sobre o “rebaixamento” de uma entidade divina (o Deus da mitologia cristã) para o nível do comum, do trivial. Em qualquer caso, a questão de gênero, relacionada ao humor, engendra práticas discursivas ligadas aos efeitos de pré-construído e de discurso transversal como formas de intervenção do interdiscurso na superfície discursiva.

Nesse sentido, esses dois efeitos apresentam-se, no intradiscurso, como enunciados sem sujeito ou, ainda, como enunciados de um sujeito universal, distinto daquele que se crê controlador de suas palavras e origem de seu pensamento. A pergunta que se impõe, então, é: como caracterizar os efeitos de sentido engendrados pelas discursividades que entram em jogo quando um sujeito-indivíduo assume a posição do que geralmente é identificado como esse sujeito universal pelas ideologias cristãs? O que diz um sujeito (da formulação, cf. Courtine, 2009) quando *se* diz Deus (sujeito universal, sujeito do enunciado)?

Obviamente, é preciso considerar que o Deus do Twitter é um personagem fictício e insere-se no discurso humorístico, o que potencialmente destituiria esse sujeito universal de sua autoridade em relação aos saberes constituídos em uma determinada região discursivo-ideológica, a saber o âmbito de uma formação discursiva cristã. Veja-se se isso acontece e sob que modalidades:

SDR1: As mulheres sempre foram muito ciumentas: Eva, por exemplo, todos os dias contava as costelas de Adão.

Observa-se que a grande maioria dos microtextos que se referem a gênero no perfil O Criador no microblog Twitter tem estrutura muito simples, proposicional, como na sequência acima. Diante disso, faz-se necessário especificar o entendimento corrente de proposição.

Em lógica, entende-se por proposição – ressalvadas as polêmicas em torno do assunto – frases elementares de que se pode dizer que são verdadeiras ou falsas, contendo, portanto, sempre um julgamento (DUBOIS et al., 2006). Em linguística, a proposição é entendida como o núcleo da frase de base, constituído por um sintagma nominal e um sintagma verbal, em que:

P → SN + SV

Entende-se, aqui, proposição como a estrutura linguística composta por um sujeito (sintagma nominal) e um sintagma verbal, que pode constituir-se como via para a materialização dos processos ideológicos. Discursivamente, entende-se a proposição como uma possível formulação, cujas características (deve ser julgada, em lógica, por seu valor de verdade) fornecem-lhe a impressão de veracidade. Para efeitos de análise, a proposição será considerada como a base material cujas características atribuem-lhe impressão de veracidade, linearizando saberes do interdiscurso como se estivessem sempre-já-ali.

Em outras palavras, a proposição, tal como descrita, constitui-se como base linguística sobre a qual, nesse caso, engendram-se processos discursivo-ideológicos materiais que enunciam verdades sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

A primeira parte da sequência discursiva de referência acima pode ser parafraseada da seguinte maneira: “As mulheres são muito ciumentas”, cuja estrutura definitória é de uma proposição afirmativa simples no presente, o que lhe atribui um efeito de sentido de verdade a-histórica. Sintaticamente, ao sujeito “As mulheres”, que, por generalização, refere-se à totalidade das mulheres, é atribuída a predicação “muito ciumentas”, exemplificada no enunciado que se segue: “Eva, por exemplo, todos os dias contava as costelas de Adão”. Tem-se, então, uma proposição afirmativa, cujo valor de verdade é ratificado na sequência pelo exemplo. Essa paráfrase, ao substituir o tempo pretérito pelo presente do indicativo, retira da formulação seu caráter de puro comentário, atribuindo-lhe o estatuto gnômico e, portanto, de atemporalidade e, assim, de valor e sentido universais.

Isso tem a ver com o processo de interpelação ideológica, operada pela identificação com os saberes sempre-já-aí do senso comum que incidem em formações discursivas cristãs e são assumidas pelos sujeitos. Apresenta-se, então, o que Henry (1992) e Pêcheux (1988), na trilha de Louis Althusser, chamaram de *desdobramento da forma-sujeito*, no qual⁶ o *sujeito do enunciado* (sujeito universal) recobre o *sujeito da enunciação* (“locutor”), realizando-se, sob a forma do consentimento, o assujeitamento. Esse recobrimento é, para Pêcheux (1988), o que caracteriza o discurso do bom sujeito. Em contrapartida, não permitir o recobrimento, colocando-se contra a evidência ideológica dos saberes sedimentados, caracteriza o “mau sujeito”, aquele que pode, através do humor, expor a apreensão de sua constituição contraditória, isto é, a discrepância existente entre a “estranheza familiar” daquilo que se situa antes e em outro lugar, independentemente, e ele, sujeito identificável, responsável por seus atos. De acordo com Pêcheux, um grande número de brincadeiras, anedotas, etc. são sintomas da apreensão do processo significante na interpelação-identificação (cf. PÊCHEUX, 1988, p. 156). Contudo, “o bom sujeito” pode também, através do humor, continuar a assujeitar-se à ordem instituída, expondo não a rebeldia, mas a adesão ao processo ideológico de determinação e contradição sofrido, num tom lúdico que mascara o fato de a posição hegemônica, nesse espaço, ser muito devastadora em termos de violência simbólica.

Note-se que o humor aparece, na sequência em análise, ligado ao insólito de figuras mitológicas (Deus, Eva, Adão) tratem de temas cotidianos, triviais, como ciúme e relacionamentos afetivos, e não de objetos religiosos, bíblicos. Esse deslocamento operado na rede de enunciados pretensamente religiosos – Eva, no discurso bíblico, não conta as costelas de Adão (mas ao contá-las ficcionalmente na micro-história reafirma ser o ciúme da mulher histórico) –, introduzidos inesperadamente numa outra rede ligada ao discurso do cotidiano, causa o estranhamento e, nesse caso, o humor. Ligam-se, na linearidade significante, enunciados que pertencem a regiões diferentes do interdiscurso, cuja relação tramada artificialmente gera um efeito de sentido humorístico. A apreensão do processo significante na interpelação-identificação do discurso bíblico, nesse caso, dá-se como efeito aparentemente marginal, até porque se materializa como exemplificação. Na verdade, o efeito humorístico pretendido na micro-história decorre de um fato bíblico inusitado, cuja formulação constitui-se a partir de um enunciado implícito, pertencente à rede de enunciados cristalizados e evidentes do senso comum: as mulheres são (por

6 “(...) a forma-sujeito ‘indivíduo-sujeito’, a que apresenta o sujeito como interioridade da individualidade orgânica, é a forma-sujeito constitutiva das ideologias práticas burguesas.” (Henry, 1992, p. 137)

natureza) ciumentas. Todavia, a aparente subversão do discurso bíblico que caracterizaria a apreensão do processo significante de interpelação-identificação mascara a “estupidez” do “bom sujeito” que permite seu recobrimento pelo sujeito do enunciado, reafirmando a dualidade feminino/masculino.

Sob a forma da *articulação (discurso transverso)*, “As mulheres sempre foram muito ciumentas”, apaga-se a relação de exterioridade que o pré-construído estabelece no fio do discurso. Assim, saberes sobre gênero formados além do intradiscurso, sob a dominação ideológica da forma-sujeito, são interiorizados pelo sujeito do enunciado sob a modalidade da evidência (o pré-construído que incide sobre a forma implícita do “todo mundo sabe que as mulheres são ciumentas). Aqui, vê-se a identificação plena do sujeito com a forma-sujeito da FD em questão no que se refere a gênero, embora se possa questionar essa identificação no que se refere ao sagrado, ao divino, conforme colocado anteriormente. Não é à toa que esse sujeito é identificado pelo nome próprio “Deus”. Dessa forma, reproduz-se o discurso sem sujeito nem origem do senso comum androcentrista, segundo o qual todas as mulheres são, desde sempre, por referência explícita à gênese da humanidade via texto bíblico (referência a Adão e Eva), ciumentas.

Diante disso, pode-se dizer que o perfil Deus reproduz a ideologia dominante e, ao mesmo tempo em que se coloca, aparentemente, no eixo polissêmico – por fazer piada em nome de “Deus” –, reproduz os padrões estabelecidos pela sociedade capitalista não só relativamente a gênero, mas também a raça, classe etc, como poderiam atestar outras seqüências produzidas no âmbito do microblog. Sob um discurso superficialmente transformador, reproduz-se o senso comum, discurso sem sujeito e sem origem, portador de verdades irrefutáveis que recobrem o assujeitamento ideológico.

Veja-se como esse discurso opera em relação ao gênero masculino na SDR a seguir:

SDR2: Como todos os homens bobos, Adão achava suas cantadas óbvias extremamente inteligentes: “Eva, para mim, és a única mulher”.

Através da paráfrase “Como todos os homens *que são bobos*, Adão achava suas cantadas óbvias extremamente inteligentes”, tem-se a forma clássica do pré-construído, uma oração relativa restritiva que, sob a forma do encaixe sintático, atualiza no discurso do sujeito da enunciação, um saber formado em outro lugar. É interessante atentar para o fato de que, se, com relação às mulheres (SDR1), os saberes enunciados diziam respeito à sua totalidade, não é o que acontece em relação aos homens. No caso da SDR2, tem-se acesso a saberes sobre um tipo específico de homens, a saber, aqueles que são bobos. Todavia, nessa construção, ocorre um enunciado – os outros homens são inteligentes, astutos –, advindo de um exterior que não é formulado de forma explícita na proposição.

A existência de dois níveis identificáveis no processo analítico, o do intradiscurso – “Existem homens bobos” – e esse saber exterior-anterior, pertencente ao interdiscurso – a saber, “Os homens são astutos” –, traz à superfície uma discrepância entre o que é dito pelo sujeito enunciatador e o que é pensado fora, o “impensado do pensamento”. Sob a forma do particular (“Alguns homens são bobos”), o saber universalizante sem sujeito nem história é imposto, pela modalidade do pré-construído, como realidade, determinando o sentido do que é dito sem que aquele que enuncia tenha controle sobre o que diz.

Desse modo, se não é *intenção* do sujeito enunciatador atestar um conhecimento universal

7 “... constitui o sujeito em sua relação com o sentido, isto é, representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (Pêcheux, 1988, p. 214-15)

sobre os homens, é o que acontece através do pré-construído, “na relação dissimétrica por discrepância entre dois ‘domínios de pensamento’, de modo que um domínio irrompe num elemento de outro (...)” (Pêcheux, 1988, p. 99). Se existem homens bobos (o que poderíamos relacionar com outros pré-construídos, como o de que os homens *ficam/tornam-se* bobos diante de belas mulheres), eles não representam a totalidade dos homens, pois, pelo senso comum, saber dominante na FD religiosa, os homens são astutos, detentores da “razão”, em detrimento das mulheres que, sob o domínio das “emoções”, são bobas.

Temos então:

P1: *As mulheres são ciumentas.*

P2: *Os homens são astutos.*

Utilizando-se de estruturas linguísticas muito semelhantes, enuncia-se, em relação à mulher, uma “verdade absoluta”, constituída em uma predicação que denota um “defeito” incontestável da totalidade das mulheres, endossada pelos saberes calcados no senso comum segundo os quais a “emoção” é preponderante no feminino; e, em relação ao homem, enuncia uma característica negativa particular que pode ser atribuída apenas a alguns homens, sob a qual se impõe o pré-construído (desde-sempre-já-lá) relativo à “razão” e à astúcia como prerrogativas dos homens. Reproduz-se, assim, o já-dito, cujos saberes interdiscursivos atualizam-se no fio do discurso pelos efeitos de articulação e de encaixe sintático.

Estando o foco do humor, no caso das duas sequências em análise, na intersecção insólita entre divino e comum, pode-se dizer que, quando se trata de gênero, há a reprodução, no fio do discurso, de saberes do senso comum dominantes em relação à dicotomia feminino/masculino. Nesse sentido, o humor, classicamente colocado no eixo polissêmico, volta-se para o eixo parafrástico e reproduz, sob as formas do pré-construído e do discurso transversal, a ordem estabelecida social e discursivamente.

Considerações finais

Por algum tempo pensou-se que o advento da Web 2.0 constituía-se inquestionavelmente como um acesso irrestrito aos meios pelos quais os sujeitos transformariam as ordens sociais vigentes, visto que discursos minoritários teriam tanto ou maior espaço que os discursos dominantes. Com o tempo, vê-se que essa questão não pode ser colocada de forma tão simples. Vê-se que, ao expressarem-se livremente, os indivíduos assujeitam-se à ideologia, esta que funciona, na contemporaneidade, segundo os moldes da ideologia econômica de mercado (ŽIŽEK, 2011), mais invisível do que o próprio mecanismo de assujeitamento da modernidade.

A eficiência desse funcionamento ideológico invisível deve-se, segundo Žižek (2011), ao fato de que se apresenta sob a forma da não-ideologia. Em um mundo pretensamente “pós-ideológico”, todos são donos de si e de suas palavras, perpetuando-se a ilusão de que o sujeito é fonte e controla o que diz (PÊCHEUX, 1988), de que todos podem produzir discursos que subvertem a ordem – uma ordem antiga, superada pela ampla liberdade (de comércio, de consumo) da contemporaneidade.

É assim que um espaço como o Twitter, no qual o controle exercido é totalmente invisível aos olhos dos “sujeitos-consumidores” (cf. ŽIŽEK, 2011), constitui-se como espaço de repetição das relações de produção (dos sentidos). Ele dá lugar a um discurso humorístico que articula o discurso do senso comum ao religioso, perpetuando estereótipos como os assinalados neste estudo.

Compreender, pois, nesse espaço, a forma (in)verossímil que tomam as relações entre enunciados de diferentes sistemas de formação, relativos ao discurso do senso comum e ao discurso religioso –, materializados na linearidade significativa de maneira estranha e inusitada, implica considerar a flexibilidade do arquivo. A partir dele, foi possível produzir a descrição e a interpretação das micro-histórias, num exercício de análise que, recuperando os elementos e as relações interdiscursivas, buscou especificar a natureza singular dessas relações na constituição do humor.

Referências

- BIRMAN, Joel. O sujeito desejante na contemporaneidade. In: FERREIRA, Maria Cristina e INDURSKY, Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, Unicamp, v. 8, 1998. p. 11-42.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- DUBOIS, Jean et all. *Dicionário de Linguística*. Trad. Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- ERNST-PEREIRA, Aracy. *Na inconsistência do humor, o contraditório da vida: o discurso proverbial e o discurso de alterações*, 1994. 165 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Ri Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- FERREIRA, Maria Cristina e INDURSKY, Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FUNCK, Susana B.. Da Questão da Mulher à Questão do Gênero. IN: FUNCK, Susana B. (org.). *Trocando Idéias sobre a Mulher e a Literatura*. Florianópolis, SC: Pós-Graduação em Inglês - UFSC, 1994.
- FURNALETTO, Maria M.. Para uma Abordagem do Gênero: Animus, Anima. IN: FUNCK, Susana B. (org.). *Trocando Idéias sobre a Mulher e a Literatura*. Florianópolis, SC: Pós-Graduação em Inglês - UFSC, 1994.
- HAROCHE, Claudine. *O outro e o eu na fluidez e desmedida das sociedades contemporâneas*. Uberlândia: Edufu, 2009.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Língua, sujeito e discurso. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- MITTMANN, Solange. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: ROMÃO, L.M.S.; GASPAR, N.R.(Orgs.) *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João, 2008.
- NAXARA, M. R. C.; MARSON, I. A.; MAGALHÃES, M. B. de. (Org.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: Edufu, 2009.
- ORLANDI, Eni. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, Maria Cristina e INDURSKY, Freda. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. e GADET, Françoise. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Editora RG, 2010.

RECUERO, Raquel. Deu no Twitter, alguém confirma? Funções do Jornalismo na Era das Redes Sociais. Disponível em www.raquelrecuero.com. Consulta em 23 de novembro de 2011.

_____. e ZAGO, Gabriela. A Economia do Retweet: Redes, Difusão de Informações e Capital Social no Twitter. Disponível em www.raquelrecuero.com. Consulta em 23 de novembro de 2011.

SABAT, Ruth. Imagens de gênero e produção da cultura. IN: FUNCK, Susana; WIDHOLZER, Nara. (Org.). *Gênero em discursos da mídia*. 1 ed. Florianópolis/ Sta Cruz do Sul: Mulheres / Edunisc, 2005.

SEIXAS, Jacy Alves de. A imaginação do olhar do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a in-visibilidade contemporânea (o mal-estar de Flaubert no Orkut). In: NAXARA, M. R. C.; MARSON, I. A.; MAGALHÃES, M. B. de. (Org.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: Edefu, 2009. P. 63-88

SOIHET, Rachel. Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.5, n.1, p-7-30, 1997.

ŽIŽEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. Primeiro como tragédia, depois como farsa. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

Esse e outros campos: a construção do arquivo visual dos campos de concentração nazistas

Carolina Fernandes¹

Résumé: Cet article vise à comprendre le travail de la lecture de l'archive dans son rapport à la mémoire, à la matérialité visuelle et à son mode de circulation. Comme l'objet de l'analyse, on a été sélectionné l'archive visuelle des camps de concentration nazis, en particulier le camp d'Auschwitz. Autour de celui entrent en conflit les effets de sens camp d'extermination et de scénario de moments de détente des officiers allemands. Ce conflit des interprétations est géré par la formation discursive qui organise le travail de la lecture de cet archive, en déterminant ce qui peut et ne peut pas appartenir à cet archive. Le contrôle sur les gestes de la lecture de l'archive est ce qui détermine le maintien de certains fil narratif dans la mémoire collective des camps de concentration, en effaçant d'autres sens qui sont oubliés dans l'interdiscours. Ces sens exclus, même si récupéré par le travail de mémoire discursive, sont affectés par les mécanismes idéologiques qui contrôlent la lecture de l'archive.

Mots-clés: archive; image; mémoire; camp de concentration.

Resumo: Este artigo objetiva compreender o trabalho da leitura de arquivo em sua relação com a memória, com a materialidade visual e com seu modo de circulação. Como objeto de análise foi selecionado o arquivo visual dos campos de concentração nazistas, em especial, o campo de Auschwitz. Em torno deste, entram em conflito os efeitos de sentido de campo de extermínio e cenário de momentos de descontração dos oficiais alemães. Essa disputa de interpretações é gerenciada pela formação discursiva que organiza o trabalho de leitura desse arquivo, determinado o que pode e o que não pode pertencer a esse arquivo. O controle sobre os gestos de leitura do arquivo é o que determina a manutenção de certo fio narrativo na memória coletiva dos campos de concentração, apagando outros sentidos que ficam esquecidos no interdiscurso. Esses sentidos excluídos, mesmo quando recuperados pelo trabalho da memória discursiva, são afetados pelos mecanismos ideológicos que controlam a leitura do arquivo.

Palavras-chave: arquivo; imagem; memória; campos de concentração.

Um início de reticências...

A noção de arquivo em AD já é operacional na teoria desde sua fundação, visto que remete a um conjunto de textos os quais são a base de toda análise. Acessamos os discursos por meio de sua materialidade, ou seja, pelos textos de natureza diversa que carregam as marcas do processo discursivo. Esses textos circulam de modo disperso e são reunidos por nós, analistas, numa espécie de *arquivo de pesquisa*, que usamos, conforme Guilhaumou e Maldidier (2010), para construir o *corpus de análise*. Mas há também o arquivo que

1 Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

circula nas redes virtuais, na mídia, nas ruas, nos livros escolares, há conjuntos de textos que são significados e agrupados em certas tramas de sentido para significar e nos fazer lembrar fatos históricos, memórias familiares ou ainda histórias pessoais.

Este artigo se pauta no trabalho de leitura do arquivo visual dos campos de concentração nazistas para a construção da memória coletiva sobre esses campos que serviram de palco aos maus-tratos, torturas e assassinatos provocados pelos oficiais do exército de Adolf Hitler. O cenário desses eventos mais conhecido foi o campo de concentração de Auschwitz, considerado o maior campo de extermínio da Europa, localizado ao sul da Polônia. A fama de Auschwitz veio por meio das imagens captadas do local logo após a chegada do exército dos aliados que fizeram questão de retratar em vídeos e em fotografias as atrocidades cometidas pelos nazistas marcadas nos corpos dos mortos e dos sobreviventes.

Neste texto, pretende-se refletir sobre a noção de arquivo relacionada à memória discursiva e à memória coletiva ou histórica que se construiu para esses campos, fazendo circular sentidos sedimentados ao passo que se apagam outros sentidos também possíveis, mas negados pelos mecanismos ideológicos que regulam esse arquivo. A fim de desenvolver as análises, foi preciso *recortar sequências discursivas* (SDs)² do arquivo visual que pudessem representar o processo discursivo da leitura e construção desse arquivo. Para isso, optou-se por recortar SDs do documentário *Memória dos campos*, do arquivo virtual de imagens gerado pelo site de buscas *Google.com*, de uma reportagem do Jornal *O Globo* e do acervo do Museu do Holocausto em Washington. Operou-se o recorte tendo por base a instauração de gestos de leitura antagônicos no interior mesmo do arquivo visual dos campos de concentração nazistas.

1 Revisitando o conceito de arquivo

Estamos a todo tempo lendo arquivos, arquivos de textos da própria AD, arquivos de textos sobre determinado assunto, arquivos produzidos pela mídia, pelo aparato escolar, jurídico ou mesmo nosso arquivo pessoal que construímos reunindo textos diversos em torno de um tema comum. Dessa forma, a noção de arquivo é entendida, como propõe Pêcheux (2010, p. 51) “no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma mesma questão’”. O campo de documentos que forma um arquivo é regulado por um trabalho de *leitura de arquivos*, que gerencia as possibilidades de interpretação para esses textos. Segundo Pêcheux:

Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são ‘literatos’ (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos. (Pêcheux, 2010, p. 50).

E esse mundo de arquivos é compartilhado com outros leitores que se colocam na posição de *intérpretes* da leitura do outro, ou seja, Pêcheux propõe que há uma divisão social do trabalho de leitura que separa os autorizados a ler e a interpretar de um lado, e os autorizados a reproduzir e a copiar essa leitura de outro. Essa restrição da atividade de interpretação gera o efeito de *leitura literal*, o efeito de que há apenas um único sentido para tal texto, posto como “documento”. Para Pêcheux (*idem*, p. 51), é papel do analista de discurso questionar essas leituras impostas (as ditas literais), reconstruindo “a história dos gestos de leitura subjacente à construção do arquivo, de sua apreensão e acesso”. Para a análise

2 Orlandi (1984, p.121) define sequência discursiva como sendo “uma unidade discursiva que se constitui de fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”. E observa ainda que esta é construída pela ação e recorte que varia conforme “os diferentes tipos de discurso, segundo a configuração das condições de produção e se faz de acordo com o objetivo da análise” (*ibidem*).

do discurso, então, é fundamental investigar o percurso dos sentidos que tornam evidentes determinado gesto de leitura, tendo em vista a promoção de uma *leitura interpretativa* considerada por Pêcheux (ibidem) como um “*espaço polêmico das maneiras de ler*”. O trabalho de construção de um arquivo não é, portanto, espaço neutro, mas marcado pelo processo ideológico de direcionamento dos sentidos e de construção da *memória social* gerida pelos aparelhos de poder de nossa sociedade, como as instituições escolares, os museus, as bibliotecas. O termo memória social é usado conforme a definição de Mariani (1998):

Entendemos por memória social um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. (Mariani, 1998, p. 34)

A manutenção de sentidos comuns e o apagamento de outros sentidos da esfera social imobilizam o fluxo de significados para certas narrativas que passam a criar o *efeito de memória oficial*, ou ainda da *memória histórica oficial*. São esses sentidos controlados que tornam evidentes certos fatos históricos, abafando outras vozes que poderiam contar outras histórias, outras versões para o mesmo fato, como a morte do presidente João Goulart que agora começa a ser alvo de questionamento da sociedade brasileira em virtude das investigações feitas pela da Comissão Nacional da Verdade³ que, através dos restos mortais do ex-presidente, busca apurar a real causa de sua morte tendo em vista a possibilidade de ele ter sido assassinado. Neste caso, foi preciso um aparato institucional para mover os sentidos historicizados e provocar, pelo menos, a desconfiança sobre o absolutismo da história oficial. Desse modo, conclui Mariani (idem, p. 35) que a memória histórica oficial está “sempre efetuando gestos de exclusão a tudo que possa escapar ao exercício do poder”, o que produz um *efeito de realidade*, uma normalidade semântica para o logicamente estável do discurso imobilizado.

Ao percorrer o arquivo visual dos campos de concentração nazistas que estão disponíveis na internet, pode-se notar como a organização do trabalho da leitura trata em massa as imagens desse evento, gerenciando os sentidos e conduzindo-os a uma mesma interpretação. Para “livrar o discurso de suas ambiguidades” (Pêcheux, 2010, p. 55), é preciso fazer exclusões, mas esses sentidos podem ressurgir pelo trabalho da *memória discursiva* que recupera do interdiscurso os enunciados já ditos ou vistos que estavam lá esquecidos. Esse retorno é igualmente gerenciado pelas formações discursivas que regulam os gestos de leitura. As formações discursivas (FDs) são as matrizes de sentido que *determinam o que pode e deve ser dito em certa conjuntura social* (Pêcheux e Fuchs, 1993), isto é, são redes significantes determinadas pela ideologia de certa formação social que regula para si própria sua manutenção e deslocamento.

Desse modo, a *memória discursiva* não se confunde com a memória social ou a memória psicológica, pois está em relação com o interdiscurso, com a repetição e circulação dos enunciados. Para Orlandi (2002, p. 31), a memória do discurso é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do preconstruído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Nessa perspectiva, veremos os efeitos do trabalho da memória discursiva na leitura do arquivo visual dos campos de concentração nazistas.

3 A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012 com o propósito de apurar violações dos Direitos Humanos ocorridas no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Informações retiradas de: <<http://www.cnv.gov.br/index.php>>. Acessado em 09/02/2014.

2 O arquivo visual dos campos de concentração e suas leituras

A imagem é a linguagem diletta das mídias. Tudo se ilustra para ficar mais atrativo ao olhar do leitor, assim divulgam-se fotos, vídeos, montagens, desenhos. E com as redes sociais, esse modo de circulação dos discursos é ainda mais usual. Além dos livros, filmes, seriados de TV, sempre há quem lembre da Segunda Guerra e divulgue uma imagem chocante na internet para alimentar os arquivos visuais e reforçar a memória coletiva construída para esse evento histórico. No dia 27 de janeiro, houve a circulação em série desse arquivo visual pela web. E-mails e páginas nas redes sociais foram invadidos por imagens dos campos de concentração nazistas relembrando as vítimas do holocausto juntamente com mensagens de repúdio ao ódio e à intolerância. Essa circulação datada se refere ao fato de que, neste dia, no ano de 1945, começaram a ser libertados pelas tropas aliadas os prisioneiros dos campos de concentração nazista onde eram torturados e mortos através de ferramentas de assassinato em massa como as câmaras de gás. Na ocasião da libertação das vítimas, várias imagens foram captadas para mostrar ao mundo o tratamento desumano que lhes davam os nazistas. Os maus-tratos causados a seres-humanos marcaram os corpos empilhados nas covas coletivas ou mesmo aqueles corpos debilitados dos sobreviventes que tentavam se sustentar sobre as próprias pernas, às vezes sem sucesso.

Nesta mesma data, está previsto para 2015 o lançamento oficial do documentário censurado de Alfred Hitchcock⁴. Conhecido por *Memória dos campos*, o documentário mostra o flagelo dos prisioneiros, exhibe os cadáveres das vítimas sendo carregados pelos soldados ingleses e soviéticos e até por civis alemães. As imagens são chocantes, grande parte do vídeo é dedicada à exibição de corpos esqueléticos e nus que eram carregados nos ombros ou mesmo arrastados e jogados sobre pilhas de outros corpos em osso e pele, como se fosse um aterro sanitário de lixo humano (ver sequência discursiva SD 01⁵).

SD 01



4 *Memory of the Camps*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3vYJ2rh53BQ#t=1014>>. Acessado em 28/01/2014.

5 *United States Holocaust Memorial Museum*. Collections highlight: Auschwitz through the lens of the SS. Exposições on line. Disponível em <http://www.ushmm.org/wlc/en/media_ph.php?MediaId=6412>. Acessado em 09/02/2014.



Rodada em preto e branco, a película produz o efeito do horror e comoção pela morte e tortura de tantas pessoas. As vítimas mostram os rostos entre os arames de cerca farpada, revelam os olhos sem brilho, esmorecidos. A nudez do corpo humano é repetidamente exibida sem censura, são como animais expostos em pele. Devido à brutalidade das imagens captadas, o documentário foi censurado na época e teve em 70 anos uma única exibição, em versão incompleta, no festival de cinema de Berlim de 1984⁶, mas agora está disponível na web junto a outros tantos vídeos e fotografias sobre as atrocidades do exército de Hitler.

O arquivo visual dos campos de concentração armazena infindáveis de imagens, mas todas elas exibem a debilidade dos corpos das vítimas e a brutalidade com que agiram sobre os esses corpos as doenças, a desnutrição e mesmo a morte. A pesquisa de imagens gerada pelo site de buscas *Google.com* (SD 02) torna evidente o gesto de leitura sobre o arquivo visual dos campos de concentração: eram *campos de extermínio*.

6 Informações consultadas em: <http://www.folhasocial.com/2014/01/o-filme-com-imagens-chocantes-sobre-o.html>.



Sobre o tratamento em massa do arquivo textual, Pêcheux (2010, p. 52) ponderou que o desenvolvimento de métodos de reprodução massiva, seja com fins estatais ou comerciais, tornam os arquivos “facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis”, produzindo com maior amplitude o *efeito de evidência*. Dessa forma, como analisado em trabalho anterior (Fernandes, 2009), por mais que haja dispersão de discursos no ciberespaço, este não é um lugar isento da regulação dos aparelhos ideológicos que atuam para gerenciar os gestos interpretativos e instaurar a leitura literal. Cada hipertexto “funciona como um espaço virtual regulado onde a leitura de arquivo se encontra limitada e direcionada de modo a compreender uma ordem parafrástica de repetição” (idem, p. 120).

Por outro lado, como o interdiscurso, o ciberespaço abriga todos os dizeres, inclusive os que estão excluídos de um hipertexto a outro por meio de FD antagônicas. É o caso do discurso que nega a ocorrência do Holocausto judaico. Blogs e páginas em redes sociais sob títulos como: *A mentira do Holocausto*; *Holocausto judeu, a mentira do século XXI*; *A grande farsa do holocausto judaico*⁷, divulgam um discurso de oposição ao genocídio do povo judeu, argumentando que o número maior de vítimas foi de não-judeus e que fotos e estatísticas foram adulteradas para agravar o efeito da guerra. Isso significaria que as imagens chocantes dos mortos e dos sobreviventes não seriam apenas de judeus. No entanto, a leitura literal produz um efeito de referencialidade que reúne todas essas imagens significando cada corpo maltratado como sendo de um corpo judeu, isto é, todos representando uma única posição-sujeito. O discurso das organizações judaicas acusa essa interpretação de ser uma “conspiração antissemita”, e, na Europa, o sujeito pode responder criminalmente por esse gesto de interpretação. Essas contradições instauram o conflito ideológico no próprio trabalho de leitura do arquivo. Nesse contexto, segundo Nunes (2007 p. 375), o arquivo “é tido como um espaço de polêmica, em que se confrontam as posições interpretativas”.

Discursos como os das sequências discursivas a seguir tentam desfazer a polêmica, combatendo essa FD que nega o holocausto por meio da repetição das imagens dos corpos maltratados.

7 Exemplo de um blog consultado: <http://verdade1945.blogspot.com.br/2007/10/grande-farsa-do-holocausto-judeu.html>

SD 03

“Todos os anos, no aniversário da libertação do campo de concentração de Auschwitz, relembramos as vítimas do Holocausto. Recordamos o sofrimento de milhões de pessoas inocentes, e realçamos os perigos do antissemitismo e ódio de qualquer espécie” - Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU (27/01/2014).

SD 04



Banner comemorativo⁸

SD 05

É uma questão de História lembrar que, quando o Supremo Comandante das Forças aliadas, General Dwight D. Eisenhower encontrou as vítimas dos campos de concentração, ordenou que fosse feito o maior número possível de fotos, e fez com que os alemães das cidades vizinhas fossem guiados até aqueles campos e até mesmo enterrassem os mortos. Este email está a ser enviado como um alerta, em memória dos 6 milhões de judeus, 20 milhões de russos, 10 milhões de cristãos, 1900 padres católicos e muitas Testemunhas de Jeová, resumindo SERES HUMANOS, que foram assassinados, massacrados, violentados, queimados, mortos à fome e humilhados, enquanto Alemanha e Rússia olhavam em outras direções. Agora, mais do que nunca, com o Irã, entre outros, sustentando que “o holocausto foi um mito”, torna-se imperativo fazer com que o mundo jamais esqueça. A intenção de enviar este e-mail é de que ele seja lido por, pelo menos, 40 milhões de pessoas em todo mundo. Se você também está ciente, então ajude a enviar o email para todos que forem possíveis. Traduza-o para outras línguas se for o caso! Não o apague!

8 Retirado de: <https://fbcdn-sphotos-d-a.akamaihd.net/hphotos-ak-prn2/1505170_719554114729079_2126168492_n.jpg>.

As SDs acima tomam o “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto” como justificativa para fazer circular tantas imagens dos prisioneiros, com o propósito anunciado de combater o antissemitismo e evitar novas práticas de extermínio. Além disso, a sequência de imagens aliada ao discurso verbal inflamado contra os maus-tratos aos detidos nos campos de concentração sustentam e saturam o efeito de sentido de que os campos de concentração eram campos de extermínio do povo judeu. Na fala do secretário da ONU, o enunciado “Recordamos o sofrimento de milhões de pessoas inocentes, e realçamos os perigos do antissemitismo e ódio de qualquer espécie” (SD 03) e no banner em letras garrafas: “Nunca mais” (SD 04), ressoam na mesma matriz de sentidos daqueles enunciados trazidos na SD 05. Essa última sequência foi recortada de um e-mail enviado junto a várias imagens recuperadas do arquivo virtual de imagens gerado por sites de busca como o *Google.com*. A autoria da mensagem do e-mail é anônima e percebe-se que foi traduzida para o português de Portugal, conforme a própria orientação de fazer a tradução para outras línguas, de modo a atingir mais pessoas e de diferentes nacionalidades. A massificação da circulação desse discurso objetiva fazer abafar e apagar o discurso de negação do Holocausto que ameaça a sustentação da memória histórica oficial. O próprio texto traz a contradição entre os números de mortos e a teoria do genocídio, mas a produção do efeito de horror é que prevalece devido à especificidade da materialidade visual ser mais impactante. As imagens “pesam” mais que as palavras por que capturar o olhar do leitor como já observou Rolan Barthes (1984).

O gerenciamento dos modos de ler o arquivo visual dos campos de concentração, devido a sua ampla e repetida circulação nos meios de comunicação e internet, assegura o sentido do holocausto, distinguindo duas posições-sujeito: as vítimas do holocausto de um lado e seus carrascos atroz de outro.

Entretanto, vídeos como *Memória dos campos* ou arquivos visuais gerados por sites de busca não são a única forma de retratar e narrar a história dos campos de concentração, há arquivos pessoais de oficiais do exército nazista que contam outras histórias, paralelas às mortes e aos maus-tratos, que estão apagadas desse arquivo oficial.

Ao lado de artefatos e documentos recolhidos dos próprios campos de concentração instalados na Europa, o Museu do Holocausto em Washington, EUA, exhibe fotografias de oficiais das tropas da SS (Schutzstaffel, em português “tropas de proteção pessoal” de Hitler) em momentos de descontração na casa de repouso junto ao campo de concentração em Auschwitz, considerado o maior campo de extermínio da Europa, e de onde se capturaram várias das imagens impactantes do arquivo visual sobre a Segunda Guerra. As fotografias pertenciam a um oficial da SS, chamado Karl-Friedrich Höcker, e, apesar de exibir a imagem de pessoas alegres e sorridentes, produz o efeito de horror pela obstinação ao extermínio como sugere a reportagem do jornal *O Globo* do dia 27 de setembro de 2007 (SD 07), também foi exibida no *Jornal Nacional* da rede Globo de televisão no mesmo dia.

SD 06

Descontração em Auschwitz ⁹

por Luís Fernando Silva Pinto, de Washington (27/09/2007)

A crueldade do regime nazista em imagens inéditas: fotografias do cotidiano dos militares no campo de concentração revelam a indiferença dos oficiais alemães à matança de judeus em Auschwitz.

Fotos de militares em clima de descontração poderiam ser apenas lembranças do

9 Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1157146-16022,0-DESCONTRACAO+EM+AUSCHWITZ.html>>. Acessado em 30/09/2007.

passado, mas são imagens revoltantes. Os homens são oficiais nazistas; as mulheres, empregadas do serviço de informação de Hitler. Eles se divertiam na casa de repouso dos militares no campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, no fim de 1944.

Nos dias em que a maioria das fotos foi tirada, milhares de judeus da Hungria eram executados; quem sobrevivía bebia água suja e disputava pedaços de pão... Já entre os oficiais nazistas, não faltavam bons charutos, vinhos e música.

As fotos, inéditas, acabam de ser doadas ao Museu do Holocausto, em Washington. Elas foram encontradas 60 anos atrás por um oficial americano num apartamento em Frankfurt. Meses atrás, ele ligou para o museu, conversou com a pesquisadora Rebecca Erbelding e enviou para ela todo o material.

Rebecca diz que as fotos mostram mais do que oficiais em momentos de lazer: elas documentam a obstinação do regime nazista em assassinar seres humanos.

O álbum pertencia a Karl Hocker, que era o ajudante de ordens de Richard Baer, o comandante do campo.

O homem mais famoso a aparecer nas fotos é Joseph Mengele, que depois da guerra se refugiou no Brasil e morreu em 1979. Quando a foto foi tirada, ele era conhecido como o “anjo da morte”, por causa das monstruosas experiências médicas que fazia com os prisioneiros do campo; Mengele torturava, mutilava e enlouquecia prisioneiros para saber os limites da resistência humana. Nas fotos, ele aparece sempre tranquilo, sorridente.

Joseph Robert White, historiador dos campos de concentração do regime nazista, diz que as fotos mostram como é fácil cometer genocídio e, ao mesmo tempo, “manter uma atitude absolutamente normal”.

As 119 fotos dos oficiais alemães estão sendo comparadas com fotos tiradas nos mesmos dias, só que no lado dos prisioneiros. Quase 200 dessas fotos de vítimas sobreviveram à guerra; elas nem mostram todos os horrores de Auschwitz, mas revelam como o extermínio dos judeus continuou sem trégua, mesmo nos últimos meses da Segunda Guerra Mundial, quando o regime nazista estava derrotado pelas tropas aliadas e pelos russos.

Na página virtual do jornal *O Globo*, há um *link* que remete às fotos exibidas no museu. Eis algumas das fotos comentadas na reportagem na SD 07:

SD 07



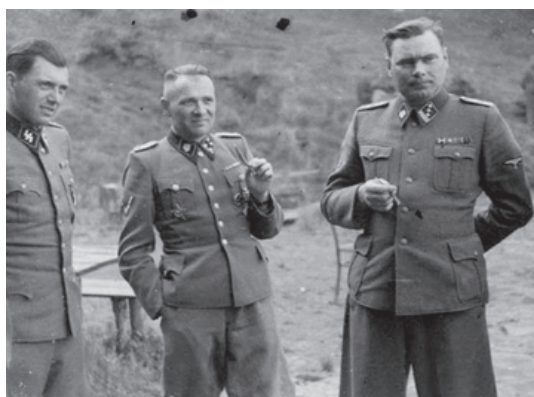
Oficiais relaxados em momento de lazer na casa de repouso dos militares no campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, no fim de 1944.



Oficiais se divertindo ao som do acordeom, na chuva.



Oficiais em jantar dedicado à inauguração do novo hospital do SS em Auschwitz. Na foto, aparece à direita Richard Baer e o Dr. Carl Clauberg e o oficial Karl Höcker.



Entre dois SS-oficiais está Joseph Mengele, médico alemão responsável pelas experiências feitas com os prisioneiros.



O oficial Karl Höcker acende as velas da árvore de Natal, decoração da casa de repouso para os festejos de final de ano.



O oficial Karl Höcker e uma oficial da SS Helferinnen (auxiliares femininas) em conversa descontraída.



O oficial Karl Höcker e membros do SS Helferinnen (auxiliares femininas) posam saboreando uma sobremesa feita de mirtilo. Ao fundo, um músico toca acordeom.

As fotografias apresentam os oficiais da SS sempre sorridentes, ora até mesmo rindo em momentos de lazer, repouso ou de diversão. Revelam também o conforto de que dispunham, como cobertores, sobremesas, bebidas e charutos, logo nada lhes faltava, um cenário oposto ao que nossa memória coletiva nos reservou dos campos de concentração. A descontração e alegria evidenciadas nessas fotografias não causaria tanto espanto se não fosse lida na mesma *rede de formulações* (Courtine, 1981)¹⁰ que as imagens as quais revelam a forma desumana com que eram tratados seus prisioneiros.

A SD 07, em vários momentos do texto da reportagem, relaciona as duas situações: a dos prisioneiros e a dos militares nazistas, mostrando o abismo entre os lugares ocupados por esses sujeitos. Por essa leitura em contraste, essas fotografias produzem o efeito de horror que as permite ler como sendo revoltantes.

Para reforçar o efeito de “revolta”, a função-autor da reportagem integra à discursividade do texto as falas de dois pesquisadores que ocupam a posição dos autorizados a ler e a interpretar o arquivo visual de Auschwitz.

SD 08

Rebecca diz que as fotos mostram mais do que oficiais em momentos de lazer: elas documentam a obstinação do regime nazista em assassinar seres humanos.

Joseph Robert White, historiador dos campos de concentração do regime nazista, diz que as fotos mostram como é fácil cometer genocídio e, ao mesmo tempo, “manter uma atitude absolutamente normal”.

Os enunciados da SD 08 indicam os gestos de leitura para essas imagens: os nazistas obstinavam matar seres humanos e o faziam naturalmente. O sujeito-jornalista¹¹ incorpora essas vozes dos estudiosos como o discurso de verdade e encerra, assim, outras possibilidades de leitura.

A desconcentração em jantares, a música ao vivo, os jogos e bebidas, os banhos de sol, a sobremesa compartilhada, o arranjo da árvore de Natal, todas essas imagens contrastam com aquelas dos corpos cadavéricos e empilhados em montanhas de mortos. Há aí a contradição interna no próprio arquivo institucional do Museu do Holocausto em Washington, EUA. No entanto esse conflito é gerenciado na leitura do arquivo virtual do museu, visto que, se formos procurar por “Auschwitz” na ferramenta de busca do site, não são apresentadas as fotografias do álbum de Höcker no resultado da busca, as fotografias aparecem se buscarmos pelo nome do proprietário das fotos ou no domínio exclusivo para essas imagens intitulado: “Coleção destaque: Auschwitz através das lentes da SS”.

Observando as fotografias do álbum privado de Höcker, percebemos que ações típicas das emoções humanas como rir poderiam ser vistas apenas como momentos de descontração entre colegas de ofício, de repouso merecido pela árdua tarefa diária. Esse é o sentido que lhe é dado pelas palavras de um descendente do oficial, como consta na SD 09¹².

10 Por rede de formulações, Courtine (1981) entende se tratar de um conjunto de enunciados que ressoam em uma mesma formação discursiva.

11 Vale ressaltar que, em Análise de Discurso, a interpelação ideológica do sujeito, conforme Pêcheux (2009), é inconsciente. Portanto, o sujeito assume uma posição ideológica, mas não toma posicionamento por suas próprias intenções, mas porque assume uma posição-sujeito dada pela ideologia.

12 «Ce sont des photos comme toutes les familles en possèdent. [...] Comme un enfant, je les ai longtemps aimées, comme celles de notre maison de vacance à Solahütte, à trente kilomètres d'Auschwitz, où ma mère, radieuse, admirait mon père en uniforme SS ». Disponível em <http://www.lagazette.deberlin.de/4192.html>. Acessado em 16/02/2014.

SD 09

«Estas são fotos como as que qualquer família possui. [...] Quando era criança, eu as olhava por um longo tempo, como as de nossa casa de férias em Solahütte, 30 km de Auschwitz, onde minha mãe, radiante, admirava meu pai no uniforme da SS”.

O arquivo pessoal de Karl Höcker pode ter sido para ele uma agradável recordação dos momentos convividos com os colegas. Pode ter sido para sua família uma boa lembrança do ente querido e lhes inspirar orgulho por sua posição de oficial. Entretanto, essa memória não é coletiva, não se firma entre os sentidos reconhecidos socialmente para esse evento histórico. Não são os risos que a história fará retornar e contará às gerações futuras o que aconteceu naqueles campos¹³.

É desse modo que se distingue a memória histórica oficial da memória discursiva, visto que esta última pode fazer circular todos os sentidos possíveis, mesmo que sejam impossíveis para uma formação discursiva ou outra. A memória discursiva traz do interdiscurso os dizeres já-ditos ou as imagens já vistas, enunciados que podem retornar no eixo intradiscursivo, entretanto o controle desse arquivo se faz por meio de uma memória que se coloca como um consenso, que funciona como um mecanismo ideológico que regula a FD e rejeita os sentidos como a negação do holocausto e a humanidade dos oficiais.

Para concluir...

O campo de documentos sobre o holocausto que circula na sociedade não abriga as fotografias de Karl Höcker, não torna parte da História as paqueras com jovens oficiais, os jantares, as músicas no fim da tarde ao som do animado acordeom, não mostra a sutileza de uma soneca no alpendre ao lado de moças sorridentes. O campo de documentos do arquivo pessoal de Karl Höcker é outro campo, é um cenário esquecido no interdiscurso e apagado da memória histórica oficial de modo que, para fazer parte do arquivo dos campos de concentração, deve ser lido sob o efeito do horror e da revolta.

A partir das análises, observamos que, pelo trabalho da memória discursiva pode-se recuperar qualquer enunciado ou imagem do interdiscurso, entretanto seus sentidos são regulados por mecanismos ideológicos que controlam o arquivo a fim de construir um efeito de verdade, ou mesmo de realidade, que construirá a memória coletiva. As lembranças de Karl Höcker não são as nossas lembranças, foram apagadas pela formação discursiva (FD) que controla o que pode pertencer ao arquivo dos campos de concentração e o que não pode. Assim, nessa FD, é impossível dar a esses oficiais sentimentos humanos como a alegria e a emoção, eles são vistos como carrascos atrozinhos obstinados a matar e a torturar pessoas inocentes.

As imagens trazidas à análise neste artigo não esgotam as possibilidades de arquivo sobre o campo de concentração dos nazistas. Esse e outros campos podem surgir, uns mais verdes, mais coloridos, mais amigáveis, outros mais sombrios, mais secos e sem vida. Todos são campos de um mesmo arquivo que revela suas contradições, seus diferentes matizes e matrizes (de sentido). O que a memória oficial nos reservará disso tudo?

13 Essa discussão sobre o trabalho da memória e sua relação com a materialidade visual está mais detalhada no trabalho apresentado no IV Encontro de Estudos da Linguagem e III Encontro Internacional de Estudos da Linguagem (ENELIN), 2011, sob o título: *Que horror! Eles se divertiam! Um ensaio sobre os efeitos da imagem como discursivização da história.*

Referências

- BARTHES, Roland. *A câmera clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Título original: *La chambre Claire*, 1980.
- COURTINE, Jean-Jaquecs. Analyse du discours politique. *Langages*, n.61, juin, 1981.
- FERNANDES, Carolina. O ciberespaço no confronto de sentidos: uma nova leitura de arquivo. In: INDURSKY, Freda et al. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 117-124.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni et al. (orgs). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010, p. 163-181.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda et al. (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p.373-380.
- ORLANDI, E. P. (1984). Segmentar ou recortar? In: *Linguística: questões e controvérsias*. Série estudos n.10, Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Uberaba, SP, 1984, p. 9-27.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2009.
- _____. (1982) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni et al. (orgs). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 55-66.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Cathérinne. (1975). Por uma análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Thomas. (orgs.) *Análise do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p.163-187.

Arquivos urbanos: meio ambiente entre nomeações e imagens

Telma Domingues da Silva¹

Résumé: Le présent article vise à contribuer à une meilleure compréhension de la densité de l'archive, dans son engagement avec la mémoire discursive. De divers matériaux ont été pris à l'analyse (récits, images, témoignages) qui se rapportent à la relation de la rivière avec la ville. La recherche m'a montré que l'enquête sur la mémoire de la rivière est un point d'intérêt pour effleurer le réel de la mémoire de la ville, en cherchant particulièrement les éléments significatifs d'un processus d'urbanisation, un rapport au soi-disant environnement, et la voie selon laquelle se reproduisent les sujets (urbains). La coupure des analyses montre une trajectoire théorique-analytique qui se profile dans le sens de comprendre des relations de passage entre des nominations et des images.

Mots-clé: mémoire discursive; discours environnemental; sujets urbains; circulación de l'archive.

Resumo: O presente artigo procura contribuir para uma compreensão da densidade do arquivo, no seu embate com a memória discursiva. Foram tomados para análise materiais diversos (narrativas, imagens, depoimentos), que dizem respeito à relação do rio com a cidade. A pesquisa mostrou-me ser a investigação *sobre a* memória do rio um ponto de interesse para tocar o real da *memória da cidade*, buscando em especial os elementos significativos de um processo de urbanização, em sua relação com o chamado meio ambiente, e o modo como nele os sujeitos se produzem (urbanos). O recorte das análises aponta um caminho teórico-analítico que se delinea no sentido de compreender relações de atravessamentos entre *nomeações e imagens*.

Palavras-chave: memória discursiva; discurso ambiental; sujeito urbano; circulação do arquivo.

Introdução: o arquivo urbano e suas materialidades

Este é um trabalho que dá continuidade a análises anteriores (cf. SILVA 2011 e SILVA 2010), em um percurso que procurarei explicitar brevemente. Como docente da UNIVAS – Universidade do Vale do Sapucaí, localizada em Pouso Alegre, no Sul de Minas, voltamos-nos para elementos da memória local, em um projeto de pesquisa coordenado pela profa. Eni Orlandi.² Dado o meu interesse em relação ao discurso ambiental, com o qual tenho trabalhado, descobri meu objeto no rio Mandu, em sua significação no âmbito do desenvolvimento da região, em especial da cidade de Pouso Alegre.

1 Doutora, docente do PPG em Ciências da Linguagem da UNIVÁS – Universidade do Vale do Sapucaí/ MG.

2 Trata-se do projeto “Discurso, individuação do sujeito e processos identitários – espaço, acontecimento e memória no Sul Mineiro” desenvolvido na Universidade do Vale do Sapucaí a partir de 2008. Alguns resultados desta pesquisa estão publicados em ORLANDI, E. (org.) *Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas: RG. Editora, 2011.

A pesquisa por mim empreendida, inicialmente no projeto citado, pautou-se em uma “leitura de arquivo” (Pêcheux 1992) sobre a fundação e o crescimento de uma cidade às margens do rio Mandu, no embate de diferentes *memórias discursivas*. Foi tratado, em um segundo momento, da constituição de um acervo fotográfico específico sobre o rio, como parte do arquivo histórico da/na cidade. E, dada a relevância que se mostrou nessa perspectiva de reflexão – ao abordar a memória de um rio, em uma determinada cidade –, a pesquisa, em um terceiro momento, dirigiu-se para um rio na cidade de São Paulo, isto é, para a compreensão da significação do meio ambiente como parte da memória urbana, a partir do Rio Pinheiros.

Assim, apoderando-me do fato de que muitas cidades brasileiras ergueram-se em locais ladeados e/ou cortados por rios – como São Paulo, que tem início com o colégio jesuíta construído entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, ou Pouso Alegre, que começa com uma capela às margens do Rio Mandu –, a pesquisa mostrou-me ser a investigação *sobre* a memória do rio um ponto de interesse para tocar o real da *memória da cidade*, compreendendo em especial elementos significantes de um processo de urbanização, em sua relação com o chamado meio ambiente, e o modo como nele os sujeitos se produzem (urbanos, caipiras etc.).

Trata-se de refletir acerca do meio ambiente como elemento presente no (presentificado pelo) urbano, meio ambiente que aqui, neste estudo, figura através do rio (um dado rio), como parte de uma determinada cidade. Os gestos de nomeação (topônimos, legendagem...), como veremos, mostram o rio, sua significação sobredeterminada pelos discursos urbanos que se propagam: língua indígena e discurso religioso (capelas, nomes de santos associados/ contrapostos a nomes indígenas...), discurso urbanista (enchentes, pontes, obras públicas...), discurso ambiental (poluição) etc.

Conforme formulação de Pêcheux, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (idem, p. 52).

Na concepção da análise de discurso, em seu dispositivo teórico-metodológico, mostra-se a não-homogeneidade e a não-coincidência no que diz respeito à memória que produz e é produzida por uma determinada sociedade. Mesmo em seus efeitos no arquivo, através da institucionalização da memória social, verifica-se, pela abordagem discursiva, versões³ divergentes, confrontos de uma voz outra para com o dizer “oficial”. Ou seja, nas circulações do arquivo, contrapondo-se as diferentes formulações, encontramos, pelo discurso, as marcas do político (divisão de sentidos).

Pêcheux aponta para alguns dos desdobramentos da memória enquanto produção social e histórica, ao mencionar os “... sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (1999, p. 50). Neste trabalho, tomamos também fotografias de acervos públicos e depoimentos (história oral), elementos que apontam para o estabelecimento de determinadas práticas sociais enquanto práticas de “documentação”. Assim, conjuntos numerosos de imagens são traduzidos por *nomeações* que os organizam como significativas de uma dada obra (Construção da Perimetral; Retificação do rio Pinheiros), outros tantos conjuntos organizam imagens de enchentes etc.

É importante mencionar que o corpus desta pesquisa foi construído em etapas, através de uma sequência de análises em que tomamos primeiramente as narrativas de origem da

3 Conferir Orlandi (2004) quanto a uma compreensão discursiva para “versões”.

cidade de Pouso Alegre, depois as fotografias do rio Mandu no museu da cidade e finalmente fotos e depoimentos sobre o rio Pinheiros em São Paulo. Nas narrativas de origem, as diferentes versões apontam a não-coincidência (o político, pela divisão), mas também um “tecer sobre a ausência” (o não saber), que possibilita à história o seu atravessamento por discursos míticos e neles o imaginário de uma “terra desbravada”, dos “pioneiros” etc.

Em relação especificamente aos acervos fotográficos, a partir de uma primeira abordagem (Museu Tuany Toledo, em Pouso Alegre), procurei refletir sobre a constituição dessa prática social, indagando especificamente acerca do modo de estruturação do acervo fotográfico sobre o (um) rio.

No decorrer do último século, a fotografia vem se introduzir na sociedade como possibilidade de acesso à história, à memória. Barthes (1984) fala de uma “força constativa” da fotografia que incide não sobre o *objeto*, mas sobre o *tempo*: a fotografia tem um “poder de autenticação”, funciona como um “certificado de presença”. Tendo em vista esse gesto de captura de um instante, no modo próprio de significar da fotografia, pode-se compreender seu funcionamento enfatizado enquanto “documento”.

A partir da análise de discurso, pois, também a imagem é concebida em sua opacidade. A investigação de acervos fotográficos sobre o rio faz ver um rio pelo acontecimento do/ no urbano, um rio que se articula na significação das cidades. Não seria o rio, nesse contexto, o objeto da fotografia, mas um *instante da cidade*. Isto diz da fotografia como linguagem: a fotografia se faz como um gesto que captura e fixa algo que é um “instante de” (daí o termo instantâneo para designar também a fotografia).

O acervo pode integrar imagens advindas de álbuns de “fotos diversas” sobre a cidade ou de um conjunto mais específico, em que os sentidos de documento ficam mais evidenciados. Para exemplificar: 1) uma série de fotos sobre o rio Mandu, em Pouso Alegre, é nomeada “Construção da Perimetral”, quando um braço do rio Mandu é aterrado; 2) uma série de fotos do rio Pinheiros em São Paulo é nomeada “Retificação do Rio Pinheiros”, quando o curso do rio é alterado. Nesse âmbito, a fotografia se faz como *gesto de documentação*, sendo a imagem interpretada já de antemão como parte de um arquivo público urbano.

Sobre o corpus das imagens fotográficas, esta pesquisa se realizou com fotos do Rio Mandu, em Pouso Alegre, e do Rio Pinheiros em São Paulo. As fotos de Pouso Alegre estão no Museu Tuany Toledo, digitalizadas, mas não disponibilizadas *on line*.

Em um dado momento, a digitalização oferece a possibilidade da disponibilização/ circulação de documentos e imagens fotográficas pela rede. A contraposição de versões sobre a origem de Pouso Alegre em obras impressas (historiografia) e na rede deixa a ver de que modo a questão do arquivo é atravessada pela questão tecnológica, e suas implicações enquanto modos de formulação do (sobre o) arquivo – em que se observa a organização e reorganização, sustentada em/por deslocamentos discursivos.

Dois arquivos organizados *on line* sobre o Pinheiros estão entre os arquivos consultados: o arquivo da Fundação Energia e Saneamento, o qual disponibiliza, entre o seu material, os arquivos da Light, que incluem muitas imagens urbanas do início do século XX, pois a empresa foi responsável pela eletrificação de São Paulo; e o arquivo do Esporte Clube Pinheiros, que foi um clube de regatas, construído à margem do rio.

O livro *O Rio Pinheiros*, da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, publicado em 2002, é comemorativo do início de um projeto do governo estadual que pretendia realizar a limpeza do Rio Pinheiros. O livro expõe depoimentos de moradores antigos do bairro de Pinheiros, obtidos através de projetos mais recentes de “memória oral”. A prática da documentação pela memória oral, através da produção de depoimentos de diferentes sujeitos,

oferece acesso às “outras vozes”, em relação aos sentidos oficiais que se institucionalizam a partir de uma voz do governo ou de uma dada política. Procurei ouvir sentidos outros para as obras no rio Pinheiros que, na década de 1940, transformaram o bairro, através de uma análise do depoimento de um (ex) barqueiro, sujeito que se coloca, como veremos, no embate com a “versão oficial dos fatos”. A análise desenvolvida sobre o Mandu, por sua vez, mostrou que a divisão entre as *formações discursivas* pode se inscrever no próprio “documento oficial”. Retomarei brevemente a análise de dois recortes sobre as narrativas históricas da cidade de Pouso Alegre (publicadas em Silva 2010 e Silva 2011), momento em que percebi a possibilidade de explorar metodologicamente a questão das nomeações e regularidades discursivas sobre a relação do rio com a cidade.

Com o material tomado nessas análises, procurei compreender diferentes movimentos discursivos em que são produzidos sentidos para a relação dos sujeitos com o ambiente, relação que é histórica e ideológica. Em seu conjunto, as análises empreendidas se debruçam sobre nomeações *de* cidades e/ou *nas* cidades, imagens fotográficas, legendas, depoimentos... De modo amplo, o recorte das análises aponta um caminho teórico-analítico que se delinea no sentido de compreender relações de atravessamentos entre *nomeações* e *imagens*.

Na memória da cidade de Pouso Alegre, o nome Mandu, nome do rio em torno do qual a cidade cresceu, aparece como modo de identificação da própria cidade. Na importância do rio como parte dos processos de identificação do pouso-alegrense, percebe-se a ligação afetiva para com a cidade presente através deste que é um elemento constitutivo do que se convencionou chamar “meio ambiente”.

Na memória da cidade de São Paulo, o Rio Pinheiros, como os demais rios paulistanos, também tinha um nome na língua indígena, chamava-se Jurubatuba. Pinheiros era o nome da aldeia, do núcleo caipira que se instalou à margem direita do rio, na mesma época da fundação de São Paulo (1560). Ou seja, nesse caso, ocorre o contrário do que ocorreu em Pouso Alegre, e o rio, em algum momento, passa a ser nomeado pelo nome do povoamento que o vive.

Observa-se que, em ambos os casos, as nomeações apontam para a presença indígena, embora nas narrativas de origem de Pouso Alegre não se faça menção a tribos indígenas, ao contrário do que ocorre nas narrativas de origem de São Paulo, em que o indígena está presente através da afirmação do estabelecimento do Colégio de São Paulo, voltado à catequese dos índios pelos padres jesuítas. O colégio é o marco da fundação da cidade, núcleo a partir do qual a cidade viria crescer e significar seus arredores, como o próprio bairro de Pinheiros.

1 Duas versões: diferentes sujeitos na história, marcas no arquivo

Nas narrativas de origem de Pouso Alegre, a cidade teria nascido com a construção de uma capela às suas margens, e o local foi inicialmente conhecido como Arraial do Bom Jesus de Matozinhos do Mandu. As análises realizadas sobre a nomeação de Pouso Alegre, a partir do rio Mandu mostram: os efeitos de sentido diferentes sobre a história de Pouso Alegre nas diferentes circulações (obra impressa e internet) e o confronto entre formações discursivas marcado na diferença de nomeação para a cidade (Pouso Alegre e Mandu). Essas análises são brevemente retomadas a seguir para que possamos compreender elementos específicos agindo na questão do arquivo.

Arraial do Bom Jesus de Matozinhos *do Mandu*: Nota-se que o nome do rio marca a localização do povoamento, especificando-o, pois o nome de um santo não será suficiente para dizer de uma determinada localidade. (Quantas Santanas, por exemplo, nós temos?) Em nossa história de colonização portuguesa católica, o nome do rio, ou de outro elemento

do ambiente, passa a integrar o nome da localidade nomeada com o nome de um santo, funcionando como elemento que especifica, discrimina no contexto de um dado território.

Mandu constitui-se ainda hoje como uma *referência* importante para o pouso-alegrense, dado que é um nome presente em diversos estabelecimentos da cidade, como, por exemplo, no estádio, conhecido como “Manduzão”. Sobre o funcionamento de um elemento enquanto “referência”, observa-se que não se trata de uma relação que se estabelece a partir de um suporte no “concreto”, mas que é *elemento de memória*, que se produz como efeito da inscrição do sujeito no simbólico. O material pesquisado (nomeações de um núcleo urbano) mostra os deslocamentos: dos nomes de santos portugueses para o Brasil, do nome no rio (do peixe) para o nome da cidade e em seguida para o nome de estabelecimentos da/na cidade...

Assim, a história da origem da cidade de Pouso Alegre liga-se ao meio ambiente pela sua nomeação, através da memória em torno do rio. Trechos de *Pouso Alegre* – origem da cidade e história da sua imprensa, de Amadeu de Queiroz, de 1948, são encontrados na internet. Em Silva (2010), analiso trecho da internet e sua relação com a obra impressa de Queiróz. O trecho analisado procura explicar a origem do nome “Mandu”, apresentando as duas versões que circulariam a esse respeito:

Segundo alguns autores, o batismo da localidade como Mandu se derivou da corruptela do nome de um pescador ou tropeiro, que se chamaria Manuel atendendo pela alcunha de Manduca ou simplesmente Mandu, e que teria sido o primeiro povoador da região. Segundo outros, do tupi-guarani *mandi-yu* (*mandi* = peixe e *yu* = amarelo). Atestam Marques de Oliveira e Augusto Vasconcelos que até 1799 a florescente povoação localizada às margens do Mandu era também conhecida pelo nome desse rio. (<http://citybrazil.uol.com.br/mg/pousoalegre/historia-da-cidade>).

Conforme apontei anteriormente (Silva 2010), em Amadeu de Queiroz também encontramos as duas versões, para explicar o nome Mandu como no trecho transcrito. Amadeu menciona a existência de uma versão que diz que o nome “Mandu” teria derivado do nome de um português chamado Manoel, de apelido Manduca, mas é por ele desacreditada. Para Amadeu de Queiroz (1948, p. 13-15), o nome Mandu, rio, derivou do nome Mandu, peixe, do tupi-guarani, *mandi* ou *mandu*, conforme se compreenda a pronúncia de uma vogal na língua tupi, que quer dizer “água”, “rio”. Tal explicação é apresentada por esse autor como a mais correta ou provável, dada a constância na forma “mandu” encontrada em documentos antigos e a pronúncia do fonema tupi em questão. Isto é, o texto de Amadeu menciona um deslocamento que teria ocorrido de *mandi* (“peixe”, em tupi) para *mandu*, em função da sonoridade dessa vogal na língua tupi.

Na formulação encontrada em circulação na internet, as duas versões sobre a origem do nome “Mandu” se colocam como “diferença entre autores”, nivelando o que se apresentaria na obra impressa como tendo estatuto distinto: uma versão remetendo à etimologia do tupi, considerando a não-correspondência fonética entre o português e o tupi, e a outra pautada em um personagem insólito, soando anedótica sobre a presença portuguesa. Além disso, apresenta-se de maneira mais positiva uma explicação etimológica outra: afirma-se uma contração de *mandi* (peixe) e *yu* (amarelo).

Assim, no caso analisado, há diferenças em relação ao modo como se produz a *função autor* (Orlandi, 1988) em uma e outra circulação, diferenças que conduzem a consequências quanto à memória histórica. O modo de formulação que encontramos na internet implica determinada discursivização da história, que tem como efeito despolitizar o acontecimento

das línguas diferentes no território brasileiro: o fato de que as vocábulos possam ser falados de maneiras diferentes (não há correspondência entre os fonemas), pois, não se apresenta.

Na história de Pouso Alegre, como em outros locais no Brasil, verificamos que em determinados eventos a *memória da língua indígena* se expõe, como inscrição da materialidade da língua tupi na língua falada no Brasil.

O exemplo analisado contrasta duas diferentes formulações, que mantêm, ambas, a referência a duas versões sobre a origem da cidade. Em seu modo próprio de inscrição, em um e outro documento, essas diferentes versões constituem efeitos de sentido diversos – sendo que o texto encontrado *on line* parece produzir certo “aplainamento” para os sentidos das relações entre língua tupi e língua portuguesa no Brasil. Na formulação da internet, as diferentes versões são remetidas, como já foi dito, a uma diferença entre autores, o que pode ser um elemento interessante para analisarmos. Na direção de compreender a história de um nome (Mandu/Pouso Alegre), mostra-se uma “disputa” entre duas versões, que, nos termos da AD, podemos perceber como o *lugar do equívoco na história*. Na circulação de diferentes versões, apresenta-se o real da história, enquanto embate de sentidos.

As retomadas das obras dos historiógrafos locais, presentes hoje na internet, são significativas quanto à compreensão da memória discursiva, e as contradições e deslocamentos são marcas da divisão de sentidos que aí também se inscreve.

Da obra de Queiroz (1948) à rede, fica marcada a *circulação de uma versão outra* sobre o nome Mandu, expondo-se essa não-coincidência que caracteriza a memória discursiva. A versão de um português chamado Manuel de apelido Manduca, pescador ou tropeiro, soa anedótica (mítica?), mas aponta justamente para o imaginário de um povoamento brasileiro que se originaria da presença do português, e sua relação histórica com a região, que o significa pelo seu assentamento. Assim, nessa versão sobre a origem do nome Mandu a presença do índio é silenciada: Mandu não é um nome indígena, mas de um português chamado Manuel. De fato, esse silenciamento mostra-se na historiografia da região, que não faz referência aos povos indígenas em suas narrativas históricas.

2 Duas nomeações: sobre os lugares do qual se fala

Ainda quanto às análises realizadas (Silva, 2010) sobre as narrativas de origem de Pouso Alegre, foi muito significativo perceber certa repetição levada à circulação pela rede, proveniente de um enunciado pertencente a um documento histórico da cidade, documento que, ainda na época do Brasil Colônia, eleva à freguesia a categoria do núcleo urbano (de povoamento para freguesia). No documento de 27 de outubro de 1810, a “Mesa de Consciência e Ordens erige em Freguesia a Capella do Bom Jesus de Pouso Alegre do Bispado de São Paulo”. No documento, encontramos o enunciado: “erigindo nova Freguesia na Capella do Bom Jesus de Pouso Alegre, vulgarmente do Mandu”. Em circulação na internet, as seguintes formulações:

Oito anos depois de inaugurada a capela, foi o povoado elevado à categoria de freguesia colada a do **Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre, vulgarmente chamada Mandu.**
ou

Criada a freguesia do **Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre, na capela vulgarmente chamada Mandu.**

Cf. <http://citybrazil.uol.com.br/mg/pousoalegre/historia-da-cidade>; <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/pousoalegre.pdf> e <http://www.acad-pousoalegrensedeletas.com.br/ProsaII3arquivos/Parte1.EmProsaVersoII.pdf>.

Em negrito, percebe-se que se mantém, do documento oficial, o gesto de renomeação, isto é, a menção a um nome ligado à capela, nome que é integrado na locução que associa o santo com a localidade (Bom Jesus *de* Pouso Alegre). Mas junto ao nome Pouso Alegre, integrado na locução, retoma-se o nome outro, o nome “vulgar”, que é Mandu.

Sobre o enunciado do documento, é importante lembrar: como nele ficam identificados Pouso Alegre e Mandu como dois nomes de uma mesma localidade; como este documento é significativo de um momento em que a instância religiosa e a instância administrativa não se distinguem; como na estrutura sintática fica marcada a divisão política, entre o governo (o português) e o habitante local (o brasileiro).

O documento diz respeito a um contexto histórico em que vigora uma determinada associação entre o poder eclesiástico e o poder da coroa, na colônia: nota-se a referência ao bispado de São Paulo e a própria articulação sintática “nova Freguesia *na* Capella”.

Marca-se na materialidade desse documento o “nome oficial” como Pouso Alegre, mas ao fazê-lo / para fazê-lo é necessária a referência ao nome Mandu. Ou seja, dizer Pouso Alegre pode não ser suficiente, necessita-se de Mandu, nome para o qual “há memória”. Mas, na discrepância entre duas nomeações, o documento, enunciado do lugar do governo português, mostra um outro em relação ao governo, que é o habitante local, o brasileiro. Assim, conforme já afirmei em Silva (2010), “Pouso Alegre” e “Mandu” podem ser consideradas duas expressões diferentes que dizem a mesma região – remetendo a diferentes *formações discursivas* (Pêcheux, 1975), a região dita do lugar de um *governo* (Igreja/ Coroa) é Capela do Bom Jesus de Pouso Alegre e do lugar do *habitante local* é Capela do Mandu.

Através dessa dupla designação, no modo como ela se apresenta, o documento que produziu uma mudança de status de um dado povoamento no sul de Minas expõe uma divisão política. A esse respeito, pois, o interessante é essa retomada hoje por espaços e sujeitos que colocam na rede versões de um enunciado histórico, enunciado-marco da cidade de Pouso Alegre, que, em que se mantém determinados elementos sobre a formulação primeira: mantém-se a articulação entre Pouso Alegre e Mandu, a referência ao Bom Jesus, e o advérbio vulgarmente.

O enunciado mencionado traz as marcas da divisão política entre a posição do habitante local e a posição do governo (português). E é também significativo de um processo de nomeação que se dá no Brasil, a partir das sucessivas conquistas territoriais do governo português sobre uma terra “sem dono e sem lei” (Deus/ Estado). Da mesma forma, o nome da cidade de São Paulo origina-se na expressão São Paulo *de* Piratininga, expressão que inclui o nome do Planalto que se situa posteriormente à Serra do Mar, no qual foi erguido um colégio Jesuíta, para a catequese dos índios, entre os rios Anhangabaú e Tamandateí.

3 Acervos fotográficos: entre imagens e suas legendas

Em um segundo momento, nessa pesquisa que abordou a memória, a partir da referência do rio Mandu, busquei o arquivo fotográfico presente no museu da cidade.

O Museu Tuany Toledo em Pouso Alegre possui, atualmente, um arquivo digitalizado de fotos do Rio Mandu, que foi construído pela organização de:

- a) fotos esparsas que se situam em álbuns sobre a cidade em geral e
- b) um arquivo nomeado “Construção da Perimetral”, que documenta o momento em que um braço do Rio Mandu é aterrado na década de 80 dando origem à Avenida Perimetral.

Assim, o material pesquisado pode ser compreendido através dessa divisão geral. De um lado, um conjunto nomeado, determinado pela lógica da administração pública, que toca o rio: construção de pontes, enchentes... De outro lado, fotos esparsas de um cotidiano urbano, em que o rio é apenas um dos elementos sendo flagrados. A essa divisão geral do material de arquivo sobre o rio podemos associar uma tensão entre os gestos de interpretação ligados às instituições, que produzem uma administração da memória, e outros gestos, aproximando estes últimos do que chamou Orlandi (2004) de “falas desorganizadas”.

Quando parti para uma pesquisa sobre as imagens do Rio Pinheiros, em São Paulo, observei que havia uma regularidade, quanto a esses dois diferentes arquivos fotográficos, do Mandu e do Pinheiros, que são as fotos de enchentes e as fotos de obras públicas. Assim, um primeiro olhar sobre acervos fotográficos de diferentes cidades aponta para o fato de que o rio entra como elemento de um *discurso fotográfico sobre a cidade* a partir do acontecimento das enchentes e de inúmeras intervenções urbanas, realizadas *em virtude de* seu curso (como as pontes), ou que *incidem em* seu curso, como obras de contenção, construção de usinas e de barragens para a geração de energia, enfim...

Além dessa regularidade, pela inscrição das imagens do rio entre outras imagens (flagrantes) de uma dada cidade, observa-se, sobretudo a partir do conjunto diverso de fotos esparsas, uma relação de pertencimento: o rio pertence à cidade, dela faz parte e, nesse sentido, ele não é focado, ele mesmo, pelo fotógrafo da cidade, a não ser dado um acontecimento no cotidiano urbano.

Não se fotografa o rio, mas o cotidiano da cidade. As próprias legendas que acompanham as fotos são índices de que o objeto das fotos não é o rio: “Enchente de 1929”, “Construção da Perimetral” etc. O que se fotografa, nesse sentido, é algo que ocorre, um acontecimento, como parte do cotidiano e da história de uma determinada cidade. Afora os arquivos de obras públicas, a visão da enchente, um evento ocasional no cotidiano da cidade/rio, “toma conta” do arquivo sobre o rio. A ocorrência abundante das fotos de enchentes e de obras é ainda reafirmada pela legendagem: por exemplo, “enchente de 1929” nomeia uma diversidade de imagens (fotos de prédios, pessoas, animais, mostrando-se aspectos muito diferentes), sendo encontrada tanto no arquivo do Rio Mandu, quanto no arquivo do Rio Pinheiros.

Sobre as obras públicas, nos dois arquivos mencionados, sobre o Rio Mandu e sobre o Rio Pinheiros, temos um conjunto de fotos nomeando uma grande obra: Construção da Perimetral e Retificação do Rio Pinheiros.

Tenho como objetivo compreender o modo como o rio – como figuração do meio ambiente – se faz presente nos acervos históricos urbanos, fazendo presentes determinados sujeitos/ práticas/ discursos. Segundo Orlandi, “Toda denominação acarreta um silêncio que o fato mesmo de nomear produz (1989).” *Construção da Perimetral e Retificação do Rio Pinheiros* são arquivos fotográficos cujas nomeações especificam intervenções sobre o corpo da cidade que envolvem o rio. Tais arquivos, assim significados, produzem uma voz oficial sobre a memória da cidade. Essa voz oficial mostra-se tomada pela evidência prática de uma construção da cidade, no âmbito da administração pública, que necessita das pontes, das grandes avenidas, da eletricidade em abundância...

Os arquivos fotográficos em suas nomeações exemplificam um gesto de leitura que, certamente, impõe-se sobre outras leituras do que estariam representando as próprias obras para o cotidiano da cidade: a construção de pontes ou outras obras e as enchentes. Por exemplo, as imagens do acervo da Fundação Energia e Saneamento possuem uma legenda que procura assegurar um tratamento técnico para esse tipo de material que se compreende, institucionalmente, como documentação fotográfica. O texto das legendas assume um caráter descritivo, e procura precisar, por exemplo, o local fotografado na cidade/rio:



Legenda: Residências ao longo do rio Pinheiros na secção imediatamente acima da Av. Cidade Jardim durante a inundação de 1929. 1929



Legenda: Retifica o do rio Pinheiros vista de cima da usina de bombeamento de Trai o. Draga n  1 draga em primeiro plano. 1940

O rio   um elemento que, na constru o das cidades, vai sendo inscrito simbolicamente em seu cotidiano pelos diferentes discursos e sujeitos urbanos: a navega o, as lavadeiras, os nadadores, as enchentes, as pontes, as obras públicas, o escoamento de dejetos... Ou seja,   um elemento significante desse cotidiano, como lazer, trabalho, acesso (transporte), obstáculo (ponte), enfim... No material pesquisado, encontramos algumas fotos que mostram: o habitante local, o trabalhador e o esportista do/no rio (a lavadeira, o barqueiro e o nadador). Tais imagens dialogam com a voz oficial sobre a história do rio, conforme a análise apresentada no próximo item.

4 A Retificação do Rio Pinheiros na memória do barqueiro

As imagens fotográficas sobre o rio na cidade mostram uma sucessão cronológica em que primeiramente o rio era parte da cidade, parte de seu lazer e de seu trabalho, era parte da circulação dos sujeitos (lavadeiras, barqueiros, esportistas). O rio foi inicialmente local de trabalho (para o barqueiro de areia, por exemplo) e local de lazer (para os nadadores, para os atletas dos “clubes de regatas”). Depois, o crescimento das cidades “engoliu” o(s) rio(s), com a produção de energia elétrica, com o escoamento de dejetos etc. Ele foi aterrado, canalizado, coberto por avenidas, poluído... E o habitante das grandes cidades no Brasil, na maioria das vezes, não tem mais como se aproximar dos rios, às vezes grandes rios...

A seguir, realizo uma análise a partir de depoimento de um morador de Pinheiros, que foi trabalhador no rio, antes da obra chamada de “retificação”. Através de sua voz, acompanhamos outra perspectiva sobre as mudanças no rio, no bairro e na cidade, sobre os sentidos que a obra pode assumir na memória urbana, fora do âmbito oficial de um governo da/na cidade, que planeja e acompanha suas obras.

O trecho apresentado a seguir é um material discursivamente muito rico. Nele, fala-se da imigração, das relações de trabalho nessa construção da cidade, fala-se de um ritmo de construção já intenso, nas décadas de 20 e 30 em São Paulo. Podemos dividir o trecho analisado em três partes: (1) apresenta-se o barqueiro dos barcos de areia no Rio Pinheiros; (2) o barqueiro presentifica em sua fala a lembrança dos diferentes trechos do rio (curvas, retas, corredeiras...), fazendo um percurso; (3) o barqueiro fala da obra realizada no rio.

Parte (1):

Vim pra trabalhar no rio, tirando areia, como grande parte do pessoal da minha terra. Era um serviço muito bruto que só português fazia. Eu era barqueiro. Trabalhava por minha conta, mas descarregava pro patrão. (...) Tínhamos que tirar depressa a areia que ia construir São Paulo. (...)

Parte (2):

Cada curva tinha um nome: da ponte pra baixo, a da Cia. City, e depois uma reta até a Curva do Cu. Em seguida uma reta funda até a Esquina do Caralho. Depois, a Curva dos Canos, da Ponte dos Canos.

Mas também as retas eram famosas: a Reta das Lavadeiras, a Reta do Alforrado, a Corredeira Pequena e a Corredeira Grande que ia dar na Reta dos Fios. Tudo tinha um nome porque quando nos encontrávamos um perguntava pro outro: você viu Fulano? Vi sim, em tal curva...

Parte (3):

O rio não foi mudado, foi endireitado. O leito continua o mesmo.

Trechos extraídos de O Rio Pinheiros.

Na segunda parte, ao fazer a descrição do rio, observa-se um corte no fio do discurso, que se produz com a expressão “Mas também”.

Através de uma marca na sintaxe, o falar do rio que conheceu fica dividido. Assim, esse segundo trecho divide-se em duas partes, pois, na nomeação dos trechos do rio, o Sr. Peralta fala muito significativamente primeiro das curvas, depois das retas. Marcam-se, nesse falar do rio, as instalações da cidade: a Curva *da City*, a Curva *dos Canos* e a Reta *dos Fios*. Fala-se aí da Cia. City, empresa que loteou a região hoje conhecida como Alto de Pinheiros, que tinha um porto de areia no rio. Fala-se dos Canos (da Ponte dos Canos) e dos Fios: um olhar do habitante sobre pontos da cidade em que ela deixa ver o modo como a energia e o abastecimento marcam a paisagem, “urbanizando o ambiente”.

Ao lado das referências aos pontos em que são visualizados esses elementos da “urbanização” (canos, fios...), aparece outra forma de nomeação, esdrúxula, pela referência a

partes íntimas do corpo. Nesse depoimento, o barqueiro fala como um sujeito que conheceu o rio intimamente, conheceu por dentro (dele); um sujeito que pode nomear cada trecho, demonstrando-se essa intimidade; um sujeito que, junto com outros, podia falar “o rio”, localizando nele o paradeiro de seus companheiros: uma fala entre barqueiros. E o barqueiro fala muito significativamente primeiro das curvas – era nas curvas que o barqueiro trabalhava, retirando areia. A curva faz a areia se acumular.

A expressão “mas também” marca uma separação no fio do discurso. Então, Seu Peralta fala primeiro das curvas do rio, de um rio que era navegado antes de 1940, quando a obra chamada de “retificação” se realiza. As curvas se fazem presentes na sua fala, e ao final o barqueiro diz do rio que foi “endireitado”, como fosse essa uma obra urbana moralmente necessária, e podemos talvez escutar os “nomes feios” com que se identificam as curvas como essa imoralidade, a qual se pôs um fim, “endireitando” o rio.

Vejo a produção desse corte no fio do discurso, quando o barqueiro está falando do rio, em uma relação para com a significação da obra urbana sobre o rio. A respeito dessa obra, ao fim, como quem aceita a designação da obra (retificação) ele diz: “O rio não foi mudado, foi endireitado. O leito continua o mesmo”. Como quem aceita a retificação, ele não a diz diretamente, mas desliza para as paráfrases (de *retificar* para mudar e *endireitar*). No deslizamento, adentram outras questões: o que muda? o que continua?

Um corte: a obra também produziu um corte (antes/depois), desmanchando não só a identidade das curvas do Rio Pinheiros, **mas também** a das retas. Depois de 1940, o rio não tem mais as curvas, **mas também** não tem mais as retas, que também eram famosas. Nesse contexto, nesse conflito, o “mas também” vem significar de diversos modos.

Em relação à “retificação” – “mas também as retas eram famosas” –, o Sr. Peralta contrapõe-se à ideia de que o rio era só feito de curvas imorais. A intervenção sobre o rio pode ter tido para o barqueiro o sentido de uma ordem moral urbana em que se trabalha a cidade, a sua construção. Nesta, coube ao rio ser “enquadrado”. E então no enunciado “O rio não foi mudado, foi endireitado”, soa o enunciado oposto: o rio foi mudado, não endireitado.

O rio é mudado no processo de retificação, deixando de ser aquele rio que o Sr. Peralta conheceu. **Mas também** vem significar em relação à mudança que reconfigura não apenas um rio, mas uma região, uma população: Pinheiros era um bairro de lavadeiras e barqueiros, identidade que se perde na “modernização” da cidade. Depois de 1940, (o rio) Pinheiros não tem mais curvas, mas também não tem mais barqueiro retirando areia nas curvas; (o rio) Pinheiros não tem mais a Reta das Lavadeiras, mas também não tem mais moças lavadeiras lavando a roupa dos moços barqueiros...



Centro Pró-Memória Hans Nobiling do Esporte Clube Pinheiros



Centro Pró-Memória Hans Nobiling do Esporte Clube Pinheiros

Referências

- BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE, Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, **Pouso Alegre através dos tempos**, s/d.
- GOUVÊA, O. M. 2004. **A história de Pouso Alegre**. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2ª. edição.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Meio Ambiente, **O Rio Pinheiros**, 2002.
- ORLANDI, E. “Silêncio e implícito (produzindo a monofonia)”. In: GUIMARÃES, E. (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. (org.) **Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no Sul de Minas**. Campinas: RG Editores, 2011.
- PÊCHEUX, M. “Papel da memória”. In: ACHARD, P. (et. al.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E. (org.). In: **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

- SILVA, T. D. “Pouso Alegre do Mandu: meio ambiente e memória”. In: **Revista Entre-meios**: revista de estudos do discurso, vol. 1 n.1., 2010.
- _____. “O Pouso Alegre do rio Mandu”. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Discurso, espaço, memória**: caminhos da identidade no sul de Minas, p. 69-80, 2011.
- QUEIRÓZ, A. **Pouso Alegre**: origem da cidade e a história de sua imprensa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.

Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço¹

*Dantielli Assumpção Garcia²
Lucília Maria Abrahão e Sousa³*

Abstract: In this work, from the theoretical perspective of Pêcheux's Discourse Analysis (Pêcheux, 1993), we study Marcha das Vadias (The SlutWalk) Facebook pages, seeking to reflect upon the paths of reading (Nunes, 2008) of/in the digital file. In order to do that, we make use of concepts such as file, memory, themed route to understand the reading in cyberspace, in the network society. We show that reading of/in the digital file is interspersed with institutional relations, power relations where the construction and paths of reading of/in the file in the network, in cyberspace are ideologically marked.

Keywords: file; cyberspace; reading; The SlutWalk.

Resumo: Neste trabalho, da perspectiva teórica da Análise de Discurso pecheuxtiana (Pêcheux, 1993), a partir da análise de páginas do Facebook da Marcha das Vadias, pretendemos refletir sobre os percursos de leitura (Nunes, 2008) do/no arquivo digital. Mobilizaremos para essa reflexão os conceitos de arquivo, memória, percurso temático para compreender a leitura no ciberespaço, na sociedade em rede. Mostraremos que a leitura do/no arquivo digital é entremeadada por relações institucionais, relações de poder em que a construção e os percursos de leitura do/no arquivo na rede, no ciberespaço são ideologicamente marcados.

Palavras-chave: arquivo; ciberespaço; leitura; Marcha das Vadias.

Introdução

“Mulher é desdobrável. Eu sou.”

Adélia Prado

O artigo presente, partindo das noções de arquivo, memória, percurso temático, vem refletir sobre os percursos de leitura do/no arquivo digital. Para tanto, analisaremos as páginas do Facebook da Marcha das Vadias de São Paulo, Brasília, Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, apontando como elas organizam-se em temas, datam e selecionam dizeres acerca da mulher e do feminismo que produzem sentidos na rede e na sociedade. Iniciaremos nosso texto com uma discussão acerca da sociedade em rede, do ciberespaço, da cibercultura, buscando compreender como a vivência no ciberespaço permite a produ-

1 Este texto faz parte do projeto de Pós-Doutorado *A Marcha das Vadias nas redes sociais: efeitos de feminismo e mulher*, financiado pela FAPESP (proc. n° 2013/16006-8).

2 Mestre e Doutora em Estudos Linguísticos também pela UNESP/São José do Rio Preto. Pós-doutoranda em Ciência da Informação e Comunicação pela FFCLRP/USP sob a supervisão da Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa.

3 Professora Livre-Docente da Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto)

ção de certos sentidos à sociedade, aos sujeitos antes não previstos. Após essa reflexão, discutiremos em que consiste o arquivo e seus percursos temáticos de leitura, explicitando que entendemos as páginas do Facebook como um grande arquivo, um grande campo de documentos sobre diversas questões (sociais, políticas, econômicas, históricas). Em nosso caso, as questões trazidas às páginas são relativas ao universo feminino, à mulher cis ou transexual. Temas como aborto, estupro, violência, emancipação serão recorrentes no arquivo da Marcha das Vadias. Para finalizarmos, analisaremos as páginas do Facebook da Marcha das Vadias, mostrando como os gestos de leitura e as escolhas temáticas são marcas do funcionamento ideológico. Portanto, buscaremos compreender a leitura no ciberespaço, na sociedade em rede que vive conectada ao virtual, mas que, com seus gestos de leitura, de interpretação, produz sentidos no espaço urbano, no espaço cidadão.

1 Sociedade em rede: um espaço para o heterogêneo

Nesta parte, discutiremos em que consiste a sociedade em rede, como esta funciona no ciberespaço e produz novas formas de relação e socialização entre os sujeitos. O nosso mundo, como aponta Castells (2005, p. 17), está em processo de transformação estrutural desde há duas décadas em virtude da emergência das tecnologias da comunicação e da informação. “É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação que começam a tomar forma nos anos 60 e que difundiram de forma desigual por todo o mundo”. Para o autor (2005, p. 17), a tecnologia é condição necessária, porém, não suficiente para a “emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes, ou seja, na difusão de redes em todos os aspectos da actividade na base das redes de comunicação digital.” O que é novo, como ressalta Castells (op. cit., p. 17), é o fato de serem de base microeletrônica, “através de redes de tecnologias que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social, as redes”. Assim, entenderá (2005, p. 20) por *sociedade em rede*:

uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. A rede é uma estrutura formal. É um sistema de nós interligados.

A sociedade em rede é global, ou seja, é baseada em redes globais, é “hipersocial, não uma sociedade do isolamento”, contudo também “há a emergência de um individualismo em rede”. Ou seja, “a sociedade em rede é uma sociedade de indivíduos em rede” (Castells, 2005). Ainda nos dizeres do autor (2005, p. 18):

a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Aquilo que chamamos globalização é outra maneira de referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica. Porém, como as redes são selectivas de acordo com seus programas específicos e porque a sociedade em rede difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De facto, neste início de século, ela exclui maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social.

Sobre isso Romão (2004, p. 71) salienta que “o século XXI, nasce com marcas de silício nas veias, embalado pelo ideário de liberdade construído a partir da explosão das tecnologias de comunicação, especialmente aquelas que proporcionam velocidade, mobilidade e ubiquidade”. Tais traços imprimem outra forma de mediação da linguagem, no caso, mediada pela máquina na rede digital, apontando assim um outro modo de funcionamento discursivo. Isso porque, além de possibilitar a vivência da mobilidade, ubiquidade, a sociedade em rede, por meio das tecnologias da comunicação (computadores, celulares, etc.), vive também a abertura para a possibilidade do encontro, no espaço digital, com o outro. Mesmo que não acesse discursos que não concorde, que refute, o sujeito conectado convive com esses discursos que estão em funcionamento na rede. No ciberespaço, o mesmo e o diferente circulam e produzem sentidos. A rede é um espaço heterogêneo que se abre para o múltiplo, todavia um múltiplo permeado por relações de poder em que se permitem certos dizeres, mas interditam-se outros; ainda que de forma velada e sob a evidência ideológica de que tudo pode ser dito, certos sentidos tidos como indesejáveis são interditados, interrompidos e descontínuos. Refletindo sobre a rede, Romão (2004, p. 72) coloca que:

ao mesmo tempo em que os pontos e os nós compõem a geometria do trançado, há espaços de brechas, desvãos e buracos, que criam poros abertos, por onde escorregam vazios, escampam silêncios, escorrem os não-ditos e interditos. Há vãos intervalares entre os cantos de galo, há espaços vazios entre os pontos de um bordado, há frestas de sentido entre as palavras de um texto, há poros abertos no rendilhado-rede do pescador. O desenho e a fissura, a linha e o fio roto, o riscado e a ausência dele, o peixe preso e aquele que escapou. Por isso, além do fio, é constitutiva a falta dele na rede.

Lemos (2005, p. 1), refletindo sobre as novas dinâmicas de acesso e de uso da rede nas metrópoles contemporâneas aponta que a informatização da sociedade, que começa na década de 70 do século XX, parece já estar estabelecida nas principais cidades ocidentais desenvolvidas:

O que está em jogo nesse começo de século XXI é o surgimento de uma nova fase da sociedade da informação, iniciada com a popularização da internet na década de 80 e radicalizadas com o desenvolvimento da computação sem fio, pervasiva e ubíqua, das redes de acesso à internet sem fio e das redes caseiras de proximidade com a tecnologia “Bluetooth”. Trata-se de transformações nas práticas sociais, nas vivências do espaço urbano e na forma de produzir e consumir informação. A cibercultura solta as amarras e desenvolve-se de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o usuário que de desloque até a rede, mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada (LEMOS, 2005, p. 1-2).

Lemos (2003, p. 11), relacionando sociedade, tecnologia e cultura, salienta que o termo cibercultura está “recheado de sentidos”, mas que podemos compreender a cibercultura como “a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica que surgiram com convergência das tecnologias com a informática na década de 70”. Ainda para o autor (2003, p. 11), a cibercultura é a “cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais”, como consequência direta da evolução da cultura técnica moderna. Assim, a cibercultura “nasce no desdobramento da relação da tecnologia com a modernidade que se caracterizou pela dominação através do projeto racionalista-iluminista da natureza e do outro” (Lemos, 2003, p. 11). Pierre Lévy (1999, p. 130) entende a cibercultura como a expressão da aspiração de construção de um laço social

que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centro de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre os processos abertos de colaboração.

Como Lévy (1999), acreditamos que as comunidades virtuais “exploram novas formas de opinião pública”, buscando deslocar dizeres já estabilizados na memória da sociedade. Como mostraremos nas análises, nas páginas da Marcha das Vadias, há a tentativa da fundação de novas discursividades que buscam constituir uma posição ao sujeito feminino que seja legitimada na sociedade. No ciberespaço, haverá a divulgação e a circulação de outros dizeres que afetam o funcionamento da sociedade. Na rede, será constituído um espaço para a militância, para que os sujeitos silenciados pela sociedade tenham voz, digam sobre seus desejos, medos, lutas. Moraes (2000, p. 142-143) explicita que a militância online vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: “a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões da vida”. Ainda nas palavras do autor (2000, p. 143-144):

No ciberespaço, as contradições não precisam ser silenciadas, porque é da essência mesma do virtual a veiculação simultânea e indefinida de conteúdos, pouco importando as suas procedências, os seus alinhamentos ideológicos, as suas armas de confrontação e fascínio. O princípio básico é disponibilizar, pôr em andamento e execução, tornar dados, imagens e sons acessáveis e acessíveis. Em última análise, são os usuários – individuais ou coletivos – que acabam por determinar os sentidos possíveis para as mensagens.

Assim é o funcionamento das páginas do Facebook da Marcha das Vadias. No virtual, na rede, há a divulgação de textos, vídeos, artigos sobre a mulher, seu corpo, sobre o estupro, sobre o feminismo, o machismo, a homofobia, a transfobia. As contradições no ciberespaço, nas páginas do Facebook não são silenciadas, são divulgadas, são confrontadas, questionadas. Ganham corpo ao fazerem circular posições em confronto; nessa direção, a Marcha das Vadias dá voz ao sujeito feminino, inscreve efeitos de/sobre o feminino a partir da posição sujeito feminino e faz falar uma voz que quer ser ouvida, respeitada.

No ciberespaço, haverá uma abertura para que diferentes posições sejam colocadas em circulação. Ao formular um dizer sobre a mulher, a Marcha das Vadias traz também dizeres produzidos pela sociedade machista, patriarcal que violentam o feminino. Ao trazer a voz do outro no ciberespaço, o intuito da Marcha das Vadias é fazer com que a sociedade reflita sobre uma naturalização da posição da mulher produzida pela mesma sociedade. Ao militar por meio da rede, sentidos são produzidos no ciberespaço, porém, com o objetivo de atingir o espaço público, o espaço urbano, cidadão. Embora a sociedade em rede passe boa parte de seu tempo conectada ao ciberespaço, as ações esperadas são para serem sentidas no espaço urbano. As polêmicas, os confrontos surgem inicialmente no espaço urbano, depois, pela militância, territorializam-se no ciberespaço, nas redes sociais, nas comunidades virtuais. Ali, circularão e produzirão sentidos, reflexões às questões polêmicas. Após as diversas discussões pela sociedade em rede, as ações voltam a territorializar-se no espaço urbano, produzindo mudanças na sociedade. Como diz Barbero (s.d.), “En las grandes ciudades el uso de las redes electrónicas está permitiendo construir grupos que, virtuales en su nacimiento, acaban territorializándose, pasando de la conexión al encuentro, y del encuentro a la acción”.

A rede produz, desse modo, novas formas de individuação dos sujeitos, abre para a multiplicidade dos sentidos, sustenta desavenças, conflitos. A rede é um espaço heterogêneo, sustentado por relações de poder, que permite ao sujeito do século XXI ler temas que o afetam, dizer fatos que o incomodam, viver a possibilidade de uma sociedade menos sexista, violenta. O ciberespaço permite a militância, permite a discussão de temas que afetam o funcionamento do espaço urbano. Na rede, confrontos surgem na tentativa de fundar outros discursos à sociedade, outras formas de socialização em que não só o sujeito homem-heterossexual tenha voz, mas em que todos os sujeitos mulher, homossexual, bissexual, transexual possam dizer e não serem ditos por uma sociedade baseada em uma violência patriarcal de gênero que também circula na rede.

2 Percursos temáticos do/no arquivo: dizeres na Marcha das Vadias

Nesta parte, retomaremos algumas discussões em torno do conceito de *arquivo*, para melhor compreender o funcionamento do arquivo digital que constitui a internet, em nosso trabalho, das páginas do Facebook da Marcha das Vadias. Escolhemos a Marcha das Vadias por ser um movimento feminista recente que traz à rede e à sociedade inúmeras discussões acerca da mulher, do feminismo no século XXI. A Marcha das Vadias (SlutWalk) surgiu no Canadá quando um policial recomendou que as mulheres evitassem se vestir como “putas” para não serem vítimas de estupro. Como resposta a esse comentário em que se culpabiliza a vítima e não o estuproador, surge a Marcha das Vadias, a qual se espalhou pelo mundo chegando inclusive ao Brasil. Nossa análise se concentrará nas páginas do Facebook da Marcha das Vadias. Nessas páginas, podemos ver a discussão de inúmeras questões sobre o feminino. Nossa finalidade com a análise é perceber quais temas circulam nas páginas e como estes produzem sentidos.

A discussão sobre as novas formas de leitura de arquivo na Análise de Discurso foi impulsionada por um texto em que Michel Pêcheux (1993) refletia sobre as mudanças tecnológicas ligadas à leitura em ciências humanas. Segundo o autor (1993, p. 57), o arquivo é entendido, em sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Para nós, as páginas do Facebook constituem um grande arquivo de inúmeras questões sociais, políticas, econômicas, históricas que circulam na sociedade. No ciberespaço, inúmeros fatos que passam no espaço urbano, cidadão circularão e ecoarão sentidos para a sociedade em rede. Em uma tentativa de ruptura a certas memórias estabilizadas, os posts são publicados com o intuito de produzir deslocamentos de sentidos sobre a mulher e suas ações.

Pêcheux (1993) explicita que há duas tradições de trabalho de arquivo: (i) literária e (ii) científica. Saliencia que tradicionalmente os literatos são os profissionais de leitura de arquivo e os cientistas são os fabricantes das novas tecnologias e sustentadores das leituras dos literatos. Para o autor, essa separação entre o literário e o científico revela uma divisão social do trabalho de leitura: “a alguns o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’ a outros a tarefa de preparar e sustentar as interpretações” (1993, p. 58). Nas páginas do Facebook, podemos perceber a organização e as interpretações, pelos usuários da rede, de temas polêmicos que circulam na sociedade. Sustentado na plataforma Facebook, os sentidos são produzidos e circulam confrontando diferentes posições acerca de dizeres femininos e feministas.

Como nos diz Romão (2005a): “No caso da internet, ‘o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’ é uma construção que dialoga com prática organizativa,

memória autorizada a circular, representação de poder e de seleção a informações possíveis e passíveis de serem conhecidas e reconhecidas”. E, no Facebook, tal construção dá-se ao modo de um pergaminho com extensão “ilimitada” que se desenrola a cada novo post, conservando (não todamente) o que foi inserido antes e o que está em curso no gerúndio do agora. Isso implica um arquivo em movência, em construção contínua e com uma atualização permanente. Arquivo que, além deste traço, se enreda a partir de várias vozes, se enovela em outro que é uma rede de conexões com extensão imprevisível.

Almejamos com esse trabalho mostrar o modo de organização e seleção de informações feitas pela Marcha das Vadias que fazem circular uma memória sobre a mulher, sobre o feminismo passível de ser reconhecida, mas também apagada. Refletindo ainda sobre as diferentes tradições de leitura de arquivo (literária e científica) e relacionando com a leitura no digital, na rede permeada pelos hipertextos, Romão (2005a) salienta que:

Essa divisão, entre aqueles que estão autorizados a ler e escrever em seu nome e os que não podem ocupar essa posição, aparece re-configurada no livro eletrônico (...) estar diante de arquivos eletrônicos, ler o livro de silício, ter acesso à escrita do livro de areia e compreender os sentidos instalados nos documentos eletrônicos não são tarefas acessíveis a todos os habitantes do século XXI, visto que os poderes e saberes não são distribuídos de maneira homogênea na sociedade atual e, assim, os sujeitos do discurso fazem falar posições marcadas pela desigualdade e afetadas por diferentes acessos ao poder, saber e dizer.

Nas páginas do Facebook, podemos ver como a leitura funciona. Ao postar um texto, um vídeo, link, a Marcha das Vadias permite que seus membros produzam leituras sobre os posts. Por meio dos comentários, a interpretação dos sujeitos desse arquivo. Ao interpretar, diferentes posições são explicitadas, confrontos e alianças surgem, são sustentadas ou apagadas. Conforme Pêcheux (1993, p. 63), é a existência da linguística em relação com a discursividade que possibilita produzir um trabalho de leitura de arquivo: “É esta relação entre a língua como um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”. São com as diferentes formas de ler, de trabalhar com o arquivo, que surgem as diferentes posições. De acordo com Pêcheux (1993, p.57):

em torno dos arquivos textuais, surgiram posições implícitas (de grupos, de escolas, e até de igrejinhas) que se acotovelam numa relação ambígua de concorrência, de alianças parciais e de antagonismos disfarçados. Os grandes debates memorialistas, filosóficos ou literários são os mais frequentemente estruturados através dos confrontos sobre temas, posições ou, às vezes sobre métodos de trabalho. Mas, mesmo neste último caso, a questão da leitura permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo, contraditórias de ler o arquivo.

A partir da análise das páginas do Facebook, pretendemos analisar quais Formações Discursivas (FDs) estão em confronto. A machista? A feminista? A heterossexual? A ho-

mossexual? A transexual? Como diferentes posições sujeitos se “acotovelam” para sustentar sentidos que legitimam suas posições sociais. Quais são as alianças e os antagonismos? Para o Pêcheux (1993), seria interessante reconstruir a história dos diferentes gestos de leitura. “Assim começaria a se constituir um **espaço polêmico das maneiras de ler**, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’” (Pêcheux, 1993, p. 57). Desse modo pretendemos analisar as páginas do Facebook da Marcha das Vadias, mostrando a relação dos textos arquivados e a constituição de um dizer sobre a mulher que busca legitimar sua posição na sociedade.

Orlandi (2006, p. 15), ao falar sobre o arquivo, distingue dois tipos de memória: a memória discursiva e a memória institucionalizada. A memória discursiva é constituída pelo esquecimento, são todas as enunciações já ditas e silenciadas pelas condições de produção. Já a memória institucionalizada é o arquivo, estabilização dos sentidos. No arquivo, o dizer é documento, atestação dos sentidos, efeito de relações de forças, nele há um fechamento. Nas palavras da autora (2006, p.22), “a memória de arquivo representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada”. No espaço digital, nas páginas do Facebook da Marcha das Vadias, vemos uma memória institucionalizada acerca do que é ser mulher, do que é o feminismo. Os posts publicados nas páginas estabilizam, de um lado, certos sentidos; de outro, buscam romper com uma memória estabilizada pela história e pela sociedade sobre o feminino. No grande arquivo que se constituirão as páginas do Facebook, gestos de leitura ecoarão dos posts, percursos temáticos serão traçados e trajetos de dizer contam com o outro, a postagem do outro, o deslocamento fugidivo dos sentidos do outro.

Nunes (2008, p. 91) salienta dois tipos de percursos ao se trabalhar com o arquivo: (i) percurso temático de arquivo e (ii) percurso temático no arquivo⁴. O *percurso temático no arquivo* é aquele que se realiza em um ou mais arquivos para a composição de um corpus de análise. Dessa maneira realizam seus trabalhos Guilhamou e Maldidier (1997). Entendem os autores (op. cit., p. 165-166) por tema uma noção que não remete nem à análise temática, tal como é praticada pelos críticos literários, nem aos empregos que dela se faz na linguística. “Essa noção supõe a distinção entre o ‘horizonte de expectativas’ – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento discursivo⁵ que realiza uma dessas possibilidades, inscrito o tema em posição referencial” (Guilhamou e Maldidier, 1997, p. 166). Assim (op. cit., p. 166), a análise do trajeto temático não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem: “a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vai e vem de atos linguageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem

4 Consideramos que nas páginas do Facebook podemos ver, além do percurso temático de arquivo, uma vez que para constituir-se o arquivo das páginas do Facebook vai-se até outros arquivos para selecionar os textos que circularão nas páginas, um percurso temático no arquivo, já que as páginas funcionam como um arquivo que seleciona, data e faz circular dizeres sobre a mulher.

5 Conforme Guilhamou e Maldidier (1997, p. 166), o acontecimento discursivo “não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência que se entrecruzam em um momento dado”. Para Pêcheux (1990, p. 19), o acontecimento é o fato novo, as primeiras declarações em “seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar”. Segundo Zoppi-Fontana (1997, p. 51), o acontecimento é o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória a partir da qual se reorganizam as práticas discursivas”.

ser especificados”. Já o *percurso temático do arquivo* é aquele construído em um arquivo, frequentemente ligado a uma instituição. Vemos os movimentos sociais, na atualidade, circulando na rede, como lugares institucionais que organizam no ciberespaço dizeres sobre suas reivindicações. Para Nunes (2008, p. 91): “O que se estuda nesse caso não é exatamente como um tema está no arquivo ou atravessa vários arquivos, mas sim como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio de práticas documentais um discurso da história”.

Acreditamos que as páginas do Facebook são arquivos constituídos por temas relacionados à mulher, ao feminismo, ao feminino. Na análise das páginas é possível ver o funcionamento do arquivo em relação a ele mesmo, ou seja, o gesto de sistematizar os saberes, os fatos, divulgá-los no ciberespaço produz determinados sentidos e apaga outros. Como aponta Romão (2005b, p. 6-7), ao analisar a topologia do hipertexto: “O permanente e tenso deslocamento no ciberespaço – cheio de tocas de coelho branco – cria condições para que o sujeito construa a sua discursividade na fugacidade, também marcada pela possibilidade de dizer e escrever na tela, a fantasia que lhe é interdita na realidade”. Em nossas análises, pretendemos, assim, perceber como o sujeito feminino, militante da Marcha das Vadias constrói sua imagem, que fantasia ele assume no ciberespaço, que dizeres interditos esse sujeito busca divulgar nas páginas do Facebook e fazer circular na sociedade.

3 A Marcha das Vadias e o arquivo digital: o dito e não-dito no ciberespaço

Nosso objetivo nesta parte de nosso trabalho é compreender o funcionamento do arquivo digital em que se constituem as páginas do Facebook da Marcha das Vadias. Analisaremos como as páginas do Facebook organizam-se em temas e fazem circular sentidos sobre a mulher e o feminismo na sociedade contemporânea. Fatos que ocorrem no espaço cidadão serão divulgados na rede com o intuito de proporcionar uma discussão sobre as posições de mulher, homem, heterossexual, homossexual, transexual que estão em confronto no funcionamento da sociedade. As páginas, ao fazerem circular certos discursos, buscam romper com certas memórias estabilizadas. A organização e a seleção de informações, sejam textos, vídeos, charges, feitas pela Marcha das Vadias fazem circular, de um lado, uma memória sobre a mulher, às vezes, reconhecida, às vezes, confrontadas; de outro, trazem uma atualização de dizeres sobre o sujeito feminino. Nos posts, podemos ver uma atualização de uma memória estabilizada na tentativa de construir um acontecimento discursivo que reverberará sentidos na sociedade e legitimará uma posição-sujeito à mulher.

Nas análises, duas FDs estarão em confronto. Uma FD machista e uma FD feminista. O machismo aparece nos discursos como uma memória, um discurso outro, o qual deve ser rompido, pois produz discursos que violentam a mulher e colocam-na em uma posição de submissão naturalizada pela sociedade. Já a FD feminista formulará discursos que buscam constituir uma outra posição à mulher, seja ela hetero, homo, bi, transexual. Na FD feminista, há a atualização dessa memória machista que ecoa sentidos ainda no século XXI.

A Marcha das Vadias, ao circular na rede por meio de suas páginas no Facebook, organiza, de certo modo, suas reivindicações. As lutas feministas/femininas farão parte do arquivo digital e circularão na rede, mostrando quais são os desejos feministas/femininos. Analisaremos, como já salientamos, as páginas da Marcha das Vadias de São Paulo, Brasília, Campinas, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Nossas análises não focarão em textos específicos, mas sim analisarão as páginas como um arquivo, com o objetivo de perceber quais temas são mais recorrentes nas páginas. Trabalharemos com alguns posts

de janeiro de 2014, buscando compreender como diferentes temas aparecem no arquivo digital nesse período.

As páginas do Facebook da Marcha das Vadias, assim como a rede, apresentam diversos documentos ordenados e datados em que se podem encontrar diversas discursividades em circulação. Romão e Benedetti (2008, p. 4) ressaltam que a rede eletrônica “passa a funcionar como um grande arquivo onde pode ser encontrado a soma das discursividades dos arquivos eletrônicos percorridos pelo sujeito”. Ainda nos dizeres das autoras (2008, p. 4),

(...) a rede, como Arquivo, assim marcado pela letra maiúscula, posto que nele vários arquivos discursivos estão ordenados e dispersos, entremeados e costurados em uma única página (ou soltos em várias delas), sempre encadeados em rede. Se tomarmos arquivo discursivo como um campo de documentos sobre uma questão, tal qual a perspectiva discursiva o entende, temos na rede eletrônica uma articulação imensa de arquivos que podem ser inseridos, retirados, envelhecidos, deslocados, adulterados e modificados ao modo como o sujeito discursivo estabelece com eles uma relação de leitura e de escrita.

Nas páginas do Facebook, o arquivo é constituído por textos, charges, vídeos, campanhas publicitárias, fotos. Esses materiais dividem-se em dois tipos: um produzido pela Marcha das Vadias e divulgado na página do movimento e outro elaborado por outros movimentos sociais, outros sujeitos, não necessariamente militantes da Marcha das Vadias, e que são divulgados nas páginas por meio de links. Assim, compartilham-se saberes, dizeres produzidos por outros sujeitos, movimentos, mas que sustentam as lutas feministas travadas pela Marcha das Vadias. Ao compartilhar os textos de outras páginas, constrói-se um grande arquivo de hipertextos, em que a leitura começa a traçar percursos que percorrerão outras páginas e não só as páginas da Marcha das Vadias. Como aponta Romão (2004, p. 74): “No plano da comunicação, as janelas abertas pavimentam horizontes novos e o hipertexto se inclui nesse movimento: funciona como o nó, que guarda em si uma rede inteira, ligando um texto a tantos outros textos como os cantos de galo que fazem conexão no ar da manhã”. Ao ligar um texto a outros textos, as relações entre os movimentos são estabelecidas ou, às vezes, refutadas, os percursos de leitura são abertos e sentidos começam a surgir. Vejamos um exemplo:



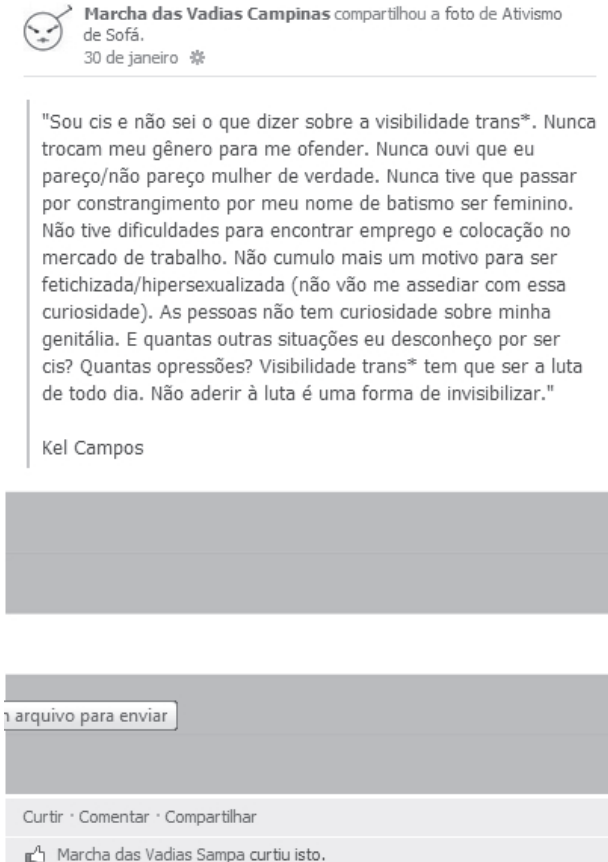
Este post publicado pela Marcha das Vadias de Brasília, trazendo uma reflexão acerca da transexualidade, passará a circular, por meio de compartilhamentos em outras páginas, como na página da Marcha das Vadias de São Paulo. O post busca produzir uma reflexão acerca da questão de gênero. Ao falar que a genitália, a anatomia não definem gênero, refuta-se um discurso-outro sustentado pela sociedade que aponta o corpo como elemento constituidor do gênero dos sujeitos. Em tom de protesto, direciona-se ao sujeito pedindo a destruição do “cis-tema”. Aqui, temos várias leituras. O item “cis” pode ser lido como uma redução dos termos cisgênero, cissexual, cissexismo. As pessoas cisgêneras são aquelas designadas com um gênero ao nascer e que se identificam com ele. Já as pessoas transgêneras são aquelas que não se identificam com o gênero que nascem. Assim, o pedido é que se “destrua” essa naturalização da relação gênero e genitália, que se “destrua” o preconceito contra a pessoa trans. Outra leitura possível direciona para uma “destruição do sistema”. Por apresentar a mesma pronúncia (cis e sis), produz-se um pedido de que se “destrua”, de certo modo, a ordem estabelecida, que se questione os discursos, a ideologia sustentados pela sociedade que circulam e constituem os sujeitos. E vale aqui destacar a polissemia da palavra “sistema”, muitas vezes atribuída ao próprio sistema digital quando ouvimos a expressão “hoje o sistema está lento”. Outro efeito para “sistema” nos diz de uma estrutura social que naturaliza o preconceito, regulariza os sentidos dominantes sobre economia, política, sexualidade etc; é justamente aqui nesse cis e sis que se produz algo de jocoso, de equivocado a dizer e fazer deslizar outro sentido, aquele que reclama a denúncia e a destruição do sistema.

Como dia 29 de janeiro é o Dia da Visibilidade Trans, as páginas das Marchas das Vadias divulgarão diversos links com textos, charges, vídeos sobre o tema:



Nessa publicação da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, podemos perceber a relação com outra página do Facebook: *Sasha, The Lioness*. Sasha é um quadrinho, produzido por

Samie Carvalho. Sasha é uma leoa transexual. Seus quadrinhos refletem principalmente sobre o tema transfobia. Ao publicar essa charge, a Marcha, filiando-se e sustentando o discurso da Sasha, apresenta uma discussão acerca do cissexismo, de uma imposição (por meio de marcas no corpo) ao padrão de genitália/gênero. A partir do Dia da Visibilidade Trans, o tema cissexismo passará a circular com mais frequência nos arquivos da página do Facebook:



Aqui, a Marcha das Vadias de Campinas compartilha uma foto da página *Ativismo de Sofá*. O arquivo do Facebook da Marcha das Vadias vai se constituindo por meio dessas relações entre militantes de diferentes movimentos sociais. A foto é a bandeira do movimento trans. Antes da foto, temos um texto, semelhante a uma narrativa de experiência, que relata o dia-a-dia de uma pessoa cis. Ao trazer a rotina cis, traz-se o discurso-outro que marca uma violência contra o sujeito trans. Em geral, ao formular um discurso de protesto contra uma violência de gênero, traz-se o discurso outro; melhor dizendo, para sustentar o protesto e a ruptura dos sentidos naturalizados de violência, o sujeito desloca-se a partir do que está posto, produz fenda e fratura justamente na região estabilizada.

Outro tema que constitui as páginas das Marchas das Vadias é a violência contra a mulher. Uma postagem que circulou na Marcha das Vadias de Belo Horizonte, São Paulo e Brasília foi compartilhada da página do Facebook *Plantão Policial*. Esse post dizia o seguinte:



Marcha das Vadias Sampa compartilhou a foto de Plantão Policial.
24 de janeiro

Uma fala muito parecida com esta deu origem a Slut Walk.

Até qdo iremos permitir que atribuam à vítima a culpa pelo estupro sofrido?

NO PORTUGUÊS BEM CLARO...

"Atenção você menininha que gosta de ficar postando suas pernas de fora aqui em Rede Social, sua bunda para todo mundo ver, seus seios para mostrar o tanto que são avantajados e outras partes do corpo como forma de chamar atenção... Cuidado, pois além de arrancar muitas curtidas como você quer, um desses curtidores pode ser um maníaco sexual que passará a segui-la fielmente através da rede, até que ele descobrirá onde você mora e passará a perseguir você pessoalmente..." 53 mil mulheres, entre elas, adolescentes, foram estupradas só no ano de 2013. E você pode ser a próxima vítima... E olha só, foi você quem convidou o tarado! #ficaadica



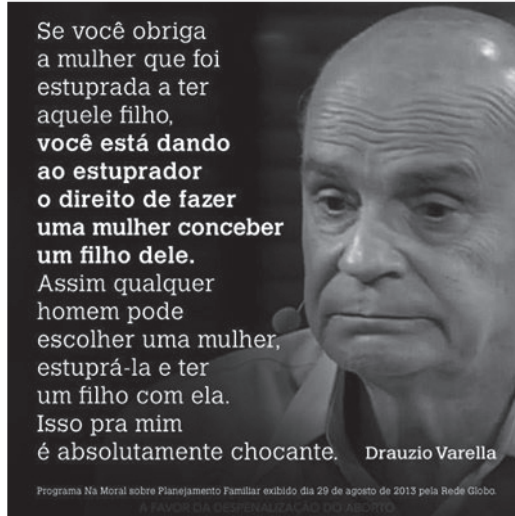
Nesse post, coloca-se a vítima como a culpada pelo estupro, uma vez que postou fotos de seu corpo, convidou o “tarado”. Ao compartilhar esse texto, as Marchas das Vadias buscam interpretar esse post, posicionando-se acerca da violência contra a mulher e mostrando que a culpa nunca é da vítima. A Marcha das Vadias busca romper com essa discursividade que responsabiliza a mulher pela violência que sofre. Ao trazer uma posição antagônica ao movimento feminista, a Marcha tenta romper com um discurso legitimado pela sociedade sobre a mulher. A Marcha das Vadias de Belo Horizonte, ao interpretar esse post traz a história do surgimento da Marcha das Vadias, mostrando como essa violência contra a mulher é um discurso recorrente na sociedade. O discurso da culpabilização da vítima de estupro faz parte da memória da sociedade, o que as Marchas das Vadias buscam fazer é uma atualização dessa memória em uma tentativa de ruptura. Buscam-se romper discursos estabilizados na memória da sociedade sobre o que é ser mulher, sobre o que é ser vadia. Outra ruptura produzida pelas Marchas é no significado do próprio termo vadia. Nas Marchas, vadia é a mulher (cis, trans) que luta, que é livre, que age do modo como quer, que não se deixa ser violentada, que não aceita qualquer convite, que não aceita qualquer imposição.

Há uma violência produzida e legitimada pelo Estado contra a mulher. Ao culpabilizar a vítima pelo estupro, ao penalizar o aborto, a mulher é colocada como responsável pelos atos que sofre. Não se penaliza quem violenta, mas sim quem é violentado. O direito de defesa é dado ao outro e não à mulher:



Marcha das Vadias Sampa compartilhou a foto de Sociedade Racionalista.
28 de janeiro

Via A Favor da Despenalização do Aborto.



Curtir · Comentar · Compartilhar

1

320 pessoas curtiram isso.

Nesta parte, trouxemos alguns exemplos de temas organizados no arquivo digital Facebook. Ao analisarmos as páginas do Facebook durante o mês de janeiro, percebemos que os temas mais recorrentes, compartilhados por meio de textos, vídeos, charges, fotos, narrativas, são (1) violência contra a mulher (femicídio); (2) racismo e mulher negra (enegrecer o feminismo); (3) violência de gênero (homossexualidade, transexualidade, bissexualidade); (4) estupro.

Para finalizarmos este texto, gostaríamos de ressaltar que, como buscamos mostrar, a organização das páginas do Facebook é feita por meio dos compartilhamentos. O arquivo digital é constituído por hipertextos. O percurso de leitura é feito em diversos arquivos para constituir o arquivo da Marcha. Ao compartilhar, as relações entre diferentes movimentos sociais são estabelecidas. As alianças são sustentadas, os antagonismos confrontados. As FD machista e feminista disputam dizeres que circularão na sociedade. No arquivo digital, temas que assombram o espaço urbano são colocados em evidência, são discutidos, questionados. Ao trazer para discussão temas polêmicos, a Marcha das Vadias, em suas diversas páginas, busca romper com sentidos estabilizados sobre as relações entre homens, mulheres, homo, cis ou transexuais. Há no arquivo digital, na rede eletrônica, o encontro com o outro com o qual, às vezes, não se quer conviver ou não se espera conviver, já que, como diz Romão (2005a):

A topologia da rede eletrônica, com suas múltiplas entradas e portes e fechando o tempo todo, somado à ausência de um centro controlador dos atos de linguagem dialógica com sentidos plurais e imprevisíveis. É por isso mesmo que estão em movimento páginas eletrônicas com temas e efeitos políticos de reivindicação e denúncia e, ao mesmo tempo, também circulam outras páginas em que os sentidos de extermínio e intolerância são materializados.

Retomamos aqui a epígrafe de nosso trabalho, algo do desdobrável atravessa todo o nosso percurso e inscreve-se no discurso, visto que foi a partir de sentidos naturalizados e regularizados por força da repetição e da evidência ideológica que se desdobra a palavra do protesto e da reivindicação. Algo também dessa ordem é falado nas páginas do Facebook sobre o feminino, visto que um post é retroalimentado com outros vários, espalhando certo efeito em vários outros e sendo formado também a partir dessa explosão heterogênea que a rede possibilita. Por fim, algo do feminino também nos parece ser dessa instância: o desdobrável, “eu sou”.

Referências

- BARBERO, J. M. **Comunicación y solidaridad en tiempos de globalización**. Disponível em: <http://mrcproject.org/spanish/barbero.html>. Acesso em 04 de fev. 2014.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: ____; CARDOSO, G. **A sociedade em rede**. Do conhecimento à ação política. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso ao lado da História. In: ORLANDI, E.P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LEMO, A. C. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: ____; CUNHA, P. (Org.) **Olhares sobre a cibercultura**. Sulina: Porto Alegre, 2003.
- _____. Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da comunicação. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/r1465-1.pdf. Acesso em 04 de fev. 2014.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticas na internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol XXIII, n. 2, jul-dez, 2000.
- _____. **Ativismo digital**, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em 04 de fev.2014.
- NUNES, J. H. O discurso documental na história das idéias lingüísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*. 2008.
- ORLANDI, E.P. Análise de Discurso. In: RODRIGUES-LAGAZZI, S.; ORLANDI, E.P. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- ROMÃO, L. M. S.; MOREIRA, V. L. É Del.icio.us estar na rede - ideologia e discurso do sujeito navegador. **E-Compós** (Brasília), v. 11, p. 1-19, 2008.
- _____; BENEDETTI, C. A navegação do sujeito no discurso jornalístico impresso e eletrônico. In: **Verso e Reverso**. São Leopoldo, v. 22, 2008. Disponível em: www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5757. Acesso em 04 de fev. 2014.
- _____. De areia e de silício: as tramas do discurso no livro eletrônico. In: **Éspeculo**. Revista de estúdios literarios. Universidade Complutense de Madrid, 2005a. Disponível em: www.ucm.es/info/especulo/numero31/.html. Acesso em 04 de fev. 2014.
- _____. No país das maravilhas: uma metáfora sobre o dizer na rede. **Letra Magna** (Online), Recife, v. 3, p. 1-12, 2005b.

_____. Mais perto, mil faces sob a face neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico. **Signótica**, Goiânia, v. 17, p. 233-250, 2005.

_____. Nós, desconhecidos, na grande rede. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão/ SC, v. v.5, p. 71-91, 2004.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação

Caroline Mallmann Schneiders¹

Résumé: Dans cette étude, nous proposons une réflexion portant sur la notion d'archive, conformément aux approches de l'analyse du discours et de l'histoire des idées linguistiques. Notre intérêt est de réfléchir à propos de l'importance de l'archive pour la constitution d'un *corpus* d'analyse et pour les gestes d'interprétation portés sur ce *corpus*, c'est-à-dire, pour établir les dispositifs analytiques d'une recherche. Nous soulignons le passage de l'archive au *corpus*, en mettant l'accent sur la nécessité du « retour à l'archive », proposé par Guilhaumou & Malldier (1986). Ce retour permet à la fois de constituer l'archive en tant qu'objet de recherche et le *corpus* en tant que matérialité d'analyse; par conséquent, cette constitution relève des gestes d'interprétation. Ces questions sont importantes parce qu'elles nous conduisent au processus historico-idéologique de production de sens des matérialités discursives.

Mots-clé: archive; *corpus*; effets de sens.

Resumo: No presente estudo, apresentamos algumas considerações a respeito do modo como a noção de arquivo é entendida em um estudo inserido na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, vinculada aos pressupostos da Análise de Discurso. O nosso interesse é refletir sobre a importância do arquivo para a constituição do *corpus* de análise e para os gestos de interpretação lançados sobre esse *corpus*, ou seja, para estabelecer os procedimentos analíticos de determinada pesquisa. Destacamos, sobretudo, o desdobramento do arquivo ao *corpus*, e, para tanto, consideramos necessário o 'retorno ao arquivo', conforme expressão dada por Guilhaumou & Malldier (1986), uma vez que tal retorno permite constituir o arquivo, enquanto objeto de pesquisa, e o *corpus*, enquanto materialidade de análise, constituição que é perpassada por gestos de interpretação. Tais questões interessam-nos devido ao fato de elas nos conduzirem ao processo histórico-ideológico da produção de sentido(s) de dada materialidade discursiva.

Palavras-chave: arquivo; *corpus*; efeitos de sentido.

1 Para iniciar

Nos estudos que vimos desenvolvendo junto ao campo da História das Ideias Linguísticas (HIL) e aos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD), observamos a presença de duas questões que, para nós, vêm se colocando no cerne de uma pesquisa vinculada a tais domínios, quais sejam: a noção de arquivo e de gestos de interpretação. Entendemos que são noções fundamentais, sobretudo, para o estabelecimento do dispositivo analítico,

1 Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista CAPES. Trabalho desenvolvido sob a orientação da Profa. Dra. Amanda Eloina Scherer.

pois, por meio da maneira como se concebe a noção de arquivo, é possível constituir o *corpus* de análise, ou seja, compreender a passagem do arquivo ao *corpus*, cujo movimento é essencial para o desenvolvimento de toda pesquisa vinculada à HIL e à AD.

Contudo, não podemos considerar a passagem do arquivo ao *corpus* como um simples movimento, visto que a constituição tanto do arquivo de pesquisa quanto do *corpus* de análise colocam em jogo gestos de interpretação. Considerando a importância desse movimento, o propósito do presente artigo é apresentar uma discussão em torno da noção de arquivo, e, ao mesmo tempo, refletir sobre o seu funcionamento a partir dos gestos de interpretação que podem ser lançados não só no que concerne a sua constituição e à do *corpus*, mas também no que diz respeito à produção de sentido(s).

Tal interesse parte do pressuposto da necessidade de levarmos em conta um duplo efeito constitutivo do arquivo, pois neste podem ser projetados gestos de interpretação que permitem a sua constituição, ou, conforme ressalta Petri (2000), gestos que permitem a seleção prévia das fontes; ou ainda gestos de interpretação projetados sobre sua materialidade, os quais possibilitarão compreender não só sentidos que tendem a estar cristalizados (memória institucionalizada), mas, especialmente, efeitos de sentido, devido ao arquivo ser determinado pela articulação entre língua e história.

Propomos esse estudo, a fim de refletir sobre a importância dessas questões no que tange à configuração dos procedimentos analíticos. Para Orlandi (2001, p. 27), o “que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise”, afirmação esta que pode ser estendida para estabelecer o arquivo de pesquisa e o *corpus* de análise. Isso permite considerar a existência de um conjunto de procedimentos instalado para chegarmos ao dispositivo analítico², o qual é marcado pelos gestos de interpretação que, por sua vez, produzem determinado(s) sentido(s). Com vistas a enfatizar o funcionamento do desdobramento do arquivo ao *corpus*, destacamos, especialmente, uma discussão teórica, porém, fazendo referência ao nosso estudo de doutoramento para exemplificar como entendemos e chegamos a esse desdobramento tão fundamental para a instalação dos procedimentos analíticos.

2 Da dispersão à ‘unidade’: o retorno ao arquivo e a constituição do *corpus*

Para compreender o desdobramento do arquivo ao *corpus*, é relevante pontuar a respeito do modo como a noção de arquivo é tratada no âmbito da HIL e da AD. Para tanto, enfatizamos como diferentes autores concebem essa noção e, a partir disso, destacamos nosso entendimento acerca de sua contribuição para os procedimentos analíticos das pesquisas que vimos desenvolvendo junto ao campo da HIL³.

Partindo do ponto de vista foucaultiano, a noção de arquivo está vinculada a um viés arqueológico, definido como “uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação” (FOUCAULT, 2010 [1969], p. 147). Essa primeira definição aponta para um primeiro ponto a ser considerado quando da constituição de um arquivo: trata-se de

2 Ao tratarmos do dispositivo analítico, devemos também considerar o dispositivo teórico, o qual se refere ao pressuposto teórico-metodológico da AD mobilizado para a realização de certa pesquisa. Orlandi (2001) destaca que o dispositivo teórico engloba o dispositivo analítico, pois, quando pensamos neste, pensamos “no dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica (p. 27)”.

3 Destacamos a contribuição da noção de arquivo para os estudos em HIL, todavia partimos da relação deste domínio com o da AD.

um lugar em que emerge a heterogeneidade, podendo abarcar enunciados/discursos de ordens distintas.

Nos estudos realizados e que fazem referência à noção de arquivo, a heterogeneidade pode ser entendida como algo constitutivo do arquivo, pois, mesmo visando a uma questão específica de análise em determinado estudo, é uma multiplicidade de documentos que emergem a respeito da temática de interesse. Diante disso, retomamos e embasamo-nos na noção de arquivo proposta por Pêcheux (1994 [1982], p. 57), para o qual é um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

Segundo Pêcheux, a constituição do arquivo está relacionada aos gestos de leitura, que apontam para a possibilidade de diferentes ‘maneiras de ler’, ou diferentes maneiras de apreender e interpretar os documentos pertencentes a certo arquivo. Isso coloca em jogo o “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 1994 [1982], p. 57).

Por meio do ‘trabalho’ do arquivo e da memória histórica, é possível, diante do conjunto de documentos com o qual nos deparamos, lançar gestos de interpretação em torno da discursividade que constitui o arquivo organizado referente à temática de pesquisa. Cada gesto de interpretação é sempre único, tornando-o inesgotável na medida em que todo gesto configura um novo tratamento ao arquivo, produzindo diferentes efeitos de sentido.

É aí que se instala, para nós, o “poder do arquivo”, retomando a expressão utilizada por Roudinesco (2001). A reflexão proposta pela autora, em torno do arquivo, busca conjugar a sua relação com a psicanálise, no entanto, destaca questões fundamentais a respeito da importância do arquivo, considerando-o como a condição da história. Também, pontua a importância do acesso ao arquivo, pois tal acesso possibilita nova(s) leitura(s) acerca da história que está oficializada, bem como destaca a questão da falta e do excesso do mesmo, considerando que, se

tout est archivé, si tout est surveillé, noté, jugé, l’histoire comme création n’est plus possible: elle est alors remplacée par l’archive devenue savoir absolu, miroir de soi. Mais si rien n’est archivé, si tout est effacé ou détruit, l’histoire tend vers le fantasme ou le délire, vers la souveraineté délirante du moi, c’est-à-dire vers une archive réinventée fonctionnant comme un dogme (ROUDINESCO, 2001, p. 10)⁴.

Desse modo, o arquivo, para Roudinesco (2001), vincula-se à ideia de totalidade, de estabilização de sentidos e da história, além do fato de a totalidade e a estabilização estarem na ordem, sobretudo, do institucional, e isso nos permite lançar gestos de interpretação sobre o arquivo. Tais gestos são fundamentais para compreender a relação contraditória que o envolve, ou ainda o seu ‘poder’, que determina, mas, ao mesmo tempo, acaba sendo determinado, visto que é passível de interpretação.

A partir desse ponto de vista, retomamos uma longa passagem de Guilhaumou & Maldidier (1986) sobre o modo como entendem o arquivo, através da qual observamos não só o lugar conferido a tal noção, mas também o seu funcionamento:

4 Tradução nossa: “se tudo é arquivado, se tudo é vigiado, notado, julgado, a história como criação não é mais possível: ela é, então, substituída pelo arquivo que se tornou absoluto, espelho de si. Mas se nada é arquivado, se tudo é apagado ou destruído, a história se estende em direção ao fantasma ou ao delírio, em direção à supremacia delirante do eu, quer dizer, em direção a um arquivo reinventado, funcionando como um dogma”.

L'archive n'est jamais donnée; à première lecture, son régime de fonctionnement est opaque. Toute archive, et surtout manuscrite, s'identifie par la présence d'une date, d'un non propre, du sceau d'une institution, etc., ou encore par la place qu'elle occupe dans une série. Pour nous cette identification, essentiellement institutionnelle, est insuffisante: elle ne dit pas tout, loin de là, du fonctionnement de l'archive. Notre pratique actuelle de l'analyse de discours retrouve les préoccupations des historiens des mentalités qui, en construisant des objets comme la mort, la peur, l'amour, le profane et le sacré, mettent en évidence, par la confrontation de séries archivistiques, des régimes démultipliés de production, circulation et lecture de textes. Ces historiens travaillent à la fois sur la longue durée et sur l'événement: l'institution – et le classement archivistique qu'elle impose – est toujours pour eux une cote mal taillée. C'est que l'archive n'est pas le reflet passif d'une réalité institutionnelle; elle est, dans sa matérialité et sa diversité mêmes, mise en ordre par son horizon social (GUILHAUMOU & MALDIDIÉ, 1986, p. 43)⁵.

Pela citação acima, queremos enfatizar, como já mencionamos anteriormente, a questão institucional, uma vez que pensar o arquivo é pensar também o institucional e o político, instâncias que determinam o que pode e deve ou o que não pode e não deve ser posto em circulação pelo arquivo e, especialmente, o que deste pode ou não ser lido (ROMÃO; FERREIRA; DELA-SILVA, 2011). O institucional torna-se, portanto, algo constitutivo do arquivo e tende a estabilizar determinados efeitos e a cristalizar sentidos, sendo, por isso, que devemos considerar a importância da leitura, por meio da qual poderemos lançar gestos de interpretação sobre o estabilizado, a fim de observar o trabalho da memória e da história que afetam o arquivo.

Desconstruir o pressuposto de que o arquivo é constituído por um sentido estável e único, desconsiderando a sua determinação histórica e ideológica, é uma das tarefas de que nos ocupamos nas pesquisas desenvolvidas no campo da HIL e da AD. Para tanto, a leitura do arquivo consiste em uma leitura fundamentada pelo olhar do analista, olhar que permite projetar gestos de interpretação sobre a discursividade do arquivo, visto que este não apresenta apenas sentidos vinculados a uma memória institucionalizada, mas, sobretudo, efeitos de sentido, os quais são compreendidos devido à articulação entre língua e história, o que torna possível os 'múltiplos gestos de leitura'. Para Pêcheux, é "esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de trabalho de arquivo" (1994 [1982], p. 63, grifos do autor).

Além disso, o próprio modo como determinado arquivo é arranjado já coloca em jogo gestos de interpretação, pois, como bem destaca Petri (2000), o arquivo é resultante de uma

5 Tradução de Suzi Lagazzi e José Horta Nunes: "O arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. Todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, puramente institucional, é para nós insuficiente: ela diz pouco do funcionamento do arquivo. Nossa prática atual de análise do discurso retoma as preocupações dos historiadores de mentalidades, que na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto. Esses historiadores trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e sobre o acontecimento: a instituição – e a classificação arquivista que ela impõe – sempre mantém, para eles, uma divisão problemática. Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social". Referência à tradução em português do artigo citado: *Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história*. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de Leitura*: da história no discurso, 1994.

seleção prévia das fontes e a “leitura de arquivo deve ser antes de tudo um ato político no interior de um espaço de leitura polêmico, onde se produzem e se reproduzem discursos” (p. 122). Dessa forma, os gestos são decorrentes tanto da determinação histórica que afeta o arquivo, como também da posição ideológica do sujeito que o está produzindo e que, ao mesmo tempo, se produz/constitui no interior dessa discursividade, (de)marcando a posição sócio-histórica ideológica em que está inscrito.

O arquivo, do ponto de vista discursivo, configura-se como um objeto linguístico e histórico, situado entre a materialidade da língua e da história, como referenda Pêcheux (1994 [1982]). É essa relação entre língua e história que permite a instauração dos gestos de interpretação, os quais partem da base linguística com vistas a explicitar como a língua se inscreve na história, produzindo sentidos. Assim, a língua “é capaz de contradições, de jogo com e sobre os sentidos, porque a língua, como sabemos, tem mecanismos de resistência, não é transparente, e não o é porque se inscreve na história” (ROMÃO; FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 13).

Ainda, podemos compartilhar do que Nunes enfatiza a respeito do arquivo, o qual

não é visto como um conjunto de “dados” objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. O material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de “comprovação”, onde se suporia uma interpretação unívoca (NUNES, 2007, p. 374).

Dessa forma, ao trabalharmos com a noção de arquivo, consideramos a opacidade da língua e a determinação histórica que lhe afeta, por meio das quais compreendemos que o arquivo é afetado por uma historicidade. Tais questões são imprescindíveis para a materialidade produzir sentidos, uma vez que os “objetos já vêm, pois, significados dadas as condições verbais de sua existência. Isto é historicidade, interdiscurso, memória discursiva” (ORLANDI, 2012, p. 44).

É importante levar em consideração o que vimos tratando a respeito dos gestos de interpretação, devido ao fato de a memória constitutiva do arquivo ser, segundo Orlandi (2003), da ordem do institucional, isto é, uma memória institucionalizada, que acumula e visa a estabilizar sentidos, contrapondo-se à memória vinculada ao interdiscurso. A memória institucionalizada produz tais efeitos sobre o arquivo por fazer parte do pressuposto de que “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ORLANDI, 2003, p. 15). O arquivo caracteriza-se por apresentar o que deve ou não ser dito, constituído por um efeito de fechamento, produzindo uma memória que

tem a forma da instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos. O dizer nessa relação é datado. Reduz-se ao contexto, à situação de época, ao pragmático. Enquanto interdiscurso, porém, a memória é historicidade, e a relação com a exterioridade alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento (ORLANDI, 2003, p. 15).

É nesse sentido que se coloca a importância dos gestos de interpretação, uma vez que, considerando o arquivo enquanto uma materialidade discursiva, a memória que se pretende fixar pode apresentar sentidos outros devido ao caráter opaco da língua e da relação com a história. A partir disso, compreendem-se, portanto, os processos de produção de sentido(s), que, por sua vez, conjugam-se à noção de historicidade. Segundo Nunes (2007),

construir dispositivos de análise de arquivo que levem em conta a historicidade dos sentidos e que permitam compreender a pluralidade dos gestos de interpretação: para além de uma relação imediata com as instituições, esse parece ser um campo produtivo para a continuidade das práticas de leitura de arquivo que a AD promove (NUNES, 2007, p. 375).

Tratar da constituição do arquivo configura-se, para nós, como o primeiro momento dos procedimentos analíticos para o desenvolvimento de determinada pesquisa, sendo, portanto, não apenas uma categoria teórica, mas sim uma categoria teórico-metodológica. Consideramos como o primeiro momento, já que, arranjado o arquivo, podemos estabelecer o segundo momento: o da constituição do *corpus* analítico, entendido enquanto “um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou de justaposição de homogeneidades contrastadas” (PÊCHEUX & LÉON, 2011 [1982], p. 165).

Pela concepção da noção de *corpus* destacada, observamos um ponto de contato entre tal noção e a de arquivo, qual seja: a questão da heterogeneidade, visto que ambos se constituem por apresentar um espaço analítico heterogêneo. Junto a essas noções, nos estudos que vimos propondo, há outra noção que deve ser considerada, a noção de recorte discursivo (RD), uma operação descritiva que permite recortar, fragmentar o objeto de pesquisa, e cada fragmento é tratado como uma unidade de análise, constituída por uma forma material.

Orlandi (1984) enfatiza que o recorte constitui-se como uma unidade discursiva, por serem fragmentos vinculados a uma ‘linguagem-e-situação’. A autora, ainda, destaca que o(s) critério(s) de seleção dos recortes pode(m) variar “segundo os tipos de discursos, segundo a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise” (1984, p. 14). Para Orlandi (2005), por meio do recorte, pode-se explicitar como uma forma material, tomada em sua especificidade, que é linguística e histórica, produz sentidos.

Nos estudos que desenvolvemos, o *corpus* é estabelecido pelo(s) recorte(s) realizado(s) tendo em vista determinado critério vinculado à questão de pesquisa. Por esse viés, cada recorte deve ser considerado em sua especificidade, mas levando em conta que não são fragmentos tomados em sua linearidade e que podem pertencer a espaços e tempos distintos. Em decorrência dessa peculiaridade em torno do ato de recortar, tomamos, em nossas pesquisas, cada fragmento enquanto um recorte discursivo (RD), ou seja, não o tratamos como uma sequência discursiva (SD).

Para nós, não se trata apenas de uma mudança no modo de denominar, mas sim um gesto de interpretação que leva em conta o fato de cada RD ser uma unidade de análise, que, por sua vez, vincula-se a uma materialidade discursiva, inserida em determinadas condições de produção. Segundo nosso ponto de vista, a noção de RD coloca-se como mais apropriada quando de um estudo vinculado à HIL, permitindo traçar, no interior de uma heterogeneidade e multiplicidade de documentos que compõe o arquivo de pesquisa, uma ideia, mesmo que imaginária, de unidade para o *corpus de análise*, unidade que se estabelece no jogo com a heterogeneidade.

Por meio dessas considerações concernentes, sobretudo, à noção de arquivo, nosso propósito foi o de enfatizar como tal noção é tratada nos estudos vinculados à HIL e à AD, a fim de observar a sua importância para os procedimentos analíticos, visto que é pelo arquivo que estabelecemos o *corpus* de análise. Assim, consideramos que, nos estudos que vimos realizando, há um movimento do arquivo ao *corpus* indispensável para o desenvolvimento de

toda e qualquer pesquisa em HIL, movimento que, no entanto, é dotado de significação, pois se constitui a partir de gestos de interpretação lançados sobre a discursividade do arquivo.

3 O olhar interpretativo e o desdobramento do arquivo ao *corpus*: dos gestos de interpretação à produção de sentido(s)

Deste momento em diante, destacamos algumas palavras sobre a importância dos gestos de interpretação, contudo, não realizamos uma reflexão exaustiva, pois nos interessa observar a contribuição desses gestos para os procedimentos analíticos das pesquisas desenvolvidas no campo da AD e da HIL.

O termo gesto de interpretação é, para o viés discursivo, resultante do fato de se considerar a interpretação como um ‘gesto’, um ato no nível do simbólico, segundo Orlandi (2004). Para Orlandi (2004), o gesto de interpretação instaura-se em função de o espaço simbólico ser marcado pela incompletude e por estar em relação com o silêncio. A interpretação, conforme a autora, é um ‘vestígio do possível’ e o lugar onde podemos observar o funcionamento da ideologia, além de ser materializada pela história. A relação com a história é fundamental para a interpretação, uma vez que “ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política” (ORLANDI, 2004, p. 18-19), ou seja, os gestos de interpretação permitem apreender a maneira como a materialidade discursiva é afetada pela ideologia, pela história e pelo político.

Quando pensamos a interpretação, sobretudo, em relação ao arquivo, devemos, como aponta Orlandi (2004), considerar que se refere a uma forma distinta, vinculada à divisão social do trabalho da leitura, tal como Pêcheux (1994 [1982]) desenvolveu em seu artigo intitulado *Ler o arquivo hoje* e que é retomado pela autora. Pensar a leitura e, por conseguinte, a interpretação, pelo viés proposto por Pêcheux, não é pensá-la enquanto uma simples decodificação de determinado sistema linguístico, é pensá-la enquanto produção de sentido(s). No entanto, o(s) sentido(s) que emanam da leitura, segundo o ponto de vista discursivo, tem um funcionamento diferenciado, por serem produtos de uma prática histórica, social e ideológica (ORLANDI, 2004).

Com isso, entendemos que, por meio da leitura, os gestos de interpretação constituem-se e vinculam-se ao modo como trabalhamos com a “materialidade da língua na discursividade do arquivo” (ZOPPI-FONTANA, 2005). Tendo isso em vista, instala-se a produção de efeitos de sentido, sendo pelo modo como o pesquisador se coloca frente à materialidade em análise e ao arquivo de pesquisa que o(s) sentido(s) irão se produzir, pois o “sens n’est pas donné a priori, il se construit à chaque étape de la description. Il n’est jamais achevé dans une structure; il procède de *la matérialité de la langue et de l’archive*, il est tout à la fois contraint et ouvert” (GUILHAUMOU, MALDIDIER & ROBIN, 1994, p. 201)⁶.

A interpretação, e, por conseguinte, o(s) sentido(s), a partir do ponto de vista discursivo,

se construit dans la manière même dont s’agencent les arguments, les récits, les descriptions. Ainsi le sens n’est jamais posé par rapport à un extérieur non langagier; il se bâtit à travers des dispositifs d’archive où se manifeste la matérialité de la langue (GUILHAUMOU, MALDIDIER & ROBIN, 1994, p. 195)⁷.

6 Tradução nossa: “sentido não é dado a priori, ele se constrói a cada etapa da descrição. Ele jamais é finalizado em uma estrutura; ele procede da *materialidade da língua e do arquivo*, ele é, toda vez, limitado e aberto”.

7 Tradução nossa: “se constrói na maneira mesma que se agenciam os argumentos, as narrações, as descrições. Assim, o sentido jamais é colocado em relação a um exterior não linguageiro; ele se edifica através dos dispositivos do arquivo onde se manifesta a materialidade da língua”.

Os gestos de interpretação são balizados pelo dispositivo teórico mobilizado em decorrência do *corpus* de análise, os quais trazem à baila possíveis sentidos inscritos no interior da materialidade discursiva em análise. No entanto, o *corpus* e o arquivo de pesquisa são duplamente perpassados pelo funcionamento da ideologia, por serem constituídos ideologicamente e pelo fato de os gestos de interpretação também estarem afetados historicamente e ideologicamente, bem como condicionados por uma inquietação que se refere à pergunta de pesquisa posta pelo analista.

Tendo em vista a discussão apresentada a respeito do arquivo e dos gestos de interpretação, não destacamos uma proposta analítica, uma vez que, como pontuado no início do presente estudo, interessa-nos enfatizar a importância de tais noções para os procedimentos analíticos adotados para o desenvolvimento de determinada pesquisa. Para tanto, trazemos uma amostra de como procedemos em nossos estudos, a fim de observar o movimento existente entre o arquivo e o *corpus*.

A questão de pesquisa perseguida, nos estudos que vimos realizando, visa a compreender a articulação entre os saberes da Filologia e os saberes da Linguística, e, para tal compreensão, interessa-nos analisar como os saberes da Linguística, via *Cours de linguistique générale*, estão atravessados no fio do discurso, constituindo os estudos filológicos do Brasil, sobretudo, até a primeira metade do século XX. Tal interesse nos colocou frente ao primeiro desafio: delimitar um arquivo de documentos relativo e pertinente à questão de pesquisa proposta, tarefa exaustiva na medida em que as pesquisas filológicas predominaram no meio acadêmico até os anos de 1950. Diante da dispersão com que nos deparamos, propomos critérios com vistas a delimitar um arquivo de pesquisa relevante, que foram: considerar o período mais representativo no que se refere ao desenvolvimento das pesquisas linguísticas até os anos de 1950; e, após tal delimitação, selecionar estudos de um nome expressivo da época.

A partir disso, delimitamos a década de 50, do século XX, como sendo o recorte temporal de nossos estudos e as obras de Serafim da Silva Neto como nosso interesse de análise. No entanto, devido à diversidade temática das obras do autor, embora todas envolvendo uma reflexão sobre a língua, tornou-se necessário uma nova delimitação: verificar as obras mais pertinentes para a questão que percorremos. Por meio dessas delimitações, que, para nós, já se colocam como gestos de interpretação, gestos resultantes do interesse de pesquisa, constituímos o arquivo de pesquisa com o qual vimos realizando nossos estudos, composto pelo seguinte conjunto de obras, de Serafim da Silva Neto: *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1950); *Manual de Filologia Portuguesa* (1952); *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa* (1956); *História do Latim Vulgar* (1957); e *Língua, Cultura e Civilização* (1960).

Essa breve descrição realizada sobre o modo como compomos o nosso arquivo de pesquisa corrobora, portanto, com a afirmação de que o arquivo vincula-se a uma seleção prévia das fontes e o fato de que é heterogêneo, ligado à dispersão. É, pois, por meio da discursividade do arquivo que o *corpus* de análise poderá ser organizado, ou seja, a discursividade do arquivo possibilita o movimento do arquivo ao *corpus*, movimento que está na base dos procedimentos metodológicos e analíticos de toda pesquisa. Pelo *corpus*, compreendemos, portanto, como a materialidade da língua produz efeitos de sentido.

Zoppi-Fontana (2005), fazendo referência à constituição do *corpus* a partir do arquivo, adota uma concepção dinâmica de *corpus*, considerando-o em constante construção. Assim, o *corpus* não é algo dado, posto, é organizado de acordo com o desenvolvimento da análise, tendo como norte a questão de pesquisa adotada, bem como os gestos de in-

interpretação lançados sobre o arquivo, uma vez que estes gestos são determinantes para recortar o arquivo e, por conseguinte, determinar o *corpus* de análise.

Seguindo esse viés, Courtine (2009 [1981]) considera que a “constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma forma certa (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa” (p. 54). É importante ter em vista que o *corpus* de análise não só permitirá compreender as inquietações postas, mas também proporcionará novas inquietações, resultantes do próprio desenvolvimento da pesquisa. É, por isso, que o *corpus* está em constante construção, possuindo um fechamento provisório e configurando-se somente no momento em que as análises finalizam (ZOPPI-FONTANA, 2005).

Essa questão nos remete à metáfora do ‘movimento pendular’ proposta por Petri (2013), devido ao fato de os procedimentos de análises serem perpassados pelo ir e vir da teoria para a análise ou da análise para a teoria. Tal movimento pendular “agita os processos de produção de sentidos sobre o corpus, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise” (PETRI, 2013). Desse modo, o dispositivo teórico-analítico de uma pesquisa vinculada à AD e à HIL, não é estanque, assim como não é o arquivo e o *corpus*, os quais se constituem, portanto, no interior do processo analítico.

Ainda, devemos fazer referência a dois momentos imprescindíveis para o desenvolvimento analítico de uma pesquisa, quais sejam: descrever e interpretar. Para Pêcheux (2006, p. 50), a descrição implica reconhecer que há “um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua⁸”, tal como proposto por Milner. Pêcheux (2006) aponta o fato de que toda descrição permitirá observar o “discurso-outro como espaço virtual de leitura” (p. 55) do enunciado ou da seqüência que está sendo descrita. A presença do discurso-outro na materialidade, segundo o autor, marca “a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (PÊCHEUX, 2006, p. 55), o que permite a instauração da interpretação e, por conseguinte, a produção de sentido(s).

Para nós, descrever é colocar em evidência a materialidade da língua, mobilizando o dispositivo teórico da AD em função do que o *corpus* está nos oferecendo, e entendendo que é nesse movimento que a interpretação se constitui, porém, não podemos precisar o momento da descrição e da interpretação, por serem processos que se configuram quando do desenvolvimento das análises. É, pois, no momento em que lançamos gestos de interpretação sobre a materialidade da língua que o(s) sentido(s) se produz(em) e que chegamos à compreensão acerca da constituição de determinada discursividade.

Orlandi (2004), retomando Pêcheux (2006), destaca que a descrição abre sobre a interpretação, o que, para a autora, é um trabalho do sentido sobre o sentido. A autora destaca que a interpretação é resultante de gestos, entendidos como atos no nível do simbólico, os quais configuram à interpretação um estatuto particular, visto que “estar *na* língua, com os gestos de interpretação, significa estar sendo trabalhado pela língua em uma perspectiva discursiva, aquela em que a língua faz sentido, em que ela é afetada pela história” (2004, p. 87).

A partir disso, consideramos que a própria constituição do arquivo e do *corpus*, além de se colocarem num nível metodológico, colocam-se como procedimentos analíticos essenciais e são balizados por gestos de interpretação, uma vez que, no momento em que delimitamos o arquivo e o *corpus*, já adentramos a materialidade da língua, laçando gestos que têm como norte a questão analítica a ser compreendida.

8 A expressão ‘real da língua’ é entendida por Pêcheux tal como propõe Milner, sobretudo, em *L’Amour de la Langue*.

4 Para finalizar

Com a reflexão proposta, podemos dizer que a noção de arquivo tem um papel de protagonista quando de uma pesquisa no campo da AD e da HIL, visto que o “archive n’est pas un simple document où se puisent les référents; elle s’offre à une lecture qui découvre des dispositifs, des configurations significantes” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1986, p. 43)⁹. Trabalhar com a noção de arquivo é considerar, também, como atesta Scherer (2012), “a relação entre o desejo do sujeito de ter acesso a tudo e o freio institucional que determina o que pode ser lido do arquivo e o que não poderá ser. Ou seja, estamos pensando o âmbito do controle e do político na forma como os arquivos se constituem”¹⁰.

Desse modo, o ‘retorno ao arquivo’ é fundamental, pois, quando retornamos a sua discursividade, lançamos leituras que produzirão novos sentidos, novos gestos de interpretação. Como ressaltam Guilhaumou & Maldidier (1986),

Le retour à l’archive ouvre donc à l’analyse de discours des possibilités multiples. Loin d’être une méthodologie auxiliaire pour les historiens, une aventure sans rivages pour les linguistes, celle-ci peut trouver en elle-même des critères d’intelligibilité. En embrassant à la fois les co-présences langagières qui font corpus, les usages réflexifs et l’épaisseur de la langue, elle se pose comme discipline interprétative à part entière (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1986, p. 54)¹¹.

O retorno ao arquivo é, portanto, central para a constituição do *corpus* de análise, pois, ao nos voltarmos para a discursividade do arquivo, tendo em vista determinada questão de pesquisa e ancorados em determinado dispositivo teórico-analítico, o olhar lançado não será neutro, mas sim interpretativo. Este olhar interpretativo é o que nos interessa, visto que, por meio dele, estabelecemos os procedimentos analíticos que nos possibilitam chegar à materialidade da língua e à compreensão do processo de produção de sentidos, levando em consideração que se trata de um processo linguístico, histórico e ideológico.

Referências

- COURTINE, J-J. *Análise de discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EdUFScar, 2009 [1981].
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER. Effets de l’archive. L’analyse de discours du côté de l’histoire. In: *Langages*, 21e année, n°81, 1986. p. 43-56.

9 Tradução de Suzi Lagazzi e José Horta Nunes: “arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”.

Referência à tradução em português do artigo citado: *Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história*. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*, 1994.

10 Referência à palestra realizada pela Profª. Dr. Amanda Scherer em reunião de trabalho no LAS/UFF, em 25 de janeiro de 2012.

11 Tradução de Suzi Lagazzi e José Horta Nunes: “O retorno ao arquivo abre então à análise de discurso possibilidades múltiplas. Longe de ser uma metodologia auxiliar para os historiadores, uma aventura sem margens para os linguistas, esta pode encontrar nela mesma critérios de inteligibilidade. Abraçando ao mesmo tempo as co-presenças languageiras que constituem corpus, os usos reflexivos e a espessura da língua, ela se coloca como disciplina inteiramente interpretativa”. Referência à tradução em português do artigo citado: *Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história*. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*, 1994.

- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D; R. ROBIN. *Discours et archive*. Expérimentations en analyse du discours. Pierre Mardaga, 1994.
- FOUCAULT, M. F. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Brasileira. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. RJ: Forense Universitária, 2010 [1969].
- NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. (orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 373-380.
- ORLANDI, E. Segmentar ou recortar. In: *Série Estudos*, Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba (lingüística: Questões e Controvérsias), 1984. p. 9-26.
- _____. *Análise do discurso: Princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, Editora Pontes, 2001.
- _____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: _____. (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 7-20.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas, Editora Pontes, 2004.
- _____. *Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos*. 2. ed. Campinas, Editora Pontes, 2005.
- _____. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje [1982]. In: ORLANDI, E. (org.) [et al.]. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 3. ed. SP: Campinas, Editora da Unica, 1994. p. 55-66.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi, Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- _____; LÉON, J. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva [1982]. In: ORLANDI, E. (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 163-173.
- PETRI, V. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: *Revista Letras: Corpus: Análise de Dados e Cultura Acadêmica*, nº 21, jul./dez., p. 121-125, 2000.
- _____. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: Verli Petri; Cristiane Dias. (Org.). *Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria-RS: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013, v. 1, p. 39-48.
- ROMÃO, L. M. S.; FERREIRA, M. C.; DELA-SILVA, S. D. Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (orgs.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 11-21.
- ROUDINESCO, R. *L'analyse, l'archive*. Bibliothèque nationale de France, 2001.
- ZOPPI-FONTANA, M. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do *corpus* discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. (orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 93-116.

A mídia e o golpe de 1964: revista *O Cruzeiro* como aliada do discurso das forças militares

Ercília Ana Cazarin¹

Eduardo Silveira de Menezes²

Abstract: By a documental file, this text works with the way like the *O Cruzeiro* Magazine narrated the military blow occurred on March, 31st, 1964, in Brazil. The analysis is done by the special edition of the periodic, published on April, 10th, 1964, which gave exclusivity to the subject. So, we present a study of the main theories of journalism and the production conditions in what occurred these facts, resorting some Discourse Analysis concepts of French line. Finally, we mark the benevolence that the dominants classes are treaties by the biggest means of communication, as well as, the impact that the discursive formation (DF) what carries knowledge of this relation can exercise on the conjunct of the society.

Keywords: military blow; discourse analysis; journalistic discourse; documental file.

Resumo: Este texto, a partir de um arquivo documental, ocupa-se com a forma como a revista *O Cruzeiro* narrou o golpe militar, ocorrido em 31 de março de 1964, no Brasil. A análise se dá por meio da edição especial do periódico, publicada no dia 10 de abril do mesmo ano, a qual concedeu exclusividade ao assunto. Para tanto, apresentamos um estudo das principais teorias do jornalismo e das condições de produção em que ocorreram os fatos, recorrendo a alguns conceitos da Análise de Discurso de linha francesa. Por fim, assinalamos a benevolência com que as classes dominantes são tratadas pelos grandes meios de comunicação, bem como o impacto que a formação discursiva (FD) que abriga saberes desta relação pode exercer sobre o conjunto da sociedade.

Palavras-chave: golpe militar; análise de discurso; discurso jornalístico; arquivo documental.

Considerações iniciais

Ao completar 50 anos do golpe de Estado que instaurou a ditadura militar no Brasil, evidenciamos a importância de revisitar o arquivo documental de matérias que foram veiculadas pela grande mídia durante aquele período. A instauração da Comissão Nacional da

1 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do PPG-Letras da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso – LEAD/UCPel e do Grupo de Estudos em Análise de Discurso – GEPAD-RS/UFRGS.

2 Doutorando no programa de PPG-Linguística Aplicada da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD) na mesma instituição. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Graduado em Jornalismo pela UCPEL.

Verdade – Lei n.º 12.528 de junho de 2012 – e as recentes manifestações de movimentos sociais em defesa do direito à verdade e justiça têm movimentado o cenário político nacional e encontram lugar na análise proposta por este estudo. O discurso que desperta o nosso interesse é o político, concebido como embate, relação de forças que se materializam pelo próprio discurso. E, arquivo é entendido aqui, a partir de Horta Nunes, “não como um conjunto de ‘dados’ objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos” (2005, p.2).

Partindo desse material de arquivo é que realizamos a interpretação, tendo presente que a mesma não corresponde a uma interpretação unívoca - sempre pode ser outra. Refletindo sobre o Golpe de Estado em questão e atentando para a influência que os grandes meios de comunicação exerceram – e ainda exercem – sobre o conjunto da sociedade, o presente artigo analisa como uma das principais publicações da época retratou a tomada de poder pela via militar no Brasil. Trata-se da revista *O Cruzeiro*, um dos fenômenos editoriais que circulou em todo o território nacional por mais de 40 anos, sendo lida por variadas classes sociais. Para tanto, estamos utilizando a edição do dia 10 de abril de 1964, a qual se apresenta como a “Edição Histórica da Revolução”.

De início, tratamos de alguns conceitos do jornalismo, passando por teorias importantes e evidenciando a definição discursiva de ideologia. De posse desses elementos, contextualizamos o objeto da análise e, posteriormente, investigamos as condições de produção que levaram à instauração de uma ditadura militar no Brasil. Logo a seguir, caracterizamos o discurso da revista *O Cruzeiro*, amparando-nos, principalmente, na Análise de Discurso (AD) com filiação em Pêcheux, teoria que julgamos indispensável para alcançar o objetivo proposto.

Este é, portanto, um convite para que o leitor realize uma incursão crítica na história política recente do nosso país. Incursão, esta, mediada pela materialidade da língua cuja inscrição de seus efeitos materiais na historicidade possibilita evidenciar os interesses políticos e culturais imersos na leitura de arquivo. Salientamos que, embora o objeto de análise – a revista *O Cruzeiro* – não esteja mais em circulação, muitas das suas práticas de persuasão e vinculação ideológica continuam operando nos principais grupos de comunicação brasileiros; hoje, é bem verdade, sob a égide da ditadura do capital.

1 O jornalismo, a notícia e o componente ideológico

No início do século XIX, com a expansão e o desenvolvimento da imprensa, ocorre um aumento significativo na comercialização de jornais, abrindo novas perspectivas para o principal meio de comunicação da época: a mídia impressa. Surge, assim, um novo paradigma, no qual os panfletos políticos, de orientação partidária – predominantes até o final do século XVIII – cedem espaço a outra forma de produção textual. Nesse contexto, a informação – agora vista como mercadoria – passa a ocupar lugar central na constituição do que se convencionou chamar de notícia (TRAQUINA, 2005).

A predominância deste espírito mercantil, aliada à intenção de reivindicar um caráter científico e legítimo no ato de concepção do material informativo, fez com que a notícia – produto oferecido pelos jornais – passasse a ser idealizada por uma fábrica seletiva de produção dos fatos. Neste ponto, é preciso atentar para o trabalho da ideologia, que, ao produzir evidência, condiciona a constituição dos sujeitos e dos sentidos. Ao compreender que “não há sentido sem interpretação”, como nos diz Orlandi (2007, p.45), é possível inferir que todo discurso jornalístico, por se tratar de uma interpretação possível sobre determinado fato, não está livre de determinações culturais, políticas e econômicas.

A chamada “linha editorial” dos jornais é, em nossa avaliação, assegurada pela memória institucionalizada e constitutiva dos grandes conglomerados de comunicação, os quais, ao longo da história, sempre estiveram aliados aos interesses dominantes.³

De acordo com Orlandi (2007, p. 48):

A ideologia, por sua vez, nesse modo de conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido.

A atividade jornalística, tal qual estamos descrevendo neste estudo, considera que o texto noticioso costuma edificar-se dentro de uma concepção funcionalista.⁴ Portanto, os pressupostos de neutralidade, imparcialidade e objetividade, assumem o papel de condutores do esquema noticioso, propiciando o cenário ideal para uma prática profissional descolada da reflexão crítica. Devemos levar em conta que a origem e as motivações dessa corrente de pensamento “encontram-se em demandas sociais, de modo especial dos segmentos militares, governamentais, empresariais e dos partidos políticos” (GOMES, 2004, p. 64).

No início do século XX, surge na Europa uma corrente filosófica de pensamento marxista, que procura confrontar a teoria funcionalista, fazendo uma análise profunda da cultura de massa e da indústria cultural.⁵ A Escola de Frankfurt torna-se responsável por elaborar o que ficou conhecido como teoria crítica, um contraponto necessário à visão da Escola Funcionalista, que assumiu abertamente a defesa dos interesses dos grupos dominantes. Ao comparar essas duas correntes de pensamento, Gomes (2004, p. 91) explica que, “enquanto a escola norte-americana se preocupava em estudar o grupo, pesquisando o comportamento humano, a escola europeia, da qual faz parte a teoria crítica, se preocupa com o estudo da produção, com o estudo do conteúdo, com a ideologia”.

Ao passo que os funcionalistas reivindicam o caráter social dos meios, os adeptos da teoria crítica denunciam a dominação exercida por eles. Os objetos de estudo também diferem de uma corrente de pensamento para a outra e, assim, apenas a teoria crítica estuda o conteúdo das mensagens, ou seja, a relação ideológica estabelecida entre os diversos meios. Visto isso, torna-se necessário esclarecer que uma análise sobre as construções discursivas no âmbito dos textos jornalísticos, a qual pretendemos empreender com este estudo, deve necessariamente considerar a contribuição da corrente europeia como base epistemológica; em nosso caso, é bom ratificar, trata-se da teoria do discurso de filiação pecheutiana.

3 Prova disso – e, talvez, o caso mais emblemático desse tipo de relação durante a década de 1960 – pode ser verificada na parceria estabelecida entre as Organizações Globo – de propriedade da família Marinho – e a companhia de mídia norte-americana *Time-Life*. Segundo a legislação brasileira da época, era proibida “toda e qualquer participação ou orientação intelectual de grupos estrangeiros na administração de empresas brasileiras de comunicação”. No entanto, a Rede Globo firmou dois contratos com essa empresa, dos quais recebeu um montante de cinco milhões de dólares. Os recursos foram destinados a equipar seus estúdios e desenvolver melhorias técnicas estruturais. Esse processo aprofundou a relação de dependência financeira e também cultural com as empresas multinacionais, já que eram importadas produções norte-americanas para serem veiculadas no Brasil.

4 Conforme Wolf (1995, p. 56), “a teoria funcionalista ocupa uma posição muito precisa que consiste na definição da problemática dos *mass media* a partir do ponto de vista da sociedade e do seu equilíbrio, da perspectiva do funcionamento do sistema social no seu conjunto e do contributo que suas componentes (*mass media* incluídos) dão a esse funcionamento”.

5 A indústria cultural é fruto da sociedade industrializada de tipo capitalista liberal. Mais especificamente, porém, a indústria cultural concretiza-se apenas numa segunda fase dessa sociedade, a que pode ser descrita como a do capitalismo de organização, (ou monopolista), ou ainda, como sendo a sociedade dita de consumo (COELHO, 1986, p. 29).

Mesmo que de forma muito breve e sintética é importante dizer que a rotina produtiva do jornalista, em sua prática diária dentro das redações, é caracterizada por algumas teorias. Dentre elas, cumpre nosso dever ressaltar alguns aspectos do funcionamento de pelo menos quatro; são elas: a teoria do espelho, a teoria do *gatekeeper*, a teoria organizacional e a teoria do agendamento. Evidenciamos, no entanto, que “estas teorias não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independentes umas das outras” (TRAQUINA, 2005, p.146).

A teoria do espelho, por exemplo, afirma que o jornalismo é uma espécie de autorretrato da realidade, não se deixando levar por outro fator que não a verdade. Nesta perspectiva, a informação desinteressada e honesta é o pressuposto básico da isenção, a qual é considerada viável e indiscutível por este método de análise. Já a teoria do *gatekeeper* mostra que o produto final da notícia é resultado de uma série de escolhas e decisões sobre a importância do fato a ser noticiado e a pertinência e/ou resultado dessa construção simbólica da realidade para o processo de formação da opinião pública (PENA, 2008). Segundo Traquina (2005), a partir desse estudo pode-se observar que a decisão de deixar passar ou filtrar determinada informação está intimamente ligada à “linha editorial” do veículo, ou seja, à carga ideológica que incide sobre ele.

Conforme nos lembra Orlandi (2007, p. 48):

O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz.

Sendo assim, o efeito de que determinada interpretação do fato transformada em notícia decorre de um processo inerente ao ineditismo da construção textual, promovida pelo redator, é apenas ilusório. Em última análise, a informação é fruto das determinações ideológicas da própria “linha editorial” da empresa, a qual decorre da inscrição do veículo de comunicação em uma determinada formação discursiva, por sua vez determinada pelo interdiscurso, pela memória discursiva.

Além disso, a aceitação do enfoque e da proposta política da empresa, por parte dos repórteres e editores, estabelece uma relação de confiança entre todas as partes envolvidas no processo de construção da notícia. Por meio de um forte vínculo estabelecido entre o jornalista e a organização para qual trabalha, ocorre o processo de socialização organizacional. De acordo com Pena (2008), esse contato é objeto de estudo da teoria organizacional, que enfoca também a construção ideológica que habita o inconsciente do jornalista e permeia as relações de recompensa ou punição motivadas pela prática profissional.

Uma última análise sobre as teorias do jornalismo revela que os veículos de comunicação de massa são capazes de pautar a opinião pública ao mesmo tempo em que são assujeitados pela ideologia. Sabemos que os assuntos que circulam nas ruas, nos meios acadêmicos, profissionais e familiares obedecem a critérios previamente definidos pela grande mídia, sobretudo, com o intuito de garantir audiência. Essa teoria ficou conhecida como “agendamento”, ou “*agenda setting*”. Nascida nos Estados Unidos, na década de 1970, tais pressupostos teóricos nos ajudam a refletir sobre a concepção equivocada de que os sujeitos seriam autônomos em relação a suas opiniões quanto ao governo, ao Estado e às políticas que julgam mais eficazes. Sabendo que o sujeito produz o seu discurso a partir de condições de produção dadas – nas quais também conta o interdiscurso – é possível dizer que os recortes com os quais os meios de comunicação operam estão condicionados pelo atravessamento ideológico, sendo determinados pelas relações de força que atuam no conjunto da sociedade.

2 As condições de produção do Golpe Militar

Antes de caracterizar os momentos marcantes do golpe militar de 1964 e relacioná-los com a interpretação que a revista *O Cruzeiro* deu a esse acontecimento histórico, em sua edição especial destinada ao tema, ressaltamos que a consolidação de um Estado autoritário, no Brasil, se dá pela relação entre os sujeitos envolvidos nesse episódio, o contexto sócio-histórico em que o fato ocorreu e a maneira com a qual a sociedade civil assimilou, por intermédio dos principais meios de comunicação, os dispositivos que desencadearam uma euforia anticomunista no país.

Essa observação se faz fundamental, pois, ainda hoje, experiências de totalitarismos são presentificadas para atender diferentes interesses político-partidários. Ao tratar dessa questão, Orlandi (2007, p.31) nos lembra que “todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito”, o qual, segundo ela, está diretamente relacionado com “o que se diz” e o “a dizer”. O funcionamento do discurso é, portanto, objeto da sua interconexão com os sujeitos e a ideologia. No eixo da formulação do discurso – o intradiscurso – a sociedade formula enunciados que respondam às suas angústias e preocupações relativas a um dado contexto sócio-histórico.

Nos momentos que precederam o golpe militar no Brasil, é claramente possível identificar esta relação.⁶ Atuando por meio da ajuda financeira norte-americana, os militares estabeleceram uma estratégia infalível. Entidades como o Instituto de Estudo e Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) passaram a ser financiadas com capital estadunidense e, dessa forma, protagonizaram uma ampla campanha contra o governo de João Goulart em todo o território nacional. Formou-se, assim, um complexo político-militar que ficou conhecido como IPES/IBAD.⁷

A ação do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas visava a neutralização do dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar a diretrizes políticas socialistas e populistas. A elite orgânica foi também responsável por estimular, entre os militares, grupos favoráveis ao golpe. Sua ação foi sincronizada dentro de um plano geral, cujo alcance nem sempre era de total conhecimento de seus vários membros e participantes (DREIFUSS, 2008, p.382).

Para se ter uma ideia, a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, a *Globo*, a *Record*, o *Jornal do Brasil* e o *Correio do Povo* são só alguns exemplos de organizações midiáticas que operavam dentro de uma corrente ideológica, articulada com a imprensa norte-americana, a fim de moldar a opinião pública na defesa dos interesses da elite nacional e do capital estrangeiro. Palestras, filmes e peças teatrais foram algumas das técnicas de divulgação e propaganda utilizadas pelo complexo IPES/IBAD para estimular a sociedade a compartilhar da sua posição ideológica.

É nesse ínterim, portanto, que a ditadura foi ganhando corpo até atingir o seu objetivo de tomar o poder. A classe média e os setores conservadores ligados a empresários e fazendeiros

6 Conforme Arns (1985), as ações militares e as estratégias de suas lideranças constituíram-se dentro do contexto político marcado pela Guerra Fria. O governo dos EUA entendia o papel estratégico que o Brasil ocupava na América Latina. Ter o domínio de todos os países da desta região consistia em adotar uma política mundial capaz de sobrepor os interesses do dispositivo sindical-militar, o qual ganhou destaque durante o governo de Jango.

7 “A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão, para uma organização de classe, capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado” (DREIFUSS, 2008, p.174).

havam se juntado aos militares e faziam coro à propaganda anticomunista. Hoje existe um consenso entre os principais historiadores da época de que o golpe, no Brasil, foi um golpe civil-militar. O respaldo de boa parte dos brasileiros ao golpe partiu da perspicácia com a qual a grande imprensa conseguiu povoar o imaginário da sociedade civil – em especial, da classe média – com o medo de regimes autoritários. As formas arbitrárias de governo foram sistematicamente associadas aos pressupostos socialistas que, segundo alardeavam, poderiam entrar em curso no país caso não fosse tomada uma medida.

Embora pertencente ao espectro ideológico oposto ao socialismo científico, proposto por Karl Marx e Frederick Engels, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista) trazia em sua insígnia uma referência às palavras “socialista” e “trabalhadores”, que foram demonizadas pelos militares brasileiros e associadas a esse e outros regimes totalitários. Alguns eram mais facilmente manipuláveis, como o Stalinismo, que acometeu à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) após a Revolução Russa.⁸ Aproveitando as condições de produção desse discurso de medo, as oligarquias da época levaram às ruas a campanha Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade.⁹

As condições de produção do discurso patrocinado pelo governo de estado norte-americano e amplificado pela mídia corporativista estavam alicerçadas em uma série de acontecimentos que remetem ao início da década de 1960. Neste ano, João Goulart foi eleito vice-presidente pela segunda vez, graças a um acordo político capitaneado pelo PTB numa aliança com o PSD, a qual fazia oposição a UDN. O PTB, partido de Jango, tinha se tornado conhecido por adotar uma linha política populista e, ao mesmo tempo, reformista, durante a *Era Vargas*, o que conferia a João Goulart um papel de herdeiro natural deste programa político, criando, assim, expectativas a seu respeito.

Em 1961, quando Jânio Quadros renuncia à Presidência da República, os militares percebem uma boa chance de assumir as rédeas da nação. Nessa época, passa a ser defendido o impedimento da posse de Jango, para que fossem realizadas novas eleições. Para garantir a posse de Jango, no Rio Grande do Sul, um movimento de resistência política liderado pelo então governador do estado, Leonel Brizola, cria o que vai ficar conhecido como a Campanha da Legalidade.¹⁰ No entanto, apenas em 1963, quando o bloco de poder formado pela UDN e o PSD já parecia ter tomado conta do cenário político, é que Jango procura construir um governo nacional-reformista, amparando-se nas camadas populares e na classe trabalhadora (DREIFUSS, 2008).

O governo de Goulart durou pouco mais de dois anos. Sem nenhum tipo de organização ou comando, estudantes e trabalhadores, que eram contra o golpe de Estado, percebendo sua iminência, foram às ruas para tentar resistir, mas ficaram atirados à própria sorte. Em 1º de abril de 1964, os militares conseguiram, enfim, chegar ao poder. Com isso, abriu-

8 Conforme lembra Tragtenberg (1998, p.134), “Após a morte de Lenin e a ascensão de Stalin ao poder, este expulsará Trotski da URSS, perseguirá seus adeptos organizados como Oposição de Esquerda, pressionará outros à retratação e porá em prática a tese da industrialização acelerada do trotskista Preobranjeski. O pequeno proprietário de terras, criado pela Reforma Agrária de Lenin, será enquadrado em fazendas estatais”.

9 Organizado nos primeiros meses de 1964, o movimento procurou sensibilizar a opinião pública contra as medidas adotadas pelo governo João Goulart. O temor “anticomunista” foi alardeado a partir do anúncio das reformas de base e encontrou respaldo na classe média da época. Assim, o pedido de deposição do presidente legalmente constituído atendia aos interesses dos Estados Unidos e facilitava a aceitação da instauração de um governo militar.

10 Com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, uma crise política se abateu sobre o Brasil. No Rio Grande do Sul, o então governador do estado, Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, realizou uma grande mobilização popular a fim de garantir a manutenção da ordem institucional que previa a posse do vice-presidente. No entanto, Jango estava na China e não pôde assumir o cargo tão logo Quadros se afastou do poder. Para bem da verdade, é importante dizer que a posse de Jango foi assegurada por um grupo de políticos, industriais e ruralistas do sul do Brasil, o que não foi suficiente para romper com a ideologia dominante. As cartas continuaram a ser dadas pelos militares, buscando implementar seu plano de governo.

-se a possibilidade para a concentração de renda através de um novo modelo econômico baseado na desnacionalização da economia.

No dia 9 de abril, decretou-se o primeiro Ato Institucional do governo militar. Este dispositivo definiu que o novo presidente seria eleito de forma indireta e poderia concluir o mandato iniciado por Jânio Quadros. Depois, as eleições deveriam voltar a ser realizadas pelo voto direto, mas isso não foi o que aconteceu. Ao nomear o general Castelo Branco, o Congresso Nacional dá início a um longo ciclo de presidentes militares que acabam revezando-se no poder. A ditadura militar só teve fim mais de 20 anos depois, quando foi retomada a democracia.

3 O discurso da revista *O Cruzeiro* sobre o golpe

De posse do que já foi exposto até este momento, entendemos que a questão ideológica está intrinsecamente ligada a toda atividade jornalística. Partindo da compreensão de que a linguagem não é neutra e que textos, títulos, enunciados, legendas e imagens são fortemente determinados pela ideologia, é possível analisar o funcionamento do discurso utilizado pela revista *O Cruzeiro*, ao tratar do golpe militar de 1964, em sua edição especial de 10 abril do referido ano.

Muito antes dessa data, em dezembro de 1928, o empresário Assis Chateaubriand tentava expandir seu império da comunicação no sul do país, com a compra do *Diário de Notícias*. A falta de êxito nesse projeto o levou a investir numa publicação que pudesse atingir todo o território nacional; nascia, a partir daí, *O Cruzeiro*, que com o passar dos anos se consagrou como uma nova forma de fazer jornalismo em revista no Brasil. O semanário foi um dos mais lidos em território nacional até entrar em decadência na década de 1970. Com uma boa diagramação, a revista apresentava uma estética diferente dos outros magazines da época. No final da década de 1930, graças ao esforço de Chateaubriand, *O Cruzeiro* já estava sendo comercializado em todas as grandes cidades brasileiras.¹¹

Ao nos dedicarmos à análise do discurso de *O Cruzeiro*, procuramos considerar, sobretudo, o seu editorial, pois este referencia todas as reportagens publicadas pelo periódico. Escrito por David Nasser, redator principal na época do golpe militar, sob o título “Saber Ganhar”, o texto demonstra a posição política e ideológica do semanário. Vale lembrar que os enunciados reportados no transcorrer da publicação obedecem a uma ordem cronológica e remetem ao que foi elucidado por Nasser nesse momento de apresentação da edição especial.

Durante a análise nossa compreensão foi a de que, embora fosse possível seguir por caminhos diversos, todos estariam imbricados em dois pontos centrais, os quais optamos em dividir de acordo com o seguinte:

- Legitimação do golpe;
- Afirmação dos ideais anticomunistas.

Como o tipo de discurso analisado é o político, salientamos que, em conformidade com Corten (199, p.37), “por representação do político designaremos aqui a cena das forças políticas construídas pelo discurso”. Isto é, para nós, um espaço onde os elementos que operam na sociedade são vistos como “forças políticas”. Segundo o autor, o político se manifesta justamente na correlação de forças estabelecidas socialmente, sendo uma representação destinada a delimitar o fechamento de uma cena. Na análise, as particularidades dos enunciados analisados são entendidas como Sequências Discursivas de Referência (SDR).

11 CADERNOS da comunicação, *O Cruzeiro* – A maior e melhor revista da América Latina, Série Memória, vol. 3, Rio de Janeiro, 2002.

3.1 Legitimação do golpe

Nas primeiras páginas de *O Cruzeiro*, é possível compreender a benevolência com que são tratados os políticos e os militares que comandaram o golpe de 1964 no Brasil. A capa da revista traz a foto do então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto; sorridente, ele recebe um beijo de sua nora, Terezinha de Magalhães, o gesto simboliza a felicitação por uma conquista (Foto 1).



Foto 1

A partir daí, Magalhães Pinto é reverenciado pela publicação como um mártir, o que pode ser evidenciado com mais precisão na reportagem assinada por Oswaldo Amorim, Luis Alfredo e José Nicolau sob o título “Magalhães o Herói da Revolução”, a qual ocupa as páginas 12 e 13 da revista (Foto 2). Nesta matéria, o governador mineiro é apresentado como o responsável por iniciar o movimento que levaria ao afastamento do presidente João Goulart. Tal feito é reportado como “a histórica arrancada pelas liberdades democráticas” e seu precursor é tido como “o grande herói da insurreição vitoriosa”.



Foto 2

A partir da leitura do material apresentado, evidenciamos a clara intenção de *O Cruzeiro* em legitimar a figura de Magalhães Pinto através de uma justificativa para os seus atos

que é dita como heroica. Segundo a publicação, ele seria “digno do apoio das massas”. Tal assertiva é confirmada pela literatura de Thompson (2000), quando afirma que as relações de dominação apresentam-se de forma legítima ao conjunto da sociedade e sustentam-se porque são descritas como merecedoras de apreço do povo.

Acontece que para essas situações se consolidarem, precisam estar de acordo com a ideologia dominante. Neste caso, no entanto, por mais que João Goulart estivesse ocupando a Presidência da República, as classes dominantes eram necessariamente contrárias a ele, ou seja, tais forças políticas encontravam-se na elite orgânica empresarial e nos oficiais que ocupavam os mais altos postos dentro da hierarquia militar – esse era o jogo de forças políticas em cena.

3.2 Afirmação dos ideais anticomunistas

Para compreender melhor a relação intimista que *O Cruzeiro* mantinha com as lideranças políticas e militares favoráveis ao golpe, será preciso recorrer novamente ao editorial da revista, que está nas páginas 4 e 5 (Foto 3). O texto representa a posição ideológica da publicação, já que todas as outras reportagens interagem, de alguma forma, com o que foi exposto nos enunciados em destaque. O referido artigo cita um por um os principais articuladores do golpe e apresenta uma construção textual semelhante às que se encontram hoje nos editoriais das mais destacadas revistas nacionais.

Analisando o texto, é possível perceber que Nasser emprega constantemente a terceira pessoa do plural, “eles”, em contraposição à primeira, “nós”, de forma a separar os grupos que estavam tentando chegar ao poder de seus oponentes. Isso é o que Thompson (2000) chama de fragmentação e que, nós analistas de discurso, entendemos como jogo de forças materializado no discurso. Posicionando-se ao lado dos golpistas, o redator evoca-os por suas particularidades, realçando as ações de ataque ao Governo Jango. Quando o repórter de *O Cruzeiro* se refere ao antigo governador de Minas Gerais, por exemplo, o faz através do seguinte enunciado: “agora eles sabem que sua coragem não se conta pelos fios de cabelo, ó indecifrável Magalhães Pinto” (SDR 1, Foto 3). Em outra passagem, o governador da Guanabara, ferrenho opositor de Jango, é lembrado desta forma: “agora eles sabem que suas palavras não eram simples filigranas verbais, Governador Carlos Lacerda” (SDR 2, Foto 3).



Foto 3

Para interpretar a formação discursiva (FD) de *O Cruzeiro*, no que tange a sua posição ideológica, deve-se recorrer insistentemente ao editorial de David Nasser (Foto 3), o qual afirma que é preciso dar atenção “as figuras tenebrosas”. A citação é uma referência do jornalista à União Nacional dos Estudantes (UNE) e à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). As expressões de agressividade nos permitem produzir o sentido de medo existente, entre os tradicionais setores do empresariado brasileiro, de que uma nova forma de governo tomasse conta do Brasil. No oitavo parágrafo do editorial da revista, um enunciado em particular chama a atenção; ao apelar para o sensacionalismo e dar ares dramáticos à vitória das classes dominantes, o redator afirma: “Sabíamos todos que estávamos na lista negra dos apátrias – que se eles consumassem seus planos seríamos mortos” (SDR 3, Foto 3).

Reforçando sua postura anticomunista, *O Cruzeiro* utiliza expressões como: “jugo vermelho” ou “erva daninha da infiltração comunista”, as quais criavam no ideário nacional um sentimento de repulsa pelas propostas socialistas. Em um dos discursos mais inflamados que são reproduzidos pela publicação, retomando a linha editorial da revista, o governador de São Paulo Adhemar de Barros, afirma: “caçaremos os comunistas por todos os lados do país”. Referindo-se ao que chama de “pelegos, estudantes vermelhos, os camponeses doutrinados e os escravos de Moscou”, o governador de São Paulo explica que sua intenção é mandá-los para uma viagem à Rússia, segundo ele, “uma viagem que não terá volta”.

A metáfora da “viagem que não terá volta” nos leva a Pêcheux (1988, p. 263), quando, ao conceber o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores, e, ao nos alertar para o fato de que “o sentido não se engendra a si próprio, mas se produz no *non-sens*”, nos abre a possibilidade para a compreensão de que o sentido sempre pode vir a ser outro, pode romper com os sentidos já naturalizados. “Os sentidos só existem nas relações de metáfora (...) as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos das formações discursivas nas quais se inscrevem” (ORLANDI, 1996, p. 21). Sendo assim, em uma FD oposta ao discurso do golpe militar, pelo viés da memória discursiva, emergem, do interdiscurso, efeitos de sentidos outros, ou seja, aqueles dos horrores praticados pela ditadura - brasileiros mortos e desaparecidos que efetivamente nunca mais voltaram.

No editorial escrito por Nasser – e repetidamente nos textos que seguem –, podemos compreender que ao optar pelo pronome “nós”, a revista se refere não apenas aos políticos e militares que articularam o golpe, mas simula a inclusão da sociedade civil. Conforme já abordado em outra oportunidade,¹² quando se trata do discurso, a utilização do pronome “nós”, equivale a “eu” mais “outra(s) pessoa(s)”, sendo, em uma única sílaba, auto e hetero designativo; “nós” é a primeira encarnação do “mais de um” (GEFFROY, 1985, p. 5). De acordo com Cazarin (2004, p. 188), “‘nós’ tem, com frequência, o papel de um ‘locutor coletivo’, embora suas funções nem sempre se limitem àquelas do dizer”. Evidenciamos, ainda, que, por se tratar de uma forma pronominal rica em potencialidades dialógicas, a análise de seu funcionamento discursivo coloca duas questões centrais: “*quais pessoas o “nós” convoca para si e porquê?*”.

Além disso, é necessário se ater a outro pronome, o qual foi citado de forma exaustiva no editorial “Saber Ganhar”. Quando Nasser fazia referência a “eles”, a quem exatamente estava se dirigindo? Sabe-se que quando o fazia era sempre com o intuito de criticá-los, ofendê-los e, por horas, dissimular sobre suas ideias. Como comprovam os enunciados a seguir: “Não é porque representavam o totalitarismo, a radicalização, o que de mais vergonhoso, mais sórdido, mais brutal e mais brasileiro pudesse existir no Brasil que devemos

12 CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*. Tese de doutoramento. Instituto de Letras. UFRGS, 2004.

nós, os democratas, pedir-lhes as armas e as usar com a mesma ausência de liberdade democrática”, (SDR 4, Foto 3) “Respeitemos as suas famílias, as suas ideias falsas, e apuremos apenas os seus crimes” (SDR 5, Foto 3).

O que chama atenção neste caso é que, em nenhum momento, o sujeito enunciativo explica o que seria a “radicalização” ou quais seriam os “crimes” que supostamente teriam sido praticados. As agressões e as críticas não são contextualizadas, evidenciando-se, ainda que não de forma explícita, um preconceito na forma como o redator se coloca diante de seus adversários. Aliás, a falta de esclarecimento das práticas subversivas e a utilização de expressões com caráter pejorativo são uma constante nos textos desta edição de *O Cruzeiro*.

4 Apontamentos finais

Durante a análise do discurso da revista *O Cruzeiro*, foi possível identificar sentidos que se reproduzem, se repetem, se (re)significam ainda hoje, através dos grandes meios de comunicação. As forças políticas que agiram ativamente na deposição do presidente João Goulart atuavam em benefício do capital estrangeiro, criando um distanciamento moral com aqueles que se atreviam a questionar esse modelo de sociedade. O discurso de *O Cruzeiro* que, além de conservador, na maior parte dos casos, se mostrou preconceituoso e agressivo, resulta de uma memória discursiva na qual o mundo estaria dividido em dois extremos – de um lado o capitalismo (sistema político considerado ideal) e, de outro, o comunismo (considerado antidemocrático e, portanto, prejudicial). É o que a doutrina persa chama de maniqueísmo, ou seja, de um lado estaria todo o bem e, de outro, todo o mal. Assim, *O Cruzeiro*, símbolo da constelação celestial, a qual está estampada na bandeira do Brasil, entendia equivocadamente que estava alinhado com as “forças do bem” e combatia as “forças do mal”.

Em fevereiro de 2009, ao empregar o termo “ditabranda”, em editorial, o jornal *Folha de São Paulo* recorreu à memória discursiva de *O Cruzeiro*. A intenção era combater um discurso que estava sendo retomado no processo histórico da luta socialista travada na Venezuela. O caráter eufêmico do discurso de um dos principais jornais do Brasil, ao tratar da formação ideológica responsável pelo golpe militar no Brasil, procurava estabelecer uma relação de confrontação à vitória de Chávez nas eleições daquele ano; diga-se de passagem, uma escolha referendada nas urnas – pela via democrática. Sob determinadas condições de produção e recorrendo ao esquecimento ideológico, o mesmo discurso utilizado pela revista *O Cruzeiro* continua arrematando adeptos, pois, ainda hoje, se faz presente no imaginário social. De nossa parte, consideramos importante ressaltar que nós, analistas, também não estamos fora da interpretação e, por conseguinte, da história. Importa, então, compreender que nossa interpretação se dá de acordo com os saberes próprios ao “lugar social” em que estamos inscritos – intervém aí a ideologia e o inconsciente como constitutivos do dizer, do interpretar. E, desse processo advém a possibilidade de outra(s) interpretação(ões).

Referências

- CADERNOS da comunicação, *O Cruzeiro* – A maior e melhor revista da América Latina, Série Memória, vol. 3, Rio de Janeiro, 2002.
- CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*. Tese de doutoramento. Instituto de Letras. UFRGS, 2004.

- COELHO, T. *O que é Indústria Cultural*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORTEN, André. *Discurso e representação do político*. In: Os múltiplos territórios da análise do discurso. Freda Indursky e Maria C. Leandro Ferreira (Orgs.). Tradução de Ana Maria Lisboa de Mello e Maria Regina Borges-Osório. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.
- DREIFUSS, René Arnand. *1964 a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.
- GEFFROY, Annie. Les nous indistincts. In: *Mots* (10), Paris, mars, 1985.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Tópicos da teoria da comunicação: processos midiáticos em debate*. 2. ed. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2004.
- HORTA-NUNES, José. *Leitura de arquivo: historicidade e Compreensão*. Disponível in : <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHorta-Nunes.pdf> Acesso em 16/11/2013.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso* (1975). Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi... [et.al.]. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008.
- PEREGRINO, Nadja. *O Cruzeiro: a revolução da fotorreportagem*. Rio de Janeiro: Ágil/Dazibao, 1991.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. *Teorias de comunicação*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995.

Práticas sociais, discurso e arquivo: a mídia e os gestos de leitura subjacentes

Belmira Magalhães¹

Helson F. da Silva Sobrinho²

Resumen: En este artículo, proponemos, a partir de la perspectiva del Análisis del Discurso pecheuteana, revisar la importancia de la noción de Archivo, analizando discursos vehiculados en el sitio de la emisora Rede Globo “memóriaglobo.globo.com”. Nuestro camino de análisis destacó la imbricación entre prácticas sociales establecidas y la formulación y el gesto de lectura del archivo, lo que demuestra el carácter histórico e ideológico del funcionamiento de los archivos, que, como toda praxis social, produce silenciamientos y efectos de sentidos que, en sus discursividades subyacentes, actúan también en el antagonismo de clases existentes en la sociedad brasileña.

Palabras clave: discurso; archivo; sujeto; historia.

Resumo: Neste artigo propomos, a partir da perspectiva da Análise de Discurso pecheutiana, revisar a importância da noção de Arquivo, analisando discursos veiculados no *site* da Rede Globo “memóriaglobo.globo.com”. Nosso caminho de análise salienta a imbricação entre práticas sociais determinadas e a formulação e o gesto de leitura do arquivo, evidenciando o caráter histórico e ideológico do funcionamento dos arquivos, que, como toda práxis social, produz silenciamientos e efeitos de sentidos. Estes, em suas discursividades subjacentes, também atuam no antagonismo de classes existente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: discurso; arquivo; sujeito; história.

Introdução

As práticas sociais ocorridas desde o Inverno Brasileiro (junho de 2013) possibilitaram um retorno à memória discursiva a partir de retomada de Arquivo de certos acontecimentos históricos no Brasil que envolvem política e mídia. Oportunamente, nesse entremeio, disseram-nos que “O Gigante finalmente acordou”, remetendo-nos a vários caminhos de sentidos contraditórios que exigem gestos de leituras capazes de investigar a transparência da linguagem, os mecanismos ideológicos e as artimanhas do poder econômico e político atuante na imprensa brasileira.

Para questionar esse efeito de evidência de que o Brasil “finalmente” acordou de um sono, ou mesmo de uma letargia, é preciso perguntar: quem de fato acordou? Como acordou? E para que acordou? Ou seja, é preciso direcionar o olhar para além da obviedade desses enunciados aparentemente inequívocos.

Não obstante, “coincidentemente”, a mídia também “acordou” para noticiar as manifes-

1 Doutora em Letras e Linguística. Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

2 Doutor em Letras e Linguística. Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

tações nas/das ruas, mas, em seu gesto de interpretação, passou rapidamente a denominá-las de “manifestações pacíficas”, o que por efeito de deslize direciona para sentidos de manifestações “pacatas”, “tranquilas”, “sossegadas” etc. Ou seja, efeitos de memória de um “homem cordial” ou de um “pacato cidadão”, forjada na constituição identitária brasileira e que hoje é retomada visando à defesa da “democracia”. Isso permite que se façam manifestações desde que se mantenham a “ordem e o progresso”.

A fim de estudar a relação entre discurso, arquivo e práticas históricas, nos valeremos mais especificamente do *site* da Rede Globo, “memóriaglobo.globo.com”, no *link* “Erros”. Nesse trajeto inicial já é possível nos depararmos com os mecanismos da informática, e ao mesmo tempo, com os significantes “memória” e “erros”. Trata-se de um retorno a uma memória histórica por meio de retomadas de arquivos da Rede Globo. Esse gesto (a mídia pela mídia) “coincide” com o período das manifestações de junho de 2013. Poder político e econômico, mídia e história do Brasil se entrecruzam, parecendo inicialmente que se confrontam por meio de retificações de “erros”. Isso revela determinados “acertos e desacertos” na/da posição sujeito ideológico-discursivo que, historicamente, as instituições da grande imprensa assumem diante das ameaças e possíveis favores advindos dos “donos do poder”. Afinal, como diz Pêcheux (1997, p. 60), “Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambigüidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados”.

Aquí surge outra questão na leitura desse arquivo, pois quais são as consequências desse tão repentino retorno de arquivos da *mídia pela própria mídia*, especificamente de discurso “sobre” determinados acontecimentos histórico-políticos no Brasil?

Iniciamos nossa reflexão com o alerta de Pêcheux de que, normalmente, esses gestos entre os quais incluímos esse discurso da mídia (os discursos de *mea culpa*) tendem ao *policimento dos enunciados, à normalização asséptica da leitura e do pensamento e ao apagamento seletivo da memória histórica* (PÊCHEUX, 1997). A nosso ver, isso tem sérias consequências nas práticas sociais, porque, enquanto discurso, as materialidades da ideologia orientam as ações e as práticas, cumprindo funções específicas tanto para a reprodução como para a transformação das relações sociais.

É nesse caminho, pois, que nos reencontramos com a perspectiva marxiana que, na síntese entre objetividade e subjetividade, ressalta que a única forma de se perceber a veracidade de uma postulação teórica é a sua realização no real da história, ou seja, sempre como um acontecimento *post festum*. Assim, na segunda tese Ad Feuerbach, Marx afirma que

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade de seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica (MARX, 2002, p. 100)

Essas práticas sociais que vêm ocorrendo desde junho de 2013 no Brasil ressaltam a necessidade de se rever arquivos e analisá-los para além de sua imediatividade. Reafirmam, assim, a teoria marxiana, quando esta ressalta como única forma de compreender o real da história uma análise que leve em consideração o movimento da própria história em sua totalidade complexa. Isso significa que não podemos isolar a análise de discurso da sua práxis, pois é grande o risco de se abstrair o caráter material do sentido que ali se manifesta e atua dialeticamente nas relações sociais contraditórias. Eis o trajeto desta investigação.

1 Práxis social e Arquivo

Para Pêcheux (1997, p. 57), a noção de Arquivo deve ser “entendida no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”; porém, para salientar o caráter histórico, cultural, político e ideológico do arquivo, Pêcheux aprofunda a investigação e versa sobre a questão da leitura do arquivo como também sobre o modo de tratamento desses documentos textuais. Especialmente, é o *gesto de leitura subjacente* na discursividade do arquivo que chama a atenção de Pêcheux, já que ele entende que tanto a tradição literária como a científica contornam a questão da leitura e as maneiras diferentes e contraditórias de se ler o arquivo. Subjazem leituras implícitas, silenciamentos, apagamentos que têm a ver com o trabalho da memória histórica e também com as gestões dos aparelhos e instituições de poder que produzem evidências de sentidos, sempre tidos como “a leitura” literal, verdadeira. Adverte-nos Pêcheux (1997, p. 63): “É esta relação entre *lingua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”.

O trabalho de leitura de arquivo necessita que se desconfie do que parece ser óbvio e “dado a ver”, mostrando-se, ainda, como transparente e inquestionável. Orlandi (1996, p. 30) corrobora ser a interpretação o lugar próprio da ideologia. Acrescenta também que ela “tem sua espessura, sua materialidade – mas nega-se, no entanto, à interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se ‘reconhece’, já lá”.

Assim, todo arquivo é uma prática social constituída por gestos de interpretação que, como tal, tem como premissas as condições materiais de produção que permitiram sua efetivação e a ideologia predominante na sua elaboração. Um arquivo, qualquer que seja ele, é o resultado de práticas sócio-históricas, e por isso passível de silenciamentos conscientes e de equívocos inconscientes por parte dos sujeitos³ que o elaboram e o organizam. Por outro lado, também a manipulação do arquivo se submete a todas essas determinações que sofre o sujeito que a realiza. Como diz Mariani (2010, p. 89), sobre a organização do arquivo “há sentidos colocados para serem lidos e repetidos [...] e há também sentidos recalcados, silenciados interditados, censurados. Podemos pensar, então, que nos arquivos se inscrevem sintomas da época em que foram organizados e é com esses sintomas que um pesquisador se depara”.

Nesse sentido, como em qualquer prática social, não há neutralidade na composição nem na leitura do arquivo, pois os conflitos de classes⁴ seguirão determinando as práticas ideológicas de quem administra, classifica e ordena os documentos, e também de quem consulta os arquivos, em seus gestos de leitura interpretação.

Na sociedade do capital, e sua barbárie, é habitual compreender a história como chegada ao fim último, ou seja, uma sociedade capitalista que apesar de suas contradições pode se mostrar “democrática”, “livre” e “igualitária”, com alguns aperfeiçoamentos que advêm das reformas. Essa convicção parece orientar a leitura dos arquivos como em busca de justificativas para o “fim da história” e da “ideologia”. Sob essa alegação tenta-se apagar os conflitos antagonônicos derivados das relações sociais de classes como se elas não existissem mais, e o que ocorre é tido tão só como “desentendimentos” derivados de equívocos que podem ser “muito bem esclarecidos” mediante as “palavras”.

3 Sujeito aqui não se refere a um indivíduo, mas a posição sujeito.

4 Estamos analisando uma sociedade dividida em classes social, especificamente a sociedade contemporânea, subsumida à lógica de mercado, que tem o valor de troca, com a consequente exploração da mais-valia, visando à sua reprodução.

É, pois, preciso retomar a história, como ela se dá na formação social capitalista. No texto *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx afirma: “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: *a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa*” (MARX, 2011, p. 25). Essa análise de Marx nos faz refletir sobre as questões da sociedade capitalista atual e sua concepção de Estado, práticas político-democráticas que são produtos das relações de base material. Se a história aparece como tragédia e/ou como farsa, esse processo resulta das contradições e lutas de classes que estão subjacentes a essas manifestações fenomênicas. Marcuse (2011) reafirma a importância e pertinência dessa obra de Marx, pensando também na sociedade burguesa do século XX:

A análise que Marx faz do processo de evolução da Revolução de 1848 para o domínio autoritário de Luís Bonaparte antecipa a dinâmica da sociedade burguesa tardia: a liquidação do seu período liberal que se consuma em razão da sua própria estrutura. [...] *Aqui, liberdade e igualdade têm um sentido bem diferente – um sentido que ameaça a dominação estabelecida*. A generalização e a realização da liberdade não são mais do interesse da burguesia; isso já é “socialismo”. [...] A classe dominante se mobiliza para liquidar não só o movimento socialista, mas também as suas próprias instituições, que entraram em contradição com o interesse da propriedade e do negócio: os direitos civis, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, o direito ao sufrágio universal foram sacrificados a esse interesse para que a burguesia pudesse, sob a proteção de um governo forte e irrestrito, dedicar-se aos seus negócios privados [...] Na sua ascensão, a burguesia mobilizou as massas e reiteradamente as traiu e abateu. A sociedade capitalista em desenvolvimento precisa contar de modo crescente com as massas, integrá-las na normalidade econômica e política, torná-las capazes de pagar e (até certo ponto) inclusive de governar. O Estado autoritário necessita de uma base democrática de massas; o líder deve ser eleito pelo povo, e ele o é. O direito ao sufrágio universal, que a burguesia nega de facto e depois também de iure, torna-se a arma do Poder Executivo autoritário contra os grupos renitentes da burguesia. (p. 9-12)

Hoje, acrescentaríamos que a farsa se transformou em *cinismo* (ŽIŽEK, 2011), sempre a serviço da burguesia. Não é à toa que na análise de Marx sobre a função do Estado nas sociedades de classes, ele mostra como o poder político nessas sociedades está sempre reproduzindo as explorações de classes que lhes são peculiares. Ele revela como a democracia e o golpe de Estado servem aos interesses das classes dominantes, para que se mantenha a ordem burguesa.

Quando transportamos o olhar dessa compreensão do Estado para os textos em análise neste artigo, constata-se que estamos, na sociedade regida pela lógica do capital, inscritos nos discursos dominantes dos valores de “igualdade”, de “propriedade” e da “democracia”; e, de modo idêntico, nos efeitos da compra-venda de mercadorias, da exploração do trabalho e da coisificação do sujeito. Nesse ponto é preciso observar que esta questão da experiência histórica não está desvinculada do modo de leitura do Arquivo, pois não só margeia suas bordas, como constitui a essencialidade do fenômeno discursivo por meio de mecanismos ideológicos.

2 Erros e (des)acertos da mídia: a posição sujeito no retorno ao arquivo

Voltemos aos acontecimentos que nos mobilizaram para a realização da presente reflexão e nos permitiram uma maior compreensão da noção de Arquivo. Desde junho de 2013, o

Brasil vem convivendo com protestos de rua que têm como base um chamamento realizado pelas redes sociais, a exemplo do que já vinha acontecendo em vários países do mundo. As ruas das principais cidades brasileiras se encheram de jovens que gritavam por melhores condições de vida, mais transparência, menos corrupção. Essas manifestações apresentam novidades em vários aspectos a serem estudados, entre eles: espontaneidade dos sujeitos; negação de direção partidária, inclusive com críticas a todos os partidos; diversidade de reivindicações; participação das redes sociais, tanto para convocar como para relatar o ocorrido, e com crítica direta à grande imprensa, que de início condenou abertamente as manifestações populares. Essa crítica é que nos interessa para nossa atual abordagem.

As críticas mais contundentes das manifestações se dirigiram à Rede Globo, que desde o início foi colocada como aliada do poder e acusada de ter apoiado o Golpe Militar de 1964, com cartazes e faixas que diziam: “A REALIDADE É DURA, A GLOBO APOIOU A DITADURA!”. Essas práticas sociais fizeram com que a emissora promovesse uma revisão, ou mesmo uma retomada de seus arquivos de telejornais, numa tentativa de esclarecer, ou melhor, de se defender das acusações que lhe eram destinadas. Para isso, começou a ser confeccionado um “novo arquivo” que tenta justificar as atitudes anteriores desse conglomerado jornalístico, sempre com o objetivo de corrigir “erros” na *tragédia* do passado.

No *site* da emissora Globo (memoriaglobo.com), foi possível encontrar alguns caminhos de leitura sugeridos e/ou mesmo guiados pela própria emissora, por exemplo, o nome do *site* já apontava para “memória”, ou seja, em nosso entender trata-se do “arquivo” da própria Instituição que estava sendo “dado” a ver/ler em vários *links* (Programas, Perfis, Mostrs, Erros, Acusações falsas, Institucional). No entanto, dois *links* em especial nos chamaram a atenção, quais sejam: “Erros” e “Acusações falsas”. Nesse momento, o foco de nossa análise incidirá no *link* “Erros”.

A primeira visita ao arquivo Globo nos fez verificar no *site* a existência de três “Erros”: 1. Golpe 1964; 2. Diretas já; 3. Debate Collor x Lula. O primeiro texto do arquivo sobre o Golpe de 1964 foi publicado em 31 de agosto de 2013; referia-se exatamente a uma justificativa do apoio ao Golpe Militar, considerando que foi um “erro” tal tomada de posição, sem dúvida, uma resposta diretamente às ruas, que apontavam a emissora como cúmplice das artimanhas do poder. No entanto, “curiosamente”, na nossa última consulta ao arquivo do *site* memoriaglobo.globo.com, realizada em janeiro de 2014, constatamos que esse texto sobre o Golpe de 1964 não está mais disponível. Apenas os outros dois textos continuam “dados a ver” para o acesso do “internauta”.

O fato do “desaparecimento” (ausência de um texto anteriormente presente) pode ser entendido como uma prática de acerto (conserto), mas é também revelador da gestão do/no arquivo, pois o “erro” foi colocado e retirado depois de determinado tempo. O fato de esse texto não permanecer no arquivo sobre os “erros” (uma ausência) produz um silenciamento/censura (ORLANDI, 2002) capaz de provocar, no futuro, o “esquecimento” pelo redirecionamento dessa memória histórica de “apoio ao Golpe”⁵.

Para o momento, resta-nos dirigir o olhar aos dois outros textos/“erros”, não menos importantes, que serão o foco de nossa análise. O primeiro deles diz respeito ao tratamento dado às notícias sobre o movimento das “Diretas já” entre os anos de 1983 e 1984. O segundo documento refere-se ao debate no segundo turno da primeira eleição direta para presidente do Brasil após a ditadura militar e a sua edição “técnica” pelo jornal Hoje e pelo Jornal Nacional. É sobre esses dois textos de arquivo (documentos) que nos debruçaremos a partir de agora.

5 O leitor interessado poderá consultar a análise desse texto de arquivo em Magalhães e Silva Sobrinho (2014).

2.1 “Erro”: Diretas Já. (1983/1984)

O texto se inicia apresentando uma descrição sucinta do que foi o movimento das Diretas Já a partir da proposta de Emenda Constitucional, do deputado Dante de Oliveira. Em seguida, passa a colocar a posição/interpretação da Rede Globo sobre o acontecimento:

A Rede Globo acompanhou toda a movimentação política em torno da tramitação da emenda Dante de Oliveira no Congresso. Ainda antes do lançamento da campanha, no dia 29 de março de 1983, o Jornal Nacional apresentou uma matéria, de dois minutos e 16 segundos, informando que a Executiva do PMDB se reuniria na semana seguinte para lançar o movimento. O repórter Antônio Britto entrevistou o líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, que expôs a estratégia da oposição para aprovar o projeto.

Você pode ver a reportagem do Jornal Nacional clicando na imagem abaixo

Algumas estratégias discursivas podem ser ressaltadas nessa escrita, pois elas aparecem como se produzissem um efeito de verdade (esclarecimento) do fato:

- O noticiário da rede Globo se antecipou ao lançamento da campanha, “informando” sua data e proposta.
- Salienta o tempo de duração da matéria: dois minutos e 16 segundos.
- Disponibiliza um *link* para que os interessados cliquem na entrevista com o presidente do PMDB, na época, partido que comandava os acontecimentos.

Esse efeito de verdade parece dizer que o leitor pode ler e ver para constatar com seus próprios olhos a versão “certa” do acontecimento. Percebe-se, a partir do verbo empregado “informar”, que há na matéria uma tentativa de mostrar (“você pode ver”) apenas uma informação sobre os fatos, ou seja, a afirmação do não comprometimento em relação aos fatos, que inclusive são narrados na entrevista e não pelo sujeito jornalístico. Com a continuação dos textos, iremos perceber que essa primeira abordagem está diretamente ligada ao argumento do sujeito discursivo de que havia, já naquele momento, uma tendência favorável ao Movimento (Diretas já), pois eles se anteciparam na informação aos telespectadores. Essa tentativa de se mostrar a favor das Diretas vem reforçada pela informação do tempo da matéria: “dois minutos e 16 segundos”, tempo considerado bastante significativo para a televisão, principalmente quando se leva em conta que o Jornal Nacional detinha uma grande audiência.

Os parágrafos seguintes vão mostrar as contradições internas do discurso, que insistem em fazer sentido, driblando o objetivo aparente do texto de tentar enfatizar algum “erro” da Rede Globo, a partir de duas linhas de raciocínio. Uma enfatiza que a Rede Globo sempre esteve presente como imprensa no acontecimento das Diretas, com informações sobre cada comício em nível local e nacional, utilizando tempos razoáveis nas notícias (os tempos são todos citados). A outra linha de raciocínio mostra que ao noticiar, tentava-se diminuir o caráter político do movimento, transformando-o num show de música e alguns discursos, tratando as duas práticas como algo semelhante. Mas o objetivo não era a festa a carnavalizar o movimento, minimizando seu papel contestatório ao regime ditatorial. Esse tipo de noticiário obedecia à recomendação do Diretor Presidente das Organizações Globo, que, segundo o próprio texto do arquivo, “temia que uma ampla cobertura da televisão pudesse se tornar um fator de inquietação nacional”:

A Globo registrou esses comícios pelas Diretas nos seus telejornais locais. Naquele primeiro momento, as manifestações não entraram nos noticiários de rede por decisão

de Roberto Marinho. O presidente das Organizações Globo temia que uma ampla cobertura da televisão pudesse se tornar um fator de inquietação nacional.

Nesse movimento de retorno ao arquivo é preciso questionar o que seria uma “inquietação nacional” a ser evitada. A perda de poder dos poderosos, que tinha o diretor presidente a integrar o ciclo dos beneficiados? Provavelmente, mas sobretudo havia a necessidade de conter as massas que exigiam democracia, o fim do arrocho salarial, liberdade de expressão e novas políticas econômicas.

Num retorno histórico, podemos lembrar que esse gesto não é uma novidade na história brasileira, pois também líderes liberais dominantes, quando da defesa da escravidão, por exemplo, advogavam que ela teria de ser gradual para que não houvesse uma revolução dos negros. Ou seja, o objetivo foi sempre conter as massas com base na argumentação de que elas não sabem lidar com a liberdade, neste caso, com a “democracia”.

O texto segue mostrando que o presidente da Organização Globo foi forçado a mudar a conduta dos noticiários, pois a história se fazia independentemente dos noticiários. Então, a reboque dos acontecimentos, os noticiários tornaram-se mais frequentes e de caráter nacional: “‘Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional’, afirmou ele em matéria publicada na revista *Veja*, de 5 de setembro de 1984”.

Nessa versão do fato, compreende-se que aceitaram o irremediável, porém continuaram ainda tentando desqualificar o movimento. Segundo o texto: “A origem da confusão foi a chamada da matéria, lida pelo apresentador Marcos Hummel, que se referia ao comício da Sé como um dos eventos comemorativos do aniversário da cidade”. O locutor leu a chamada: “Festa em São Paulo”. O que percebemos é que a primeira tentativa de justificar o “erro” foi transferir para o locutor do jornal a responsabilidade pela leitura da matéria; já a segunda intenta minimizar o efeito das chamadas das matérias, que em comunicação têm o poder de direcionar a escuta do leitor, ou melhor, dos telespectadores.

Finalmente o texto encerra sua abordagem glorificando a presidência da Rede Globo e os seus diretores, que foram impedidos de se engajar nas manifestações em defesa do movimento pelas Diretas por conta da pressão dos militares que os ameaçaram até mesmo com a retirada da concessão: “Se por um lado segmentos da sociedade pressionavam a Rede Globo para se engajar nas manifestações pelas Diretas, por outro a emissora vinha sendo pressionada pelos militares a não cobrir os eventos”.

O texto relata esses fatos e também convoca depoimentos de diversos colaboradores para referendar os argumentos da explicação (esclarecimento, desambiguação) do “erro”, alguns, na época, tidos como simpáticos às Diretas Já.

Woile Guimarães, então diretor dos telejornais de rede, diz que ministros e generais ligavam para Roberto Marinho, ameaçando até mesmo retirar a concessão para o funcionamento da emissora. [...] José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, então vice-presidente de operações da TV Globo, confirma: “Naquele momento, a pressão sobre Roberto Marinho foi intensa. Foi uma frustração para mim e para toda a equipe de jornalismo, uma tristeza para o Armando Nogueira e a Alice-Maria, não poder fazer a cobertura de maneira adequada. Nós ficamos limitados pelo poder de audiência que a TV Globo tinha. Isso foi uma tristeza muito grande, mas naquele momento o Dr. Roberto não podia resistir.”

Diante dos argumentos sobre os fatos, resta esclarecida a contradição produzida pelo “erro”: “Nós ficamos limitados (...), foi uma tristeza muito grande, mas naquele momento

o Dr. Roberto não podia resistir”. Aquele que não quis divulgar o movimento, quando as decisões estão para ser tomadas, é colocado na atualidade como impedido de tê-lo feito naquele momento. Será que se essa emissora desde o início divulgasse a notícia do movimento, não teria contribuído para os 22 votos que separaram as Diretas da vitória naquele momento histórico?

Não dava mais para se recusar a participar diretamente. A multidão exigia que a emissora acompanhasse sua trajetória, e ela foi seguindo o movimento e, mesmo sob censura, a divulgação da campanha cresceu nos jornais e os articuladores do movimento conseguiram ter voz: “Em abril, a campanha empolgou definitivamente o país. No dia 10, cerca de um milhão de pessoas se reuniram na Candelária, no Rio de Janeiro. A Globo cobriu, então, com grande destaque o evento, dedicando-lhe quase uma hora da sua programação”.

É interessante que nesse ínterim as cartas já estavam marcadas, e pela contagem dos votos já se sabia nas ruas que dificilmente as Diretas passariam pelo Congresso. Os militares, no entanto, temiam tumultos, proibiram manifestações e censuraram a imprensa; mas aqueles que não puderam fazer nada antes, agora se insurgiram e burlaram as proibições: “Apesar de estar impedida de transmitir ao vivo, a Globo conseguiu burlar a proibição, como relata a repórter Sônia Pompeu”. Ou seja, como o fato já estava decidido, todos se rebelaram: “O apresentador Cid Moreira informou que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, havia divulgado uma nota de protesto contra a censura de noticiário jornalístico vindo de Brasília”.

Não se pode esquecer que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe” (PÊCHEUX, 1988); assim, constatamos que venceu a prática dos poderosos de que mudanças não devem alterar as bases da sociedade, pois tudo tem de ser feito lenta e gradualmente, mudando, e não transformando, para que tudo permaneça na mesma ordem. O mercado agradece aos que zelam por sua supremacia, dando-lhes poder, mas sempre sob a sua orientação.

2.2 “Erro”: Debate Collor x Lula

O segundo texto que buscamos para esta análise é o do “erro” sobre o debate Collor x Lula. O texto do arquivo começa com um relato informativo do momento histórico que marca a primeira eleição direta para a presidência da República brasileira após 25 anos de ditadura militar. São citados os dez principais candidatos e apresentam-se *links* para que os leitores possam rever/ver as entrevistas realizadas com cada um. Em seguida, há a informação do resultado do primeiro turno, da seguinte forma:

No primeiro turno, Fernando Collor (PRN) *saiu vitorioso*, com 20,6 milhões de votos (o equivalente a 28% do total). Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu 11,6 milhões de votos (16,08% do total), conquistando a outra vaga do segundo turno numa disputa apertada com Leonel Brizola (PDT), que obteve 11,1 milhões de votos, apenas 454.445 a menos (em torno de 0,5% do total de votos).

A sequência discursiva assinala que o candidato Collor foi o primeiro colocado; na verdade, o texto imputa a esse candidato a qualificação de *vitorioso* para se referir a sua colocação, iniciando o processo de construção do efeito de sentido desejado, como veremos na continuação da análise. Assinala, o texto, que Collor obteve 28% dos votos, Lula 16,08%, e ao se referir a Brizola, terceiro colocado, não informa o percentual, mas o número de votos e a diferença entre o segundo e o terceiro lugares, ressaltando a pequena

diferença entre Brizola e Lula. A ausência do percentual de Brizola cria uma dificuldade ao leitor para calcular quanto foi de fato o percentual do terceiro colocado, pois necessitará calcular o número total de votos: “(Leonel Brizola (PDT), que obteve 11,1 milhões de votos, apenas 454.445 a menos (em torno de 0,5% do total de votos)”.

Essa sequência tenta provocar um efeito de que para a maioria dos eleitores (somando os votos de Brizola e Lula), já que os dois praticamente empataram no primeiro turno, poderia ser qualquer um dos dois a concorrer no 2º turno com o Collor “vitorioso”. Essa forma de apresentação dos dados produz ambiguidade na descrição dos fatos ocorridos, pois mostra que tanto poderia ter sido o Brizola ou Lula, desqualificando, assim, o então candidato do PT. Se é apenas uma informação objetiva dos fatos ocorridos, por que apenas o terceiro candidato foi citado e não todos? Ou por que o texto não se referiu apenas aos dois que passaram para o segundo turno, já que os debates ocorridos para esse turno eram o objetivo do texto concernente ao “erro” da Memória da Rede Globo? A forma de constituição da sequência discursiva revela apenas que já houve um *vencedor* e dois outros candidatos que disputavam entre si o segundo lugar.

A ausência do percentual de Brizola e a falta de informação no arquivo (memória.globo) de que este candidato declarou quase que imediatamente após o resultado do primeiro turno seu apoio a Lula, e que por isso a soma dos percentuais dos dois ultrapassaria os do candidato *já tido* como *vencedor* do primeiro turno⁶ faz o leitor tomar as informações como evidências. A nosso ver, sem essas informações, o leitor que não acompanhou os acontecimentos – os jovens de hoje, principalmente –, mesmo sem saber como será a abordagem do “Erro”, já “sabe” (desde já) que Lula não tinha a preferência dos eleitores e que havia um *vencedor* “desde sempre”. Essa forma de dizer e não dizer parece amenizar o *erro* da emissora.

Seguindo o texto, são apresentadas informações sobre os dois debates que ocorreram antes do segundo turno, entre os dois candidatos em disputa⁷. Mas justamente as transmissões dos dois debates é que foram questionadas tanto pela população como pelos partidos. No entanto, segundo o próprio texto, os partidos não obtiveram êxito nas suas contestações, como afirma o arquivo: “As duas foram questionadas. A primeira, por apresentar um equilíbrio que não houve, e a segunda, por privilegiar o desempenho de Collor”. É sobre a segunda transmissão e o conteúdo das matérias nos jornais de âmbito nacional que o texto do arquivo “Memória/Erro” incide, e se, por um lado, há o reconhecimento do “erro” da emissora, por outro, há também a tentativa de minimizar os seus próprios “erros”.

O PT chegou a mover uma ação contra a emissora no Tribunal Superior Eleitoral. O partido queria que novos trechos do debate fossem apresentados no Jornal Nacional antes das eleições, como direito de resposta, mas o recurso foi negado. Em frente à sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro, atores da própria emissora, junto com outros artistas e intelectuais, protestaram contra a edição.

O recorte tenta deixar claro que a justiça eleitoral (ESTADO) não considerou graves os *erros*; se os considerou, não acatou o pedido do PT (“o recurso foi negado”). Compreendemos que essa instituição de poder político-midiático, remetendo-se à decisão do tribunal Eleitoral, age para a conservação do *status quo*, que interessa aos poderosos, como afirmaram Marx e Marcuse em texto citado anteriormente. Por outro lado, a sequência

6 Não estamos afirmando que todos os eleitores que votaram em Brizola, após o anúncio do seu apoio à candidatura do PT, votariam automaticamente em Lula.

7 A matéria disponibiliza *links* dos debates e das edições do jornal Hoje e do Jornal Nacional.

mostra como a emissora agiu democraticamente, tolerando e não punindo seus próprios artistas (atores da própria emissora, junto com outros artistas e intelectuais) por terem participado das manifestações populares. Ou seja, o Estado mantém seu papel de agir “democraticamente” em prol dos poderosos, e a emissora se isenta da possibilidade de ter seu *gesto de edição* (leitura subjacente) questionado por todos os telespectadores; de outro modo, estes tomariam conhecimento efetivamente do que tinha havido em relação ao tempo e à montagem dos debates pelos telejornais de âmbito nacional.

A sequência do texto apresentada pelo *site* enfatiza as análises de outros jornais e de integrantes do Partido dos Trabalhadores:

No entanto, a própria liderança do PT, apesar de não admitir a derrota, reconheceu que Lula não se saiu bem no confronto com Collor. Como noticiou o Jornal do Brasil, antes mesmo de a edição do Jornal Nacional ser criticada, “um sentimento de frustração marcar as avaliações que o comando da campanha petista fazia sobre a participação de Lula no debate com o candidato do PRN” (JB, 16/12/1989). Seis anos depois, em entrevista à revista *Imprensa*, José Genoíno afirmou que o desempenho de Lula tinha sido, realmente, ruim (*Imprensa*, 6/1995).

O discurso constrói uma cena discursiva com dois momentos completamente diferentes: a avaliação de um jornal que não cita a fala de ninguém, isto é, a posição discursivo-ideológica do jornal sobre o debate, e o depoimento de um membro do PT, que em outras circunstâncias, seis anos depois, admite que Lula não se saiu bem no debate. Na verdade, o efeito produzido é o de que, mesmo que se considere o “erro” da emissora, Lula perdeu o debate (havia sido “derrotado”) – como se esse fato negasse a participação da Rede Globo em prol da candidatura de Fernando Collor no segundo turno.

O silenciamento maior está em não declarar o crescimento da candidatura de Lula, de não informar que na época dos debates havia uma expectativa das pesquisas de opinião de que estava se vivenciando um empate técnico. O efeito do discurso já estava montado desde a apresentação do Collor como *vencedor* no primeiro turno; logo, e como consequência, *vencedor* no pleito final. Só então o texto passa a dizer como foram realizadas as emissões, que atualmente necessitam ser corrigidas.

Utiliza-se uma explicação técnica, como se a edição simplesmente fosse realizada por jornalistas, sem nenhuma posição político-ideológica da emissora, tão só buscando-se a objetividade: “Os responsáveis pela edição do Jornal Nacional afirmaram, tempos depois, que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time”. Essa forma explicativa funciona como se a edição de um debate em rede nacional entre dois candidatos à presidência da República na primeira eleição direta depois de anos de ditadura não mobilizasse as divergências de classes que anteriormente fizeram o presidente da Rede Globo admitir que as eleições diretas eram algo bastante complicado em um país que saía da ditadura, como visto no primeiro texto deste artigo: “O presidente das Organizações Globo temia que uma ampla cobertura da televisão pudesse se tornar um fator de inquietação nacional”.

Essa repetição do exercício de poder nos faz retomar Pêcheux, que ao analisar as eleições francesas de 1981, faz referência à ideia de jogo a partir do enunciado *On a gagné*, que circulou na mídia considerando François Mitterrand como “Vencedor”:

Esse acontecimento que aparece como o ‘global’ da grande máquina televisiva, este resultado de uma supercopa de futebol político ou de um jogo de repercussão mundial (F. Mitterrand ganha o campeonato de Presidência da França), é o acontecimento

jornalístico e da mass-mídia que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (o veredito das cifras, a evidência das tabelas) e profundamente opaco. (PÉCHEUX, 2002, p. 19-20)

Coincidência. Tragédia. Farsa. Ante um acontecimento, ao mesmo tempo, transparente e opaco, a mídia busca lançar luzes em sua prática de leitura subjacente, sempre tida como evidência, por conta do ideal de objetividade e neutralidade. Para manter esse efeito, no caso em estudo, vemos que ela argumenta em relação ao tempo “dado” na TV e também com relação a sua função de levar informação aos cidadãos brasileiros.

Em relação ao tempo diferenciado que o candidato Collor utilizou, é completamente diferente a argumentação utilizada pelos elaboradores do “erro” no texto anterior a esse. Salientam que no início das Diretas Já, disponibilizaram um tempo muito próximo daquele subtraído ao candidato do PT, para assinalar que estavam dando cobertura às manifestações populares em favor das Diretas. Com isso a argumentação procura minimizar os danos das edições dos jornais pela emissora, sob o argumento de que um número maior de pessoas assistiu ao debate do que os que assistiram ao Jornal Nacional. O que foi silenciado foram os dados durante todo o debate, que só terminou às 24 horas, explicitando apenas o número de pontos. Comparou-se um debate de mais de três horas com uma edição de meia hora, mais ou menos, no horário nobre. Tantos dados aparentemente objetivos, e tanta desinformação ao leitor.

Além disso, segundo o Ibope, a audiência total do debate – somadas todas as emissoras que compunham o pool – foi de 66 pontos, maior do que a do Jornal Nacional do dia seguinte, que apresentou 61 pontos. Isso significa que o número de pessoas que assistiu ao debate na íntegra foi maior do que o daqueles que viram a sua edição no JN.

Quem garante como argumento válido que foi esse o número de pessoas que assistiram ao debate na íntegra? Apenas os editores do “erro”. Como já dissemos, o objetivo do sujeito discursivo é minimizar as ações criticadas pela população, utilizando estratégias que isentam a Rede Globo de contribuir para a *Vitória* do candidato apoiado pelas elites e por partidos de caráter conservador, Collor de Mello. Estas são as estratégias discursivas:

- ✓ Collor já era um vencedor desde o primeiro turno.
- ✓ Lula quase não fica nem no segundo lugar no primeiro turno;
- ✓ O erro foi da equipe de jornalismo (que tratou como um jogo), mas o debate não mudou o rumo das eleições:
- ✓ Lula perdeu no segundo turno porque foi mal no debate.
- ✓ Collor venceu os dois turnos.

Sintetizando:

- ✓ COLLOR FOI O VENCEDOR
- ✓ LULA, O VENCIDO/DERROTADO

Mas, apesar de tudo, a Rede Globo se penitencia e afirma que já mudou sua forma de tratar os debates políticos e que estes não terão mais edição: “o episódio provocou um inequívoco dano à imagem da TV Globo. Por isso, hoje, a emissora adota como norma não editar debates políticos; eles devem ser vistos na íntegra e ao vivo”. Tudo parece ter sido resolvido/esclarecido (desambiguizado) para o próximo pleito de 2014. Será?

Considerações finais

Nessas retomadas do arquivo da mídia pela mídia – um jogo discursivo-ideológico se manifesta parecendo simplesmente uma justificativa, de modo amenizado, do “erro” (*mea culpa*) do que se tinha dito e feito antes –, constatamos falhas e lacunas na polêmica dos enunciados. É que o modo de regularização da leitura dominante pressiona o sujeito discursivo para estabelecer os limites “programados” dos sentidos sobre os acontecimentos. Ou seja, houve “erro”, mas para o momento histórico era “certo” fazer/dizer aquilo que se fez e se disse, logo não foi um “erro”, apenas um deslize técnico.

Estamos às vésperas de uma nova eleição, com movimentos nas ruas e configurações de novos e dos mesmos arranjos político-partidários. Nesse simulacro do Arquivo que também conta a história do Brasil, pois, como diz Roudinesco (2006, p. 9), “o arquivo (destruído, presente, excessivo ou apagado) é a condição da história”, vemos que se apagam as lutas de classes e “democraticamente” se concede ao “povo” “seus representantes”. Sempre representantes do mesmo lugar e da mesma posição ideológica que representa os interesses dominantes. Por isso, questionamos: para quem se revelou esse dizer do Arquivo (retomado e esclarecido)? Para o “povo (cidadão) brasileiro”?

Com esses questionamentos, abrem-se outras inquietações que resistem aos efeitos da evidência da ideologia dominante, pois persistem furos nesses arquivos que desejam saturar/tranquilizar os sentidos conflitantes. Estes teimam em não coincidir com os interesses dominantes e escapam à regularização do “arquivo” que se quer no lugar da História.

Referências

- MAGALHÃES, Belmira & SILVA SOBRINHO, Helson. “Erro” no apoio ao golpe de 64: sujeitos enfrentam-se nesse acontecimento discursivo. *Revista Letras*. Universidade Federal de Santa Maria. Nº 48. Jan./jun. 2014.
- MARCUSE, Herbert. Prólogo. In MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARIANI, Bethania. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa. In: TEDESCO, M.; MEDEIROS, V. (Orgs.). *Travessias nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- ORLANDI, Eni. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In ORLANDI, Eni. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

E o casamento acabou: uma análise do arquivo de *Veja* sobre o imaginário da mulher divorciada

Silmara Dela Silva¹

Fernanda Luzia Lunkes²

Resumen: Este artículo trata de comprender algunos de los movimientos de constitución de los sentidos en el archivo de la revista “*Veja*” sobre la mujer divorciada en dos momentos distintos: en el final de la década de 1970 y en la actualidad. Empezamos con algunas reflexiones sobre el concepto de archivo en el cuadro teórico y metodológico del Análisis del discurso. En un segundo momento, movilizand o la noción teórica del trayecto temático, analizamos discursivamente un reportaje de 1979 de “*Veja*” y la retomada hecha por la propia revista en la misma materia, en su edición conmemorativa de sus 45 años, que circuló en septiembre de 2013; se centra en los procesos de producción de sentidos, sobre todo en lo que se refiere a la imagen que en ellas se constituyen para la mujer divorciada. Nuestro análisis señala el modo cómo, al constituir una memoria de archivo sobre la mujer divorciada, “*Veja*” inscribe su decir en lo ya dicho, actualizando los sentidos sobre la fragilidad femenina, comunes en nuestra formación social.

Palabras-clave: Análisis del discurso; archivo; formación imaginaria; mujer.

Resumo: Este trabalho busca compreender alguns dos movimentos de constituição de sentidos no arquivo da revista *Veja* sobre a mulher divorciada em dois momentos distintos: no final da década de 1970 e na atualidade. Iniciamos com algumas reflexões sobre o conceito de arquivo no quadro teórico-metodológico da análise de discurso. Em um segundo momento, mobilizando a noção teórica de trajeto temático, analisamos discursivamente uma reportagem de 1979 de *Veja* e a retomada feita pela própria revista desta mesma matéria, na edição comemorativa aos seus 45 anos, que circulou em setembro de 2013, com foco nos processos de produção de sentidos principalmente no que se refere à imagem que nelas se constituem para a mulher divorciada. Nossas análises apontam o modo como, ao constituir uma memória de arquivo sobre a mulher divorciada, *Veja* inscreve o seu dizer no já-dito, atualizando sentidos sobre a fragilidade feminina, correntes em nossa formação social.

Palavras-chave: Análise de discurso; arquivo; formação imaginária; mulher.

1 Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras da UFF.

2 Doutora em Estudos da Linguagem pela UFF. Tutora nas disciplinas de Linguística I e III no curso de Letras da UFF (modalidade a distância).

“Todo arquivo [...] é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Essa identificação, puramente institucional, é para nós insuficiente: ela diz pouco do funcionamento do arquivo.”
Guilhamou e Maldidier (2010, p. 162)

As reflexões acerca da noção de arquivo e as leituras suscitadas pelo gesto de arquivar têm se mostrado bastante produtivas no campo teórico da análise de discurso no Brasil. Motivadas pelo debate trazido por Michel Pêcheux ainda no início da década de 1980, em seu texto “Ler o arquivo hoje” ([1981] 2010), tais reflexões têm se organizado em torno de dois principais eixos: os gestos de constituição de arquivos em diferentes instâncias; e as análises das discursividades suscitadas por esse gesto, sem perder de vista as implicações da prática do arquivamento para o modo como se constituem os sentidos nas materialidades arquivadas.

O interesse pelo arquivo e o seu funcionamento decorre, justamente, da proposta que constitui a própria análise de discurso como disciplina na França, na década de 1960: a atenção às práticas de leitura e interpretação e, mais especificamente, o “reconhecimento de que a leitura deve se sustentar em um dispositivo teórico”, de modo a promover a sua “des-naturalização”, como afirma Orlandi (2006, p. 13).

Neste artigo, temos como um dos objetivos a análise da discursividade em que se inscreve o dizer de *Veja*, uma das principais revistas em circulação no país, acerca da mulher divorciada. Para tanto, constituímos o nosso *corpus* a partir de duas reportagens que circularam na revista em dois momentos distintos: a primeira, no ano de 1979, quando a publicação dedicou a sua capa a um seriado de TV que tinha como protagonista uma mulher “descasada”; e a segunda, no ano de 2013, quando essa primeira reportagem dedicada à questão da mulher e do divórcio é retomada em uma das matérias que compõem em seu conjunto a edição comemorativa aos 45 anos de *Veja*. Norteamos a nossa análise pelo imaginário que a revista *Veja* constitui para a mulher divorciada, buscando compreender os modos como tais sentidos se constituem nessa publicação integrante da chamada imprensa de referência (MARIANI, 1998) no Brasil, nesses dois diferentes momentos históricos considerados.

Como um segundo objetivo de nossa análise, mas igualmente importante, direcionamos o nosso olhar para o gesto de constituição de arquivo empreendido pela revista, uma vez que *Veja*, em sua edição comemorativa de setembro de 2013, propõe-se a revisitar os seus 45 anos de circulação no país, promovendo, desse modo, um gesto de leitura de seu histórico de publicações, e consequentemente, de seu arquivo. Interessamo-nos, desse modo, o arquivo de *Veja* que tematiza a mulher divorciada, considerando a sua historicidade, pois, conforme afirmam Guilhamou e Maldidier (2010, p. 162), no excerto que trouxemos como epígrafe para este artigo, o simples fato de nos debruçarmos sobre um arquivo institucional, que é o caso do arquivo de *Veja*, nos “diz pouco” sobre o seu “funcionamento”. Compreender a historicidade, ou seja, aquilo que na “[...] linguagem organiza sentidos para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade de rupturas no dizer” (MARIANI, 1998, p. 24), permite situarmos alguns dos movimentos discursivos de *Veja* no funcionamento de (re)leituras do arquivo e que, ao mesmo tempo, atua como um outro gesto de constituição de arquivo.

Começamos esta nossa reflexão revisitando brevemente a noção de arquivo no quadro teórico da análise de discurso. Em Pêcheux ([1981] 2010, p. 51), temos que o arquivo pode ser entendido, “em sentido amplo”, conforme afirma o autor, como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão.”

Pensar o arquivo como um conjunto de documentos é prática corrente em áreas que trabalham diretamente com a gestão arquivística, como a ciência da informação, por exemplo. Em seu percurso sobre os modos de se pensar a teoria do arquivo na ciência da informação, de modo que pudesse estabelecer um contraponto em relação ao arquivo discursivo, Romão (2011) nos mostra que normalmente o arquivo, dessa perspectiva teórica, “funciona como montagem de memória, como bricolagem de diferentes materialidades para compor uma construção de dados pertinentes a um órgão” (*idem*, p. 99). Desse modo, ainda nos termos da autora, “o arquivo restitui um todo que imaginariamente sustenta o efeito de inteireza”, sendo entendido como composto por um grupo de documentos que “passam a estar atados e/ou sustentados na/pela ligação de um alinhamento que se supõe óbvio pelo efeito ideológico de evidência” (*ibidem*).

Distanciando-se dessa posição, e problematizando-a, Pêcheux ([1981] 2010), em suas considerações acerca das questões que concernem à leitura de arquivo, já ressaltava a importância de se considerar “as evidências práticas que organizam essas leituras” (p. 51) decorrentes do arquivo, de modo a questionar o próprio trabalho de sua constituição. Ou seja, as regras que definem quais documentos são “pertinentes” e deverão estar “disponíveis” em um arquivo determinam leituras possíveis e isso não pode ser desconsiderado em uma análise. Dessa perspectiva, o arquivo na análise de discurso não é tomado como um dado, uma evidência naturalizada no gesto de arquivamento. Todo arquivo implica processos de seleção e exclusão, em decorrência do que se organizam evidências de leitura, como nos diz Pêcheux (*idem*).

Ao retomar a afirmação de Pêcheux (*idem, ibidem*), do arquivo como “campo de documentos”, que mencionamos anteriormente, Romão (2011) irá explicar que o arquivo discursivo não se refere a um “grupo de documentos físicos a serem guardados, mas a um campo discursivo de documentos ligados a zonas da memória do dizer” (ROMÃO, 2011, p. 105), o que aponta para a compreensão do arquivo em Pêcheux como discursividade. Por consequência, o trabalho de leitura de arquivo, conforme Pêcheux, deve se dar na “relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” ([1981] 2010, p. 58).

Quando pensado discursivamente, o arquivo comporta mais que um simples conjunto de documentos agrupados por uma lógica institucional. Ele direciona e interdita efeitos de sentidos, que se produzem pela inscrição da língua na história; e enquanto discurso, a sua leitura, por consequência, não pode prescindir de suas condições de produção (PÊCHEUX, [1969] 1997). “Entre a materialidade da língua e da história aí se situa para Pêcheux o arquivo.” (ROMÃO; LEANDRO-FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 13).

O arquivo estabelece, assim, uma estreita relação com a noção de memória discursiva, entendida como o já-dito que constitui o dizer. Essa relação é trabalhada por Orlandi (2006) a partir da distinção entre memória discursiva e memória de arquivo. Conforme Orlandi, diferentemente da memória discursiva, que consiste no “conjunto de enunciações já ditas e esquecidas e que são irrepresentáveis” (2006, p. 22), mas que constitui o discurso, a memória de arquivo “representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos”

(*ibidem*), justamente porque o arquivo está ali apontando o que deve ser lembrado e, por extensão, o que não pode ser esquecido. Em trabalho anterior, Orlandi (2002, p. 11) já havia afirmado que “Essa memória [de arquivo] tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem.”

Apesar de se relacionar com a memória discursiva, a memória de arquivo não se sobrepõe a ela. A memória de arquivo se constitui em função de um gesto de arquivamento, da institucionalização de um arquivo; gesto este que estabelece os seus limites, as suas bordas, apesar do desejo de completude que o constitui. Entendemos que o arquivo envolve, então, “tanto as materialidades sob investigação, como um modo de observar o seu funcionamento e mudança no seio de uma sociedade” (ROMÃO; LEANDRO-FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 13) e, em seu funcionamento, permite a constituição de uma memória de arquivo. Por sua vez, a memória de arquivo, “a despeito de ser administrada por uma instituição, é também um discurso e, desse modo, está sujeita ao funcionamento da memória discursiva” (DELA-SILVA, no prelo). Em consequência, analisar o arquivo discursivamente, como já afirmamos, requer considerar as suas condições de produção, a sua historicidade. Conforme Nunes (2008, p. 82): “Ler os documentos de arquivo conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção.”

É desta perspectiva que nos voltamos ao arquivo da revista *Veja*. O primeiro ponto que julgamos relevante considerar é que o trabalho com a construção de uma memória de arquivo é uma prática corrente nessa publicação. Uma prova disso é que, ao completar 40 anos de circulação, a revista passou a disponibilizar o seu acervo digital, constituído pela íntegra das edições que circularam em suas publicações semanais, desde 1968. Pensando discursivamente a respeito desse acervo e do gesto de constituição de arquivos que ele representa, as autoras Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva (2011) afirmam que:

De fato, o acervo possibilita compreender o olhar da revista para o cotidiano e os saberes que ela elegeu como acontecimento jornalístico no período mencionado, com base em seu perfil editorial, na imagem que constitui para os seus leitores e para si. Contudo, também permite a reflexão sobre o que ficou de fora deste “grande arquivo”, sobretudo aquilo que “escapou” ao olhar da revista, aquilo que foi preterido pelos sujeitos jornalistas ou mesmo silenciado em cada edição. (2011, p. 13-14).

Desse modo, entendemos que o acervo digital de *Veja*, como todo arquivo, é não-todo, e a despeito do *slogan* adotado pela publicação quando da publicação de seu acervo digital – “Os fatos mais importantes do país e do mundo nas páginas de *Veja*” –, ele nos apresenta um recorte de acontecimentos alçados à condição de acontecimentos jornalísticos pela revista (DELA-SILVA, 2008), a partir de sua posição ideológica de imprensa de referência (MARIANI, 1998). Por isso, ao olharmos para o acervo digital da revista *Veja* como um arquivo discursivo, o que buscamos são as discursividades que ali se constituem, e que deixam as suas marcas na materialidade da língua. Isso porque, conforme nos advertem Guilhamou e Maldidier:

...o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes. (2010, p. 162).

O arquivo que constitui *Veja* com o seu acervo virtual passa, assim, pelos movimentos dos gestos de leitura que ele suscita e, igualmente, pelos efeitos de sentidos que ali não se inscrevem, sendo silenciados (ORLANDI, 2002a).

Um novo gesto de constituição de arquivo empreendido pela revista é aquele que constitui a edição comemorativa aos seus 45 anos de circulação, e que aqui nos interessa mais particularmente. A edição especial, que circulou em setembro de 2013, tem como proposta apresentar 45 matérias jornalísticas que, nos termos expressos na capa da publicação, revisitam “45 reportagens que fizeram – e fazem – história” (VEJA, 2013). Sem adentrarmos na discussão acerca da relação entre a prática jornalística e o “fazer história”, que escapa à proposta deste artigo³, interessa-nos esse movimento empreendido pela revista de retornar às suas publicações, dispostas em seu acervo digital, e dentre elas recortar 45 temas que foram abordados em textos assinados por especialistas em cada uma das temáticas contempladas na edição comemorativa. Trata-se, a nosso ver, de um gesto de leitura de arquivo que a revista faz de si, que permite dizer aos seus leitores aquilo que precisa ser lembrado do “todo” que imaginariamente circulou em suas páginas, em 45 anos de publicação, constituindo uma memória de arquivo.

Dentre todas as matérias retomadas pela edição comemorativa, organizadas pela revista em sete editorias – Imprensa, Brasil, Internacional, Economia, Geral, Cultura e Antologia –, elegemos para nossa análise o texto que tem como título “Malu Mulher de verdade”, assinado pela historiadora Mary Del Priori, e que tem como propósito retomar a matéria especial intitulada “A viajante solitária”, publicada na edição de 18 de julho de 1979, capa de *Veja* naquela ocasião, com a chamada “A mulher descasada”. Propomos, assim, analisar o imaginário de mulher divorciada constituído na publicação nesses dois momentos históricos e, a partir disso, refletir acerca dos efeitos de sentidos do gesto de leitura de arquivo empreendido por *Veja* nessa retomada.

Para nortearmos a constituição de nosso *corpus* de análise a partir de uma temática depreendida do arquivo de *Veja* – no caso, a mulher divorciada –, recorreremos à noção de percurso temático, conforme trabalhada por Guilhaumou e Maldidier (2010), bem como por Nunes (1994). De modo a se distanciar de um ponto de vista referencialista a respeito da noção de tema, Guilhaumou e Maldidier propõem pensar uma temática como “a distinção entre ‘o horizonte de expectativas’ – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades” (2010, p. 164), entendendo o acontecimento discursivo como aquele que pode ser “apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (*ibidem*).

Dessa perspectiva, ao optarmos por tratar da temática mulher divorciada no arquivo de *Veja*, não pressupomos a existência de um referencial fixo acerca do qual discorrem as matérias jornalísticas em questão, mas temos como foco os efeitos de sentidos produzidos a esse respeito nesses dois momentos históricos supracitados. Segundo Nunes (1994, p. 115), “ao falarmos em tema, não pressupomos que haja um referencial fixo (seja discursivo ou real) sobre o qual o discurso se detém. É preciso levar em conta as condições de produção em que ele se insere”. A partir dessa concepção, a nossa temática – mulher divorciada – é aqui considerada como uma “série discursiva” que se marca nos textos que constituem o nosso *corpus* de análise, “construindo espaços de identificação, transformação, contradição etc.” (NUNES, 1994, p. 115).

3 Esta relação foi abordada por Dela Silva em apresentação oral intitulada “Fazer jornalismo, fazer história? Os 45 anos de *Veja*, o discurso jornalístico, o (im)perceptível”, na mesa-redonda “O imperceptível”, durante a Jornada “O indizível, o ininteligível e o imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos”, realizada pelo Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), na UFF, em dezembro de 2013.

Em nosso percurso analítico, nas identificações, transformações, contradições (NUNES, 1994) e outros efeitos de sentidos produzidos sobre a mulher divorciada, estão em jogo as imagens que são construídas sobre a mulher nesta condição.

Pêcheux ([1969] 1997, p. 82) explica que o discurso não pode ser compreendido enquanto uma “informação entre A e B”, mas como efeitos de sentidos que são produzidos entre tais lugares sociais. Opacificando o esquema de comunicação formulado por Jakobson ([1960] 2010), Pêcheux propõe a noção de formações imaginárias, e explica que elas:

[...] designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 82).

Deste modo, Pêcheux (*idem*) estabelece “regras de projeção” nas relações entre A e B, que não são individuais e que estão presentes em todo processo discursivo. Trazendo nosso objetivo na análise e abordando a síntese que Pêcheux faz sobre o funcionamento das formações imaginárias, situemos aquela projeção que nos interessa neste percurso. Trata-se daquela que Pêcheux explica como sendo “o ponto de vista de A sobre R”, ou seja, sobre o referente do discurso, e que funciona implicitamente por meio da seguinte pergunta: “De que lhe falo assim?” (*idem*, p. 84). Tal formação imaginária é sintetizada por Pêcheux por meio da fórmula “IA(R)”. Em nosso caso, estamos considerando enquanto referente a mulher divorciada e, quando e se for o caso, outras imagens em jogo no discurso de *Veja*. Conforme depreenderemos em nossas análises, as imagens produzidas sobre televisão também interessam, à medida que apontam para os efeitos de sentidos sobre o telespectador e sobre os sentidos por ele produzidos em uma dada formação social em relação à mulher divorciada.

Começamos analisando as imagens em jogo na matéria de 1979, que aborda, conforme mencionamos anteriormente, um seriado de TV (*Malu Mulher*), cuja protagonista era uma mulher divorciada, interpretada pela atriz Regina Duarte⁴. Na reportagem de capa que circula na revista cerca de dois meses após a estreia do seriado na televisão, e que constitui o nosso *corpus*, o discurso de *Veja* aproxima a personagem Malu da atriz que a interpreta, destacando o fato de Regina Duarte também ser uma mulher divorciada, como veremos mais adiante.

Dada a relevância da capa em uma publicação jornalística, iniciamos nosso gesto de análise a partir dessa materialidade. A capa dessa edição de *Veja* apresenta a fotografia em *close* da atriz Regina Duarte, com expressão séria e olhar que encara o leitor, acompanhada da legenda: “Regina Duarte, em ‘Malu Mulher’”; e da chamada em destaque: “A mulher descasada”. É sobre esse modo de designar a mulher divorciada na capa de *Veja* que nos detemos: “descasada”, uma primeira qualificação constitutiva dos efeitos de sentidos sobre a mulher nesta sua nova condição na sociedade brasileira à época. A manchete na capa de

4 Com um total de 76 episódios, exibidos semanalmente na Rede Globo de Televisão de 24 de maio de 1979 a 22 de dezembro de 1980, o seriado tinha como proposta “compôr um retrato da condição da mulher brasileira, mostrando as dificuldades que ela enfrenta no cotidiano” (DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003, p. 386). No enredo, o destaque é dado à protagonista Malu, que decide terminar o casamento de 13 anos, após descobrir as traições do marido. Em cada episódio são retratadas situações vividas por Malu durante e após o fim de seu casamento, como o processo de separação, os problemas financeiros, a busca por emprego e a sua vida afetiva.

Veja retoma o título em português do filme de Paul Mazurkis, “Uma mulher descasada”⁵, que, conforme registros no Dicionário da TV Globo (2003, p. 386) e na reportagem da revista, teria sido a inspiração para o seriado.

Como afirma Orlandi (2001), os sentidos têm uma história e o dizer está sempre em relação a outros dizeres, e isso certamente se aplica à versão em português feita para o título do filme de Paul Mazurkis, que são os termos selecionados por *Veja* para a sua manchete de capa. Em relação ao título do filme, o discurso da revista promove um deslocamento de sentidos ao substituir o artigo “uma” por “a” (em: “a” mulher descasada), o que promove um efeito de generalização sobre o quem se fala. Enquanto no filme conta-se a história de “uma mulher”, a capa de *Veja*, ainda que retome a história vivida nas telas por Regina Duarte, como destaca a legenda que acompanha a foto da atriz, faz incidir o seu dizer sobre “a” “mulher descasada”, entendida como uma categoria nova em nossa formação social à época.

A princípio, podemos inscrever a expressão “mulher descasada” em uma rede parafrásica (ORLANDI, 2001) da qual fazem parte também expressões como “mulher separada” e “mulher divorciada”, por exemplo. Contudo, não é nenhuma dessas expressões que comparecem na materialidade significativa da capa de *Veja*, e sim “mulher descasada”. Em “descasada”, o prefixo “des” marca um direcionamento de sentidos ao apontar para aquilo que está ausente, aquilo que falta ao sujeito e que, por isso, deve ser por ele buscado. Este movimento discursivo do prefixo “des” a expressar sentidos de falta é observado em gramáticas e dicionários, como no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), que registra três acepções para esse prefixo, sendo as duas primeiras associadas a uma rede de sentidos que direcionam o dizer para a falta e a ausência de algo⁶.

Como entendemos, com Pêcheux ([1975] 1997a, p. 160), que as palavras, expressões, proposições ganham seus sentidos no “processo sócio-histórico” no qual “são produzidas”, determinadas pelas “posições ideológicas que estão em jogo” nesse processo, assumimos que é nesta rede discursiva de “oposição, negação ou falta” que se inscreve o termo “descasada”, em seu funcionamento para qualificar o dizer de *Veja* sobre a mulher. Trata-se de uma categoria de mulher a quem falta o casamento, uma falta que precisa ser justificada, como podemos observar, por exemplo, no próprio enredo do seriado, que aponta a traição do marido como a causa para a condição de “descasada” da protagonista da série.

Esse nosso gesto de análise decorre das condições de produção desse discurso, que traz consigo as condições sócio-históricas da mulher na sociedade brasileira, naquele momento. O divórcio havia sido instituído oficialmente no país há menos de um ano, por emenda constitucional em junho de 1977, e regulamentado pela Lei 6.515, de 26 de dezembro do mesmo ano. A mulher divorciada chega às telas da TV e à capa da revista *Veja* como uma nova categoria, a de “mulher descasada”, que comparece na formação social porque está autorizada legalmente a pôr um fim ao seu casamento. Constituem-se, desse modo, efeitos de sentidos de necessidade para que a mulher decida sair do relacionamento ao lado de um homem e empreender uma nova jornada.

5 O filme norte-americano dirigido e produzido por Paul Mazurkis, em 1978, tem como título original “An Unmarried Woman”. É interessante observarmos, no entanto, os deslizamentos de sentidos que se produzem em versões do título nos diferentes idiomas para os quais foi traduzido, como em “Uma mulher só” (Portugal); “La femme libre” (França) e “Una donna tutta sola” (Itália). Essas informações sobre o filme, bem como sua sinopse e ficha técnica, estão disponíveis no site “70 anos de cinema”, disponível em: <[http://www.70anosdecinema.pro.br/673-UMA_MULHER_DESCASADA_\(1978\)](http://www.70anosdecinema.pro.br/673-UMA_MULHER_DESCASADA_(1978))>. Acesso em 13 fev. 2014.

6 **exprime sobretudo:** 1) **oposição, negação ou falta:** desabrigo, desamor, desarmonia, desconfiança, descortês, desleal, desproporção, dessaboroso; 2) separação, afastamento: descascar, desembolsar, desenterrar, desmascarar; 3) aumento, reforço, intensidade: desfaster, desaliviar, despartar, desferir, desinfeliz, desinquieta; (HOUAISS, 2009, verbete “des”, negritos nossos.)

A formação imaginária projetada no dizer da revista para a mulher divorciada também pode ser apreendida no título da reportagem nas páginas internas de *Veja*: “A viajante solitária”. Os efeitos de sentidos que se constituem para esta nova categoria de mulher se estabelecem por oposição à vida em um casamento, ou seja, a dois. Mas, no dizer da revista, não viver a dois, que é a condição do matrimônio em nossa formação social que se pauta pela prática da monogamia, não é viver sozinha ou estar a sós; é estar “solitária”, condição da mulher “descasada”, expressa na reportagem de *Veja*. O termo ‘solitária’ se inscreve em uma rede parafrástica em que predominam os dizeres sobre a solidão, produzindo efeitos de sentidos de um estar sozinho que ocorre a despeito de uma escolha do sujeito e que, por isso, traz sofrimentos.

Aos efeitos de sentidos que se constituem nas páginas de *Veja* para a mulher divorciada soma-se a sua qualificação como “aquela que sofre”. A ênfase ao sofrimento da mulher divorciada é materializada na publicação em um *boxe* composto por quatro colunas, que tem como título “Diário de uma mulher descasada”, e que apresenta alguns motivos pelos quais uma mulher divorciada “sofre”. É preciso considerar, no entanto, que não há outro *boxe* com as vantagens do divórcio. Tal silenciamento (ORLANDI, 2002a) produz como efeito de sentido a impossibilidade de felicidade da mulher divorciada, que nessa sua nova condição passa a ter uma experiência subjetiva repleta e somente de sofrimentos. Recortamos uma SD do interior do *boxe*. Leiamos:

SD1: [a mulher divorciada] Sofre porque, quando um homem se separa, sempre encontra uma mulher que o ajuda a escolher os móveis para sua casa. (*Veja*, 18/07/1979, grifos nossos).

Na SD1, consta, entre a série de desvantagens de se estar divorciada, uma das razões pelas quais a mulher divorciada “sofre”: o homem encontra mais facilmente outra mulher, mesmo após o divórcio. Esta construção discursiva coloca-se em relação ao fato de que a mulher, supostamente, tem mais dificuldade em encontrar outro parceiro. Ao não dizer deste modo, o discurso de *Veja* aponta para outra produção de sentidos: o homem divorciado, ao consumir, já o faz com uma nova parceira. Não se diz, entretanto, que a mulher divorciada não teria a mesma situação, mas tais efeitos de sentidos reverberam nesse dizer, uma vez que, conforme Orlandi (2001), o não-dito também significa no discurso.

O sofrimento que caracteriza a experiência subjetiva da mulher divorciada do seriado é marcado também na reportagem em relação à imagem do telespectador e, ainda, em relação à imagem da própria atriz que interpretava Malu na época, Regina Duarte. Vejamos a SD2:

SD2: [...] a mesma Globo que construiu a Regina-Namoradina procura agora esculpir a Regina-Descasada. “A Malu de hoje é melhor que eu”, diz Regina. “Está na minha frente”. Está na frente, também, segundo desconfiam seus próprios autores, da imensa maioria de espectadores, descasadas ou não, que a cada semana se sentam diante do aparelho de TV mais ou menos na esperança de quem se sinta diante de um espelho. (*Veja*, 18/07/1979, grifos nossos)

Enquanto personagem de uma série televisiva, Malu é construída no discurso de *Veja* como a representação de uma mulher cujas experiências estão “à frente” daquelas da atriz, Regina Duarte, mas também em relação às experiências dos telespectadores, sinalizados

no discurso da revista como mulheres por meio da expressão “descasadas ou não”, que explica quem são “a imensa maioria dos espectadores” do seriado, para quem a televisão funcionaria imaginariamente como “um espelho”. Ao dizer desse sujeito mulher telespectadora, podemos observar que a revista *Veja* também retoma um efeito de sentido que se constitui para a televisão, desde os seus primeiros anos de exibição no país: a imagem de que a televisão caminha à frente da realidade, e que, ao mesmo tempo, funciona como seu espelho. Dela-Silva (2008) comenta este efeito “espelho” sobre a televisão, e afirma:

A imagem da televisão como um “espelho mágico”, o que pressupõe a propriedade do aparelho de TV pelo telespectador-consumidor, encaminha para o sentido da televisão como um objeto de desejo e realizador dos desejos de felicidade promovidos pelo discurso publicitário. Ter a televisão nas residências equivale, assim, a possuir uma outra visão do mundo e dos acontecimentos, uma imagem projetada pela tela, de forma mais completa e complexa que nas mídias disponíveis, capaz de promover rupturas nas noções de espaço e tempo, ao levar para a esfera privada o âmbito público. (DELA-SILVA, 2008, p. 189).

No caso específico do seriado, a televisão é significada no discurso da revista como aquela que exhibe, tal qual um espelho, o dia a dia da imensa maioria das mulheres que acompanhavam a narrativa sobre Malu, espectadoras que, a exemplo da própria atriz que interpreta a personagem “descasada”, não estariam tão à frente de seu tempo. A imagem da mulher divorciada retratada no discurso de *Veja*, servindo-se da personagem, é projetada como uma mulher a quem falta o casamento (“descasada”), “solitária” em sua jornada, e que “sofre” por isso, social e emocionalmente.

É justamente o sofrimento emocional que a revista privilegia em seu dizer sobre a mulher divorciada, quando, em seu gesto de leitura de seu próprio arquivo, retoma, em sua edição de setembro de 2013, a reportagem de 1979. Nessa retomada, a publicação reproduz no início da nova reportagem, em um *boxe* com uma coluna, a imagem da capa de 1979 e também um trecho da reportagem anterior. É desse trecho que recortamos as SDs 3 e 4, que passamos a analisar:

SD3: [...] numa noite de junho, por volta de 10 e meia da noite, Malu foi vista por milhões de testemunhas entrando na bonita casa de praia de um amigo, em Ubatuba. De dia, ela havia depilado pernas e axilas, lavado os cabelos, exercitado ao telefone um tom de voz insinuante de promessas e esperanças. De noite, dirigiu-se à cama de um amigo, fez alguns rodeios, deitou-se e, diante de uma platéia consternada e aflita, fracassou miseravelmente. Mas por pouco tempo. Antes de 11 da noite, enlaçada pelos braços, pela compreensão e pela competência do amigo, ela voltava à cama para uma nova batalha de carícias. (*Veja*, 18/07/1979, grifos nossos).

Na SD3, vemos uma construção discursiva em torno da sexualidade da mulher divorciada. Sem a presença do então marido, a mulher precisa se lançar à relação sexual com outros parceiros que não mais o habitual. Assim, vale compreender que, neste modo de se conceber as relações, o homem em questão é designado no discurso jornalístico de *Veja* como “amigo”. Por outro lado, as exigências sobre o corpo da mulher, agora divorciada, permanecem: o ritual de embelezamento da personagem do seriado, detalhado na SD3, aponta, sobretudo, para a necessidade de manutenção dos efeitos de sentidos de beleza e de higiene. O efeito de sentido de sedução pode ser observado no fio do discurso quando

o dizer da revista afirma que Malu havia “exercitado ao telefone um tom de voz insinuante de promessas e esperanças”. Tal enunciado, nos equívocos da língua, produz efeitos de indeterminação de sentidos: promessas e esperanças para quem? Para Malu? Para o amigo? Para as telespectadoras que acompanham a história?

Nesta SD, o discurso de *Veja* ressalta os percalços da protagonista em alcançar o orgasmo sexual. No movimento de produção de sentidos, em que ela “fracassa miseravelmente”, pesa sobre a mulher um retorno: assim como fracassou no casamento, fracassa no ato sexual. A saída para o fracasso, ou seja, o orgasmo, ocorre graças à ajuda masculina, conforme pode ser depreendido no fio do discurso em: “enlaçada pelos braços, pela compreensão e pela competência do amigo”. As razões do fracasso anterior não são explicadas, mas é explicitada a razão pelo sucesso nesta nova investida: é o homem – dotado de “compreensão” e “competência” – que comanda o bem sucedido orgasmo de Malu.

Na produção de efeitos de sentidos sobre Malu e sobre as relações sexuais da mulher divorciada, é interessante compreender como o telespectador é designado: “testemunhas” e “plateia”. Neste momento, está novamente em questão, a nosso ver, uma imagem sobre a televisão em seu funcionamento. Nas análises sobre o acontecimento discursivo da televisão no Brasil, Dela-Silva (2008) aponta que a televisão, no funcionamento do discurso das revistas, é construída “[...] como responsável por levar aos lares os acontecimentos mais diversos [...]”, (p. 178). Ou seja, a mulher divorciada, enquanto uma nova realidade na formação social brasileira, passa a comparecer na televisão, uma vez que esta estaria em sintonia com a diversidade nos papéis sociais de uma dada formação social. É possível depreender, no entanto, que tal “alinhamento” ocorre a partir da produção de determinados efeitos de sentidos: a mulher é responsabilizada pelo “fracasso” no ato sexual, enquanto o homem é responsabilizado por fazê-la retomar a “batalha de carícias”.

A projeção de uma imagem de Malu e do telespectador prossegue na SD4, também recortada do trecho que a revista reproduz em sua edição de 2013 da reportagem que circulou em suas páginas em 1979. Vejamos:

SD4: MOMENTO DE ÊXTASE: Ainda aflita, quem sabe roendo as unhas numa torcida surda ou numa condenação silenciosa, a grande plateia plantada diante dos aparelhos de TV viu então uma cena extraordinária: a mão de Malu, primeiro crispada, soltava-se e abria-se numa prova de que o orgasmo finalmente explodia no vídeo nacional. Não se sabe a extensão de insônia e euforia que este momento de prazer provocou dentro dos lares. (Veja, 18/07/1979, grifos nossos)

Na SD4, temos o dizer de *Veja* que relata o modo como o orgasmo de Malu é representado na televisão. É a mão, em seus gestos, aquilo que atua como revelação do prazer da personagem. Compreendemos “mão” enquanto o que compõe a materialidade do “corpo discursivo” (FERREIRA, 2011; LUNKES, 2014), o que nos afasta de uma perspectiva organicista e biológica. Ferreira (2011), ao propor tal designação da materialidade do corpo, permite que se considere o corpo enquanto “materialidade significante” (*idem*, p. 174). Além disso, segundo a autora, tal designação é produtiva à medida que acolhe suportes outros que serão representantes dos discursos, já que uma materialidade que se filie somente à linguística não tornaria possível a inclusão do corpo, por exemplo, enquanto objeto de estudo.

Para Ferreira (2011), a materialidade do corpo atua enquanto “lugar de observatório”, que permite a “visualização do sujeito e da cultura que o constitui”, sendo que isso não significa um efeito de totalidade nesse gesto de leitura de olhar o corpo. Nesse “corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro”, permanece o “inapreensível” (*idem*, p.177).

No funcionamento do discurso de *Veja*, a mão atua enquanto aquilo que torna possível representar o prazer sexual feminino. O intenso prazer de Malu, exposto na sutileza de uma mão que se abre na tela da televisão, é construído no discurso da revista em relação à reação do telespectador. Nesta produção de efeitos de sentidos, a polissemia se produz ante o subtítulo “Momento de êxtase”. Afinal, no fio do discurso há um batimento entre a tensão do telespectador perante a cena de orgasmo da personagem e a cena propriamente dita. Há, inclusive, um destaque justamente ao telespectador e à reação deste diante da cena que coloca em evidência o prazer da personagem, qualificada pela revista como “uma cena extraordinária”. O dizer da revista também marca, no fio do discurso, as diferentes reações que a cena de prazer pode produzir junto ao público: “torcida surda” ou “condenação silenciosa”. As diferentes reações colocam em questão os modos pelas quais uma dada formação social lida com a explicitação do prazer feminino: enquanto há quem torça pela concretização do prazer da protagonista, há também quem condene. Aponta, ainda, para as tensões em torno do feminino e do prazer, mas, sobretudo, para o prazer de uma mulher divorciada.

Retomando um dos nossos objetivos neste artigo, de refletir acerca do arquivo de *Veja* que tematiza a mulher divorciada, levando em conta o próprio gesto da publicação de leitura sobre esse seu arquivo, cabe-nos indagar: por que, ao tematizar a mulher divorciada, a revista retoma justamente esse trecho de sua reportagem anterior que diz sobre a sexualidade da mulher divorciada? Que efeitos de sentidos estão em jogo nesse seu gesto de leitura de seu próprio arquivo? Em busca de possíveis respostas, passemos à análise de duas SDs recortadas dessa segunda reportagem de *Veja*, presente em sua edição comemorativa de 45 anos, com o título: “Malu mulher de verdade”:

SD5: SOCIÓLOGA, LIBERTÁRIA E – UFA! – SEM MARIDO (*Veja*, 09/2013, grifos nossos)

SD6: Em reportagem de capa VEJA flagrou, no rastro da enorme audiência de *Malu*, uma nova realidade do país: o crescimento do número de mulheres descasadas. Foi um susto pela TV. (*Veja*, 09/2013, grifos nossos)

No gesto de leitura que faz de seu próprio arquivo, ao apresentar a capa de sua edição de 1979 e um pequeno trecho da reportagem anterior que, como vimos nas SDs 3 e 4, colocam em questão sentidos sobre a sexualidade da mulher divorciada, *Veja* qualifica a “mulher descasada” que retratou em sua matéria jornalística do final da década de 1970 como “socióloga”, “libertária” e “sem marido”, como podemos observar no fio discursivo da SD5. O termo “socióloga” retoma a profissão da personagem Malu no seriado e, associada à “libertária”, aponta para outros efeitos de sentidos sobre a mulher divorciada, afirmando a sua qualificação profissional e o seu suposto desejo por liberdade, que a levaria, como marcado na exclamação “Ufa!”, a ficar “sem marido”, ou seja, à condição de “descasada”, já exposta na reportagem de 1979.

No relato que faz de sua reportagem anterior, na SD6, destacamos a forma verbal “flagrou” com que *Veja*, via discurso relatado (AUTHIER-REVUZ, 1990), introduz o seu dizer sobre a constatação do “crescimento do número de mulheres descasadas”, também qualificado como “um susto”. “Flagrar” encaminha para sentidos de descoberta de uma situação improvável e/ou inesperada, ao menos da posição ideológica ocupada por *Veja* e, supostamente, por seus leitores. A formação imaginária da mulher descasada construída

no discurso de *Veja* e que é retomada em suas páginas atuais, inicialmente, é a daquela que causou surpresa e espanto ao passar a viver “sem marido”. Cabe destacar que a expressão “sem marido” com que *Veja* retoma a sua reportagem sobre “a mulher descasada” marca explicitamente algo que falta a mulher na condição de divorciada: um marido, mantendo-se, assim, em relação de paráfrase com o discurso da revista em sua reportagem anterior.

Da reportagem de 2013, que, como dissemos, é redigida por uma historiadora a convite de *Veja*, destacamos as três últimas SDs que trazemos para análise, de modo a pensar na formação imaginária que se constitui na atualidade para “a mulher descasada”:

SD7: Malu mudou. E o Brasil também. Pesquisas recentes demonstram que pessoas se separam não porque o casamento não seja importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às expectativas. (*Veja*, 09/2013, grifos nossos)

SD8: Mas as mulheres continuam – ai delas – românticas: hoje, com ou sem marido, com ou sem família, um único assunto as ocupa, o amor. Diferentemente de Malu, ávida por emancipação, as jovens de nosso tempo aprendem por meio de maciça doutrinação – via cinema, novelas, músicas, jornais e anúncios publicitários – que o amor é a chave que abre as portas do paraíso na terra. (*Veja*, 09/2013, grifos nossos)

SD9: O problema não está mais em ser descasada como a Malu de Regina Duarte, mas em permanecer casada, reinventando a união a cada dia. (*Veja*, 09/2013, grifos nossos)

No fio discursivo das SDs 7 e 8, uma marca se destaca de imediato: a oposição que é estabelecida entre a Malu, que representa a “mulher descasada” retratada na reportagem de 1979, o Brasil e “as mulheres” de um modo geral. Enquanto na SD7 temos a afirmação de que “Malu mudou. E o Brasil também”, “as mulheres” são associadas na SD8 à permanência, à constância, uma vez que elas, diferentemente de “Malu” e do “Brasil”, continuariam “românticas”. A mulher descasada agora é substituída por “pessoas” que “se separam”, como marcado na SD7, e que supostamente agora o fazem em decorrência de suas altas expectativas a respeito do casamento e do que essa experiência de vida a dois deveria proporcionar.

Nas SDs 7 e 8, está em questão um movimento nos processos de adjetivação da mulher no discurso de *Veja*: de “descasada” para “separada”. Tal processo, no entanto, não implica em uma mudança da imagem construída sobre a mulher, nesses mais de 30 anos que separam as duas reportagens. O romantismo, o anseio urgente pelo amor – marcado no discurso da revista como o “único” assunto pelo qual as mulheres se interessariam na contemporaneidade – não somente retoma a imagem de uma mulher interessada na relação amorosa, e, talvez, na instituição do casamento, mas reforça a imagem de que se trata, afinal, da verdadeira ocupação feminina, o que mantém o conservadorismo das relações em nossa formação social. Se, na matéria de 1979, o desejo de *Malu*, segundo o discurso da revista, era o de “se emancipar”, na matéria de 2013, segundo o discurso de *Veja*, a mulher, emancipada e conquistando cada vez mais o mercado de trabalho, deseja ter amor, o que constitui a imagem de uma mulher que precisa do outro, precisa de uma relação amorosa, como também precisava Malu.

Há um movimento nas relações de sentidos entre amor e casamento na trama do discurso de *Veja*, o que confere ao casamento, de certo modo, o *status* de um lugar no qual a mulher busca o amor; por outro lado, o amor é uma das respostas diante da escolha da

mulher de casar-se. Neste movimento de sentidos, a maior dificuldade não está mais em se separar, mas em se manter em um casamento, significado como uma condição feminina. O verbo “reinventando”, que marca o fio do discurso da SD9, aponta para as dificuldades da mulher na contemporaneidade e para a cristalização dessa imagem de mulher que quer/precisa se manter no amor/no casamento.

Nessa sobreposição de sentidos que os dizeres em circulação em *Veja* promovem entre amor e casamento, atualiza-se uma tensão em relação às demandas da mulher: se em 1979 a dificuldade estava, sobretudo, na aceitação de sua condição de divorciada pela formação social, em 2013, mesmo com a aceitação social de tal condição, é a mulher quem quer/precisa de amor, ou seja, não aceita viver sem este afeto, pressuposto no discurso de *Veja* pelo termo “união”. A imagem da mulher constitui-se, assim, na alternância entre o desejo de aceitação social e a busca pelo amor do outro, o que não deixa, igualmente, de implicar a aceitação social.

No trajeto temático que depreendemos em *Veja*, observamos que a mulher – “descasada”, “solitária”, “sofredora” e “fracassada” – projetada no discurso de *Veja* quando da institucionalização do divórcio no Brasil é ressignificada como aquela que, na atualidade, por oposição à “libertária” Malu da TV – que, por sinal, estava muito “a frente de seu tempo” –, “continua romântica”, em busca do “amor” e do desafio de “reinventar a união a cada dia”; uma ressignificação que, mesmo por outras vias, reinscreve o dizer da revista em um já-dito sobre a imagem da mulher que a associa à emoção e à fragilidade. Conforme afirma Magalhães (2011, p. 24), em suas análises a respeito das representações do feminino em obras literárias, “a discriminação que a mulher sofre na sociedade moderna inculca-lhe a visão do social de fragilidade e inoperância”, sentidos que, a nosso ver, caminham ao lado do trajeto temático sobre a mulher divorciada, depreendido do dizer de *Veja*.

No gesto de leitura que empreende de seu próprio arquivo na atualidade, entendemos que *Veja*, em sua edição comemorativa, constitui uma memória de arquivo (ORLANDI, 2006; 2002) para a mulher divorciada, ao dizer o que se pode e se deve lembrar sobre essa mulher, desde que o divórcio tornou-se uma possibilidade no país. Quando pensamos esse gesto discursivamente, interessa-nos especialmente o modo como, ao constituir uma memória de arquivo, a revista inscreve o seu dizer em uma memória discursiva, atualizando certos efeitos de sentidos sobre a mulher, ao mesmo tempo em que impede que outros compareçam. É no movimento dos sentidos – de “descasada” a “romântica” – que a materialidade dos dizeres de *Veja* se inscreve na história e revela o seu funcionamento discursivo. Um funcionamento que a simples chancela de arquivo de *Veja* não nos dá a conhecer, mas que a noção de arquivo na análise de discurso permite-nos compreender.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. Celene Cruz e João W. Geraldi. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, n.19, jul./dez. 1990, p. 25-42.

DELA-SILVA, S. (Re)significando a TV: apontamentos sobre a memória no discurso midiático. In: SCHERER, A.; ROMÃO, L.M.S.; MEDEIROS, V.; PETRI, V. (Orgs.). *Língua, sujeito e memória: um enlace pelo discurso*. No prelo.

_____. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas, SP, 2008.

- DICIONÁRIO DA TV GLOBO, vol. 1: programas de dramaturgia & entretenimento. Projeto Memória das Organizações Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- FERREIRA, M.C.L. Discurso, arquivo e corpo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA SILVA, S. (Orgs.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7Letras, 2011, p. 174-183.
- GUILHAMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*, 3 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 161-183.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.
- JAKOBSON, R. [1960]. Lingüística e Poética. In: *Lingüística e Comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010. p.150-207.
- LUNKES, F.L. *O discurso sobre depressão na revista Veja em materialidades verbais e não-verbais: o triunfo dos efeitos de sentidos de medicalização*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2014.
- MAGALHÃES, B. *Contradição social e representação do feminino*. Maceió-AL: EDUFAL, 2011.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1998.
- NUNES, J.H. O discurso documental na História das Idéias Lingüísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*, São Paulo, n. 52 (1), p. 81-100, 2008.
- _____. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1994.
- ORLANDI, E.P. Análise de Discurso. In: LAGAZZI RODRIGUES, S.; ORLANDI, E.P. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem*. Discurso e textualidade. Campinas-SP: Pontes, 2006. p. 11-31.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002a.
- _____. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. 3 ed., Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. [1981]. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*, 3 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.
- _____. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). Em *Por uma análise automática do discurso*, organizado por Françoise Gadet e Tom Hak, 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.
- _____. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.
- ROMÃO, L.M.S. *Exposições do Museu da Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
- ROMÃO, L.M.S.; LEANDRO-FERREIRA, M.C.; DELA-SILVA, S. Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. (Orgs.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2011. p. 11-21.
- VEJA: Edição Especial 45 anos. São Paulo: Ed. Abril, n. 2.340, set. de 2013. 290 p.
- VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 567, 18 jul. 1979.

Resenha:

Vivendo no fim dos tempos, de Slavoj ZizekRodrigo Oliveira Fonseca¹

Como escapar das terríveis mentiras que “espontaneamente” vivemos em nosso cotidiano? Se a maioria silenciosa de hoje não é estúpida, mas cínica e resignada, será possível superar a estranha lacuna entre o que ela pensa e o que ela faz? Seu lema poderia ser: “OK, sabemos que estamos no fim dos tempos, mas... vamos em frente!” A crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do sistema e o crescimento explosivo das divisões e exclusões sociais, nada disso encontra a menor resposta no quadro atual dos poderes globais. E seguimos em frente.

São algumas das questões que o filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Zizek desenvolve em *Vivendo no fim dos tempos* (Boitempo, 2012). Uma de suas maiores e mais notáveis proezas é nos oferecer uma escrita que instiga e convoca a pensar com Lacan, Hegel e Marx, sem que para isso tenha de se saber lacanês, tenha de se ter intimidades com “o Espírito” em seu processo dialético ou seja fundamental ser membro do Partido.

“Há uma grande desordem sob o céu, a situação é excelente”.

Ao contrário do que possa sugerir seu título, o livro não é atravessado por um tom apocalíptico, chega a mostrar otimismo, ao lado de um senso de responsabilidade política e desafio intelectual – características de toda a obra do autor. Sem banalizar o desafio de superar o fim dos tempos, nos alerta para a necessidade de passarmos pelo ritual do luto, encarando os seus traumas e o seu vazio substancial como oportunidades que não devem ser perdidas. E cita Mao Tsé-Tung: Há uma grande desordem sob o céu, a situação é excelente. A tradução disso seria que a inconsistência do grande Outro, desse Céu que nos cobre (e nos cobra), abre espaço para o verdadeiro ato revolucionário, que transforma os parâmetros e o nosso posicionamento no mundo.

O grande mote e elemento estruturador de *Vivendo no fim dos tempos* são os cinco estágios característicos do luto segundo o entendimento da psicóloga suíça Elisabeth Kübler-Ross: 1) Negação – *isto não pode estar acontecendo, não comigo*; 2) Raiva – *como isto foi acontecer comigo?*; 3) Barganha – *deixe-me viver pelo menos até meus filhos se formarem...*; 4) Depressão – *vou morrer, então por que me preocupar?*; 5) Aceitação – *já que não posso lutar contra isto, é melhor me preparar*.

Estes estágios apareceriam em qualquer tipo de perda pessoal catastrófica, da perda de um emprego à de um ente querido, não necessariamente nessa ordem e sem que todos eles sejam sempre vividos. Para Zizek estariam aí as cinco grandes posturas da atual cena (pós) política global, tomando a última, a da Aceitação, como oportunidade ímpar de um recomeço.

O comunismo morreu. Viva o comunismo!

O que, afinal, ocorreu com o comunismo? Um sistema político que apele para a bondade e para o altruísmo das pessoas está condenado a produzir o terror? O filósofo esloveno recusa as simples ressalvas antidogmáticas que, quase como um pedido de desculpas, afirmam

1 Mestre em História pela PUC-RJ, Doutor em Letras pela UFRGS, Pesquisador Associado da UNEB e bolsista de Desenvolvimento Científico Regional da Fapesb/CNPq.

que em cada caso as circunstâncias concretas têm de ser consideradas – então falharam as *condições objetivas*, era o contexto que estava errado? Tampouco acha suficiente a consideração de que uma má aplicação não desqualifica a idéia do comunismo – então eram as *condições subjetivas*, foram os sujeitos que não souberam fazer? Para ele, as realizações imperfeitas e catastróficas do comunismo comprovam a “contradição íntima” no seu âmago.

Trabalhando a dialética hegeliana contra as vulgatas correntes – como seguirá fazendo com maior fôlego em *Menos que Nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético* (Boitempo, 2013) – Slavoj Žižek nos mostra que é somente a partir daquele fracasso que o comunismo se torna (hoje) viável. O mesmo raciocínio pode ser extraído do direito de se divorciar tal como ele foi defendido pelo jovem Marx: o divórcio é legítimo por um efeito retroativo que permite situar um problema no ponto de partida. O casamento tem de ser anulado não porque acabou o amor, as coisas mudam etc., mas porque isso *nunca foi um casamento de verdade*. Assim, também os impasses percebidos na URSS durante o longo período Brejnev (1964-1982) não deveriam ser lidos como “o potencial socialista foi esgotado”, “estagnou por não se adaptar aos novos tempos” etc., mas de que havia um beco sem saída histórico desde o princípio².

Vemos por estas vias (bachelardianas?) que só o gesto “errado” cria as condições subjetivas que possibilitam identificar o “erro”. Mas o processo dialético vai além dessa identificação, afinal os erros não são eliminados, mas supressumidos na verdade final, preservados como momentos dentro dela. Nós é que devemos nos reposicionar em relação a eles, aceitando-os do modo como são.

Passados mais de vinte anos da queda dos regimes comunistas do Leste europeu, talvez ainda não tenhamos nos dado conta de seus significados. Muitos ex-comunistas voltaram ao poder do Estado e se mantiveram no controle de empresas, como proprietários e gerentes. Lech Walesa, herói sindicalista da Polônia (e da formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil), tornou-se mais impopular que o general Jaruzelski, que o precedeu na presidência do país e adotou a lei marcial para combater o movimento operário. O filósofo esloveno, que viveu intensamente aquela conjuntura de explosões massivas e incertezas – chegando a ser candidato à presidência de seu país em 1990 – afirma que os manifestantes que foram às ruas para derrubar aqueles regimes não exigiam *capitalismo*, e sim “segurança social, solidariedade, algum tipo de justiça; [...] a liberdade de viver sua vida fora do alcance do controle estatal; [...] uma vida de honestidade e franqueza simples, livre da primitiva doutrinação ideológica e da cínica hipocrisia predominante” (p. 11). Queriam, enfim, um “socialismo com rosto humano”. Mas estamos distantes daquela agenda, ainda que as suas imagens mudas sejam comemoradas todos os anos.

A tolerância liberal e a raiva teológica

O principal fator de *Negação* do fim dos tempos seria o obscurecimento ideológico e o diversionismo produzido pelos liberais, como no superestimado debate francês acerca da proibição ou não do uso da burca, quando somente uma pequena minoria das mulheres islâmicas no país faz uso da vestimenta.

2 Esse paralelismo entre casamento e comunismo nos lembra outro ponto, trabalhado por Michel Pêcheux (em *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 5a ed., 2008): o velho marxista acreditava estar equipado de parafusos celibatários, quando em verdade só tinha roscas, sem porcas. Achando bastar-se a si mesmo, seus feitos não se sustentavam, estavam sempre se desfazendo, e ainda assim recusava todas as porcas que lhe ofereciam: fenomenológicas, estruturalistas, desconstrutivistas... Diz Pêcheux que os marxistas atuais (ele fala em 1983), ou pelo menos os marxistas universitários que se prezam, procuram casar-se, ou contrair relações extraconjugais... Será esta uma abordagem complementar à de Žižek (que aparentemente está muito bem casado com Lacan)? Ou seja, além de problemas de partida, de origem, haverá também “problemas de relação”?

No discurso de aceitar as pessoas “como elas são” (egoístas e invejosas, como intimamente creem os liberais) e de conceber a si mesmo como promotor de uma “política do mal menor”, o que o liberalismo de fato promove é a indiferença pelo próximo e o silêncio quanto à necessidade de transformação das próprias coordenadas políticas. Arma-se uma infinita “luta contra a discriminação” que adia para todo o sempre o seu ponto final, o de uma sociedade livre de todos os preconceitos morais, ao mesmo tempo em que se projeta uma sociedade condenada a ver crimes e incorreções em tudo.

Temos assim a raiva fundamentalista, não como contraponto, mas como *complemento* gerado pelo “mundo livre e tolerante” com sua utopia liberal. Como escreve Zizek, “quando os Estados Unidos intervêm no Iraque para provocar uma democracia secular e o resultado é o fortalecimento dos fundamentalistas religiosos e um papel muito mais forte do Irã, isso não é um erro trágico de um agente honesto, mas um caso de um trapaceiro cínico que acaba preso no próprio jogo” (p. 298).

As religiões podem desempenhar um papel importante na repolitização da política desde que se livrem dos fanatismos. Para Zizek o apego do fanático à sua Causa não passaria de uma expressão desesperada de dúvida e incerteza, e como bom hegeliano, ele entende que o sujeito verdadeiramente dedicado a uma causa regula sua fidelidade eterna por meio de questionamentos e traições incessantes.

Marxismo, psicanálise e a busca refinada pelos “sinais vindos do futuro”

Coerente com essa visão, o filósofo questiona o marxismo em pontos como a noção clássica de revolução proletária e a própria teoria da exploração diante da ascensão do trabalho intelectual – sendo oportuno reparar o seu silêncio quanto ao regime de mais-valia relativa, que assegura o aumento da produtividade através de mecanismos “suaves”, exaurindo e explorando em *intensidade*.

No rol de autores como o português João Bernardo³, Slavoj Zizek identifica e defende um “Marx não marxista”, sem “cortes epistemológicos”, mas com uma atenção crítica diante de fatores como a tendência tecnocrata (despolitizante) na visão do comunismo como uma sociedade em que o processo de produção é dominado pelo “intelecto geral”.

Quanto à psicanálise, o autor analisa novas formas de patologia subjetiva, o sujeito pós-traumático (incompreendido por Freud) que sobrevive à sua “morte” sem ser capaz de fantasiar e integrar o trauma. Numa época “desencantada” como a nossa, a violência extrema é vivida de modo muito mais direto, como intromissões sem sentido *do real*, o que Zizek entende no quadro de uma nova proletarização, inimaginável por Marx, pois de natureza “interior”, reveladora do aspecto mais puro da ideia de *cogito* cartesiano – seu grau zero, doloroso e perturbador.

Sendo o *cogito* cartesiano a superposição entre *pensar* e *ser*, um “proletariado libidinal” poderia representar a oportunidade de superação do cinismo a que nos referimos no início? Livre da substância dominante do medo, suspendendo a sua eficácia ideológica, teríamos assim um sujeito potencialmente capaz de apropriar-se das suas condições de vida.

Mas Zizek apela para que os meios usados para atingir fins sociais emancipadores exibam estes mesmos fins, manifestando-os, “do contrário corremos o risco de acabar na infame ‘dialética’ stalinista de violência e não violência em que o Estado ‘murcha’ fortalecendo-se (principalmente fortalecendo os órgãos de controle e opressão)” (p. 282).

3 Autor de obras como *Marx crítico de Marx* (Porto: Afrontamento, 1977, 3v.) e *Economia dos Conflitos Sociais* (São Paulo: Expressão Popular, 2009).

Nesse sentido, a questão que se põe é a de como reintroduzir o antagonismo radical no campo democrático. A resposta que o autor dá é “ditadura do proletariado”, no sentido de um processo de mobilização e auto-organização do povo *indiferente* à democracia formal/institucional, e sem espaço para qualquer reabilitação do populismo. “O mínimo que podemos fazer é procurar rastros do novo coletivo comunista em movimentos sociais já existentes ou mesmo na imaginação artística. [...] é preciso fazer uma busca refinada pelos “sinais vindos do futuro”, pelos rastros desse novo questionamento radical do sistema” (p. 253).

Fazendo-nos atravessar toda a conjuntura mundial em busca de tais rastros e também de muitos nós, confrontamos análises as mais diversificadas e desconcertantes: vamos dos porões da Áustria (o caso do sujeito que manteve a filha em cárcere privado e teve sete filhos com ela) à desintegração do Congo (como a guerra étnica esconde a exploração global); dos acertos entre os novos capitalistas chineses e a direção do Partido Comunista à defesa feita por Confúcio de uma ordem social harmoniosa, sem abismos entre as palavras e as coisas, doutrina esta combatida entre os séculos V e III a.C. pelos “legalistas” chineses, uma espécie de maquiavélicos *avant la lettre* que viram nesses abismos excelentes oportunidades para fortalecer o poder estatal.

Enfim, por caminhos que mais uma vez passam pelo cinema e pelas artes em geral, Slavoj Žižek se firma como um intelectual de fôlego, engajado na busca dos sinais de um porvir que nos obriga a dar passos arriscados... para trás.

Revista Conexão Letras

Política Editorial

A Revista Conexão Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul publica estudos de base teórica e aplicada nas áreas de Linguística e Literatura, com produção semestral alternada: um semestre para estudos literários, outro para estudos lingüísticos, sendo que possui, simultaneamente, produção on-line e forma impressa. Aceitam-se colaborações do Brasil e do exterior, desde que se trate de pesquisa original desenvolvida dentro das referidas áreas.

A Revista publica texto em forma de artigos, debates, entrevistas sob forma de debates e resenhas, sendo acentos para publicação trabalhos nas línguas portuguesa, francesa, inglesa e espanhola.

As diferentes modalidades de publicação devem obedecer às normas que seguem.

- a) Artigos: textos entre 15 e 30 páginas, contendo Introdução, Análise (subdividida em itens) de acordo com a natureza da pesquisa, e Considerações Finais.
- b) Retrospectivas: textos entre 15 e 30 páginas, envolvendo reflexões críticas a respeito de percursos de teorias ou pressupostos implicados na trajetória de escolas lingüísticas e literárias.
- c) Debates: textos entre 10 e 15 páginas, contendo diálogos sob forma de abordagem de questões relativas a outros estudos lá publicados, tais como: contribuições relevantes, limites e aspectos críticos do estudo em análise.
- d) Entrevistas Sob Forma de Debate: textos entre 15 e 30 páginas, contendo diálogos com outros pesquisadores, os quais envolvam diferenças de enfoque teórico e contradições em torno de um mesmo tema, ou análise crítica sobre o estado da pesquisa realizada nas áreas de publicação da Revistas.
- e) Resenhas: textos entre 4 e 10 páginas, contendo análise e reflexões críticas a respeito de livros publicados no país e no exterior.

Normas para apresentação de trabalhos

Os artigos, retrospectivas, debates e entrevistas sob forma de debate serão precedidos por Abstract, Résumé ou Resumen, seguido de Resumo com aproximadamente 150 palavras cada.

Serão constituídos por:

- Título do Trabalho em letra maiúscula.
- Abstract, Résumé ou Resumen, seguido de Resumo em Língua Portuguesa, com espaço simples e um intervalo de espaço duplo entre cada.
- As expressões Keywords, Mots-clés, Palabras clave, contendo, no máximo, 5 itens, seguidas de Palavras-chave (espaço simples entre referências em línguas estrangeira e portuguesa).
- Introdução e Considerações Finais sem numeração.
- Corpo do trabalho numerado em diferentes seções, conforme a natureza da pesquisa.

- Citações até 4 linhas, entre aspas, no corpo do trabalho, podem manter o mesmo padrão deste. Citações de mais de 4 linhas que ocupem parágrafo próprio, deverão ser digitalizadas em fonte 10, itálico, com recuo de dois toques, com espaço 1,5 em relação ao corpo do texto.
- Notas devem ser digitadas em pé de página (corpo 10).
- As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética e obedecer a ordem cronológica de publicação, no caso de haver várias obras de um mesmo autor, de acordo com os seguintes critérios: sobrenome do autor, nome, seguido de ponto, título do livro ou revista em itálico e somente com a letra inicial em maiúsculo, seguidos de ponto, local de publicação, seguido de vírgula, data de publicação e indicação de páginas e vol., (no caso de revista ou de coleção), conforme modelo a seguir:
LYONS, John. Introdução à lingüística teórica. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
COURDESSES, Lucile, Blum et Thorez em may 1936: analyses d'énoncés. In: Langue française. Paris, Eci. Larousse, vol. 9, p. 23-33, 1971.
- Tabelas, gráficos e desenhos devem ser encaminhados em versão também impressa, pronta para reprodução.

Os trabalhos serão enviados em mídia apropriada, com uma cópia impressa ou via e-mail, em anexo, em versão recente do Word for Windows, Times New Roman, corpo 12, espaço simples, juntamente com os dados de identificação do colaborador, tais como: Nome do pesquisador, Instituição, Áreas de trabalho, Endereço, Telefone, Fax, E-mail.

Os colaboradores receberão dois exemplares da Revista por ocasião da publicação.

Os textos não aceitos para publicação não serão devolvidos aos autores, que serão informados sobre o resultado da avaliação realizada por dois pareceristas, membros do Conselho Editorial.

Os trabalhos deverão ser remetidos para

Revista CONEXÃO LETRAS

Programa de Pós-Graduação em Letras - UFRGS

Comissão Editorial

Av. Bento Gonçalves, 9500 - Bairro Agronomia - Porto Alegre - CEP 91540-000

E-mail para envio do material: jtutikian@terra.com.br

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Zandwais (UFRGS)

Jane Tutikian (UFRGS - Coordenadora)



núcleo de
editoração
eletrônica
instituto de letras-ufrgs

Impresso na Gráfica da UFRGS